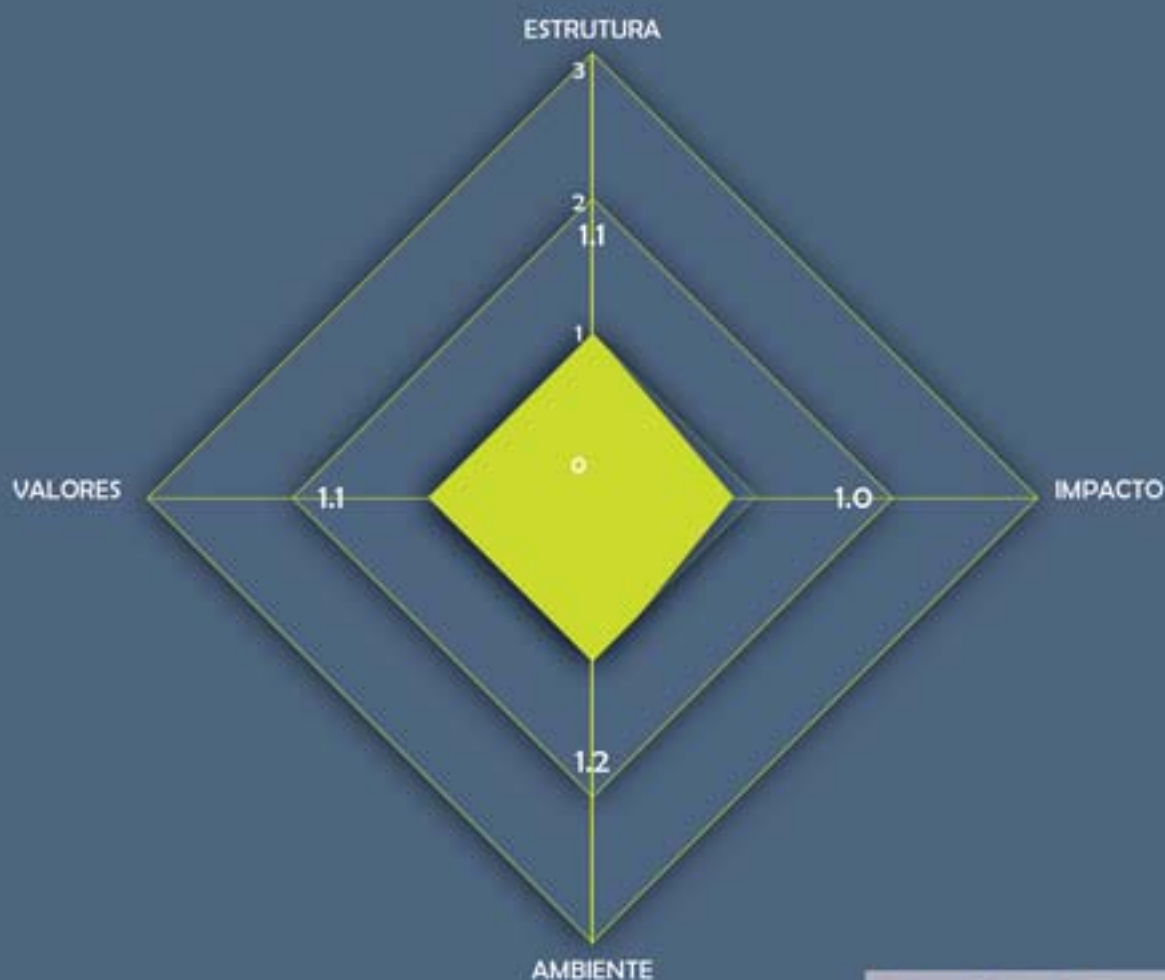




Índice da Sociedade Civil em Moçambique 2007

A Sociedade Civil Moçambicana por Dentro:
Avaliação, Desafios, Oportunidades e Acção



Maputo, Abril 2008





Índice da Sociedade Civil em Moçambique 2007

A sociedade civil Moçambicana por Dentro:
Avaliação, Desafios, Oportunidades e Acção



ISC, 2007

FICHA TÉCNICA

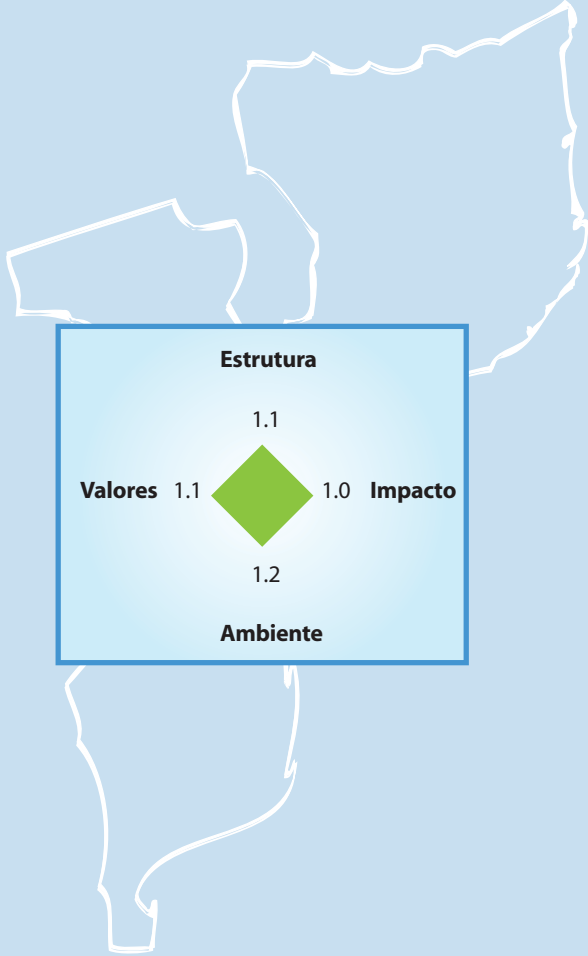
Título: *Índice da Sociedade Civil em Moçambique, 2007*

Autores: António Francisco, Albertina Mucavele, Paula Monjane e Sónia Seuane

Revisão Linguística: Machado da Graça

Layout e Maquetização: ZOWONA, Comunicação e Eventos

Propriedade da FDC – 2008



ÍNDICE

PREFÁCIO	xi
EQUIPA DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO	xiv
AGRADECIMENTOS	xv
ABREVIATURAS	xvi
SUMÁRIO EXECUTIVO	xix
INTRODUÇÃO	1
1. PROJECTO DO ÍNDICE DA SOCIEDADE CIVIL	4
1.1. Antecedentes do Projecto	4
1.2. Abordagem e Metodologia do Projecto	6
1.2.1. Motivação Principal da Pesquisa	6
1.2.2. O Conceito de Sociedade Civil	7
1.2.3. Operacionalização Analítica e Metodológica	10
1.2.4. Limitações da Pesquisa	16
2. A SOCIEDADE CIVIL EM MOÇAMBIQUE	17
2.1. Abordagem Histórica da Sociedade Moçambicana	17
2.2. Mapeamento da Actual Sociedade Civil Moçambicana	21
3. ANÁLISE DA SOCIEDADE CIVIL	23
3.1. ESTRUTURA	24
3.1.1. Amplitude da participação do cidadão	27
3.1.2. Profundidade da participação do cidadão	31
3.1.3. Diversidade de participantes dentro da SC	32
3.1.4. Nível de organização	35
3.1.5. Inter-relações dentro das OSC	38
3.1.6. Recursos	39
3.1.7. Conclusões sobre a Estrutura	42
3.2. AMBIENTE	45

3.2.1.	Contexto Político	47
3.2.2.	Direitos e Liberdades Básicas	52
3.2.3.	Contexto Socio-económico	53
3.2.4.	Contexto Socio-cultural	54
3.2.5.	Ambiente Legal	56
3.2.6.	Relações da Sociedade Civil com o Estado	59
3.2.7.	Relações da Sociedade Civil com o Sector Privado	60
3.2.8.	Relações da Sociedade Civil com Doadores	63
3.2.9.	Conclusão sobre o Ambiente	65
3.3.	VALORES	68
3.3.1.	Democracia	70
3.3.2.	Trans parência	72
3.3.3.	Tolerância	75
3.3.4.	Não-violência	77
3.3.5.	Equidade de Género	78
3.3.6.	Erradicação da Pobreza	80
3.3.7.	Sustentabilidade Ambiental	81
3.3.8.	Equidade na Diversidade	82
3.3.9.	Conclusão sobre os Valores	83
3.4.	IMPACTO	85
3.4.1.	Influência nas Políticas Públicas	87
3.4.2.	Escrutínio e Prestação de Contas pelo Estado e Empresas	90
3.4.3.	Resposta aos Interesses Sociais	92
3.4.4.	Empoderamento dos Cidadãos	94
3.4.5.	Resposta às Necessidades Sociais	97
3.4.6.	Conclusão sobre o Impacto	99
4.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	100
4.1.	MÉRITOS E DEMÉRITOS NO ISC 2007 EM MOÇAMBIQUE	102
4.1.1.	CONCLUSÕES GERAIS	102
4.1.2.	PRINCIPAIS MÉRITOS NO ISC2007	103
4.1.3.	PRINCIPAIS DEMÉRITOS NO ISC2007	103
4.2.	RECOMENDAÇÕES	104

4.2.1. Recomendações Gerais	104
4.2.2. Recomendações Específicas Por Dimensão	104
BIBLIOGRAFIA	109
ANEXOS	117

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E CAIXAS

TABELA

Tabela 1.1.1	Países envolvidos na implementação do ISC 2003-06	4
Tabela 2.1.1	Índices de Moçambique	17
Tabela 2.1.2	Categorias de organização da Sociedade Civil, segundo grupos e subgrupos, Moçambique ISC2007	22
Tabela 3.1.1	Indicadores da amplitude de participação do cidadão	27
Tabela 3.1.2	Indicadores da profundidade de participação do cidadão	31
Tabela 3.1.3	Indicadores da diversidade de participação na Sociedade Civil	32
Tabela 3.1.4	Indicadores do nível de organização	35
Tabela 3.1.5	Indicadores das inter-relações dentro da Sociedade Civil	38
Tabela 3.1.6	Indicadores dos recursos da Sociedade Civil	40
Tabela 3.2.1	Indicadores de avaliação do contexto político	48
Tabela 3.2.2	Indicadores de avaliação dos direitos e liberdades básicas	52
Tabela 3.2.3	Indicadores de avaliação do contexto socio-económico	53
Tabela 3.2.4	Indicadores de avaliação do contexto socio-cultural	55
Tabela 3.2.5	Indicadores sobre percepção de tolerância, ISC2007	56
Tabela 3.2.6	Níveis de desonestidade pública para várias formas de conduta, 2007	56
Tabela 3.2.7	Indicadores de avaliação do ambiente legal, ISC2007	57
Tabela 3.2.8	Indicadores de avaliação das relações com o Estado, ISC2007	59
Tabela 3.2.9	Indicadores de avaliação das relações com o sector privado, ISC2007	60
Tabela 3.2.10	Indicadores de Avaliação das Relações com Doadores	64
Tabela 3.3.1	Indicadores de avaliação da democracia	71
Tabela 3.3.2	Indicadores de avaliação da transparência	72
Tabela 3.3.3	Indicadores de avaliação da tolerância	75
Tabela 3.3.4	Indicadores de avaliação da não-violência	77
Tabela 3.3.5	Indicadores de avaliação da equidade de género	78
Tabela 3.3.6	Indicadores de avaliação da redução da pobreza	80
Tabela 3.3.7	Indicadores de avaliação da sustentabilidade ambiental	81

Tabela 3.3.8	Indicadores de avaliação da diversidade	82
Tabela 3.4.1	Indicadores de avaliação da influência das políticas públicas	88
Tabela 3.4.2	Indicadores de avaliação do escrutínio e prestação de contas	90
Tabela 3.4.3	Indicadores de avaliação da resposta aos interesses sociais	92
Tabela 3.4.4	Indicadores de avaliação do empoderamento dos cidadãos	94
Tabela 3.4.5	Indicadores de avaliação da resposta às necessidade sociais	97
FIGURAS		
Figura 1.1.1a	O diamante da Sociedade Civil moçambicana em 2007	xx
Figura 1.1.1b	Distribuição da pontuação dos 80 indicadores do ISC	xxix
Figura 1.1.2	Dimensões e sub-dimensões do indice da Sociedade Civil	3
Figura 1.1.3	Sociedade Civil nas perspectivas da CIVICUS e do senso comum	7
Figura 1.1.4	Diamante do Índice da Sociedade Civil	10
Figura 1.1.5	Actores operacionalizadores do projecto do Índice da Sociedade Civil em Moçambique, 2007	12
Figura 1.1.6	Projecto do Índice da Sociedade Civil em Moçambique, 2007	14
Figura 2.1.1	Organizações sem fins lucrativos segundo o ano da sua criação, 2003	18
Figura 2.1.2	Organizações sem fins lucrativos segundo o período de constituição, 2003	19
Figura 2.1.3	Participação em OSC em 2003 e 2007, Moçambique	20
Figura 3.1	Sub-dimensões e indicadores da Estrutura	25
Figura 3.1.1	Pontuação das sub-dimensões da Estrutura do ISC, Moçambique 2007	26
Figura 3.1.2	Recursos humanos nas OSC, Moçambique 2003	29
Figura 3.1.3	Percepção sobre a distribuição geográfica das OSC em Moçambique, 2007	34
Figura 3.1.4	Distribuição das OSC em Moçambique, 2003	34
Figura 3.1.5	Efectividade das redes e federações das OSC	36
Figura 3.1.6	Auto-regulação das OSC	37
Figura 3.1.7	Sistema de infra-estruturas de apoio às OSC	38
Figura 3.1.8	Origem das transferências financeiras recebidas pelas OSC	40

Figura 3.1.9	Desigualdade absoluta na distribuição de receitas e dos recursos humanos das OSC	41
Figura 3.2	Sub-dimensões e indicadores do Ambiente	46
Figura 3.2.1	Pontuação das subdimensões do Ambiente, Moçambique ISC 2007	47
Figura 3.2.2	Índice de governabilidade, Moçambique e Botswana, 2006	49
Figura 3.2.3	Representação do poder de decisão do cidadão e distribuição das despesas orçamentais públicas, Moçambique 2007	51
Figura 3.3	Sub-dimensões e indicadores de Valores	69
Figura 3.3.1	Pontuação das sub-dimensões dos Valores, Moçambique ISC 2007	70
Figura 3.3.2	Papel da Sociedade Civil e exemplos de promoção da Democracia, Moçambique ISC2007	72
Figura 3.3.3	Corrupção no seio da Sociedade Civil, Moçambique ISC2007	73
Figura 3.3.4	Campanhas das OSC pela transparência do Governo, Moçambique ISC2007	74
Figura 3.3.5	Papel das OSC na promoção da transparência do Governo, Moçambique ISC2007	74
Figura 3.3.6	Importância de forças intolerantes na Sociedade Civil, Moçambique ISC2007	76
Figura 3.3.7	Papel das forças intolerantes dentro da Sociedade Civil, Moçambique ISC2007	76
Figura 3.3.8	Exemplos de violência na Sociedade Civil, Moçambique ISC2007	77
Figura 3.3.9	Prática de equidade nas OSC, Moçambique ISC 2007	79
Figura 3.3.10	Frequência de denúncias de práticas sexistas na SC, Moçambique ISC 2007	80
Figura 3.3.11	Hierarquia dos principais problemas do país por área de residência, Moçambique 2004-05	81
Figura 3.4	Sub-dimensões e indicadores do Impacto	86
Figura 3.4.1	Pontuação das sub-dimensões do Impacto, Moçambique ISC 2007	87
Figura 3.4.2	Percepção sobre o activismo e sucesso da influência da SC na área dos Direitos Humanos, Moçambique 2007	88

Figura 3.4.3	Percepção sobre o activismo e sucesso da influência da SC na área das políticas sociais, Moçambique 2007	89
Figura 3.4.4	Percepção sobre o activismo e sucesso da influência da SC na área das políticas financeiras, Moçambique 2007	90
Figura 3.4.5	Percepção sobre o activismo e sucesso da influência da SC no escrutínio do Estado, Moçambique 2007	91
Figura 3.4.6	Percepção sobre o activismo e sucesso da influência da SC no escrutínio das empresas privadas, Moçambique 2007	92
Figura 3.4.7	Hierarquia dos principais problemas do país por sexo, Moçambique 2004-2005	93
Figura 3.4.8	Evolução da abstenção eleitoral como <i>Proxy</i> da Confiança Política, Moçambique 1994-2004	94
Figura 3.4.9	Grupos alvo dos serviços prestados pelas OSC, Moçambique 2007	96
Figura 3.5	Índice da Sociedade Civil Moçambicana 2007	101
Figura 3.5.1.	Distribuição da Pontuação dos 80 Indicadores do ISC, Moçambique	102
CAIXAS		
Caixa 1.1.1	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	5
Caixa 2.2.1	Algumas definições de Sociedade Civil recolhidas dos cidadãos	8
Caixa 2.2.2	Definições de Sociedade Civil de diversas fontes	9
ANEXOS		117
Anexo 1	Cronograma da pesquisa	118
Anexo 2	Amostra dos inquéritos nacionais: Ao cidadão e às OSC, Moçambique, Setembro 2007	119
Anexo 3	Categorização das OSC, por grupos e subgrupos	120
Anexo 4	Matriz de pontuação dos indicadores do ISC, Moçambique 2007	121

PREFÁCIO

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) jogam um papel fundamental para o desenvolvimento e ampliação da democracia. As reformas políticas, económicas e sociais que estão a ter lugar em todo mundo têm destacado a necessidade de apoio à Sociedade Civil para que esta participe efectivamente nos processos de tomada de decisão, implementação e monitoria das políticas e programas públicos.

Tal como em muitos outros países, as OSCs em Moçambique vêm a desempenhar um papel cada vez mais crucial nos processos de governação e desenvolvimento do país. As formas organizadas da Sociedade Civil, reconhecidas inicialmente pela sua contribuição na provisão de assistência humanitária, evoluíram nos últimos anos para assumirem o papel de promotoras de desenvolvimento e participarem activamente em acções de pesquisa e advocacia que visam monitorar e influenciar políticas públicas e de desenvolvimento das comunidades. O seu papel tem sido gradualmente reconhecido, pelo governo e outros actores de desenvolvimento e isto tem sido demonstrado em vários documentos de políticas como a visão de desenvolvimento do país, a Agenda 2025, e o Plano para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), e no estabelecimento de mecanismos participativos tais como os Observatórios de Desenvolvimento e Conselhos Consultivos ao nível distrital.

Entretanto, o compromisso e desejo das OSCs de participarem no processo de governação e desenvolvimento do país é, muitas vezes, confrontado com uma limitada capacidade para contribuir de forma efectiva e sustentada a todos os níveis. O conhecimento sobre o estado da Sociedade Civil é também limitado, e tem havido poucas oportunidades para que membros das OSCs se juntem para discutirem e reflectirem em torno dos desafios que enfrentam.

A Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) partilham a convicção de que é importante intervir sobre os factores que impedem a efectividade e eficiência das OSCs para que se obtenha um processo de desenvolvimento endógeno e coerente em Moçambique. É assim, que a FDC e o PNUD, em parceria com a CIVICUS, embarcaram em Fevereiro de 2007, numa jornada muito ambiciosa de “medir o pulsar” da Sociedade Civil Moçambicana. A esta jornada juntaram-se centenas de Organizações da Sociedade Civil, a nível nacional e de base comunitária, membros da Plataforma Grupo Vinte (G20), organizações sociais e religiosas, e outros parceiros internacionais, incluindo a Fundação Agha Kan, Fundação Kellogg e a União Europeia.

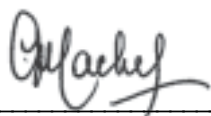
Esta ambiciosa aventura visava avaliar a Sociedade Civil nas principais dimensões do seu exercício de cidadania: a) a sua Estrutura de organização, no que diz respeito ao envolvimento, participação e contributo, de forma livre e voluntária na sociedade; b) o Ambiente sócioeconómico e político em que se inserem e o espaço que têm para intervir; c) os Valores que sustentam as suas acções e, finalmente, d) o Impacto das suas intervenções a todos os níveis.

O Índice da Sociedade Civil (ISC) é uma ferramenta desenvolvida pela CIVICUS de avaliação participativa de necessidades e de planificação de acção que já foi aplicada em mais de 50 países, com o objectivo de criar uma base de conhecimento e ímpeto para iniciativas de fortalecimento da Sociedade Civil.

O processo, em Moçambique, foi amplamente participativo e envolveu um leque variado de actores ao nível das bases, organizações de mulheres, de jovens, organizações informais, partidos políticos, sector privado, instituições académicas e governo, entre outros. Este envolvimento proactivo dos vários intervenientes no ISC garantiu o sentido de posse no país e partilhou o compromisso de todos de se alicerçarem nos sucessos da Sociedade Civil para resolverem as fraquezas inerentes.

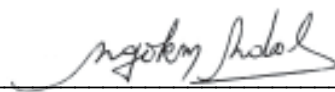
Esta publicação marca o início de um longo processo para a Sociedade Civil consolidar e repensar as suas estratégias e funcionamento. Este relatório é, assim, uma ferramenta para as OSCs, governo, sector privado e parceiros de desenvolvimento. Ele pode ser usado para colectivamente criar uma agenda e definir as metas para o fortalecimento da Sociedade Civil Moçambicana no futuro.

Graça Machel



Presidente do Conselho de
Administração da FDC

Ndolamb Ngokwey



Representante Residente do PNUD e
Coordenador Residente das Nações Unidas



EQUIPA DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Direcção Geral/Pesquisa Primária	Paula Monjane
Coordenação do Projecto / Supervisão Regional	Albertina Mucavele
Analista da Sociedade Civil / Redacção do Relatório	António Francisco
Pesquisadora Social / Supervisão de Campo	Sónia Seuane
Técnico de Amostragem	Basílio Cubula
Processamento de dados	Eugénio Matavele
Colaboração na Pesquisa Secundária	Mário Jorge Carlos
Supervisão Regional	Laila Chemane
Documentação e Comunicação	Hermínio Nhaguiombe
Facilitadores Provinciais das Consultas à Sociedade Civil	Anastácio Matavele (Província de Gaza) Amade Naleia (Província da Zambézia) Anselmo Soares (Maputo Província) Artur Armando Colher (Província de Nampula) Eugénio Fernandes (Província de Sofala) Filipe Baessa e Elvis Assane (Maputo Cidade) Frederico João (Província de Cabo Delgado) Gervásio Chisinpo (Província de Tete) João Daglasse (Província do Niassa) José Dango (Província de Manica) Júlio da Conceição (Província de Inhambane)
Supervisores Provinciais do Inquérito ao Cidadão	Adriana Biosse Caifaz Belarmino Josefa Ruquia Chivite Lucília Daniel Chamane Mário Paulo Chivavel Mércia Isabel Muchine Natacha Ndache Naftal Réhana Dauto Capurchande Roberto Dinis Manjate João Vicente Pieter Márcia Sandra Mapsanganhe Énia Miriam Banze
Grupo de Assessoria Nacional	Diamantino Nhamposse Paulo Gentil Djamila Carvalho Rui António Dinis Matsolo Cristina Matusse Ondina da Barca Vieira Almiro Mazive Eduardo Munhequete António Francisco Ana Karina Cabral Alcides Tamele Benedito Ngomane Madalena Zamdamela Cipriano Mchengela Luis da Costa João Pereira Carlos Nuno Castel-Branco Marcelo Mosse Benjamim Pequeno Mequelina Meneses Els Berghmans Stella Pinto Agostinho Mamade Francisco Noa Eufreginia do Reis Diamantino Nhamposse Graça Samo Fernanda Teixeira Amélia Fernanda Jamila de Carvalho

AGRADECIMENTOS

A FDC gostaria de expressar a sua gratidão a todas as pessoas e entidades que contribuíram, de forma directa e indirecta, para a realização deste estudo. Agradecimentos especiais vão para as instituições e pessoas singulares que acreditaram no projecto e participaram activamente na realização do mesmo:

- aos membros do Grupo de Assessoria Nacional, que incansavelmente deram orientação ao projecto e fizeram uma análise crítica aos resultados encontrados,
- aos Pontos Focais Provinciais do G20, que facilitaram a pesquisa nas suas respectivas províncias,
- ao Instituto Nacional de Estatística, pelo apoio na disponibilização da Base de Dados sobre as Organizações Sem Fins Lucrativos, no desenho da amostra e na disponibilização dos seus técnicos provinciais durante a implementação da pesquisa primária ao cidadão,
- à CIVICUS, por ter incluído a FDC no leque dos seus parceiros de implementação ao nível mundial, ao disponibilizar a ferramenta Índice da Sociedade Civil e providenciar apoio técnico,
- ao Dr. João Pereira, pelos úteis conselhos na estratégia de implementação da pesquisa primária, baseados na vasta experiência em pesquisas nacionais similares,
- aos facilitadores dos encontros do Grupo de Assessoria Nacional – senhor João Noronha - e do Seminário Nacional - senhora Elsa Pereira, senhor Zuber Amad, senhor Filipe Baessa, senhor Sérgio Muchanga, senhora Ana João, Senhor Anastácio Matavele, e aos *'rapporteurs'* vai também o nosso especial agradecimento pela dedicação e empenho na realização das suas tarefas,
- à equipa de coordenação técnica do estudo, nomeadamente a senhora Albertina Mucavele, Professor Doutor António Francisco, senhora Sónia Seuane, e senhora Paula Monjane,
- finalmente, às instituições parceiras que tornaram possível a realização do estudo: PNUD, Fundação Agha Kan, União Europeia e à Fundação W.K.Kellogg.

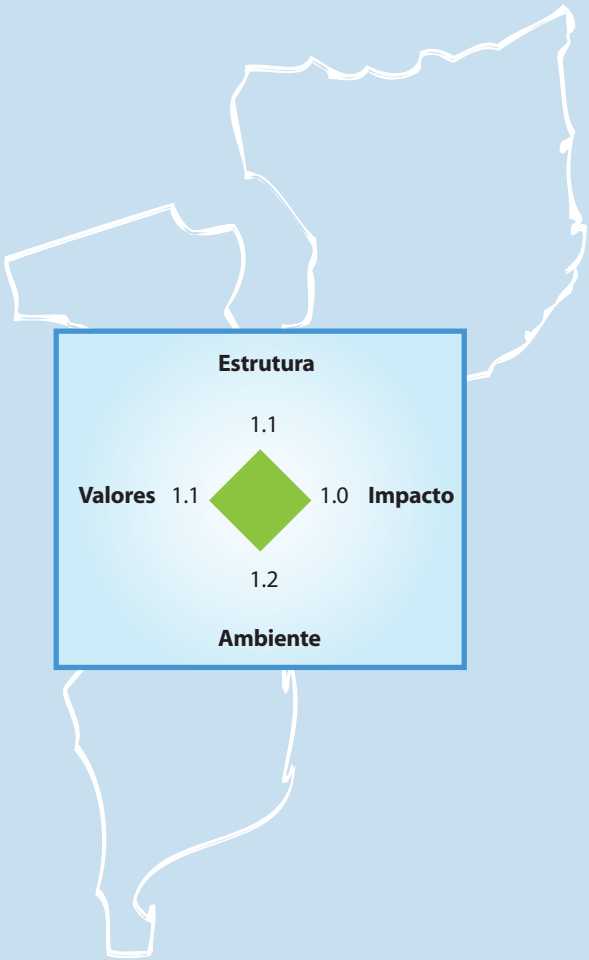


Director Executivo
(Narciso Matos)

ABREVIATURAS

BdPES	Balanço do Plano Económico e Social (PES)
BM /WB	Banco Mundial/World Bank
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CINSFLU	Censo de Instituições Sem Fins Lucrativos
CEP	Centro de Estudos Populacionais da Universidade Eduardo Mondlane
CIP	Centro de Integridade Pública
CIVICUS	Aliança Mundial para a Participação Cidadã
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CTA	Confederação das Associações Económicas Moçambicanas
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
DNPO	Direcção Nacional de Plano e Orçamento
DPPF	Direcção Provincial de Planificação e Finanças
ETNI	Equipa Técnica Nacional do Índice
FDC	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Nome do Partido Político no Poder
G20	Grupo Vinte – Plataforma das OSC para monitoria do PARPA
GAN	Grupo de Assessoria Nacional
GMD	Grupo Moçambicano da Dívida
GdM	Governo de Moçambique
HIPC	Heavily Indebted Poor Country (País Pobre Altamente Indivíduo)
IAF	Inquérito de Agregados Familiares
INC07	Inquérito Nacional ao Cidadão 2007
INE	Instituto Nacional de Estatística
INOSC07	Inquérito Nacional às Organizações da Sociedade Civil 2007
ISC	Índice da Sociedade Civil
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
IVA	Imposto de Valor Acrescentado
GINI	Um indicador de concentração da distribuição
LINK	Coligação da Organizações não Governamentais em Moçambique
MF	Ministério das Finanças

MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MPF	Ministério do Plano e Finanças
MONASO	Rede Moçambicana de Organizações Contra o SIDA
ODM	Organizações Democráticas de Massa
OE	Orçamento do Estado
OJM	Organização da Juventude Moçambicana
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONP	Organização Nacional dos Professores
OTM	Organização dos Trabalhadores Moçambicanos
OP	Observatório da Pobreza
OSC	Organizaçã(o)es da Sociedade Civil
PAP	Programa de Ajuda dos Parceiros
PARPA	Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD/UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento <i>/ United Nations Development Programme</i>
PPO	Observatório Provincial da Pobreza
PVHS	Pessoas Vivendo com HIV/SIDA
RAP	Relatório Anual da Pobreza preparado pelo G20
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SC	Sociedade Civil
SCN	Sistema de Contas Nacional
SDC/CSD	<i>Swiss Development Cooperation</i> /Cooperação Suíça para o Desenvolvimento
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
UGC	União Geral da Cooperativas
UTRESP	Unidade Técnica da Reforma do Sector Público



SUMÁRIO EXECUTIVO

Esta secção apresenta os principais resultados do projecto de pesquisa sobre o Índice de Sociedade Civil (ISC) em Moçambique, realizado entre Março e Dezembro de 2007. O projecto foi executado pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) em estreita colaboração com a CIVICUS (Aliança Mundial para a Participação Cidadã), envolvendo já mais de 50 países do mundo, tendo contado com o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Fundação Aga Khan, da União Europeia e da Fundação Kellogg.

O Projecto ISC assentou numa investigação integrada, envolvendo uma multiplicidade de fontes e métodos quantitativos e qualitativos, bem como na ampla participação dos actores e interessados directos (*stakeholders*) na avaliação do estado da Sociedade Civil em todo o mundo.

Em conformidade com a metodologia da CIVICUS, a FDC constituiu uma Equipa Técnica Nacional do Índice (ETNI) e um Grupo de Assessoria Nacional (GAN). Todo o processo técnico de investigação foi acompanhado e apoiado pela equipa da CIVICUS, mas inteiramente implementado pelo grupo de investigadores nacionais e supervisionado pelo GAN.

A equipa técnica reuniu, sistematizou e analisou a informação de múltiplas fontes, tanto secundárias como primárias. Em diferentes etapas da pesquisa, os dados e resultados foram submetidos a amplas discussões e análises críticas, particularmente em encontros do GAN, que foi o organismo de validação da pontuação final dos 80 indicadores que integram o Índice de Sociedade Civil (ISC).

As consultas e recolha de dados cobriram todo o país, e contaram com a realização de duas pesquisas primárias originais. Uma pesquisa foi o Inquérito Nacional ao Cidadão (INC07), a partir duma amostra estatisticamente representativa de 4015 pessoas. O outro inquérito nacional cobriu 477 organizações da Sociedade Civil (INOSC07), baseado numa amostra extraída da base de dados do INE (2006), que, em 2003, realizou um censo a quase 5000 organizações sem fins lucrativos.

O ISC é um projecto comparativo internacional, que já envolveu cerca de seis dezenas de países, segundo a mesma metodologia da CIVICUS. O ISC foi concebido com dois objectivos principais: 1) Proporcionar um conhecimento actualizado e útil sobre a Sociedade Civil; 2) Melhorar o compromisso dos interessados directos (*stakeholders*) no fortalecimento e expansão da Sociedade Civil.

O relatório final, em que este Sumário Ampliado se baseia, contém três capítulos principais. O Capítulo 3 constitui o grosso da análise, estruturada segundo a lógica das quatro sub-dimensões que compõem o ISC. Este sumário descreve os principais resultados, incluindo um breve panorama histórico, o principal debate sobre o conceito de Sociedade Civil na situação específica de Moçambique, a apresentação dos resultados das quatro dimensões do Diamante do ISC (Estrutura, Ambiente, Valores e Impacto), e, no final, os méritos e deméritos do actual estado da Sociedade Civil moçambicana.

Os dados e a análise aqui resumidos beneficiaram da discussão e debate amplo, tanto do GAN como do Seminário Nacional de três dias, realizado em Maputo, entre 4 e 6 de Dezembro de 2007.

O Índice da Sociedade Civil (ISC) moçambicana em 2007

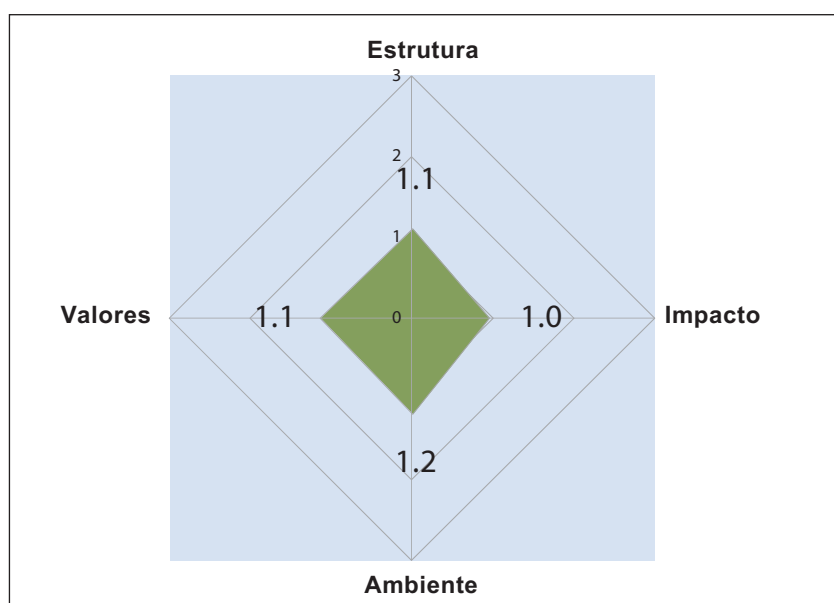
A questão fundamental a que o Projecto ISC procurou responder pode ser expressa da seguinte forma: Qual é o estado e a situação da Sociedade Civil moçambicana?

Antes mesmo de apresentar os resultados mais detalhados e os fundamentos da avaliação realizada, vale a pena começar por apresentar, de forma breve, a resposta à questão anterior.

O Projecto ISC concluiu que a Sociedade Civil moçambicana é globalmente fraca, nas suas principais dimensões, incluindo a estrutura, o ambiente, os valores e o impacto da sua acção. Como mostra a Figura 1.1.1a, a pontuação do ISC ronda o valor 1. Ou seja, em termos qualitativos, um valor muito abaixo do valor médio, na escala de 0 a 3 atribuída às variáveis consideradas.

Esta classificação corresponde ao agregado médio da pontuação atribuída a um total de 80 indicadores, organizados em 27 sub-dimensões e, no final, nas quatro dimensões ilustradas na Figura 1.1.1a, nomeadamente: a Estrutura da Sociedade Civil; o Ambiente externo no qual a Sociedade Civil existe e funciona; os Valores praticados e promovidos na arena da Sociedade Civil; e o Impacto das actividades prosseguidas pelos actores da Sociedade Civil.

Figura 1.1.1a: O Diamante da Sociedade Civil Moçambicana em 2007



A avaliação da sociedade moçambicana como fraca, se bem que apresente sinais de transição para o nível próximo da média, representa uma situação delicada. O valor médio bem abaixo da média da pontuação de modo algum pode ser motivo de tranquilidade e confiança sobre o futuro progresso da Sociedade Civil.

Mas antes de pensar no futuro, é importante aprofundar e conhecer os aspectos mais débeis que, realmente, contribuem para a situação nada satisfatória da Sociedade Civil moçambicana actual. De igual modo, é importante conhecer as variáveis que contribuem positivamente para uma situação satisfatória e moderada, em algumas sub-dimensões.

Encontrar a resposta realista e fundamentada para os principais obstáculos e maiores debilidades da Sociedade Civil moçambicana não é um desafio fácil. Todavia, é um desafio que vale a pena enfrentar, com vista a se identificar onde incidir futuros esforços, como agir e como priorizar as acções no futuro.

A dificuldade do exercício envolvido na estimativa do ISC surge, em parte, porque os dados disponíveis são limitados. Além disso, o facto das dimensões do Diamante da Sociedade Civil moçambicana apresentarem uma pontuação relativamente equilibrada e próxima umas das outras, também não ajuda a descortinar os factores predominantes, tanto em relação às debilidades e desvantagens, como aos méritos, pontos fortes e vantagens identificados na actual Sociedade Civil moçambicana.

Todavia, os dados empíricos produzidos pelo Projecto ISC, resultantes duma ampla investigação sistemática e participativa, fornecem a primeira base de dados holística da Sociedade Civil moçambicana, que permite avaliar as características principais do seu estado de desenvolvimento e as suas perspectivas futuras, mas com principal incidência para a situação actual. Este enfoque na situação actual constitui o foco do resumo que se segue.

O Conceito de Sociedade Civil

A definição operacional de Sociedade Civil usada nesta pesquisa corresponde à definição proposta pela CIVICUS, percebida como a arena fora da família, do Estado e do mercado, onde as pessoas se associam para desenvolverem interesses comuns.

Esta definição não é imediatamente percebida e aceite pelo cidadão comum, incluindo muitas pessoas letradas e especializadas em certas matérias académicas.

A divergência principal entre uma definição operacional de pesquisa, como a definição da CIVICUS, e a perspectiva do senso comum tem a ver com o papel que certos actores da sociedade desempenham em determinado momento histórico ou local.

Devido aos antecedentes dos partidos políticos maioritários em Moçambique, a Frelimo e a Renamo, e sobretudo ao seu papel político hegemónico na presente sociedade moçambicana, um número significativo de pessoas defende que tais partidos devam ser excluídos da pesquisa sobre a Sociedade Civil moçambicana.

Particularmente nas províncias, os participantes em encontros e debates promovidos pelo projecto ISC, foram peremptórios na posição que a inclusão da Frelimo e da Renamo na análise da Sociedade Civil dificulta e distorce a pesquisa. Na sua opinião, a presença de representantes dos partidos políticos dominantes em debates da Sociedade Civil inibe as pessoas, intimida ou dificulta a busca de soluções para o desenvolvimento da Sociedade Civil.

Persiste uma tensão e disputa política bastante renhida entre as duas forças políticas dominantes em Moçambique. Esta situação acaba por ser pouco saudável e positiva para o desenvolvimento da Sociedade Civil, porque a tendência é procurar-se manipular os membros das OSC, com vista a assumirem partido por uma ou outra força, independentemente do sentido e praticabilidade das posições assumidas.

Antecedentes Históricos da Sociedade Moçambicana

A história de Moçambique, pré e pós independência, estabeleceu um contexto em que a Sociedade Civil se viu e se vê desafiada na sua capacidade e disposição de exercer os seus direitos e deveres em defesa dos cidadãos.

A literatura pré independência que aborda o associativismo nas sociedades africanas no território que veio a tornar-se Moçambique é escassa, embora tenham existido formas estatais que directa ou indirectamente “forçaram” a criação de associações sem fins lucrativos. A literatura sobre o associativismo que aborda o período colonial vê-o num contexto de oposição ao regime colonial português, influências do contexto internacional, como as ideais pan-africanistas, da negritude, do socialismo revolucionário.

A literatura pós independência procurou abordar a prática associativa não só no contexto da defesa de interesses de grupos, mas também como forma de contornar as calamidades naturais e os desastres provocados pelas pessoas. A literatura que analisa o impacto das associações defende um impacto controverso, positivo e negativo, dependendo dos indicadores e abordagens dos autores.

Até meados da década de 1980, a literatura moçambicana pós-independência sobre associativismo é reduzida, porque o sistema mono-partidário que passou a prevalecer em Moçambique tornou as delimitações difíceis, confundindo o Estado com o Partido e sociedade em geral, e proibindo qualquer forma de associação que se realizasse fora dos veículos formais do Estado moçambicano. A Frelimo e o Estado, de acordo com Yussuf Adam e Humberto Coimbra (1997) assumiam-se como os únicos representantes legítimos do povo e as poucas agências que existiam tinham que se submeter ao seu controle (Adam e Coimbra, 1997: 83; Newitt, 1997: 467).

Antes de 1984 existiam poucas associações em Moçambique. As referências feitas às Organizações Não Governamentais fazem alusão à Cruz Vermelha de Moçambique, UGC, Médicos Sem Fronteiras e associações vinculadas ao partido Frelimo (OMM, por exemplo). Com a introdução da liberdade de associação o número de ONGs começou a subir.

Em 2003 o INE recenseou 4853 Instituições Sem Fins Lucrativos em Moçambique. Mais de 70% dessas associações trabalhavam somente em cinco províncias, enquanto menos de 30% actuavam nas restantes seis províncias. A maioria das unidades estava concentrada na província de Nampula (19.5%) seguida de Gaza (14.6), Inhambane (14%), cidade de Maputo (12.9%) e província de Maputo (9.5%). Nas restantes províncias o número se manteve inferior ou igual a 6.1% (INE, 2006: 43).

A Situação da Sociedade Civil Moçambicana

Estrutura

A análise da Estrutura da Sociedade Civil conduz à conclusão que esta dimensão é avaliada como fraca, a diversos níveis considerados no ISC: amplitude, profundidade e diversidade do cidadão. Praticamente todas as sub-dimensões evidenciam elevada fraqueza da Estrutura no ISC.

Parte da fraqueza da Estrutura da Sociedade Civil revela-se ao nível organizacional e disponibilidade dos recursos financeiros e humanos das OSC. Mas uma outra parte, talvez ainda mais relevante que a primeira, por ser de ordem estrutural e contextual, é determinada pelo ambiente institucional que condiciona a dimensão e exercício do poder do cidadão. Como sustentam outros estudos, os moçambicanos são frequentemente chamados a participar no exercício do seu direito de cidadania, mas na prática o seu poder de influenciar políticas, decisões relevantes ou mesmo de poder económico e político, acaba por ser limitado. Na escala de participação para o exercício do poder, o cidadão fica geralmente entre o nível de manipulação e terapia, por um lado, e o nível de consulta e auscultação *had hoc* e informal, por outro lado, sem o tipo de compromisso e responsabilidade mútua inerente às diferentes formas de parceria. (Arnstein, 1969; Francisco e Matta, 2007)

A apreciação dos resultados sobre a estrutura do ISC em 2007, tanto pelo GAN como pelos membros do Seminário Nacional de 4-6 de Dezembro de 2007, é que os indicadores permitem identificar as áreas onde é necessário concentrar maior atenção no futuro. Em particular, o GAN considera que o reconhecimento das fraquezas identificadas é um passo importante para a tomada de consciência dos constrangimentos e dificuldades que as OSC enfrentam.

Os dados reunidos neste relatório permitem também dissipar algumas percepções erróneas sobre a situação das OSC, nomeadamente a sua distribuição geográfica no país e o tipo de organização predominante na Sociedade Civil. Contrariamente à ideia prevalecte, a grande maioria das OSC localizam-se nos distritos e comunidades locais, e não nos principais centros urbanos.

Isto significa que a maioria das OSC não dispõe de visibilidade nos círculos de comunicação ampla, nas redes influentes e com capacidade de acesso às fontes de recursos financeiros, às melhores tecnologias e aos meios de comunicação massiva. Esta situação constitui um grande desafio para três tipos de entidades:

Primeiro, as OSC com representatividade nacional, particularmente as fundações mais capacitadas, podem usar os resultados deste estudo para agir no sentido de melhorar a estrutura da Sociedade Civil, ampliando redes e formas de colaboração com as OSC de base, tanto distritais como de base comunitária.

Em segundo lugar, as agências internacionais e os doadores, interessados em apoiar o desenvolvimento da Sociedade Civil moçambicana, devem procurar formas de ampliar o seu apoio para além da minoria das organizações que até aqui dele têm beneficiado.

De acordo com os dados fornecidos pelo levantamento do INE, em 2003 o orçamento de receitas das OSC formais rondava os 300 milhões de dólares americanos ano. Pelo menos 70% deste valor são constituídos por transferências financeiras do estrangeiro, enquanto 25% são constituídos por transferências do sector privado e familiar/individual. Por isso, os financiadores estrangeiros deparam-se com o desafio de procurar formas de aceder a um leque mais amplo de OSC em Moçambique, com vista a contribuírem para o desenvolvimento dum Sociedade Civil moçambicana forte. Como fazê-lo? A resposta a esta questão não constituiu o foco da análise aqui realizada, mas tal assunto poderá constituir objecto de reflexão posterior. Por exemplo, dado que o sector privado tem sido a segunda fonte mais importante de apoio financeiro às OSC, talvez se justifique uma maior articulação entre estas duas grandes fontes de apoio financeiro à Sociedade Civil, a fonte estrangeira e o sector privado nacional.

Finalmente, a outra entidade que não pode ser descurada na consideração do reforço à Sociedade Civil moçambicana, é o Estado e, em particular, o Governo. Neste caso, o apoio que as OSC podem receber do Governo não é propriamente financeiro, mas sim funcional e facilitador das acções e iniciativas das Organizações da Sociedade Civil.

Ambiente

A análise dos factores políticos, sociais, económicos, culturais e legais, bem como as atitudes e comportamentos das entidades públicas e privadas perante a Sociedade Civil, conduz à conclusão que a dimensão Ambiente apresenta-se próxima das restantes três dimensões mas ligeiramente melhor.

O ambiente geral em que a Sociedade Civil moçambicana está a desenvolver-se melhorou substancialmente nas duas décadas passadas, mas ainda precisa de melhorar muito. O GAN concluiu, e o Seminário Nacional de discussão dos resultados enfatizou, que o Ambiente geral não é abertamente hostil, mas também não é confortavelmente simpático e favorável.

A generalidade da Sociedade Civil não participa activamente na vida política. Quanto à competição política, o grupo que aprofundou o debate sobre a dimensão Ambiente concluiu que a competição política é agressiva e antidemocrática.

Sobre o Estado de direito e a lei, o GAN e o Seminário Nacional concluíram que existe um elevado índice de incumprimento das leis aprovadas, um elevado desconhecimento das leis

principais, níveis de corrupção generalizados, uma burocracia pouco eficiente e eficaz, fraca descentralização e limitações diversas no exercício das liberdades individuais.

A burocracia para registo das OSC é excessiva e pouco eficiente. As actividades de advocacia são permitidas formalmente mas na prática existem problemas, que variam segundo cada região.

Existe o que se pode chamar de cooperação administrada e pouco espaço para dissensão. Há a percepção de que existe uma democracia de ritmos variáveis e que a participação política é mais cara no norte, comparativamente ao sul.

Não existem evidências de intolerância violenta e explícita, mas em relação a grupos específicos a atitude não é tolerante. As pessoas têm um comportamento intolerante particularmente em relação à convivência com a homossexualidade e seropositividade.

Porém, é necessário reconhecer que as instituições públicas e privadas são ainda muito subdesenvolvidas, rudimentares e altamente centradas num poder político bipolarizado e sem mecanismos de representatividade efectiva de cidadania.

As reformas políticas são ainda muito centralizadas e a falta duma massa crítica ampla reduz o leque de escolhas e impacto efectivo do cidadão no exercício do poder político, o qual continua a agir mais em conformidade com a sua dependência em relação às entidades internacionais do que de uma parceria efectiva com a própria Sociedade Civil.

A falta duma cultura de eficiência, de uma administração pública descentralizada, de execução orçamental transparente e participativa, de instituições privadas fortes e eficazes, entre outros factores, restringem a eficácia da acção dos actores sociais.

O presente estudo mostra que a relação entre a Sociedade Civil e o Estado é problemática, em termos de disponibilização de mecanismos de responsabilização mútua e monitoria transparente e eficaz. O tipo de interacção entre a Sociedade Civil e o Estado é superficial e informal. Na verdade, a generalidade da sociedade moçambicana recorre à informalidade, tanto como forma de contornar a regulação estatal como porque as instituições públicas muitas vezes são incapazes de proporcionar os serviços básicos necessários.

A Sociedade Civil praticamente não recebe financiamento público e grande parte do que recebe surge por insistência dos doadores e parceiros internacionais do Estado. Mas não existem regras claras e transparentes relativamente às modalidades do apoio do Estado às OSC. No final, as ligações são estabelecidas de forma ad hoc, em moldes informais e sem clareza de critérios explícitos e transparentes.

Esta situação merecia ser confrontada, com o objectivo de se procurar estabelecer práticas e experiências de parceria efectiva entre os actores nacionais dinâmicos da sociedade moçambicana.

O sector privado também não olha para as OSC como parceiras ou actores sociais importantes. Em geral, a atitude dos agentes do sector privado para com as OSC é de relativa indiferença,

ou de fraco reconhecimento do papel positivo que eventualmente poderiam desempenhar na vida social. Mas, nas consultas com as OSC, também ficou claro que grande parte das OSC também apresenta fortes sinais de indiferença para com o sector empresarial. De facto, como mostram certos dados no texto, ao nível do apoio financeiro e material para as OSC, depois do apoio externo o segundo grupo mais relevante é o sector privado (25%, contra 3% do Governo). Existe aqui um potencial, que a longo prazo, à medida que o sector privado nacional se fortalecer, deverá constituir uma fonte alternativa ou complementar da fonte externa.

Existe diálogo entre a Sociedade Civil e os doadores, mas estes últimos revelam pouca confiança na capacidade das OSC. Além disso, poucas organizações beneficiam do apoio dos doadores, que parecem olhar mais para a capacidade de gestão. A fraca capacidade de gestão da generalidade das OSC cria descrédito junto dos doadores.

Valores

Em geral, a pontuação de 1,1 pontos, obtida neste estudo, sugere que a Sociedade Civil moçambicana não pratica nem promove de forma efectiva valores positivos e de elevada qualidade. A maior fraqueza identificada entre as oito sub-dimensões é nas questões de transparência, equidade de género e equidade na diversidade.

No Seminário Nacional o grupo que se debruçou sobre a dimensão Valores da sociedade moçambicana procurou fazer o levantamento das causas da fraca democracia, destacando as seguintes: i) manipulação dos partidos políticos, sobretudo em períodos pré-eleitorais, 2) fraca coordenação entre os actores sociais; 3) pobreza generalizada; 4) não realização regular das Assembleias ou outros encontros deliberativos.

Entre as razões da fraca transparência destacam-se as seguintes: 1) falta de cultura de prestação de contas; 2) fraca comunicação; e 3) fraco domínio/conhecimento dos estatutos e legislação em geral.

O baixo nível de transparência identificado nas OSC é particularmente importante, pois a noção de transparência associa-se fortemente a normas e valores na sociedade.

O desenvolvimento organizacional das OSC, segundo critérios de transparência real, pode contribuir para o estabelecimento de valores sólidos e dinâmicos. De uma maneira geral, a promoção de valores resistentes à corrupção, irresponsabilização e falta de prestação de contas não é praticada de forma sistemática e abrangente.

As expressões de fraca tolerância na sociedade moçambicana, ou mesmo algumas expressões de violência, parecem dever-se à falta de confiança entre as autoridades públicas e as lideranças das organizações, por um lado, e os cidadãos ou a massa associativa, por outro. Também acontecem conflitos de interesses e de personalidades.

Apesar das extensivas declarações de empenho no combate à pobreza, a dúvida que persiste é se as lideranças das OSC estão realmente a criar bases institucionais para uma redução

sustentável da pobreza. Esta interrogação é suportada pela crescente preocupação e aflição, manifestadas pelos cidadãos, quanto à falta de oportunidades de emprego, realização de actividades produtivas e de expansão da riqueza. Pelo que parece, na prática, as OSC parecem muito mais empenhadas em prestação de serviços, por vezes serviços de extensão ou complemento aos serviços sociais e não-produtivos da Administração Pública. Em contra partida, competirá ao sector privado produtivo e também à Sociedade Civil, procurar desenvolver condições de produção viáveis e sustentáveis.

Até aqui o envolvimento das OSC nas estratégias de combate à pobreza absoluta é principalmente como observadores, auscultados e aliados de circunstância do Governo ou doadores, como foi o caso da campanha pelo perdão da dívida. Todavia, não é realista concluir, a partir de tal participação, que as OSC sejam parceiros reais do Governo e dos doadores internacionais. Como defenderam Francisco & Matter (2007), a parceria, no sentido real deste conceito, só existe entre o Governo e os doadores ou outros actores internacionais.

Tanto o GAN como o Seminário Nacional consideram que as oito sub-dimensões, que integram a dimensão Valores, precisam de atenção prioritária da parte das OSC moçambicana. Prevalece um forte sentimento que os cidadãos estão a realizar acções múltiplas de redução da pobreza. De facto, esta sub-dimensão é a melhor qualificada, tendo sido a única entre as outras sub-dimensões com pontuação 2, ou seja, moderada alta.

Não existe ideia clara, nem foi devidamente estudada neste projecto, a perspectiva de sustentabilidade a longo prazo dos esforços de redução da pobreza. Porém, a partir da leitura dos dados e informações qualitativas, parece razoável concluir que qualquer melhoria da estrutura e do ambiente em que as OSC existem, necessita de ser acompanhada de progressos reais na melhoria dos valores da democracia realmente participativa, da transparência, da tolerância, da não-violência, da implementação de acções eficientes e eficazes de redução da pobreza e sustentabilidade ambiental, bem como do reforço da equidade tanto de género como da diversidade étnica, cultural e social.

Impacto

Como se sublinha no início desta secção, em consequência da fraca Estrutura, do Ambiente limitado e dos baixos Valores, a Sociedade Civil moçambicana inevitavelmente origina um Impacto limitado na governação e na generalidade das questões fundamentais do desenvolvimento de Moçambique.

Os obstáculos principais a uma acção mais eficiente e eficaz por parte das OSC são observados nas sub-dimensões sobre o escrutínio do Estado e das Empresas, no fraco empoderamento do cidadão, e na fraca capacidade de advocacia e *lobby* dos membros das OSC.

Como a confiança pública é fraca, as OSC acabam por dispor dum papel extremamente limitado na promoção do crescimento do capital social ao nível da base, tanto comunitário como distrital. Na prática, as OSC fornecem um fraco contributo para a promoção do capital social da população moçambicana.

Apesar da similaridade entre as pontuações das quatro dimensões, convém sublinhar o facto da dimensão Impacto apresentar o menor nível. Se assim não fosse é que seria estranho e suspeito. Directa ou indirectamente, o impacto da SC depende da situação das restantes dimensões.

Nas décadas passadas, a Sociedade Civil em Moçambique transpôs várias fases, até conquistar o espaço que detém no presente momento. Sobre o grau de sucesso no esforço de influência e impacto real, as fontes secundárias divergem, na ênfase e na qualificação do sucesso.

Alguns analistas, como por exemplo Negrão (2003), defendem que a influência das OSC nas políticas públicas é significativa, na medida em que representantes da sociedade passaram a ser chamados a participar em eventos como a eleição do Presidente do CNE, ou em fóruns como o Observatório da Pobreza, ou em campanhas de interesse nacional (exemplo da luta pelo perdão da dívida).

Porém, outros autores defendem que a participação ou envolvimento das OSC é insuficiente, por vezes por mera conveniência e para legitimar políticas circunstanciais, não envolvendo um verdadeiro empoderamento da Sociedade Civil. Segundo este último argumento, o espaço cedido à Sociedade Civil precisa de dar lugar a formas de parceria efectivas, ao empoderamento real da sociedade, e à transferência da prestação de contas do Estado aos doadores para a sociedade, através dum Parlamento pró-activo, eficiente, eficaz e competente (Francisco & Matter, 2007; Hodges & Tibana, 2005; Macamo, 2006; Mosse, 2007).

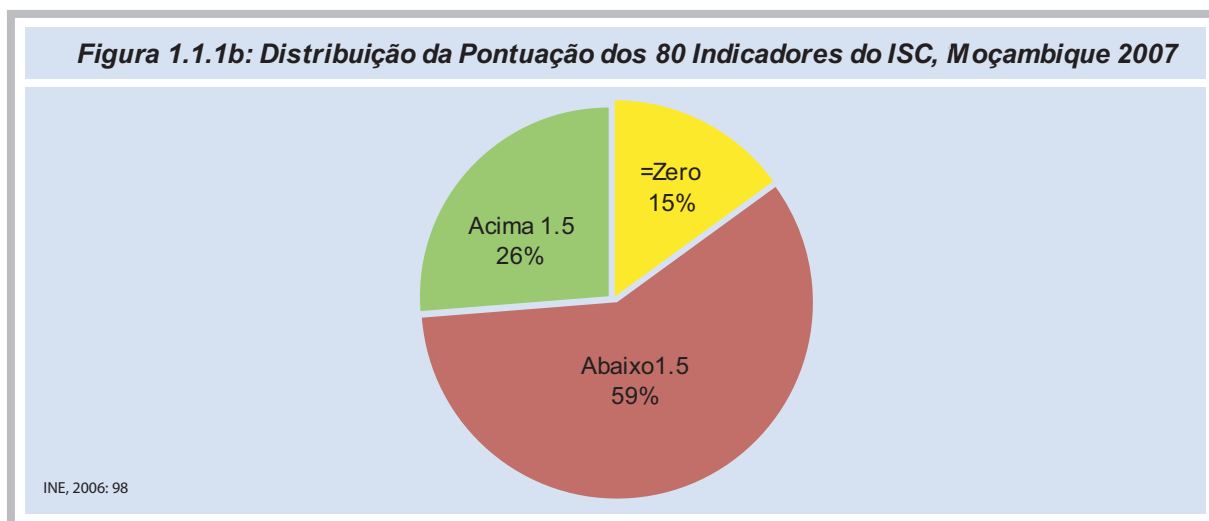
Conclusões e Recomendações

Com base na análise extensiva implementada e na conjugação dos múltiplos resultados reunidos, o Projecto ISC 2007 em Moçambique concluiu que a Sociedade Civil moçambicana é globalmente fraca, nas suas quatro dimensões: Estrutura, Ambiente, Valores e Impacto. A pontuação do ISC ronda o valor 1; em termos qualitativos, isto representa um valor bastante abaixo do valor médio, na escala de classificação de 0 a 3 pontos.

Esta classificação resulta da média aritmética das pontuações atribuídas a 80 indicadores, organizados em 27 sub-dimensões, e finalmente sintetizadas nas quatro dimensões de Estrutura (1.1 pontos), Valores (1.1 pontos), Ambiente (1.2 pontos) e Impacto (1.0 pontos). Em termos comparativos, entre os melhores e piores valores, a fraqueza da Sociedade Civil é demonstrada pelo facto de 15% dos 80 indicadores terem sido classificados com zero pontos, 59% entre zero e 1.5 pontos, e 26% com pontos iguais ou acima de 1.5. Ou seja, cerca de 74% das variáveis estão abaixo da média, enquanto somente 26% obtiveram uma classificação igual ou superior à média.

Convém sublinhar, mais uma vez, que estas pontuações devem ser tomadas como referência indicativa do estado das áreas consideradas, e não valores rígidos. Nem sempre foi fácil

Figura 1.1.1b: Distribuição da Pontuação dos 80 Indicadores do ISC, Moçambique 2007



atribuir os pontos. A equipa técnica está consciente do elevado grau de subjectividade de muitas das variáveis. Mas o esforço e oportunidade de classificação numérica tornam-se úteis para um processo de avaliação exacta, rigorosa, clara e útil para a elaboração de futuros planos de acção para a melhoria do estado da Sociedade Civil moçambicana.

Principais Méritos no ISC2007

De acordo com o Anexo 4, onde pode ser observada a classificação detalhada, atribuída aos 80 indicadores, 21 áreas apresentam-se classificadas com pontuação igual ou superior à média de 1.5 pontos.

Na dimensão Estrutura do ISC, cinco áreas apresentam-se como as mais fortes, ou com maior mérito: doações e voluntariado, distribuição geográfica das OSC, eficácia dos órgãos de direcção das federações ou redes das OSC e o nível de comunicação entre as OSC. Na dimensão relativa do Ambiente da Sociedade Civil, o nível de competição política, o direito à informação, a liberdade de imprensa, a tolerância, a consciência pública e o diálogo com os doadores receberam a classificação de 2 pontos. A dimensão dos Valores recebeu classificação acima da média em quatro áreas: tolerância e não-violência na Sociedade Civil, acções contra a pobreza e a equidade na diversidade dentro da Sociedade Civil. Sobre o Impacto, as variáveis com pontos acima da média, foram as áreas de incidência nas políticas sociais, *lobbies* por melhores serviços do Estado e satisfação das necessidades da sociedade.

Existem outras variáveis, que podem ser apreciadas na matriz do Anexo 4, também com nível satisfatório, classificadas em torno da média da classificação entre zero e três pontos.

Principais Deméritos no ISC2007

A pontuação apresentada no Anexo 4 permite também identificar as áreas débeis, ou muito débeis. Das 21 variáveis ao nível da Estrutura, cinco receberam pontuação zero: 1.1.3) Percentagem de pessoas pertencentes às OSC; 1.2.3) Percentagem de pessoas pertencente a mais do que uma OSC; 1.4.1) Percentagem de OSC em federações ou redes; 1.4.4) Nível de infra-estruturas de apoio à Sociedade Civil; 1.4.5) Proporção de OSC com ligações internacionais.

Relativamente ao Ambiente, duas das 26 variáveis foram classificadas com zero, significando muito grave: 2.1.4) Nível de corrupção no sector público; 2.6.3) Nível de apoio em recursos do Estado à Sociedade Civil. Quanto aos Valores, duas das 17 variáveis, foram classificadas com zero: 3.5.2) Prática efectiva de equidade de género na Sociedade Civil; 3.8.3) Acções de promoção da diversidade na Sociedade Civil. Sobre o Impacto, duas das 16 variáveis receberam a classificação zero: 4.2.2) Capacidade das OSC de colocar as empresas a prestar contas; 4.5.3) Resposta efectiva às necessidades imediatas dos grupos marginais.

Obviamente, algumas destas classificações podem não ser imediatamente entendidas, enquanto não se ler a explicação que justificou a pontuação. Algumas parecerem contra-intuitivas e surpreendentes. Será preciso consultar as explicações e tomar em consideração a matriz de critérios da metodologia usada. Quanto a outras áreas, que tiveram uma pontuação superior a zero mas inferior à média, o Anexo 4 e o texto que se segue fornecem detalhes numéricos e explicativos.

Com vista a usar-se a avaliação do ISC para gerar orientações e acções futuras, de 4 a 6 de Dezembro de 2007 realizou-se um Seminário Nacional que contou com a participação de quase duas centenas de participantes. Adicionalmente, em Janeiro e Fevereiro, a equipa técnica realizou alguns encontros restritos de análise sobre os resultados do estudo e identificação de recomendações principais.

Recomendações Gerais

As recomendações gerais do estudo do ISC, trazidas através das discussões dos grupos durante o Seminário Nacional podem ser sumarizadas em cinco pontos principais:

- Os representantes da Sociedade Civil moçambicana, presentes no Seminário, reconheceram a necessidade de se estabelecer um código de conduta para a Sociedade Civil, que permita promover a democracia e a transparência das suas acções;
- Recomendou-se a consolidação dos espaços e mecanismos já criados para coordenação e financiamento das suas intervenções a todos os níveis da sociedade;
- Recomendou-se o aumentar das suas capacidades técnicas e de conhecimento para melhor fazer uso das políticas e leis, e dos espaços já providenciados pelo Estado, sector privado e comunidade internacional e melhorar as suas acções com as comunidades;

- Recomendou-se o aumento do seu conhecimento, promovendo a investigação continua que possa influenciar e melhor informar as suas acções, baseando-se em evidências;
- Recomendou-se que se realize o estudo Índice da Sociedade Civil de forma periódica.

Recomendações Específicas Por Dimensão

Os participantes do Seminário concordaram que, pela exiguidade de tempo durante o Seminário, recomendações concretas deveriam ser feitas a *posteriori*, pelo grupo técnico e outros interessados. Assim, a Equipa de Coordenação do ISC e os facilitadores do Seminário, reuniram-se para esboçar recomendações relevantes e mais oportunas.

Estas recomendações foram organizadas pelas dimensões do estudo para permitir visualizar como melhor aumentar o índice para cada uma delas. O conjunto de recomendações permite contribuir para o aumento da participação e envolvimento da Sociedade Civil nos processos de mudança social e económica do país.

Recomendações para a Dimensão Estrutura

A Estrutura da Sociedade Civil mediu o envolvimento do cidadão nos assuntos sociais e políticos do país, e também a forma de organização das OSC. Dado que a pontuação final foi de 1,1 pontos, ou seja uma estrutura relativamente baixa, recomenda-se o seguinte:

- As Organizações da Sociedade Civil, devem procurar encorajar e desafiar o cidadão a exercer mais a sua cidadania, envolvendo-se nos assuntos sociais e políticos, como por exemplo apoiando as comunidades em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade, exercendo os seus direitos constitucionais e humanos, mas também cumprindo com os seus deveres cívicos;
- As organizações de grande escala, tanto em termos de capacidade financeira e humana como pela sua abrangência geográfica, deveriam procurar formas de proporcionar fundos, recursos e assistências às menos capacitadas. Isto poderá ser feito de duas formas complementares: i) estabelecendo um mecanismo de coordenação para capacitação em áreas específicas que melhorem as suas intervenções sociais e políticas; ii) utilizando o mesmo mecanismo para a coordenação da desconcentração de fundos, de recursos humanos e de conhecimento pelas organizações.

Recomendações para a Dimensão Ambiente

A dimensão Ambiente mediu o ambiente político, social, económico, cultural e legal, bem como as atitudes e comportamentos em que a Sociedade Civil e os seus membros actuam e funcionam. A pontuação desta dimensão foi 1,2 pontos, mostrando uma Sociedade Civil que se encontra

num ambiente relativamente fraco, mas com perspectiva de se tornar moderado. Assim, recomenda-se o seguinte:

- Aumentar a capacidade da Sociedade Civil de influenciar no cumprimento dos grandes acordos internacionais e leis nacionais que protegem os direitos humanos e cívicos do cidadão, que garantem o estabelecimento e manutenção de um ambiente favorável para o exercício da cidadania. O grande desafio é que a Sociedade Civil encontre o equilíbrio entre a influência das organizações viradas para o desenvolvimento e as que estão viradas para assuntos de direitos. Foi identificado em outros países africanos que, por exemplo, as organizações viradas para o desenvolvimento social e a prestação de serviços têm maior influência e apoio do que as organizações viradas para a promoção dos direitos humanos e democracia;
- À luz de outros esforços feitos pela Sociedade Civil (e.g. Lei das Fundações, a Lei da Família, dentre outros) a sociedade tem o poder e capacidade de propor uma legislação para reger a legalização das organizações sem fins lucrativos em Moçambique. Não só o processo é extremamente burocrático (moroso e caro) mas também classifica todas as organizações sem fins lucrativos da mesma forma, comprometendo a diversidade das Organizações da Sociedade Civil;
- Diminuir gradualmente a dependência das organizações internacionais para o financiamento e capacitação. Reconhecendo que as organizações internacionais, que doam fundos à Sociedade Civil tendem a mudar as suas prioridades programáticas em detrimento das prioridades das comunidades com quem a Sociedade Civil nacional trabalha, é urgente i) desafiar a alocação condicional dos fundos à Sociedade Civil, ii) cada vez mais diversificar as fontes de financiamento, fazendo máximo uso da crescente classe empresarial em Moçambique;
- À luz da diversificação de fundos, mas também da criação de maior responsabilização das empresas pelos efeitos positivos e negativos das suas acções nas zonas onde se localizam, recomenda-se que a Sociedade Civil se envolva activamente: ii) na exactão da responsabilidade social empresarial e no desafio às políticas do Estado em relação à isenção de impostos e à alocação de espaços às grandes empresas; iii) fazer uso da Lei do Mecenato para encorajar a filantropia responsável do sector privado.

Recomendações para a Dimensão Valores

A dimensão Valores pretendia medir os valores praticados e promovidos pela Sociedade Civil moçambicana e encontrou uma pontuação de 1,1 pontos. Mais uma vez esta pontuação demonstra uma situação fraca, o que justifica as seguintes recomendações:

- O estabelecimento de um código de ética e padrões de qualidade para a actuação e intervenção das Organizações da Sociedade Civil. A falta de transparência e democracia, por parte de algumas lideranças e organizações da sociedade, anula o seu esforço de

conquista de legitimidade, por parte dos seus constituintes, do Estado e dos parceiros financiadores;

- Um envolvimento consciente e entendido das Organizações da Sociedade Civil no processo de desenho, implementação e avaliação do Orçamento Geral do Estado a todos os níveis. A Sociedade Civil reconhece que a principal forma de exigência de prestação de contas por parte do Estado é através da execução financeira do Estado.
- De modo a promover a democracia em Moçambique, é necessário que a Sociedade Civil desafie a forma actual de constituição do Estado. Embora seja uma mudança gradual, é importante que a forma como os parlamentares e os membros do governo são nomeados seja feita de uma forma democrática, onde o cidadão tem o poder de escolher o indivíduo que poderá representa-lo melhor no parlamento.

Recomendações para a Dimensão Impacto

A dimensão Impacto mediu até que ponto a Sociedade Civil é influente nas decisões políticas, do sector privado e que efeitos estará a ter nas comunidades com quem se propõe trabalhar. De acordo com a avaliação, esta dimensão do ISC foi a que recebeu menor pontuação, reflectindo uma fraca acção, e também a fraqueza da Estrutura, do Ambiente e dos Valores. Assim, propôs-se como forma de mudar a actual situação:

- De modo geral a Sociedade Civil deverá fazer-se presente nos processos de identificação de assuntos que merecem a mudança ou elaboração de políticas sociais, de direitos humanos e financeiras.
- De forma específica a Sociedade Civil deverá utilizar os espaços providenciados por si, e pelo Estado, não só para questionar mas também para propor melhoramentos na implementação de políticas e prestação de serviços sociais por parte do Estado;
- Propor formas eficazes de tornar o acesso aos serviços sociais, jurídicos e económicos do Estado mais eficientes e eficazes, como por exemplo tornando o cartão do eleitor o documento de identificação para todos os serviços, pela rapidez com que é produzido;
- Para aumentar o seu impacto, a Sociedade Civil deverá: i) clarificar o seu papel como agente de mudança, que não substitui em nenhum momento o Estado; ii) melhorar os seus padrões de provisão de serviços às comunidades, respeitando sempre os direitos humanos das pessoas com que trabalha.

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta os resultados do projecto de pesquisa sobre o Índice de Sociedade Civil (ISC) em Moçambique, desenvolvido durante cerca de nove meses, entre Março e Dezembro de 2007, como parte dum projecto implementado pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) em estreita colaboração com a CIVICUS Aliança Mundial para a Participação Cidadã.

O ISC é um projecto de investigação integrada e participativa, que avalia o estado da Sociedade Civil no mundo, tendo já envolvido mais de 50 países. O projecto vincula a avaliação com a reflexão e o planeamento da Sociedade Civil, por parte dos interessados directos (*stakeholders*), bem como membros de outros sectores envolvidos. Neste sentido, o projecto procura ser um exemplo sobre como a investigação pode articular-se com a formulação de iniciativas concretas para fortalecer as debilidades que forem identificadas.

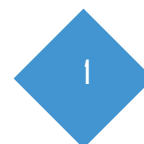
Tal como nos outros países, em Moçambique o projecto do ISC foi implementado por uma OSC, a FDC, que criou a Equipa Técnica Nacional do Índice (ETNI), um Grupo de Assessoria Nacional (GAN), e implementou todas as etapas de pesquisa, até à conclusão do presente relatório. Todo este processo foi acompanhado e apoiado pela equipa da CIVICUS, mas inteiramente implementado por investigadores nacionais mobilizados pela FDC.

A equipa técnica reuniu, sistematizou e analisou a informação de múltiplas fontes, tanto secundárias como primárias. Toda a informação foi partilhada e discutida com o GAN, tendo sido este que, no final, também validou e decidiu sobre a pontuação atribuída aos 80 indicadores que integram os ISC.

Em diferentes etapas da pesquisa, os dados e resultados da pesquisa foram submetidos a amplas discussões e análises críticas. As consultas e recolha de dados cobriram todo o país, envolvendo a criação de duas pesquisas de campo, uma para o Inquérito Nacional ao Cidadão (INC 07) a uma amostra de 4015 agregados familiares; a outra pesquisa foi o Inquérito nacional às organizações da Sociedade Civil (INOSC07), a uma amostra de 477 OSC .

Tratando-se de um projecto comparativo internacional, a metodologia aplicada é comum e uniforme nos seus aspectos fundamentais. O índice foi concebido com o objectivo, por um lado, de proporcionar um conhecimento actualizado e útil sobre a Sociedade Civil; por outro lado, pretende-se utilizar os resultados para melhorar o compromisso dos interessados directos (*stakeholders*) no fortalecimento e expansão da SC.

O primeiro objectivo envolve uma certa tensão entre a comparabilidade internacional e as particularidades específicas de cada país. Em cada país, cada equipa de pesquisa procura superar esta tensão introduzindo as adaptações metodológicas necessárias para que os indicadores capturem a realidade específica do país. No caso de Moçambique, a equipa técnica identificou algumas especificidades que não estavam devidamente contempladas nos 74 indicadores da metodologia de base. Por isso, o ISC apresentado neste relatório para Moçambique contempla 80 indicadores, em vez dos 74 inicialmente propostos pela CIVICUS.



Estrutura da Publicação

O presente documento contém quatro secções principais. A Secção I, “O Projecto de Pesquisa do ISC: Abordagem e Metodologia”, fornece uma ideia geral dos antecedentes do ISC, quadro conceptual e metodologia da investigação.

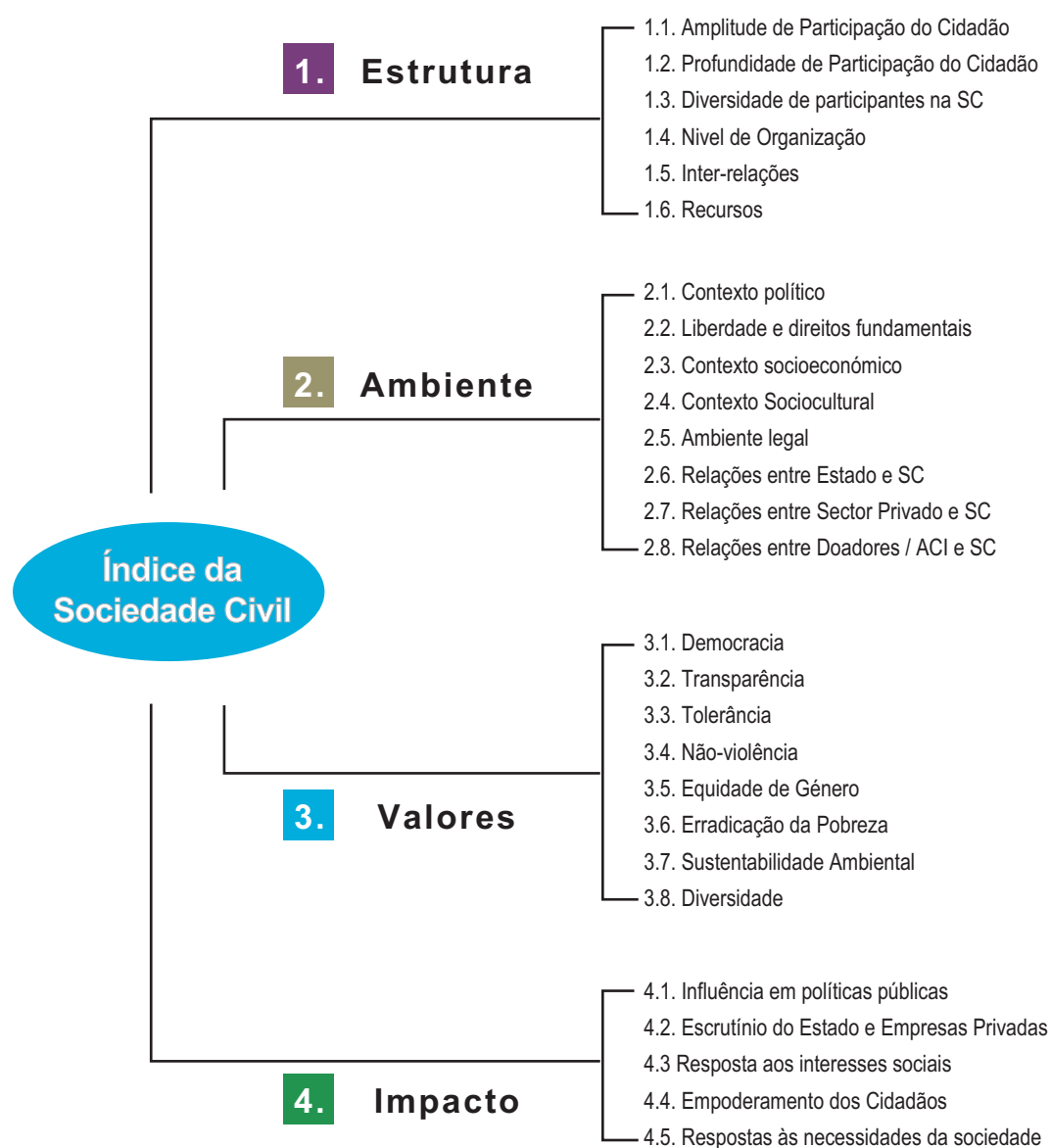
A Secção II, “A Sociedade Civil em Moçambique”, contextualiza os antecedentes históricos e a situação contemporânea da Sociedade Civil moçambicana, destacando as percepções sobre o conceito de Sociedade Civil, tanto na percepção predominante actualmente entre os moçambicanos como na perspectiva da definição operacional sugerida pela CIVICUS.

A Secção III, “Análise da Sociedade Civil moçambicana” divide-se em quatro secções, cada uma delas correspondendo a uma das dimensões do Diamante do ISC: Estrutura, Ambiente, Valores e Impacto. Este capítulo reúne o grosso dos resultados da pesquisa, tanto secundária como primária, cobrindo as oito dezenas de indicadores que integram o ISC.

A Secção IV, “Méritos e Deméritos da Sociedade Civil Moçambicana”, sumariza as conclusões, ideias e argumentos resultantes da análise, particularmente do GAN que foi o organismo, em todo o processo de pesquisa, que validou a pontuação final atribuída aos indicadores do ISC. Esta foi posteriormente apreciada e discutida no Seminário Nacional de 4 a 6 de Dezembro de 2007 e foram realizados acertos finais pela equipa técnica.

ÍNDICE DA SOCIEDADE CIVIL

Figura 1.1.2: Dimensões e Sub-dimensões do Índice da Sociedade Civil (ISC)



1. PROJECTO DO ÍNDICE DA SOCIEDADE CIVIL

1.1 Antecedentes do Projecto

A ideia do Índice da Sociedade Civil remonta ao ano de 1997, ou talvez mesmo aos primeiros anos da década de 1990, quando a CIVICUS tentou contribuir para o registo da ascensão da Sociedade Civil pelo mundo fora e para a construção de uma base de conhecimento de questões relacionadas com a Sociedade Civil. Em 1997 a CIVICUS publicou o chamado Novo Atlas Cívico, contendo uma compilação dos perfis da Sociedade Civil de 60 países do mundo (CIVICUS, 1997).

Seguidamente, para proporcionar informação comparável e actualizada, a CIVICUS começou a considerar a elaboração dum quadro de análise comparativa mais rígido que permitisse tirar ilações de uma variedade de países, tendo elaborado ferramentas de avaliação mais detalhada que resultaram na criação do Índice da Sociedade Civil (ISC) (Heinrich/Naidoo 2001; Holloway 2001). Em 1999, Helmut Anheier, director do Centro para a Sociedade Civil da “*London School*

TABELA 1.1.1: Países Envolvidos na Implementação do ISC 2003-2006

1. Alemanha	19. Geórgia*	37. Orissa (Índia)
2. Argentina	20. Gana	38. Palestina
3. Arménia	21. Grécia*	39. Polónia
4. Azerbaijão	22. Guatemala	40. Roménia
5. Bolívia	23. Holanda	41. Rússia*
6. Bulgária	24. Honduras	42. Escócia
7. Burkina Faso	25. Hong Kong (RP China)	43. Servia
8. Chile*	26. Indonésia	44. Serra Leoa
9. China	27. Itália	45. Eslovénia
10. Costa Rica	28. Irlanda do Norte	46. Coreia do Sul
11. Croácia	29. Jamaica	47. Taiwan*
12. Chipre	30. Líbano	48. Togo*
13. República Checa	31. Macedónia	49. Turquia
14. Timor-leste	32. Maurícias	50. Uganda
15. Equador	33. Mongólia	51. Ucrânia
16. Egipto	34. Montenegro*	52. Uruguai
17. Fiji	35. Nepal	53. Vietname*
18. Gâmbia	36. Nigéria	54. Gales*

(*) Países que realizaram a versão abreviada do Índice da CIVICUS, que consiste numa revisão da literatura e documentação secundária (Gadis, 2005; Milivojevic, 2006)

of Economics”, jogou um papel importante na criação do conceito do ISC (Anheier 2004). Uma vez completada a fase piloto em catorze países (2000-2002), o foco da metodologia do projecto foi revisto e refinado. No período 2003-2006 o projecto expandiu-se a 54 países (ver Tabela 1.1.1).

Caixa 1.1.1 Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade “Esperança na luta pela justiça social”



No início da década de 90, Moçambique estava a sair de uma longa guerra que, desde 1976, dilacerava o país. A par das gigantescas tarefas de reconstrução das infra-estruturas sociais básicas, era urgente melhorar as difíceis condições em que viviam milhares de moçambicanos.

Um grupo de cidadãos decidiu agir e contribuir para a diminuição da pobreza e do sofrimento de uma parte substancial da população do país. Na mente dos promotores começou a delinear-se, então, um ambicioso projecto que assentava na criação de uma Fundação. Uma instituição com um património próprio e, por isso mesmo, independente. Escolhido o 'modelo' era preciso constituir, a partir do zero, o capital inicial da Fundação. Para os membros fundadores os recursos deveriam vir primeiro de dentro, originados pelos seus próprios recursos. Houve ainda a necessidade de obedecer ao imperativo legal de se criar uma associação para se estabelecer a Fundação. Assim, em 1990, nasceu a Associação para o Desenvolvimento da Comunidade (ADC), com o objectivo de contribuir para a criação de recursos humanos, financeiros e materiais. Um sinal de esperança, num país com feridas profundas. Quatro anos mais tarde, em 1994, estavam finalmente reunidas as condições para a constituição da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.

Da luta contra a pobreza, missão herdada da ADC, surgiu a convicção de que esta não é uma fatalidade, é antes o resultado de um complexo mecanismo de marginalização e exploração dos mais desfavorecidos, de um fraco domínio de conhecimentos científicos e técnicos e de tecnologias apropriadas. No fundo, é o resultado de um sistema de acesso a recursos dificilmente aproveitados pelas camadas sociais mais pobres, que não beneficiam de educação e enquadramento nas instituições formais da sociedade e da economia. Estes obstáculos estruturais, e também psicológicos, constituem as raízes da pobreza que a FDC assumiu firme e convictamente o compromisso de combater.

A FDC foi o principal executor do projecto de pesquisa sobre o Índice da Sociedade Civil em Moçambique. A FDC é uma organização civil, sem filiação partidária, que visa congregar forças de todos sectores da sociedade na realização de um ideal de desenvolvimento, democracia e justiça social. O empenho da FDC na execução do projecto de pesquisa sobre ISC, constituiu uma forma de materializar a sua estratégia programática, nomeadamente a acção destinada a conhecer melhor e fortalecer as formas organizadas da Sociedade Civil e liderança comunitária.

O projecto de pesquisa sobre o ISC enquadra-se inteiramente na missão da FDC. Por isso, assim que a oportunidade surgiu, a FDC tomou-o como uma das suas prioridades, para o ano de 2007, e empenhou-se inteiramente na sua realização com sucesso.

A decisão da FDC, em avançar com o projecto do ISC, foi imediatamente apoiada pelos seus parceiros, nacionais e internacionais, que viram neste projecto uma ocasião impar para se fazer um diagnóstico actualizado do estado actual da Sociedade Civil moçambicana.

1.2. Abordagem e Metodologia do Projecto

1.2.1. Motivação Principal da Pesquisa

A questão fundamental que o Projecto ISC procurou responder pode ser expressa da seguinte forma: Quais são as situações e condições de existência da Sociedade Civil moçambicana?

Para se responder adequadamente a esta questão era preciso encontrar uma metodologia sistemática, abrangente e suficientemente operativa, nas condições de funcionamento e realização da pesquisa em Moçambique.

De alguma forma, melhor ou pior, ao longo dos anos passados, pesquisadores individuais e entidades colectivas, públicas e privadas, tinham já realizado diferentes estudos de aspectos específicos sobre a Sociedade Civil moçambicana. Mas nunca antes se tinha procurado aplicar uma metodologia multidimensional, integrando, de forma sistemática, uma vasta gama de técnicas de pesquisa e fontes de dados.

É aqui que a CIVICUS proporciona um modelo de pesquisa operativo e participativo de avaliação da situação da Sociedade Civil moçambicana, através dum modelo analítico e metodológico centrado em torno de quatro dimensões básicas do universo da Sociedade Civil, nomeadamente: A Estrutura da Sociedade Civil; O Ambiente externo no qual a Sociedade Civil existe e funciona; Os Valores praticados e promovidos na arena da Sociedade Civil; e o Impacto das actividades prosseguidas pelos actores da Sociedade Civil.

Com base nas pesquisas dispersas e nas percepções do senso comum, cada pessoa possui uma certa ideia do estado actual da sociedade moçambicana, da sua relevância, acções, capacidade de negociação com outros actores da sociedade e efectividade da sua intervenção.

De uma maneira geral, a ideia que cada pessoa possui sobre o estado da Sociedade Civil moçambicana depende muito das suas expectativas sobre ela, em termos do papel que pode, deve ou poderia desempenhar no desenvolvimento da sociedade. As pessoas com baixas expectativas sobre o papel das organizações civis no desenvolvimento da sociedade tendem a avaliar a Sociedade Civil moçambicana com complacência. Por seu turno, aquelas pessoas que depositam grandes expectativas e esperanças no papel que a Sociedade Civil pode, ou deve, desempenhar na vida quotidiana da sociedade, certamente expressam sentimentos de maior ou menor frustração com o estado actual da sociedade moçambicana.

Entretanto, uma forma de compensar a indiferença e complacência de uns, ou de procurar responder melhor às expectativas mais exigentes e rigorosas de outros, é reunir informação tanto quanto possível realista, actualizada, fidedigna e exacta.

Uma vez conhecido o estado e as condições reais da Sociedade Civil, torna-se muito mais fácil procurar respostas realistas e fundamentadas para os principais obstáculos e debilidades enfrentadas pelas organizações e activistas da Sociedade Civil moçambicana. É sabido que não se trata de um desafio fácil. Todavia, é um desafio que vale a pena enfrentar, para que os

esforços futuros possam ser melhor dirigidos e os resultados das acções sejam mais satisfatórios.

Neste contexto, os dados empíricos produzidos no âmbito deste projecto do ISC, através duma metodologia sistemática, abrangente e participativa, fornecem a primeira base de dados holística da Sociedade Civil moçambicana. Independentemente das limitações e debilidades de certas informações recolhidas, o facto do modelo usado ser transparente e observável, permite identificar as possíveis inconsistências entre os dados disponíveis e a realidade concreta.

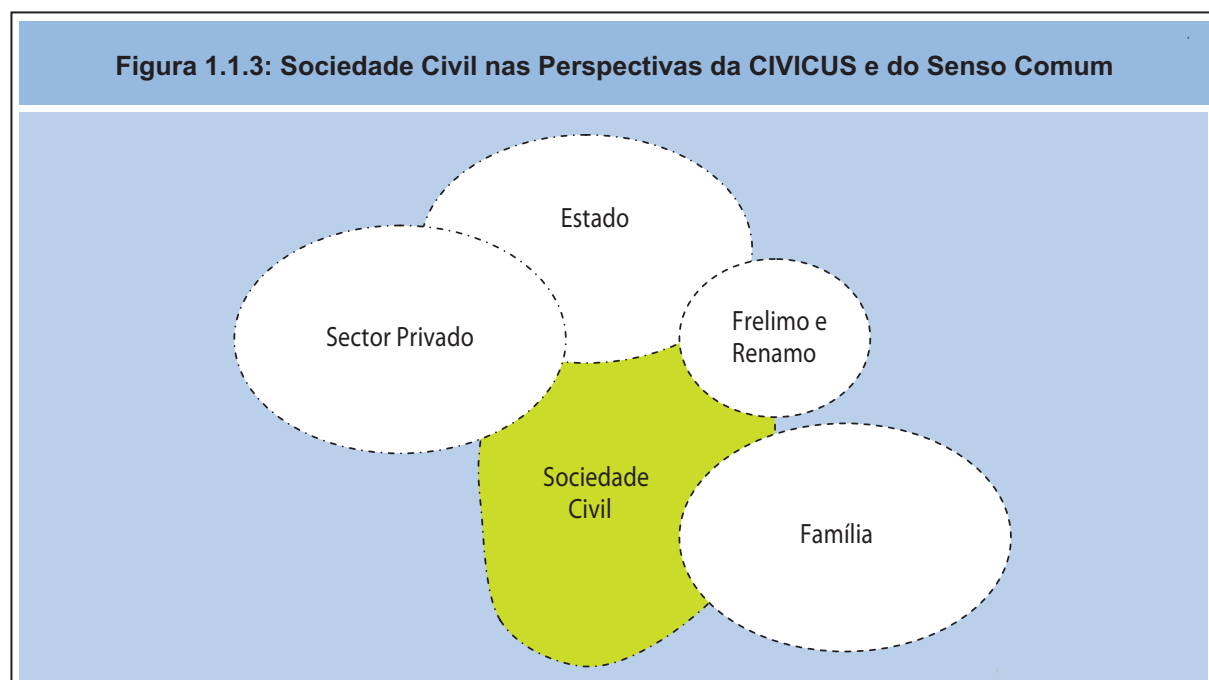
1.2.2. O Conceito de Sociedade Civil

A definição operacional de Sociedade Civil usada nesta pesquisa corresponde à definição proposta pela CIVICUS, percebida como a arena, fora da família, do Estado e do mercado, onde as pessoas se associam para desenvolverem interesses comuns (Heinrich, 2004).

Esta definição não é imediatamente percebida e aceite pelo cidadão comum, incluindo muitas pessoas letradas e especializadas em certas matérias académicas, directamente relevantes para a compreensão da Sociedade Civil.

A divergência principal entre a definição operacional desta pesquisa, a definição da CIVICUS e a perspectiva do senso comum tem a ver com o papel que certos actores da sociedade moçambicana têm desempenhado no quotidiano.

Devido aos antecedentes dos partidos políticos maioritários em Moçambique, a Frelimo e a Renamo, e sobretudo ao seu papel político hegemónico na presente sociedade moçambicana,



um número significativo de pessoas defende que tais partidos deviam ser excluídos da pesquisa sobre a Sociedade Civil moçambicana.

Particularmente nas províncias, os participantes em encontros e debates promovidos pelo projecto ISC, foram peremptórios na posição que a inclusão da Frelimo e da Renamo na análise da Sociedade Civil dificulta e distorce a pesquisa. Na sua opinião, a presença de representantes dos partidos políticos dominantes em debates da Sociedade Civil inibe as pessoas, intimida ou dificulta a busca de soluções para o desenvolvimento da Sociedade Civil.

Persiste uma tensão e disputa política bastante renhida entre as duas forças políticas dominantes em Moçambique. Esta situação acaba por ser pouco saudável e positiva para o desenvolvimento da Sociedade Civil, porque a tendência é procurar-se manipular os membros das OSC, com vista a tomarem partido por uma ou outra força, independentemente do sentido e praticabilidade das posições assumidas.

Caixa 2.2.1: Algumas Definições de Sociedade Civil Recolhidas dos Cidadãos

- Cidadãos organizados de forma voluntária e independentes ou autónomos do Estado, dos partidos políticos e das empresas.
- Enquanto os partidos políticos pretendem alcançar o poder, a Sociedade Civil pretende apenas os benefícios da sociedade.
- Existe uma única Sociedade Civil, ou podemos falar de várias Sociedades Civas?
- Organização sem fins lucrativos, o que não implica que sejam ineficientes e insustentáveis. Mas é necessário desmistificar a questão do lucro, no sentido de não se pensar que as organizações da Sociedade Civil são contra as actividades rentáveis e lucrativas.
- Cidadãos que se organizam para atingir um determinado objectivo. Todas as forças vivas da sociedade, excepto o Governo e a oposição.
- A Sociedade Civil caracteriza-se pela sua diversidade, e aparece no quadro do exercício da cidadania no seu expoente mais alto e onde há liberdade de expressão.
- Grupos de cidadãos que se organizam, formal ou informalmente, e exercem pressão para a consecução do ideal de cidadania.
- Organizações cuja acção traz benefícios para a sociedade.

Esta situação particular da Sociedade Civil moçambicana merece ser tomada em consideração em futuras acções. Porém, ainda que a equipa técnica do Projecto ISC tenha registado as preocupações dos membros da sociedade, também procurou gerir, de forma crítica, as situações emergentes e respeitar a metodologia sistemática em que se baseou a pesquisa.

Convém adiantar que, contrariamente a muitos outros conceitos de Sociedade Civil, o conceito proposto pela CIVICUS apresenta dois aspectos destacáveis interessantes para uma análise abrangente e imparcial, da Sociedade Civil. Em primeiro lugar, ele direcciona o foco da análise para além das OSC formais e institucionalizadas, procurando abranger os grupos e movimentos sociais mais informais. Em segundo lugar, ainda que geralmente se perceba a Sociedade Civil como um domínio onde imperam acções e valores positivos, a metodologia do ISC também procura tomar em consideração as manifestações negativas da Sociedade Civil.

Assim, o conceito operacional da CIVICUS não só inclui, por exemplo, as associações de prestação de serviços sociais ou organizações ambientalistas, como também procura abranger

grupos como o *xitique*, esquemas comunitários de poupança, e eventuais grupos fanáticos ou com inclinações para a violência.

Desta forma, o ISC avalia tanto as acções de apoio a valores como a democracia ou a tolerância, como também a emergência e frequência de manifestações de intolerância ou violência dentro da Sociedade Civil (ver Caixa 2.2.2 para outras definições de Sociedade Civil, de fontes diversas).

Caixa 2.2.2: DEFINIÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE FONTES DIVERSAS

Definição de Sociedade Civil da Wikipédia: Existem uma infinidade de definições de Sociedade Civil. A prática definição do Centro para a Sociedade Civil da *London School of Economics* é bastante ilustrativo: a Sociedade civil se refere à arena de acções colectivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Na teoria, suas formas institucionais são distintas daquelas do Estado, família e mercado, embora na prática, as fronteiras entre Estado, Sociedade Civil, família e mercado sejam frequentemente complexas, indistintas e negociadas. A Sociedade Civil comumente abraça uma diversidade de espaços, actores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. Sociedades Civis são frequentemente povoadas por organizações como instituições de caridade, organizações não-governamentais de desenvolvimento, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de auto-ajuda, movimentos sociais, associações comerciais, coligações e grupos activistas (http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_civil).

Negrão sobre relações entre ONGs do Norte e Sociedade Civil Moçambicana: Quando Hegel, no início do Século XIX, se referiu à Sociedade Civil como uma instituição que se encontra entre a família e as relações políticas do Estado, permitiu uma leitura ambígua sobre a natureza e o papel dessa instituição. Seria a Sociedade Civil uma instituição de intermédio tendo, como tal, um papel a desempenhar, ou seria uma instituição intermédia que abarca o conjunto das relações sócio-económicas e das forças de produção, como Marx o entendeu? (José Negrão, 2003, <http://www.iid.org.mz>).

Definição de Instituições Sem Fins Lucrativos do INE: São entidades legais ou sociais criadas com o objectivo de produção de bens e serviços cujo estatuto não lhes permite ser uma fonte de rendimento, lucro ou outro ganho financeiro para as unidades que as estabelecem, controlam ou financiam (SCN93 4.54) (INE, 2006: 15). Enquanto se considera que a definição do SCN93 de unidades institucionais era largamente apropriada para as instituições sem fins lucrativos, o Manual sobre as Instituições Sem Fins Lucrativos no Sistema das Contas Nacionais fornece uma definição funcional de Instituições Sem Fins Lucrativos, com as entidades que partilham o seguinte conjunto de cinco características: organizações, não-mercantis e não-distribuidoras de lucros, institucionalmente separadas do Governo, auto-gestão e não-obrigatórias (INE, 2006: 16).

Definição de Sociedade Civil de Ernest Gellner: "A Sociedade Civil é um conjunto de instituições e associações que são suficientemente fortes para evitar a tirania, mas que, no entanto, são permeáveis para a livre entrada e saída pelos indivíduos, em vez de impostas pela nascença ou mantidas por algum ritual assombroso. Você pode entrar para o Partido Socialista sem nunca ter massacrado uma ovelha..." (Condições da Liberdade, 1995, Ernest Gellner, em http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_civil).

PUC-Rio – O conceito de Sociedade Civil: .. a Sociedade Civil tem sido vista como "(...) uma esfera não-estatal, anti-estatal, pós-estatal e até supra-estatal" (Gómez, 2003:11). Se já não bastasse tal variada gama de significados, vê-se também que, nos últimos anos, os entendimentos acerca da Sociedade Civil têm se complexificado de maneira homérica, dada a intensificação dos processos de globalização – vide, neste caso, as teorizações acerca da existência de uma Sociedade Civil internacional ou global (<http://www2.dbd.puc-rio.br>).

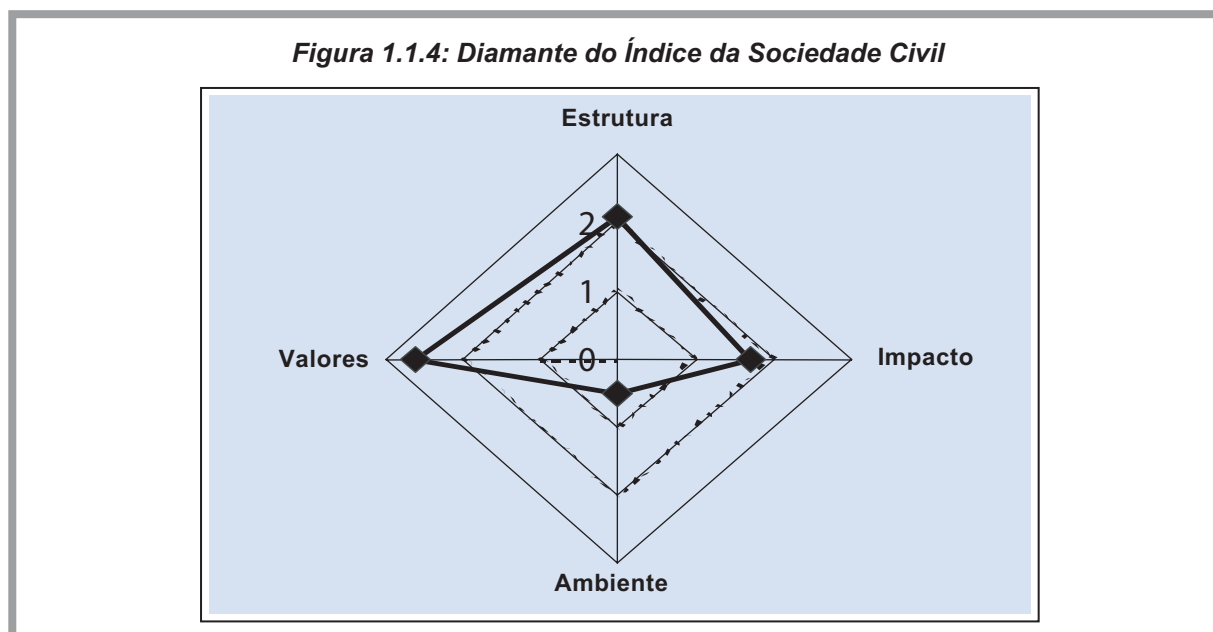
Fontes: INE, 2006; Gellner, 1995; Negrão, 2003; PUC-Rio, 2005; Wikipédia, 2007.

1.2.3. Operacionalização Analítica e Metodológica

1.2.3.1. Do Conceito aos Indicadores do ISC

Na prática, o conceito de Sociedade Civil é operacionalizado num Índice que procura medir quatro dimensões básicas, segundo uma metodologia estruturada:

- A Estrutura da Sociedade Civil;
- O Ambiente externo no qual a Sociedade Civil existe e funciona;
- Os Valores praticados e promovidos na arena da Sociedade Civil; e
- O Impacto das actividades prosseguidas pelos actores da Sociedade Civil.



Estas quatro dimensões podem ser graficamente representadas através do Diamante da Sociedade Civil¹ (veja Figura 1.1.4). Cada uma das dimensões está estruturada em subdimensões e variáveis, totalizando 80 variáveis (Anheier, 2004)².

Os 80 indicadores constituem o coração do ISC e proporcionam a base dos dados apresentados neste relatório. A partir e em torno dos 80 indicadores implementou-se uma

¹ O enquadramento quadri-dimensional e o instrumento Diamante foi desenvolvido por Helmut Anheier para a CIVICUS em 1999, altura em que era Director do Centro para a Sociedade Civil na London School of Economics.

² Ver Anexo 1. A proposta inicial da CIVICUS incluía 74 indicadores, mas no processo de adaptação da metodologia do ISC a Moçambique a equipa técnica optou por adicionar algumas subdimensões e variáveis novas, e passou assim para 80 indicadores.

vasta metodologia que compreendeu a recolha sistemática de dados, secundários e primários, análise da informação quantitativa e qualitativa, encontros do GAN, grupos de discussão, o Seminário Nacional de 4.12.2007 para debate da situação da Sociedade Civil moçambicana, e finalmente a elaboração deste relatório final. A própria estrutura do ISC, em quatro dimensões, serviu também de modelo para estruturar os principais capítulos deste trabalho.

O Diamante do ISC permite visualizar de forma gráfica os aspectos fortes e fracos da Sociedade Civil. O Diamante é o agregado médio dos indicadores individuais, primeiro estruturado por sub-dimensões e finalmente resumido nas quatro dimensões.

Cada dimensão compreende várias sub-dimensões que, por seu turno, são compostas por um número de indicadores individuais. Cada indicador individual é pontuado numa escala de 0 a 3, e estas pontuações são depois agregadas em pontuações de sub-dimensões e de dimensões. Em termos qualitativos, a pontuação representa de 0-1 (fraca, débil), 1-2 (moderado) e 2-3 (alto, forte).

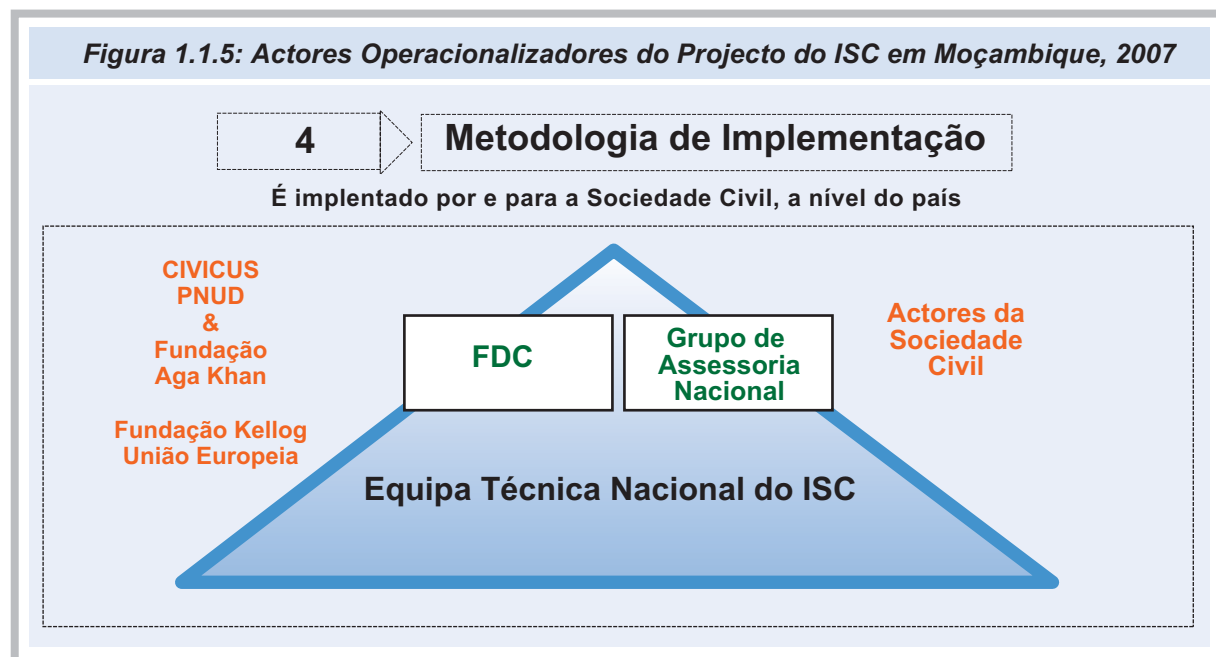
Porque o Diamante do ISC permite captar as dimensões essenciais da situação da Sociedade Civil, ele fornece um bom ponto de partida para interpretar e debater sobre o estado da Sociedade Civil, num determinado momento. Tecnicamente, poder-se-ia reduzir o Diamante a um único valor, mas tal opção tem sido desaconselhada por, na prática, ocultar mais do que revelar os aspectos multi-dimensionais da Sociedade Civil. Além disso, o Diamante também ilustra a Sociedade Civil num certo momento no tempo, o que significa que carece duma perspectiva dinâmica. Todavia, quando aplicado de forma interactiva, poderá ser usado na ilustração do desenvolvimento ao longo do tempo, bem como para comparar a situação das Sociedades Civas em diferentes países (Anheier, 2004).

1.2.3.2. Implementação do Projecto

Esta secção descreve os métodos usados na recolha, classificação e análise das várias fontes de dados usadas no projecto.

1.2.3.2.1 Organização do Processo de Pesquisa

O projecto de pesquisa foi implementado pela FDC, através duma Equipa Técnica Nacional do Índice (ETNI), em íntima articulação e acompanhamento por um Grupo de Assessoria Nacional (GAN) composto por, pelo menos, 12 pessoas originárias de diversos segmentos da Sociedade Civil. A Figura 1.1.5 ilustra os intervenientes principais no projecto, incluindo a equipa técnica e de assessoria, bem como os principais financiadores.



1.2.3.2.2 Actores do Processo de Pesquisa

Os actores e a sequência da abordagem metodológica de implementação do ISC foram os seguintes:

1. A FDC identificou no país uma Equipa Técnica Nacional do Índice (ETN) composta por: (1) Director de Programa reponsável pela Direcção do programa (2) um coordenador do projecto, responsável pela coordenação geral e gestão do projecto; (3) um perito em Sociedade Civil, responsável pela elaboração do relatório nacional; e (4) um pesquisador participativo, que conduz e facilita as várias actividades de pesquisa.
2. A ETNI realizou uma análise preliminar das partes interessadas e identificou no país um Grupo de Assessoria Nacional (GAN), composto por aproximadamente 12 pessoas, representado os diversos segmentos dos intervenientes da Sociedade Civil.
3. A ETN efectuou uma revisão dos dados secundários e preparou e distribuiu o esboço de um relatório geral para o GAN e a CIVICUS, para comentários e contribuições.
4. O GAN reuniu-se em momentos cruciais para: (i) rever o relatório geral; (ii) discutir e adaptar, se necessário, o conceito e a definição da “Sociedade Civil” no país, e (iii) realizar uma análise dos actores principais e das relações de poder dentro da sociedade, no geral, bem como no seio da Sociedade Civil, para ajudar a contextualizar a Sociedade Civil no âmbito do amplo contexto de actores da sociedade e das relações de poder;
5. Dependendo da quantidade de dados secundários disponíveis, foram aplicados parte ou a totalidade dos seguintes instrumentos primários de pesquisa: realização de

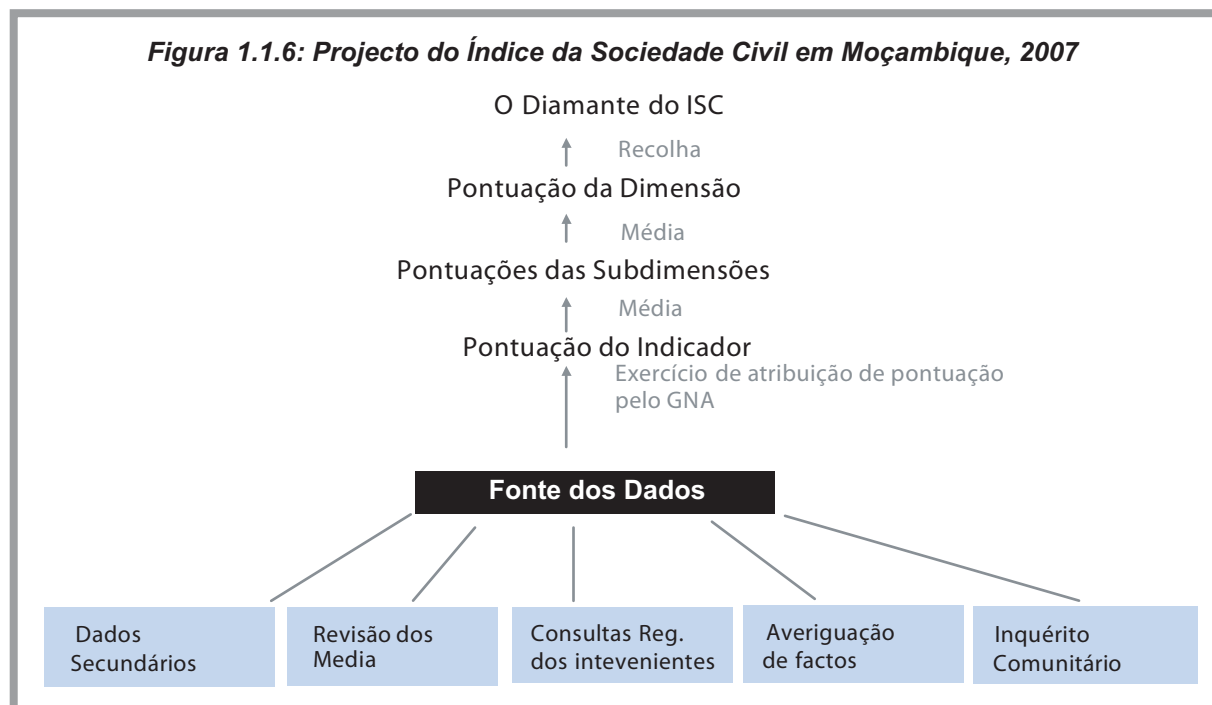
consultas regionais das partes interessadas em diferentes zonas do país. Os participantes responderam a diferentes questionários individuais e participaram, subsequentemente, numa discussão de grupo de um dia. Foram realizados Inquéritos ao cidadão para determinar as disposições, em termos de valores, dos membros das comunidades, suas actividades dentro da Sociedade Civil e atitudes perante o engajamento com OSC's a nível comunitário. Estava prevista uma revisão dos média, com vista a recolher informação sobre as actividades, atitudes e valores expressos pela Sociedade Civil e outros actores públicos, bem como para aferir a imagem da Sociedade Civil junto aos média. Esta etapa acabou por não ser realizada, por falta de tempo e recursos humanos. Todavia, foram feitos levantamentos de factos por forma a recolher informação sobre a Sociedade Civil que já existe mas não se encontra publicada ou disseminada publicamente.

6. Todos os resultados foram submetidos ao perito da Sociedade Civil que preparou o relatório nacional preliminar.
7. O GAN reuniu-se para discutir e validar a pontuação atribuída aos indicadores do ISC, com base nos dados apresentados no relatório nacional preliminar e de acordo com as directrizes de pontuação. Estas pontuações foram combinadas em classificações das sub-dimensões e das dimensões. O resultado das pontuações para as 4 dimensões da Sociedade Civil identificadas foi representado graficamente em forma do Diamante da Sociedade Civil.
8. De 4 a 6 de Dezembro de 2007 realizou-se um Seminário Nacional com a participação de actores da Sociedade Civil e intervenientes externos do governo, media, instituições académicas e sector empresarial de todo o País. O Seminário Nacional contou com mais de 200 participantes, tendo conseguido a representatividade das 11 províncias administrativas de Moçambique. O Seminário reviu e validou os resultados da pesquisa do ISC, para além de ter analisado as principais virtudes e fraquezas da Sociedade Civil e identificado prioridades e potenciais actividades de reforço da Sociedade Civil moçambicana.
9. A pontuação final e os resultados do seminário nacional são incorporados neste relatório.

1.2.3.2.3. Metodologia e Etapas Principais do Projecto

No final do projecto, esperava-se obter uma estimativa do ISC em Moçambique em 2007, resultante da conjugação de múltiplas fontes: 1) Pesquisa de dados secundários (revisão da literatura e recolha de dados já disponíveis); 2) Realização de dois inquéritos nacionais (um ao cidadão e outro às OSC), e 3) Análise crítica, validação e pontuação das sub-dimensões e dimensões que integram o Diamante da Sociedade Civil.

A Figura 1.1.6 ilustra os passos específicos de compilação de dados, começando pelos métodos de pesquisa de dados primários e secundários, sintetizados nas pontuações dos indicadores



(que variam de 0 a 3), que são depois agregados em pontuações da sub-dimensão e da dimensão, que formam eventualmente o Diamante da Sociedade Civil.

1.2.3.2.4 Recolha de Dados

Para além dos dados secundários, o cálculo do ISC contou com duas fontes primárias, dois inquéritos nacionais, um deles com uma amostra de cidadãos escolhidos a partir dos agregados familiares e o outro que contou com uma amostra das organizações da Sociedade Civil. O Anexo 1 fornece detalhes sobre a amostra destes inquéritos.

Não foi possível aplicar todos os métodos que a CIVICUS recomenda para recolha de informação, nomeadamente a consulta sistemática dos órgãos de informação. Em contra partida, a equipa técnica conseguiu realizar dois inquéritos de representatividade nacional, um com uma amostra de 4050 inquiridos e o outro com 475 OSC. Os métodos específicos utilizados são seguidamente descritos segundo a ordem da sua implementação:

ANÁLISE DE FONTES SECUNDÁRIAS: a equipa de investigação começou por realizar uma revisão dos numerosos estudos e investigações existentes, sintetizando-os numa reflexão preliminar que permitiu identificar as necessidades de informação adicional actualizada.

MAPEAMENTO DOS ACTORES DA SOCIEDADE CIVIL: Realizaram-se três encontros do GAN, onde se identificaram os principais actores no espaço da Sociedade Civil, o seu relativo grau de influência e poder que possuem. Em Julho de 2007 o GAN teve a oportunidade de discutir uma estimativa preliminar do ISC, realizada com base nas informações secundárias.

INQUÉRITO AOS INTERESSADOS DIRECTOS (STAKEHOLDERS): Representantes dos diversos tipos de OSC foram entrevistados em todo o país, mediante um questionário enviado previamente para 500 OSC. Estas OSC foram escolhidas aleatoriamente a partir dum universo

de quase 5000 OSC criado pelo INE em 2003, no seu censo nacional às instituições sem fins lucrativos. Conseguiu-se obter 475 questionários preenchidos, durante o mês de Outubro de 2007.

CONSULTAS AOS INTERESSADOS DIRECTOS: A fim de validar os resultados da investigação e identificar os pontos fortes e fracos da Sociedade Civil, as OSC que responderam ao questionário foram convidadas em grupos de discussão (grupos focais). A equipa conseguiu realizar encontros de um dia, com a participação de 20 a 50 participantes.

INQUÉRITO NACIONAL AO CIDADÃO: A equipa realizou, em Outubro de 2007, um inquérito nacional a 4050 (ver Anexo 2).

ESTUDOS DE CASO: Como parte do projecto realizaram-se alguns estudos de caso sobre a incidência das acções da Sociedade Civil em políticas públicas e sobre as relações da Sociedade Civil e o Sector Privado, se bem que, por razões de tempo e disponibilidade dos investigadores, esta tarefa não tenha merecido a atenção devida. Como forma de compensar esta limitação a equipa procurou dar mais atenção a estudos já realizados por outros investigadores.

SEMINÁRIO NACIONAL: Na fase final do projecto, a pontuação validada pelo GAN, foi objecto de apreciação global num Seminário Nacional de três dias realizado em Maputo, entre 4 e 6 de Dezembro de 2007. O Seminário contou com cerca de 200 participantes oriundos das 11 províncias administrativas de Moçambique.

1.2.3.3. Compilação, Análise dos Dados e Pontuação Final

Os dados reunidos das diversas fontes, acima indicadas, foram organizados nos sistemas de análise apropriados. Por exemplo, os dados do inquérito comunitário e às OSC foram organizados em Excel e posteriormente convertidos e analisados no pacote estatístico SPSS.

Seguidamente, a equipa técnica preparou o relatório preliminar, estruturado em torno dos indicadores, sub-dimensões e dimensões do ISC. Este relatório preliminar foi usado como base para debate sobre a pontuação sugerida pela equipa técnica ao GAN. Neste exercício, cada indicador foi pontuado numa escala de 0 a 3 pontos, em que o zero representa a situação pior e o valor três representa a melhor pontuação. A totalidade de indicadores do ISC foi organizada em Excel, permitindo deduzir a média final das quatro dimensões constituintes do diamante do ISC.

Este exercício de pontuação foi desenhado segundo o modelo de “cidadão juiz” (Jefferson Center, 2002), no qual os cidadãos deliberam, em conjunto, e tomam uma decisão sobre um assunto público, com base nos factos apresentados pelos advogados e técnicos. O papel do GAN foi deliberar, homologar ou corrigir, uma pontuação consensual sobre cada indicador com base nos dados apresentados pela equipa técnica de investigadores.

Finalmente, as pontuações das sub-dimensões e dimensões foram derivadas como a média aritmética das pontuações dos seus respectivos indicadores. A pontuação derivou da ponderação e discussão dos critérios, dos dados qualitativos e quantitativos, e confrontação com a escala de categorias da matriz de base fornecida pela CIVICUS (ver CIVICUS-Tolkit, 2004). No final, a pontuação definitiva, divulgada neste relatório, representa o resultado da aplicação sistemática da metodologia do ISC, dando assim nos valores das quatro dimensões (Estrutura, Ambiente, Valores e Impacto) do Diamante da Sociedade Civil Moçambicana em 2007.

1.2.4. Limitações da Pesquisa

Uma pesquisa desta envergadura, realizada em tempo de certo modo recorde, e que teve que contornar e adaptar a situações diversas e inesperadas³, inevitavelmente origina limitações várias.

Apesar da equipa responsável pela pesquisa saber que não existe pesquisa de investigação que se possa dizer perfeita, tem consciência que neste estudo em particular, com mais recursos de tempo e técnicos teria sido possível reduzir algumas das deficiências na recolha dos dados primários, preparar um questionário muito mais abrangente e adequado e evitar certas inexactidões e imprecisões que serão identificadas ao longo do texto.

Assim, em vez de pretender que o estudo e os dados não possuam limitações, a equipa técnica considera que a melhor opção é convidar o leitor e outros investigadores a apreciarem os resultados com sentido analítico e crítico. Nos casos em que os resultados não evidenciem robustez e inspirarem confiança, o ideal seria que os mesmos inspirem outros analistas e investigadores a procurarem aprofundar o assunto e, tanto quanto possível, desenvolverem uma análise dos mesmos dados, ou de novos que entretanto sejam recolhidos, avançando com descrições e explicações complementares, novas ou diferentes.

No final, prevalecerão os resultados que passarem o escrutínio da certificação e demonstrem que são consistentes com a realidade que procuram reflectir.

³Por exemplo, todo o programa de trabalho de terreno teve que se ser alterado e adaptado ao facto de que em Agosto de 2007 ter decorrido o Recenseamento Nacional da População, o qual mereceu prioridade por parte das instituições públicas. Depois do Censo, surgiram outras acções com implicações organizativas no terreno, parte delas associadas à sondagem de cobertura do Censo Populacional, e outra parte relacionada com o novo surgimento do recenseamento eleitoral que, entretanto, também aconteceu no último trimestre de 2007.

2. A SOCIEDADE CIVIL EM MOÇAMBIQUE

2.1. Abordagem Histórica da Sociedade Moçambicana

A história de Moçambique, pré e pós independência, estabeleceu um contexto em que a Sociedade Civil se viu e se vê desafiada na sua capacidade e disposição de exercer os seus direitos e deveres em defesa dos cidadãos.

A literatura pré-independência que aborda o associativismo nas sociedades africanas no território que veio a tornar-se Moçambique é escassa, embora tenham existido formas estatais que directa ou indirectamente “forçaram” a criação de associações sem fins lucrativos. A literatura sobre o associativismo, que aborda o período colonial, vê o associativismo, num contexto de oposição ao regime colonial português, influências do contexto internacional, como as ideais pan-africanistas, da negritude e do socialismo revolucionário.

A literatura pós independência procurou abordar a prática associativa não só no contexto da defesa de interesses de grupos, mas também como forma de contornar as calamidades naturais e os desastres provocados pelas pessoas. A literatura que analisa o impacto das associações defende um impacto controverso, positivo e negativo, dependendo dos indicadores e abordagens dos autores.

Tabela 2.1.1: Indicadores de Moçambique



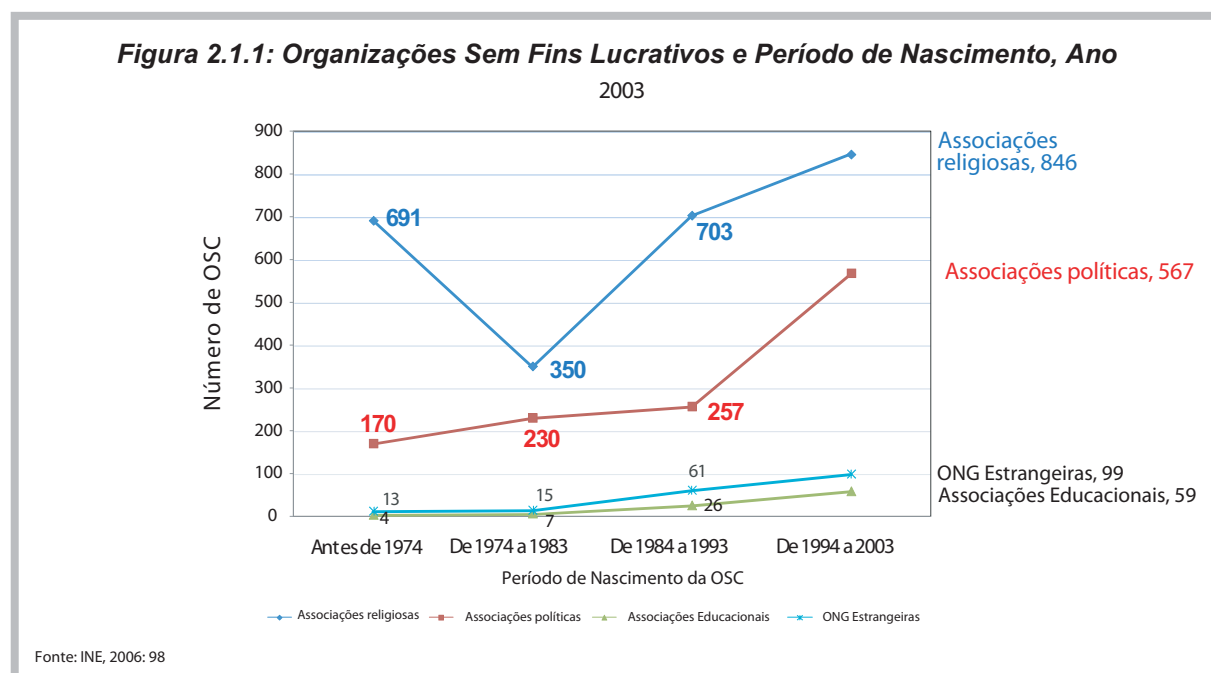
Superfície, em 1000 Km ²	399,4
População, 1000 hab., Censo 2007	20.530,7
População urbana, % do total, 2005	34,5
Esperança de vida à nascença, INE	47,1 anos
UNDP	42,8 anos
Taxa de mortalidade infantil (por 1000)	107,9
Analfabetismo, % 15 anos e mais	53,6%
Desemprego, IFTRAB, 2004/05	19%
Inflação, INE, Dez. 05/04	13,1%
Taxa de câmbio (2005, MT/US\$)	22.936,4
Índice de Desenvolvimento Humano e posição internacional, 2005	0,384 172°
PIB per capita (Dólares PPC), 2005	1.242
USD 2005	335
Índice de pobreza humana, 2005	50,6%
Índice de Gini, 2002-03	47,3%
Ajuda pública ao desenvolvimento, desembolsos líquidos, USD per capita	\$65 19,4% PIB
Assentos parlamentares por mulheres	34,8%
Línguas mais usadas diariamente, DHS 2003	
Emakhuwa	26,1%
Xichangana	11,3%
Português	8,8%
Elomwe	7,6%
Principais Religiões, DHS 2003	
Católica	25,2%
Siao/Zione	21,7%
Muçulmana	17,7%
Sem religião	17,8%
Protestante/Evangélica	8,8%

Fonte: INE, 2008 <http://www.ine.gov.mz/> ; USAID e INE, 2005 (HDHS2003), UNDP, 2007.

Até meados da década de 1980, a literatura moçambicana pós-independência sobre associativismo é reduzida, porque o sistema mono-partidário, que passou a prevalecer em Moçambique, tornou as delimitações difíceis, confundindo o Estado com o Partido e sociedade em geral, e proibindo qualquer forma de associação que se realizasse fora dos veículos formais do Estado moçambicano. A Frelimo e o Estado, de acordo com Yussuf Adam e Humberto Coimbra (1997) assumiam-se como os únicos representantes legítimos do povo e as poucas agências que existiam tinham que se submeter ao seu controlo (Adam e Coimbra, 1997: 83; Farida e Marleyn, 2001; Newitt, 1997: 467).

Mesmo as chamadas “organizações democráticas de massa” (ODM) foram sujeitas a um estrito controlo dirigista e exclusivo da diversidade. O controlo social das mulheres passou a ser exercido através da Organização da Mulher Moçambicana, para os jovens havia a OJM, para os trabalhadores assalariados a OTM, para os professores a ONP e para os jornalistas a ONJ, entre outras.

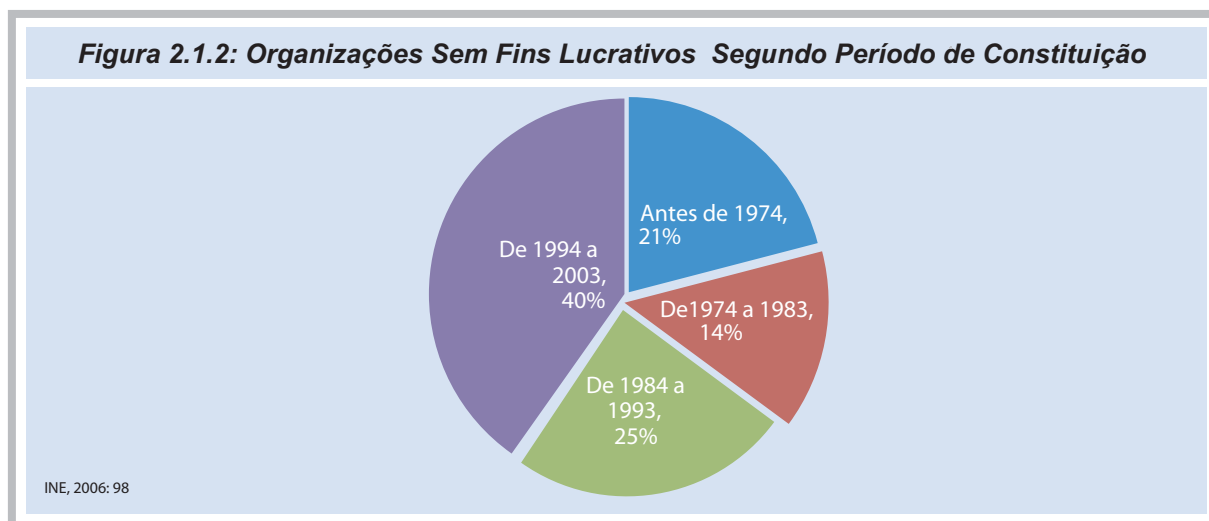
Todavia, tal como aconteceu na era colonial, na primeira década de independência também surgiram acções que procuraram libertar a sociedade dum controle estrito do Estado ou do partido único. Para além do exemplo mais extremo, em torno da oposição armada desencadeada pela RENAMO, também surgiram exemplos pacíficos associados, por exemplo, ao Conselho Cristão de Moçambique (CCM), o surgimento da Caritas de Moçambique e as permanentes dificuldades que o Estado passou a enfrentar com o movimento de camponeses



que se constituiu em União Nacional dos Camponeses (UNAC) (Farida e Marleyn, 2001; Negrão, 2003: 2).

Antes de 1984 existiam poucas associações em Moçambique. As referências feitas às Organizações não Governamentais fazem alusão à Cruz Vermelha de Moçambique, UGC,

Figura 2.1.2: Organizações Sem Fins Lucrativos Segundo Período de Constituição



Médicos Sem Fronteiras e associações vinculadas ao partido Frelimo (OMM, por exemplo). Com a introdução da liberdade de associação, o número de ONGs começou a subir.

Em 2003 o INE recenseou 4853 Instituições Sem Fins Lucrativos em Moçambique. Mais de 70% dessas associações trabalhavam somente em cinco províncias, enquanto menos de 30% actuavam nas restantes seis províncias. A maioria das unidades estava concentrada na província de Nampula (19.5%) seguida de Gaza (14.6), Inhambane (14%), cidade de Maputo (12.9%) e província de Maputo (9.5%). Nas restantes províncias o número manteve-se inferior ou igual a 6.1% (INE, 2006: 43).

No que concerne à sua fundação, a maior parte das associações é jovem (INE, 2006: 45), facto que se pode perceber, no contexto, em associação à mudança de paradigma no sistema político, que permitiu a introdução da nova Constituição de 1990. Este novo quadro constitucional permitiu a aprovação da Lei da liberdade de Associação e, conseqüentemente, a expansão de organizações civis.

Nas décadas mais recentes, pode-se verificar uma evolução do papel da Sociedade Civil, na forma como os vários grupos que a compõem se envolvem, participam e contribuem nos vários eventos, processos e mesmo nas situações de crise nacional ou a nível das suas comunidades.

Estes grupos da Sociedade Civil evoluíram de um papel de mera prestação de serviços, outrora da responsabilidade do Governo, para participantes activos em acções de pesquisa e advocacia, visando exercer pressão sobre o Estado e as instituições internacionais. Estas acções incidem sobre a necessidade da melhoria das políticas públicas e de desenvolvimento das comunidades em Moçambique e na África.

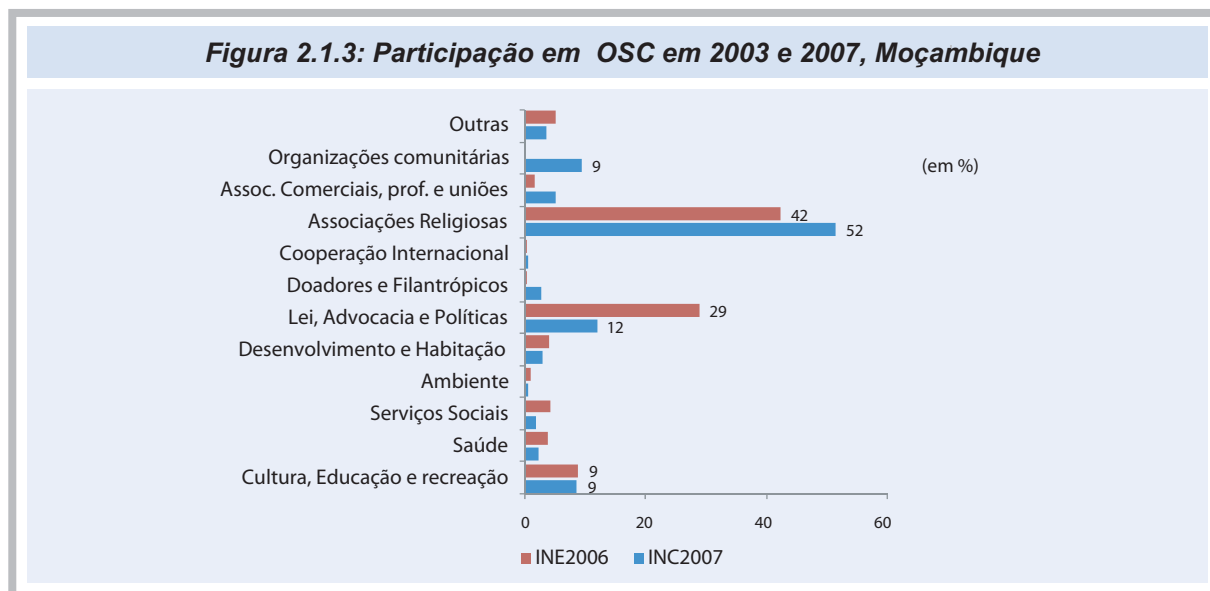
Para se ter uma ideia geral sobre a distribuição do envolvimento e finalidade das OSC, a Figura 2.2.4 compara a situação observada pelo INE em 2003, no censo às instituições sem fins lucrativos, com a situação recente registada pelo inquérito às OSC, no âmbito do Projecto ISC.⁴

⁴ Para efeitos da presente pesquisa as instituições sem fins lucrativos (ISFL) são consideradas Organizações da Sociedade Civil (OSC).

A metodologia do projecto ISC procurou tomar em consideração as categorias propostas pela CIVICUS, mas também as do INE, e outras categorias ausentes na classificação do INE, por causa do seu foco para organizações formais, nomeadamente organizações com registo ou endereço reconhecido.

No inquérito para o ISC procurou-se contemplar organizações informais, incluindo as que não se definem pelo registo ou endereço formal, como é o caso dos grupos de poupança e outras formas comunitárias. Por isso, na Figura 2.1.3 aparece uma categoria designada “Organizações comunitárias” que, por definição, não foi contemplada no censo do INE. Como no CINSFLU2003 do INE (2006) só as organizações mais ou menos formais foram contempladas, no projecto do ISC procurou-se abranger também organizações comunitárias, socialmente relevantes, mas funcionalmente informais.

A equipa técnica está convencida que esta pesquisa ainda não foi capaz de captar devidamente a complexa rede de organizações informais, mas que são socialmente relevantes e importantes



na dinâmica da Sociedade Civil. As cerca de 10% de tais OSC que foram identificadas são certamente uma sub-representação da realidade. De qualquer forma, foi um primeiro passo com vista a captar as organizações socialmente relevantes.

2.2. Mapeamento da Actual Sociedade Civil Moçambicana

A Sociedade Civil moçambicana tem estado a diversificar-se e expandir-se, de formas que ainda são pouco conhecidas pelas instituições de pesquisa. Até recentemente, o próprio Sistema de Contas Nacionais (SCN) do INE, que guia a compilação de dados económicos em Moçambique, só muito indirectamente recolheu informação relevante sobre o sector da Sociedade Civil. Todavia, com a publicação do relatório do primeiro censo às chamadas Instituições Sem Fins Lucrativos, o INE (2006) deu um importante contributo para se colmatar a lacuna de dados estatísticos representativos sobre a SC.

O Censo do INE sobre as Instituições Sem Fins Lucrativos (CINSFLU) forneceu a primeira radiografia e mapeamento representativo da Sociedade Civil moçambicana, pelo menos na parte mais formal. Isto permitiu reunir informação sobre alguns hábitos voluntários, através tanto de formas tipicamente de caridade ou de serviço comunitário, como toda uma série de actividades, que incluem organizações que servem a sociedade e o governo, bem como os agregados familiares.

Apesar do CINSFLU 2004/5 ter surgido a público em 2006, a atenção que tem recebido das próprias OSC é ainda mínima. A equipa do projecto ISC contrariou tal atitude, procurando conciliar a metodologia da CIVICUS com a única base estatisticamente representativa de parte significativa da Sociedade Civil moçambicana. Na verdade, do ponto de vista metodológico, o facto de o INE já ter feito um esforço de captar dimensões relevantes da SC, constitui uma base importante de partida.

Para efeitos da pesquisa do ISC, o mapeamento elaborado pelo INE sobre as diferentes categorias de instituições sem fins lucrativos foi confrontado e compatibilizado com as categorias da CIVICUS. Estas últimas, se bem que mais detalhadas, careciam de uma estruturação tão elaborada como a que é oferecida pelo INE.

Como ilustra o Anexo 3, as categorias do INE (2006), com 12 grupos e 29 subgrupos, foram confrontadas e compatibilizadas com as 20 categorias propostas pela CIVICUS. A Tabela 2.1.2 apresenta a lista de categorias uniformizadas usadas nas pesquisas primárias do projecto, tanto no inquérito ao cidadão com no inquérito às OSC.

Uma nota crítica e de cautela deve ser deixada aqui, de forma explícita, para que sirva de consideração para futuras pesquisas. Existem indicações de que a Sociedade Civil moçambicana possui uma dinâmica mais complexa do que as categorias adaptadas às instituições formais conseguem captar.

Isto significa que, à partida, é preciso admitir uma certa limitação dos conceitos e categorias, em termos da captação de relações socialmente relevantes, mas não imediatamente formalizáveis. Por exemplo, existem muitos agrupamentos de entajuda comunitária que, por questões de definição, não foram captados pela pesquisa do INE, e muito provavelmente também escaparam à atenção dos inquiridores neste projecto do ISC. Ora, sabendo que a sociedade

moçambicana é fortemente informalizada, na prática muitas instituições de carácter eminentemente informais, mas que são socialmente relevantes, ficam fora das pesquisas focalizadas nas instituições formais. Por exemplo, grupos de entreatajuda como *Kurhimela Xitoco-Thôthôtho*, *Tsima-Ntimo*, *Xitique*, *Kurhimela*, *Kuthekela*, *Matsoni/Holimihana* e *Mukhumi/Oteka* (ver Tabela 13 em Francisco e Paulo, 2006: 84), são formas socialmente relevantes de organização da Sociedade Civil, que em algum momento devem ser tomadas em consideração. É verdade que tais grupos não obedecem aos requisitos da formalidade, mas por outro lado, a formalidade terá que considerar maneiras de se tornar socialmente mais relevante.

Tabela 2.1.2: Categorias de Organizações da Sociedade Civil, segundo Grupos e Subgrupos, Moçambique ISC2007

Grupos segundo áreas de acção	Subgrupos de categorias	
1 Cultura e recreação	1.1 Cultura e artes	1
	1.2 Desportos	2
	1.3 Outra recreação e clubes sociais	3
2 Educação e Pesquisa	2.1 Educação primária e secundária	4
	2.2 Educação superior	5
	2.3 Outra educação	6
	2.4 Pesquisa	7
3 Saúde	3.1 Hospitais e reabilitação	8
	3.2 Centros de apoio	9
	3.3 Saúde mental e intervenção de crises	10
	3.4 Outros serviços de saúde	11
4 Serviços Sociais	4.1 Serviços sociais	12
	4.2 Emergência e alívio	13
	4.3 Apoio e manutenção de rendimento	14
5 Ambiente	5.1 Grupos ambientalistas	15
	5.2 Protecção animal	16
6 Desenvolvimento e Habitação	6.1 Desenvolvimento económico, social e comunitário	17
	6.2 Habitação	18
	6.3 Emprego e formação	19
7 Lei, Advocacia e Políticas	7.1 Organizações cívicas e de advocacia	20
	7.2 Direito e serviços legais	21
	7.3 Organizações políticas	22
	7.4 Órgãos de defesa do consumidor	23
	7.5 Clubes cívicos	24
8 Intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado	8.1 Fundações doadoras (Grand-making foundations)	25
	8.2 Outros intermediários filantrópicos	26
	8.3 Organizações de benemerência	27
	8.4 Organizações de trabalho voluntário	28
9 Cooperação Internacional	9.1 Actividades internacionais	29
10 Religião	10.1 Congregações e/ou associações religiosas	30
11 Associações comerciais e profissionais, uniões	11.1 Associações comerciais	31
	11.2 Associações profissionais	32
	11.3 Sindicatos e Uniões dos trabalhadores	33
12 Organizações comunitárias	12.1 Organizações de inter-ajuda agrícola (<i>Kurhimela</i> , <i>Kurhimelissa</i> , <i>Kuvekeseliwa</i>)	34
	12.2 Grupos de poupança (<i>Male</i> , <i>Yakulahlana</i> , <i>Nssongo-nssongo</i> , <i>Kuphezana</i>)	35
	12.3 <i>Xitique</i> , <i>Tsima</i> , <i>Ntimo</i>	36
	12.4 <i>Xitunga</i> , ganho-ganho	37

3. ANÁLISE DA SOCIEDADE CIVIL

Este Capítulo 3 inclui grande parte da informação estatística e qualitativa reunida no decurso do projecto. A análise está estruturada de acordo com os indicadores individuais, as subdimensões e dimensões do Índice da Sociedade Civil (ISC). Por isso, este capítulo está organizado segundo as quatro dimensões do Diamante do ISC: Estrutura, Ambiente, Valores e Impacto.

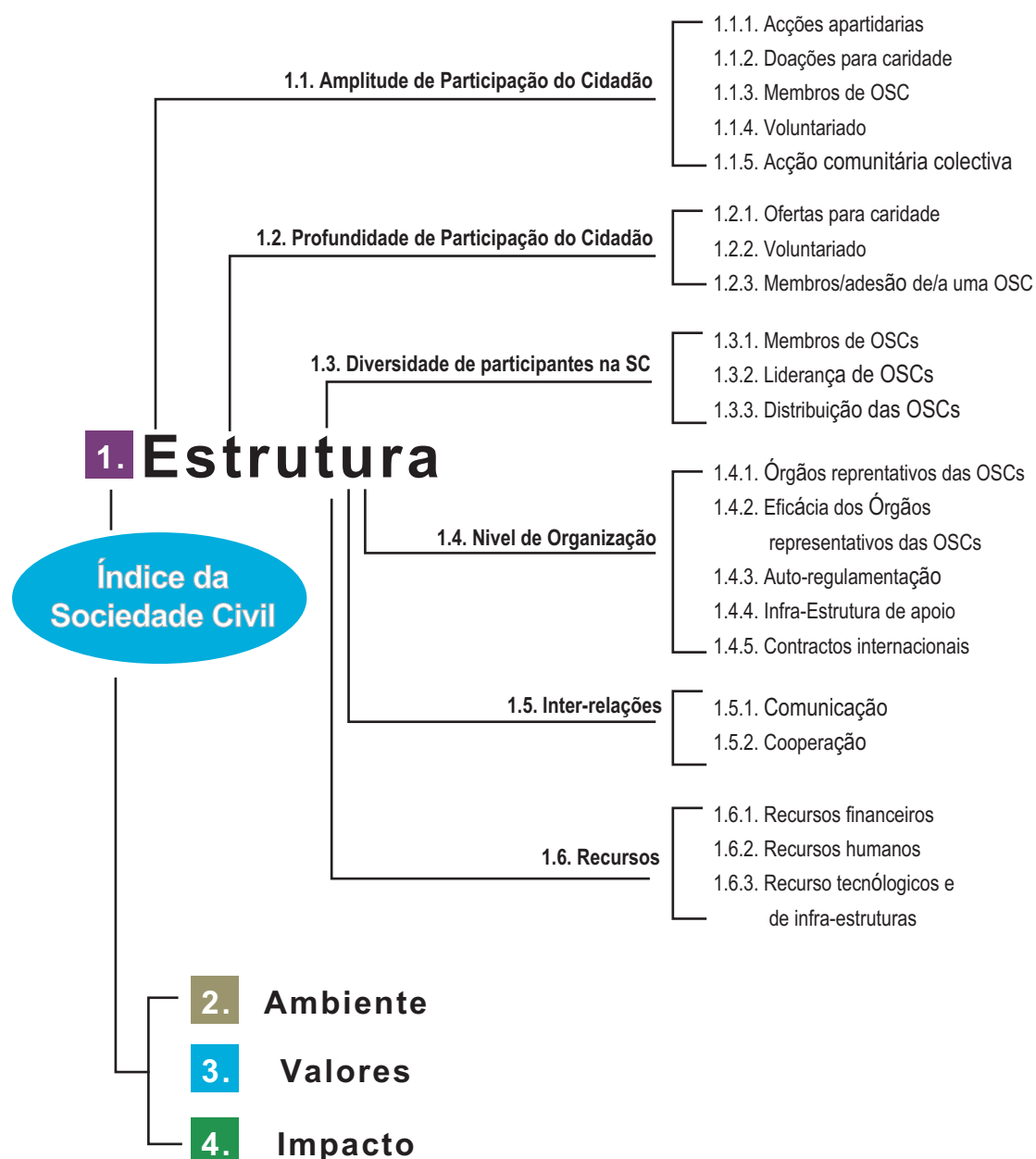
No início de cada secção, resume-se num gráfico a pontuação referente às sub-dimensões classificadas numa escala de zero (0) a três (3) pontos. As quatro dimensões compreendem 27 sub-dimensões e um total de 80 variáveis. Os resultados de cada variável são examinados em detalhe nas secções seguintes, enquanto a pontuação dos indicadores individuais é resumida em tabelas específicas.

3.1 ESTRUTURA



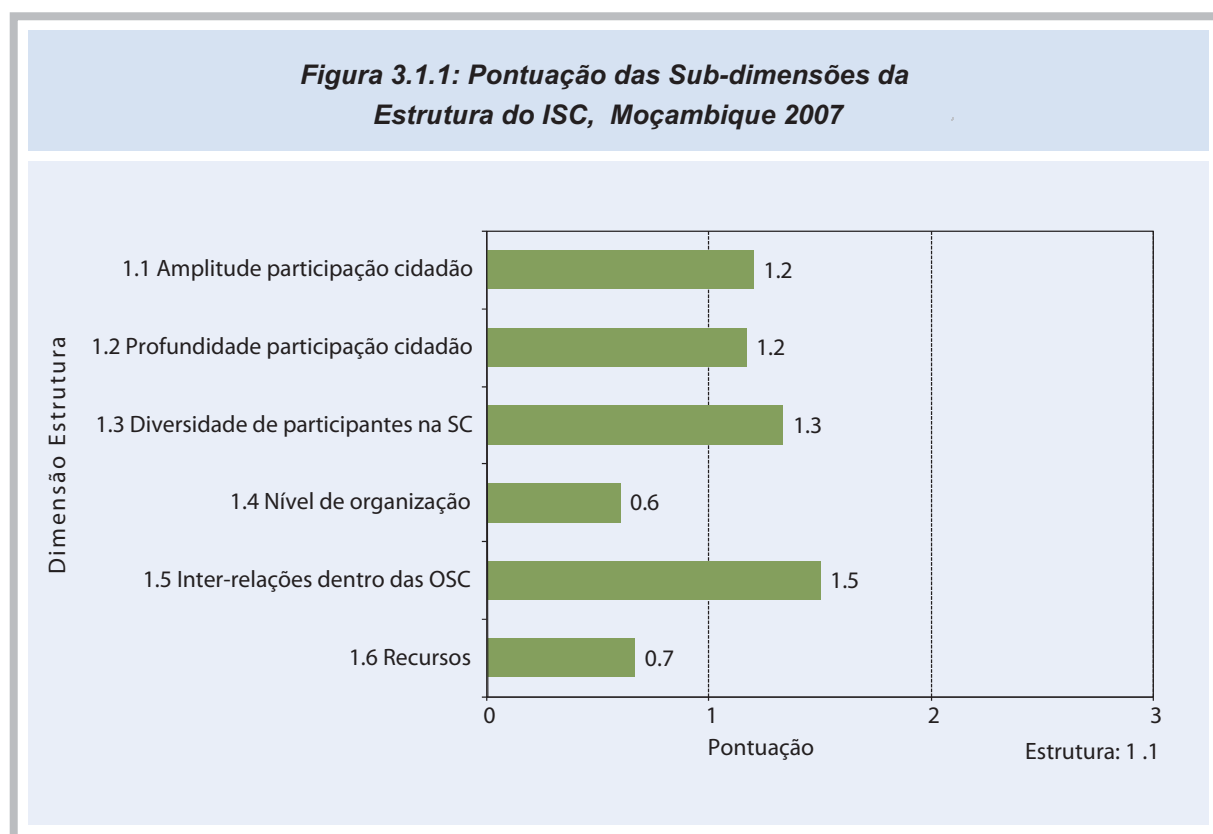
ESTRUTURA

Figura 3.1: Sub-dimensões e Indicadores da Estrutura no (ISC)



3.1. ESTRUTURA

A análise da Estrutura da sociedade contempla aspectos sobre o tamanho, a força e vitalidade da Sociedade Civil, em termos de recursos humanos, organizacionais e financeiros. A pontuação agregada para a dimensão sobre Estrutura é 1,1 pontos, indicando uma estrutura moderada baixa da sociedade civil moçambicana. A Figura 3.1.1 apresenta a pontuação desagregada em seis sub-dimensões: 1) Amplitude da participação dos cidadãos; 2) Profundidade da participação; 3) Diversidade no seio da Sociedade Civil; 4) Nível de organização; 5) Inter-relações e 6) Recursos.



3.1.1. Amplitude da participação do cidadão

Esta sub-dimensão mede a amplitude da participação do cidadão moçambicano na Sociedade Civil, através de diversas formas. Qual a amplitude da participação do cidadão? Qual a proporção de moçambicanos envolvidos em actividades da Sociedade Civil, tais como acção política não-partidária, oferta de donativos ou beneficência, adesão a OSC, voluntariado e acção comunitária colectiva.

A Tabela 3.1.1 resume a pontuação dos respectivos indicadores, sendo em média **1,2** pontos. Esta pontuação sugere que a amplitude da participação do cidadão em Moçambique é baixa ou *limitada* em todas as suas expressões, com excepção da sub-dimensão doações para

Ref. #	Indicadores	Pontuação	
1.1.1	Acção política não-partidária	28 %	1.0
1.1.2	Voluntariado	43 %	2.0
1.1.3	Membro / filiado em múltiplas OSC	23 %	0.0
1.1.4	Voluntariado	39 %	2.0
1.1.5	Acção comunitária colectiva	42 %	1.0

Pontuação: 0 < 10%; 1 de 10% -30%; 2 de 31% a 65%; 3 > de 65%; ver detalhes descritivo na matriz da CIVICUS-tolkit, 2004.

caridade e voluntariado (ambas com valores moderados). Sobre o voluntariado, mais adiante (secção 1.1.3), a questão será retomada e comentada mais em detalhe.

3.1.1.1. Acção Política Não-Partidária

Depois do ano 1990, ao abrigo da 2ª Constituição da República de Moçambique, o País passou a dispor dum quadro constitucional favorável à livre associação, tanto partidária como não-partidária.

Este novo quadro constitucional difere substancialmente do quadro prevalecente anteriormente, tanto no período colonial, de dominação da administração Portuguesa, como na primeira década de independência, de predominância de um partido único e restrição das liberdades individuais.

Segundo uma pesquisa do CEP, de 2003, o grau de influência das instituições é inversamente proporcional ao nível de poder. Isto explica que o secretário do bairro ou da aldeia e o chefe tradicional sejam as entidades locais mais procuradas pelos cidadãos, quando precisam de resolver algum problema quotidiano. O fraco impacto de algumas instituições de poder e Organizações da Sociedade Civil, poderá ter a ver com o seu desconhecimento, com o facto

de desenvolverem trabalho que não vai de encontro às necessidades básicas e imediatas dos cidadãos, ou porque não estão inseridas adequadamente junto da população.

O recurso a formas de luta não partidárias, como a greve, as manifestações e petições ainda é praticamente desconhecido; cerca de 44% da população nunca participou em greves ou manifestações e 25% participaria em tais acções se tivesse oportunidade para tal. O Afrobarometer de 2005 revela que 87% da população nunca contactou um funcionário do governo, um representante da Assembleia da República, ou o representante de qualquer entidade pública. Ainda de acordo com o Afrobarómetro, cerca de 54% dos cidadãos inquiridos recorre aos líderes religiosos para apoio na solução de problemas, enquanto 24% contactam regularmente os líderes comunitários.

O inquérito ao cidadão realizado por este projecto de pesquisa revela que uma minoria de cidadãos (28% dos inquiridos) já realizou alguma forma de acção política apartidária, como por exemplo: participar numa manifestação pública, escrever uma carta para o jornal ou assinar uma petição.

3.1.1.2. Doações para Caridade

A literatura secundária é escassa sobre este assunto, o que constituiu uma das justificações para a realização do Inquérito Nacional ao Cidadão (INC07). Segundo o INC07, nos 12 meses anteriores ao inquérito cerca de 43% dos inquiridos prestaram algum tipo de apoio voluntário à comunidade, para além dos membros do seu agregado familiar. A maior parte do apoio declarado foi em forma de comida (87%), ou também em dinheiro (57%) e roupas (55%).

3.1.1.3. Membro de uma OSC

O censo do INE às organizações sem fins lucrativos (CINSFLU, 2006) revelou que em 2003 o número total de membros pertencentes às OSC⁵ formalmente registadas rondava as 140 mil pessoas. Este número representa menos de um por cento da população total moçambicana, uma proporção relativamente pequena em termos gerais.⁶ Porém, em relação à força de trabalho assalariada, o número envolvido não é de modo algum insignificante.

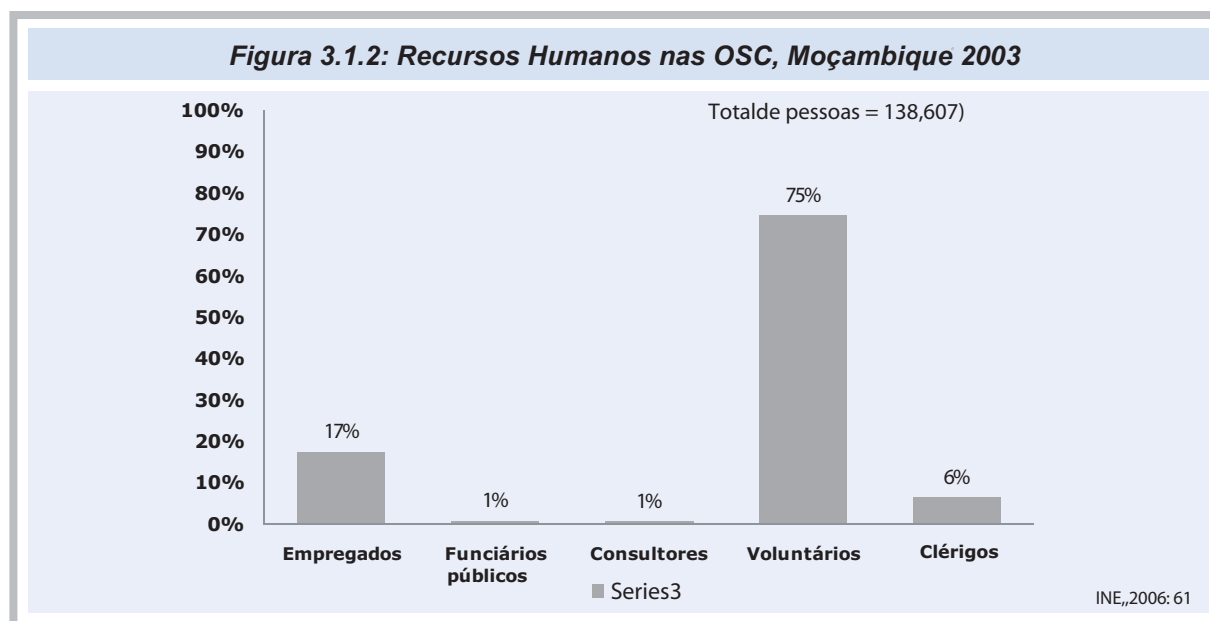
As cinco mil OSC recenseadas pelo INE em 2003 possuíam praticamente o mesmo número de trabalhadores que o sector público.

Cerca de 75% das 140 mil pessoas apresentaram-se como voluntários, enquanto 20-25% eram assalariados, consultores ou funcionários públicos. Ou seja, pelo menos 30 mil trabalhadores das OSC podem ser considerados assalariados regulares. Depois do Estado, não existe outra entidade empregadora que empregue tantas pessoas como as OSC.

Visto que o CINSFLU2006 abrangeu apenas organizações formais, no sentido de elas pelo menos possuírem endereço físico e evidências de estrutura organizacional regular, será

⁵ Para efeitos da presente pesquisa às OSC as organizações sem fins lucrativos (OSFLU) são consideradas Organizações da Sociedade Civil (OSC).

⁶ Este valor depende da definição operacional usada pelo INE. Considerando critérios mais realistas, que não se restrinjam à noção de organização com endereço físico, é admissível que a participação das pessoas em formas organizacionais da Sociedade Civil seja muito maior do que os dados do INE sugerem.



necessário admitir que tal perspectiva deixa de lado um conjunto de organizações comunitárias, socialmente relevantes, mas funcionalmente informais.

É sabido que a participação do cidadão em OSC formalmente constituídas é bastante pequena. Todavia, do ponto de vista da dinâmica da Sociedade Civil, é importante reconhecer que as OSC socialmente relevantes no quotidiano da sociedade moçambicana têm uma lógica de funcionamento diferente dos critérios formais e legais.

3.1.1.4. Voluntariado

As fontes secundárias sobre o trabalho voluntário são muito escassas, sendo o CINSFLU2006 talvez das melhores excepções neste momento. O censo do CINSFLU2006 apresenta dados referentes ao número de pessoas voluntárias nas instituições sem fins lucrativos. Dum total de 138 607 membros nas OSC recenseadas, pouco mais de 39 mil (28%) em 2003-04 eram voluntários estáveis e cerca de 64 mil (46%) voluntários ocasionais.⁷

O presente projecto do ISC procurou captar informação sobre o voluntariado na população em geral, tanto através do inquérito ao cidadão como no inquérito às OSC. Sobre a percentagem de pessoas que participam regularmente em trabalhos voluntários, o INC2007 apurou que pouco mais de um terço (39%) dos moçambicanos participa regularmente em trabalhos voluntários, pelo menos uma vez por ano.⁸

⁷ O INE definiu voluntariado, no CINSFLU 2006, da seguinte forma: "Voluntários – Trabalham, também ocasionalmente, sem receberem qualquer remuneração, monetária ou em género, pelo trabalho que fazem para unidade em análise. Dadores de sangue e de órgãos não devem ser incluídos como voluntários. Incluem-se aqui as pessoas que trabalham para a instituição e que recebem um pagamento simbólico, feito apenas em géneros" //INE, 2006: 84). Esta definição evidencia uma certa contradição. Ao mesmo tempo que considera o voluntário como aquele que não recebe qualquer remuneração, em dinheiro ou em géneros, logo de seguida abre a excepção para as pessoas que recebam um pagamento simbólico, apenas em género. Todavia, é uma contradição do próprio texto do INE, sobre a qual nada pode ser feito aqui, excepto sugerir que a mesma seja evitada em futuras pesquisas

⁸ Ver o CINSFLU, pp. 57-59 sobre o rácio do voluntariado (média de 56 por 10 mil habitantes).

Os resultados do INC07 revelam ainda que 27% dos inquiridos declararam fazerem parte, ou estarem envolvidos, em alguma forma de organização, no sentido geral, incluindo empresas, associações, órgãos do governo e outras organizações. No INC07 a proporção de pessoas envolvidas em OSC reduz-se para pouco mais de 20%, mas a declaração de participação regular em trabalhos voluntários aproxima-se dos 40%.

Estes dados sobre voluntariado parecem contrastar com os dados apurados pelo CINSFLU2006, em que os números sugerem fraquíssima percentagem de pessoas pertencentes a pelo menos uma OSC, sobretudo em regime de voluntariado.

Não houve tempo para aprofundar o assunto. Por isso, é preciso alguma cautela antes de se tirarem conclusões precipitadas. As divergências de resultados podem resultar de diferenças de percepção sobre voluntarismo, tanto nos autores dos inquéritos e pesquisadores, como nos próprios inquiridos. Dois fenómenos sociais podem influenciar as percepções do senso comum. Um fenómeno é o da informalidade, que caracteriza grande parte do envolvimento em actividades comunitárias múltiplas, por vezes com grande regularidade, mas que raramente é entendido como parte de movimentos associativos ou das Organizações da Sociedade Civil.⁹

O outro fenómeno tem a ver com o subemprego, muitas vezes disfarçado ou confundido com voluntarismo. Será mesmo voluntarismo? Se as pessoas recebem um pagamento simbólico (na verdade, um salário mísero), onde acaba o subemprego e começa o voluntarismo?

Este tipo de questões levou algumas pessoas envolvidas nesta pesquisa a questionarem se realmente existe um elevado voluntarismo em Moçambique, como o inquérito do INC07 sugere.

O assunto não pode ser aprofundado no âmbito desta pesquisa, devendo ser objecto de futuras reflexões e análise mais aprofundada.

Por causa das discrepâncias e dúvidas sobre os critérios de classificação das OSC, da dificuldade real de captação da dinâmica do voluntariado na Sociedade Civil moçambicana, que os inquéritos formais raramente registam adequadamente, o GAN considerou dar crédito à proporção significativa dos inquiridos no INC07 que declararam participar em acções de voluntariado, atribuindo uma classificação de 2 pontos.

3.1.1.5. Acção Comunitária Colectiva

A informação secundária sobre a participação em actividades comunitárias é escassa. O Afrobarómetro 2005 refere que cerca de 40% de pessoas participam regularmente em encontros comunitários. De igual modo, o INC07 reuniu valores superiores a 40%.

Com base nestes dados, e em conformidade com a pontuação de base, sendo as evidências de participação inferiores a 50%, concluiu-se que apenas uma minoria participou em acções comunitárias colectivas, no último ano.

⁹ O INE, no CINSFLU2006, definiu Associação com a "Pessoa colectiva de substracto pessoal que não tem um fim lucrativo. Pode ter um fim desinteressado ou interessado, sendo este ideal ou económico não lucrativo. O regime jurídico das Associações encontra-se consagrado nos artigos 167. E segs. Do Código Civil" (INE, 2006: 82). Entretanto, durante os encontros, quando se fazia referência aos movimentos comunitários, identificados na lista das categorias associativas, a reacção de muitas pessoas era de surpresa, pois nunca viram tais movimentos organizativos comunitários como fazendo parte das Organizações da Sociedade Civil. Os inquéritos formais, como o censo do INE, ainda não captam a natureza mais complexa e dinâmica da organização da Sociedade Civil, no âmbito das formas de organização regular socialmente relevantes para os cidadãos, mas inteiramente informalizadas.

Em termos gerais, tomando em consideração tanto os dados estatísticos como as percepções e sensibilidade empírica de apreciações qualitativas, pode-se concluir que a amplitude da participação dos cidadãos em acções apartidárias, de voluntariado e comunitária é fraca/moderada.

Esta apreciação foi reafirmada pelos participantes no Seminário Nacional de 4 de Dezembro de 2007, no qual o sentimento geral predominante foi de que a participação da SC é fraca, a SC nunca se une em momentos críticos para a defesa dos interesses próprios, como por exemplo: subida de preços, maus tratos a outros cidadãos, danos e prejuízos causados por negligência de instituições, entre muitos outros. Em alguns momentos sente-se que a SC se deixa instrumentalizar pelo Governo.

No Seminário Nacional os participantes ainda adiantaram algumas razões para este estado de situação, nomeadamente: medo de agir e afirmar a cidadania, falta de capacidade da SC, o facto de alguns dos principais líderes da SC serem simultaneamente membros do Governo.

TABELA 3.1.2: Indicadores da profundidade da participação do cidadão

Ref. #	Indicadores	Pontuação	
1.2.1	Ofertas de caridade	1,5%	1
1.2.2	Voluntariado	>8horas?	2,5
1.2.3	Membro/filiado em múltiplas OSC	18%?	0

3.1.2. Profundidade da participação do cidadão

Esta sub-dimensão analisa a profundidade da participação cidadã na Sociedade Civil moçambicana, medida em termos de dedicação ao voluntariado e frequência de filiação em mais do que uma OSC.

A média atribuída a esta sub-dimensão é **1,3** pontos. A Tabela 3.1.2 detalha a pontuação para os respectivos indicadores.

3.1.2.1. Ofertas para caridade

Os dados do INC07 necessitam duma análise mais detalhada sobre os valores das ofertas para caridade, devido a algumas discrepâncias com valores improváveis identificados na base de dados. Na falta de tempo para aprofundar este assunto, nesta fase, adianta-se o resultado possível, tomando como referência a mediana em vez da média simples de valores declarados para o ano anterior. O valor obtido é de 100 Meticais. Pondo este valor num contexto nacional, ele representa cerca de 1-1,5% do valor da renda per capita (8.750,00 MT = US\$ 350x25MT) actualmente em Moçambique.

3.1.2.2. Dedicção ao voluntariado

A dedicação a trabalho voluntário revelada pelo INC07 sugere um valor relativamente elevado, sendo necessário apurar a análise para esclarecer a plausibilidade dos dados registados. Entretanto, não obstante as dúvidas relativamente aos dados recolhidos, o GAN considerou aconselhável atribuir-se a pontuação máxima prevista na matriz, a fim de se reconhecer o grande peso e importância que o trabalho não-remunerado e voluntário possui na sociedade moçambicana.

3.1.2.3. Membros e filiação em múltiplas OSC

Segundo os INC07 menos de 20% da população entrevistada pertence a mais do que uma OSC. Isto equivale, segundo os critérios da metodologia da CIVICUS, a uma participação minoritária que em termos de pontuação corresponde a zero (0).

O GAN, e posteriormente o Seminário Nacional, validou esta pontuação, manifestando a preocupação da necessidade de se encontrar formas efectivas de expandir a filiação em OSC que melhor respondam às aspirações e interesses dos cidadãos. Na prática, isto implica não só melhorar as OSC do ponto de vista organizacional, mas também prestar atenção à missão, visão e acção prática das mesmas.

3.1.3. Diversidade dentro da Sociedade Civil

Esta sub-dimensão examina a diversidade e representatividade no espaço da Sociedade Civil. Até que ponto os grupos sociais principais participam de maneira equitativa nas OSC? Existem alguns grupos dominantes ou excluídos? Em que medida existe diversidade na liderança das OSC e como é que as OSC estão distribuídas pelo País?

Tanto os dados do CINSFLU2006 como os dados primários, recolhidos no âmbito desta pesquisa, fornecem informação relevante para a questão da diversidade. Constata-se que importantes grupos sociais estão ausentes das prioridades das OSC, ou estão sub-representados. Isto resultou numa pontuação média de **1,3** pontos, baseada nos indicadores apresentados na Tabela 3.1.3.

TABELA 3.1.3: Indicadores da diversidade da participação na Sociedade Civil		
Ref. #	Indicadores	Pontuação
1.3.1	Membros das OSC	1
1.3.2	Liderança da OSC	1
1.3.3	Distribuição das OSC	2

3.1.3.1. Representatividade das OSC

A metodologia da CIVICUS identifica seis grupos relevantes e representativos da diversidade de grupos sociais na Sociedade Civil, mas a equipa técnica nacional acrescentou dez categorias adicionais: (1) Mulheres, (2) população rural, (3) minorias étnicas/linguísticas, (4) minorias religiosas, (5) pessoas pobres, (6) classe alta/elite, (7) jovens, (8) PVHS, (9) idosos e (10) deficientes físicos.

De acordo com o INC07 os grupos da classe alta/elite e as minorias religiosas são os que possuem participação mais equitativa. Em contrapartida, os grupos de pessoas pobres, de idosos e de deficiente físicos foram considerados ausentes ou excluídos. Por outro lado, o grupo de mulheres, a população rural, as minorias étnicas, jovens e PVHS são vistos como sub-representadas ou excluídas nas OSC.

3.1.3.2. Liderança das OSC

Exceptuando o grupo da classe alta ou elite, os demais grupos sociais apresentam idêntica representação nas funções de liderança. Isto contrasta de algum modo com as percepções relativas à variável anterior, sobre a representatividade das OSC, entrevistas específicas e a opinião dos membros do GAN. Por exemplo, os resultados do INC07 sugerem que o grupo de mulheres é sub-representado, tanto nas OSC como em posições de liderança na sociedade em geral, contrastando assim com a imagem fornecida por outras fontes sobre a participação política da mulher¹⁰.

À semelhança do que indica o CINSFLU2006, o INC07 também revela uma sub-representação de pessoas do sexo feminino comparativamente ao sexo masculino. No primeiro caso, o CINSFLU2006 revelou que, em 2003, as OSC possuíam 63% de homens contra 37% de mulheres. Já o INC07 apresenta um desequilíbrio mais acentuado, com 74% homens contra apenas 26% mulheres.

Portanto, enquanto em certos inquéritos de opinião a generalidade das respostas indica que as mulheres estão relativamente bem representadas nas OSC, incluindo em termos de liderança, outros inquéritos são menos conclusivos.

Isto sugere que o assunto da representatividade nas suas diversas formas deve merecer uma maior reflexão, principalmente quanto à qualidade e efectividade prática da representatividade dos grupos sociais nos órgãos das OSC.

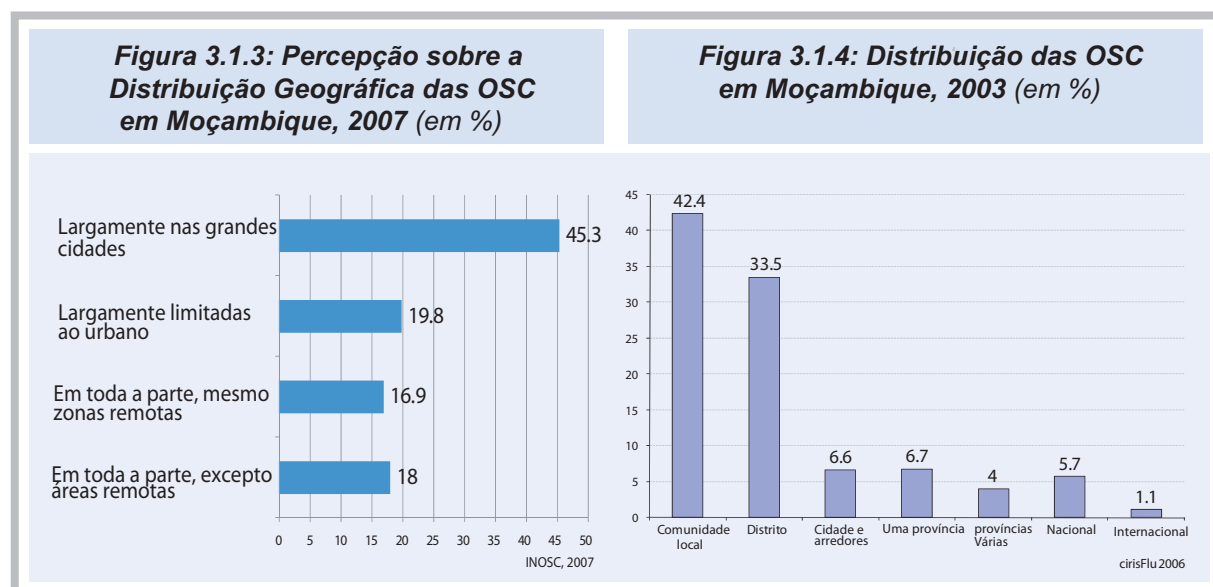
¹⁰ Como refere a METIER (2004: 22), Moçambique goza de certa reputação duma elevada participação da mulher no processo de tomada de decisões ao mais alto nível, isto é no parlamento, quando comparado com outros países da África Austral. A METIER traça a posição vantajosa de Moçambique à tradição na luta pela igualdade, desde o tempo da luta pela independência na década de 1960 e 1970. Mas a percepção de elevados indicadores comparativamente à dos países da África do Sul, anualmente reportada por exemplo pelos relatórios internacionais de desenvolvimento humano (UNDP, 2006, 2007/2008), é analisada de forma mais ou menos crítica, dependendo das abordagens seguidas. Por exemplo, Osório questiona que a pluralidade da intervenção política da mulher, a nível parlamentar, tenha produzido um discurso suficientemente vantajoso para a mulher, em termos de democratização e de alteração das relações sociais de género (Osório, 2007, http://www.wlsa.org.mz/?target=Tex_Eleicoes2007).

3.1.3.3. Distribuição das OSC

A variável sobre a distribuição geográfica das OSC apresenta um resultado curioso, quando comparada com os dados factuais, por exemplo do CINSFLU 2006.

Como mostra a Figura 3.1.3, o INC07 revela que a maioria das pessoas (45%) acredita que as OSC estão largamente concentradas nas grandes cidades, ou largamente circunscritas às áreas urbanas (20%).

Todavia, esta percepção do senso comum é contrariada por dados factuais, por exemplo fornecidos pelo CINSFLU 2006, ilustrada na Figura 3.1.4. Este censo, ao ter beneficiado duma cobertura estatisticamente representativa a nível nacional, põe em causa duas percepções muito generalizadas mas erradas: uma relacionada com o tipo de OSC dominante em Moçambique, e a outra sobre a representatividade numérica dos centros urbanos.



Quanto ao primeiro aspecto, uma ideia bastante generalizada é que as ONGs predominam entre as OSC. Ora, das cerca de cinco mil Instituições Sem Fins Lucrativos, recenseadas pelo INE (2006), a grande maioria são associações (92%), quer de carácter religioso (53%), quer de carácter político, de advocacia e lei (25%) e apenas 2% associações de carácter educacional. As ONGs são menos de 10%, com apenas 3% de ONGs nacionais e 4% de ONGs internacionais, enquanto as fundações representam somente 0.4% das OSC¹¹.

Portanto, considerando a classificação das OSC usada pelo INE concluiu-se que a diversidade de organizações na SC é fraca; cerca de 75% pertencem a dois grupos de organizações: religiosas e políticas. Em contrapartida, as organizações de mulheres ou de grupos minoritários são poucas, se bem que exista por exemplo uma Organização da Mulher Moçambicana (O.M.M), fortemente associada ao partido no poder, a Frelimo, que está amplamente distribuída pelo País. Porém, o facto de a O.M.M. ser fortemente partidarizada, restringe a possibilidade de envolvimento dum amplo leque de mulheres não interessas em actividades directamente partidárias.

¹¹ O INE identificou ainda 12% de OSC num grupo de "Outros", compreendendo uma série de organizações muito pequenas envolvidas em actividades diversas.

3.1.4. Nível de organização

Esta sub-dimensão analisa o nível de extensão dos órgãos representativos, da sua eficácia e auto-regulação organizacional, das infra-estruturas e dos contactos das OSC em Moçambique. Qual o nível de organização da Sociedade Civil? Que tipo de infra-estruturas possuem as OSC?

A pontuação média validada pelo GAN é de 0,6 pontos, o que sugere que a Sociedade Civil moçambicana possui um desenvolvimento organizacional fraco. A Tabela 3.1.4 detalha a pontuação dos respectivos indicadores.

Ref. #	Indicadores	Pontuação
1.4.1	Existência dos órgãos representativos das OSC	0
1.4.2	Eficácia dos órgãos representativos das OSC	2
1.4.3	Auto-regulação	1
1.4.4	Infra-estruturas de apoio	0
1.4.5	Ligações internacionais	0

3.1.4.1. Existência de órgãos representativos das OSC

A Figura 3.1.4, apresentada anteriormente, mostra que as organizações com representação nacional ou com presença em várias províncias não ultrapassam os dez por cento. Este resultado foi corroborado pelo ISC07 quanto à representatividade e cobertura de rede e federações amplas. Grande parte dos inquiridos considerou que uma pequena minoria (22%) pertence a redes ou federações e organizações de representatividade ampla.

3.1.4.2. Efectividade dos órgãos representativos das OSC

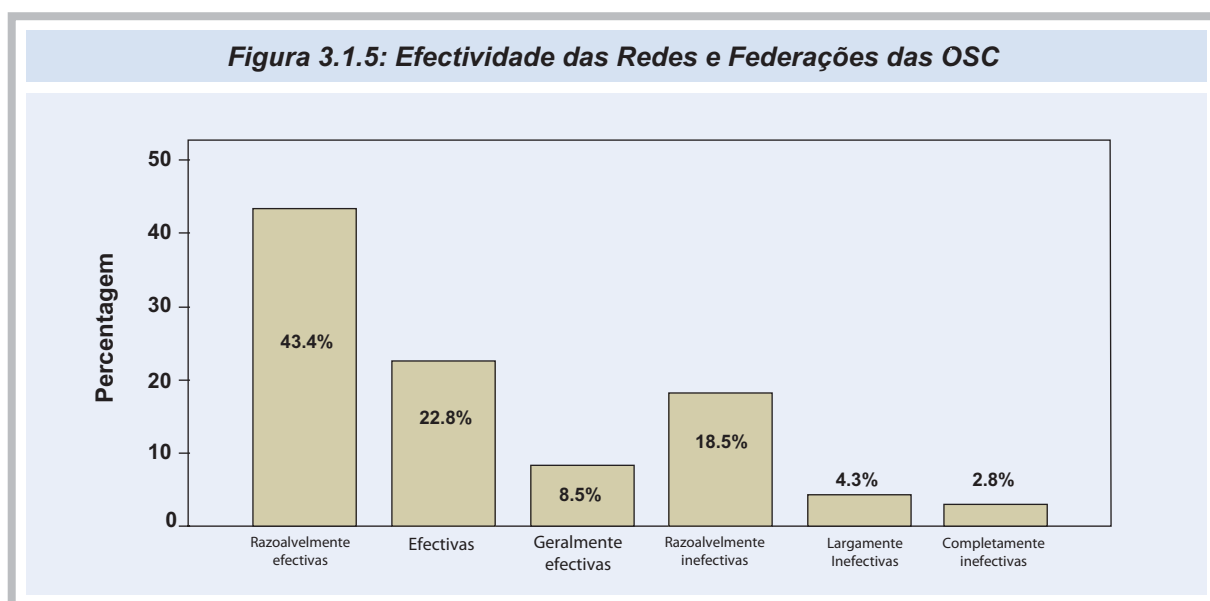
Apesar da fraca cobertura nacional das redes organizacionais, os inquiridos no INC2007 consideram que elas jogam um papel efectivo, ou razoavelmente efectivo, na prossecução dos objectivos e metas das OSC.

Cerca de 43% dos inquiridos consideraram o papel das redes e federações razoavelmente efectivo, contra 18,5% que as considera razoavelmente pouco efectivas.

Nos encontros com os Interessados Directos, e em certas fontes secundárias, a questão das potencialidades institucionais das redes tem sido debatida. As opiniões dos principais intervenientes divergem.

De um lado, alguns analistas consideram que algumas redes e coligações têm logrado objectivos positivos; por exemplo, no caso da Campanha Terra, da mobilização do Grupo da Dívida para o perdão da dívida de Moçambique, ou ainda a participação no Observatório da Pobreza e na comissão de eleição do presidente do CNE (Negrão, 2003).

Por outro lado, outros analistas são mais cépticos e críticos do sucesso de tais redes. Por exemplo, Hodges e Tibana (2005) e Francisco e Matter (2007) defendem que o sucesso e desempenho das redes da Sociedade Civil devem ser avaliados com cautela e em íntima associação com o papel desempenhado pelos doadores e agências internacionais. Isto é particularmente importante, defendem estes analistas, quando se sabe que o espaço conquistado pela SC é mais resultado duma imposição de doadores internacionais, a quem o governo presta mais contas, do que propriamente da iniciativa e afirmação das OSC (Hodges e Tibana, 2005).

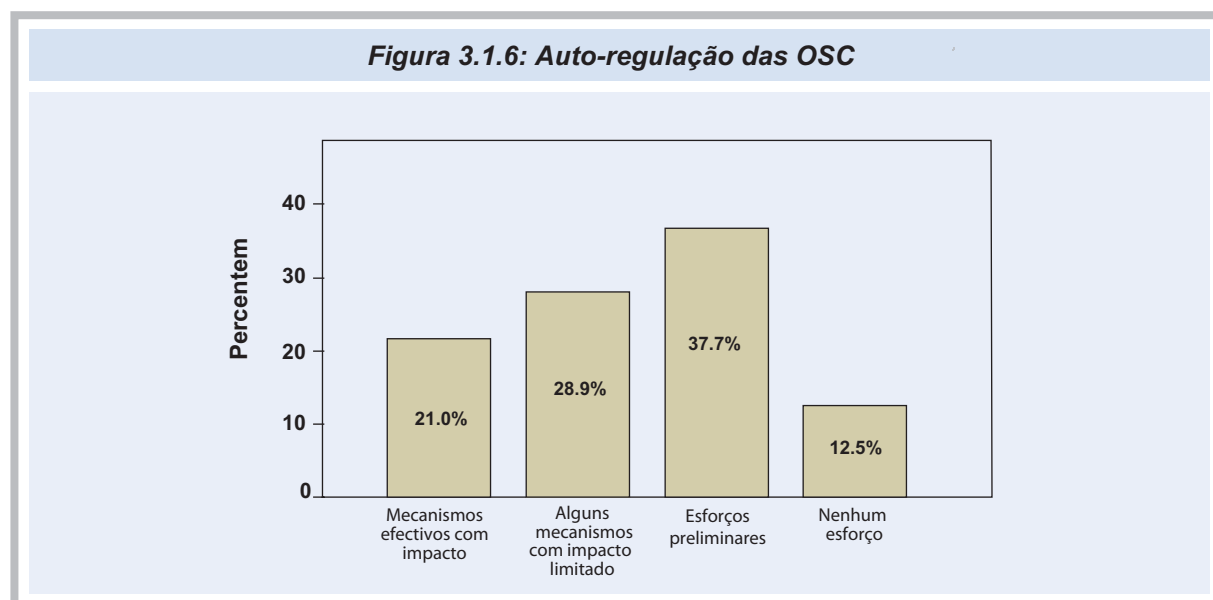


3.1.4.3. Auto-regulamentação

Este indicador avalia a dinâmica das OSC para gerarem mecanismos de auto-regulação e o grau de eficácia para detectar e superar eventuais irregularidades.

No INC 2007, cerca de 38% dos inquiridos consideraram que existem esforços preliminares para gerar mecanismos de auto-regulação, enquanto 29% afirmaram que os escassos mecanismos existentes possuem um impacto “extremamente limitado”.

Várias outras fontes, sobretudo em análise durante as consultas aos interessados directos, consideraram que os métodos *ad hoc*, a informalidade e o imediatismo funcionam como factores enfraquecedores do nível organizacional e do pontencial impacto das OSC na sociedade.

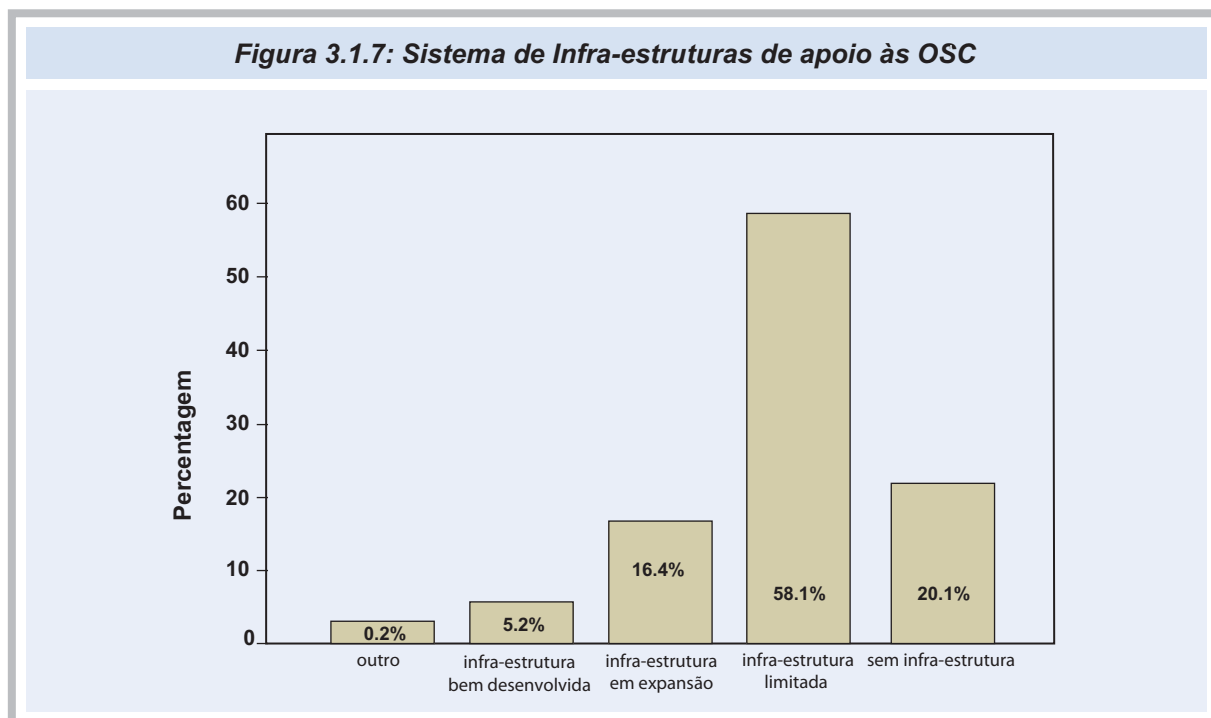


3.1.4.4. Infra-estruturas de apoio

As infra-estruturas de apoio são consideradas muito limitadas. Quando se fala de infra-estrutura, isso significa centros de recursos, capacidade organizacional, bancos de dados de informação e programas de assistência técnica em todo o País.

O INOSC07 revela que 58% dos inquiridos consideraram as infra-estruturas de apoio muito limitadas, 20% falaram de total ausência de infra-estruturas e só 5% consideraram existirem infra-estruturas organizacionais bem desenvolvidas.

Figura 3.1.7: Sistema de Infra-estruturas de apoio às OSC



3.1.4.5. Ligações Internacionais

O nível de participação em espaços de redes internacionais é indicado como moderado por 50%, ou mesmo elevado, por 16% dos inquiridos.

Porém, quanto à participação em redes internacionais, um terço declarou que são muito poucos, 16% disse que nenhuns, 40% alguns e apenas 4% indicou serem numerosos.¹²

3.1.5. Inter-relações dentro das OSC

Esta sub-dimensão analisa as relações entre os actores da Sociedade Civil em termos de comunicação e cooperação horizontal. É pontuada em **1,5** pontos, correspondendo a um nível médio satisfatório de inter-relações. A Tabela 3.1.5 sintetiza a pontuação dos respectivos indicadores.

TABELA 3.1.5: Indicadores de avaliação das inter-relações dentro da Sociedade Civil		
Ref. #	Indicadores	Pontuação
1.5.1	Comunicação	2
1.5.2	Cooperação	1

¹² O CINSFLU2003 do INE (2006: 99) indica que 14% das OSC estavam filiadas em organizações internacionais.

3.1.5.1. Comunicação

O nível de participação em espaços de redes internacionais é moderado (35%) e significativa (23%), contra 32% dos inquiridos que consideraram limitado e 10% não existentes ou simplesmente insignificantes.

Ainda que actualmente as formas de comunicação estejam a expandir-se, quer por via telemóvel quer através da expansão da rede de televisão, uma parte significativa dos inquiridos considera que o nível de comunicação é limitado (32%) ou mesmo insignificante (10%).

Na sua apreciação destes dados, os membros do GAN consideraram existir um grande esforço de comunicação, o que pode gerar a ideia dentro das OSC que a acção é ampla e efectiva, sem que tal seja realmente sentido pelo cidadão comum.

3.1.5.2. Cooperação

As experiências de concertação e coligações intersectoriais e em redes constituem opções de acção colectiva cada vez mais usadas entre as organizações da sociedade. No caso de Moçambique, segundo os inquiridos do INC07, mais de 50% declarou que tem pouca (41%) ou nenhuma (12%) participação em eventos internacionais da Sociedade Civil. Mas existem também uma percentagem substancial (43%) que indicou existir alguma participação em eventos internacionais.

Entretanto, a partir de outras fontes, convém referir a existência de algumas redes e coligações, como por exemplo: a LINK (que é uma coligação de organizações não governamentais), o Conselho Cristão, a UNAC (que é a união das cooperativas), o Grupo da Dívida (que é também uma coligação como forma de grupo de pressão ao governo para a redução da dívida externa), a extinta Campanha Terra, o Observatório da Pobreza (que constitui um fórum de elementos da SC que pretende monitorar a implementação do PARPA II), entre outros agrupamentos como a Rede da Criança, MONASO, etc.

O grau de abrangência nacional de algumas destas redes não é conhecido, mas o GAN constatou que grande parte delas concentra-se nas zonas urbanas. Ou seja, na prática, a cooperação inter-regional é relativamente fraca, no que diz respeito ao envolvimento amplo de OSC locais e distritais.

3.1.6. Recursos

Esta sub-dimensão analisa o nível de recursos com que a Sociedade Civil conta na prática. A classificação média é de 0,7 pontos, significando uma baixa capacidade instalada de recursos. A Tabela 3.1.6 discrimina os pontos dos respectivos indicadores.

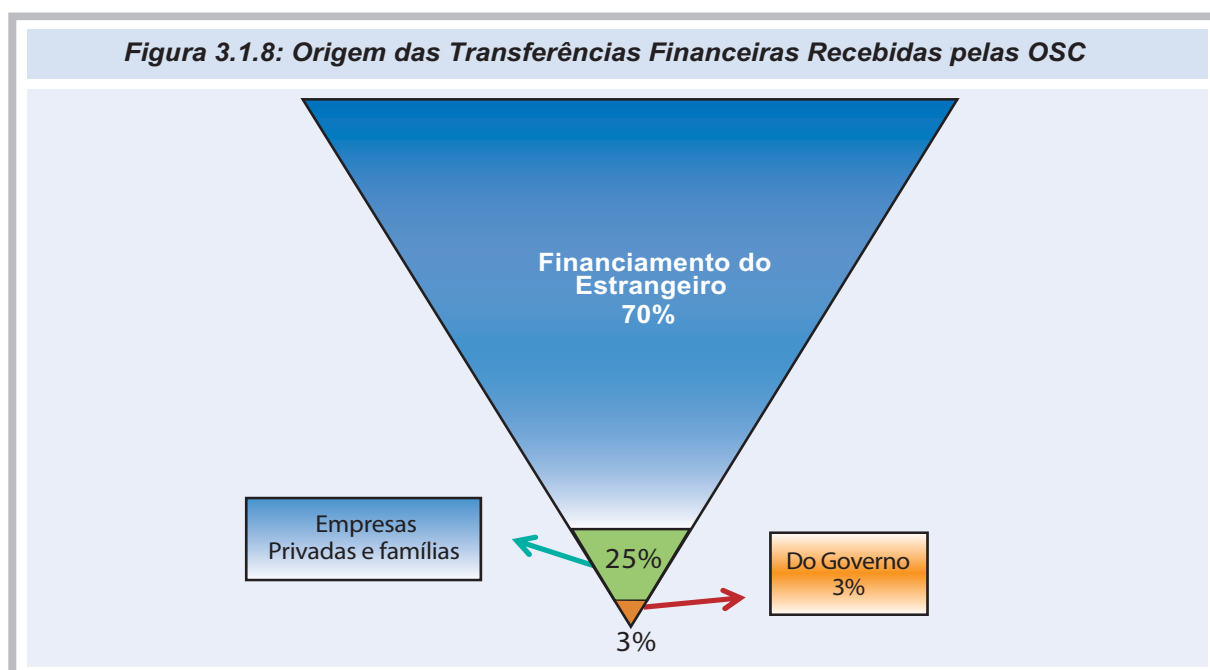
TABELA 3.1.6: Indicadores dos recursos da Sociedade Civil		
Ref. #	Indicadores	Pontuação
1.6.1	Recursos Financeiros	0.5
1.6.2	Recursos Humanos	0.5
1.6.3	Recursos tecnológicos e infra-estruturas	1

3.1.6.1. Recursos Financeiros

O INOSC07 revela que 58% dos inquiridos consideraram as infra-estruturas de apoio muito limitadas, 20% falou de total ausência de infra-estruturas e só 5% considera existirem infra-estruturas organizacionais bem desenvolvidas.

Surpreendentemente, cerca de 50% dos inquiridos consideraram os recursos financeiros das OSC adequados, enquanto os restantes 50% consideraram-nos inadequados. Existe aqui, claramente, uma questão de juízo de valor subjectivo sobre o significado de inadequado ou adequado.

Por isso, o melhor é procurar esclarecer este assunto importante recorrendo a dados mais factuais e objectivos. Por exemplo, o CINSFLU2006 reuniu dados que permitiram elaborar o balanço de receitas e despesas das instituições sem fins lucrativos, fornecendo uma ideia objectiva da situação dos recursos.



Segundo o INE, cerca de 70% dos recursos das OSC provêm do estrangeiro, com forte envolvimento de ONG Internacionais ou ligações com entidades doadoras internacionais, enquanto as empresas privadas e famílias contribuem com 25% e o Governo/Estado com apenas 3%. Mais de 52% das transferências financeiras concentram-se na Cidade de Maputo (Figura 3.1.8).

Um outro desequilíbrio importante na distribuição dos recursos financeiros diz respeito à sua elevada concentração. Apenas 1% das OSC concentram cerca de 42% das receitas financeiras. Isto explica que o índice de Gini, um indicador de concentração da distribuição, seja 0,940; isto é, muito próximo do valor máximo (1) ou da desigualdade absoluta (Figura 3.1.9a).

3.1.6.2. Recursos Humanos

O CINSFLU (2006: 56-57) fornece ainda informação sobre a distribuição dos recursos humanos das OSC. Tal como os recursos financeiros, os recursos humanos das OSC encontram-se fortemente concentrados. Apenas 1% das unidades recenseadas empregam cerca de um terço de todos os recursos humanos das OSC em Moçambique. Por isso, o índice de GINI relativo aos recursos humanos atinge 0.739, e a área de concentração, incluída entre a Curva de Lorenz e a linha de igualdade, situa-se nos 45 graus (Figura 3.1.9b).

O INC07 não reuniu informação suficiente para se estimar o índice de GINI actualizado para 2007, mas é improvável que a situação se tenha alterado substancialmente nos últimos três anos.

Figura 3.1.9: Desigualdade Absoluta na Distribuição das Receitas e Recursos Humanos das OSC

Figura 3.1.9a (Curva de Lorenz para Receitas)

(Coeficiente de Gini = 0.940)

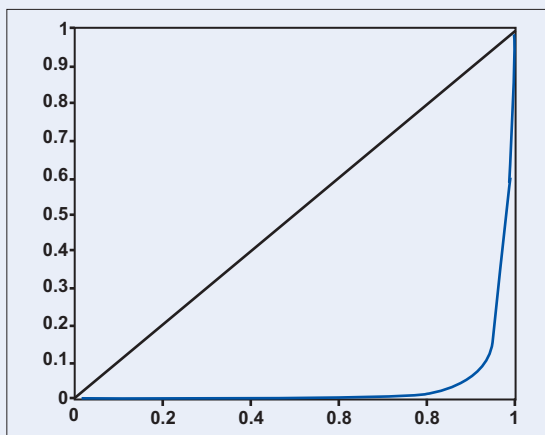
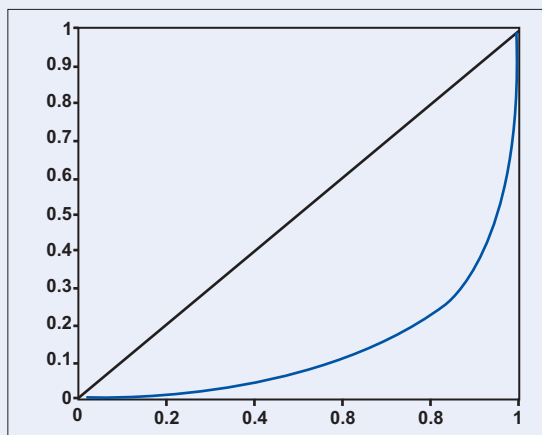


Figura 3.1.9b (Curva de Lorenz dos Recursos Humanos)

(Coeficiente de Gini = 0.739)



Fonte: INE, 2006: 56, 57.

Acima, a questão da relação entre os recursos humanos e o voluntariado foi comentada, sob um outro prisma. Neste caso, o aspecto relevante a tomar em consideração, que também tem a ver com o voluntariado, refere-se à elevada concentração dos recursos humanos. Se estes forem assumidos como predominantemente recursos remunerados, então, a grande maioria das OSC recorrem a formas de trabalho e colaboração precária, envolvendo subemprego ou voluntariado. Com isto não se pretende sugerir que o voluntariado, em si, seja precário. O que significa é que os recursos mais estáveis, e provavelmente mais eficientes, são os melhores remunerados, e estes encontram-se distribuídos de forma muito desigual.

3.1.6.3. Recursos Tecnológicos e Infra-estruturas

O INOSC07 revela que uma grande percentagem dos inquiridos considera o equipamento e infra-estruturas organizacionais “Mais ou menos adequados” (60%) ou “adequados” (38%). Isto é surpreendente, principalmente quando confrontado com o conhecimento existente sobre os meios básicos disponíveis, incluindo energia, acesso a meios modernos (Internet e computador) e outros recursos (TV, Transportes, etc.).

Sobre os recursos tecnológicos, na literatura secundária encontram-se poucas referências ao assunto. Uma excepção é, por exemplo, o trabalho de Fumo (s.d.), que comenta que, em Moçambique existe um número bastante reduzido de organizações bem estabelecidas, no sentido de terem alcançado um bom funcionamento, com os seus objectivos bem clarificados, com uma estrutura, sistema, recursos delineados e objectivos visíveis.

As OSC têm geralmente uma figura pública de alto nível a encabeçá-las, proporcionando-lhe capacidade de atrair assistência, desenvolver formas organizacionais formais e obter apoio financeiro e técnico. Em contrapartida, a maioria das organizações carecem de apoio técnico, organizativo e recursos, até para se estabelecem juridicamente e poderem tirar partido da formalização. Algumas dessas organizações obtiveram considerável impacto dentro da Sociedade Civil, mas o seu trabalho continua a ser pouco considerado, ou visível. Por último, existem diversas OSC que apenas lutam pela sua sobrevivência. Estas são em número considerável. Não clarificam o que advogam, nem como actuam e quem são os seus membros. Geralmente são representadas por apenas um indivíduo, muitas delas sem escritórios fixos, nem recursos humanos e recursos financeiros adequados.

Considerando a informação consultada, de forma crítica, em vez da pontuação máxima que se poderia inferir do INOSC07, o GAN validou a pontuação (1).

3.1.7. Conclusões sobre a Estrutura

A análise da Estrutura da Sociedade Civil conduz à conclusão que esta dimensão é avaliada como fraca, a diversos níveis considerados no ISC: amplitude, profundidade e diversidade do cidadão. Praticamente todas as sub-dimensões evidenciam elevada fraqueza da estrutura no ISC.

Parte da fraqueza da Estrutura da Sociedade Civil revela-se ao nível organizacional e na disponibilidade dos recursos financeiros e humanos das OSC. Mas uma outra parte, talvez ainda mais relevante que a primeira, por ser de ordem estrutural e contextual, é determinada pelo ambiente institucional que condiciona a dimensão e exercício do poder do cidadão. Como sustentam outros estudos, os moçambicanos são frequentemente chamados a participar no exercício do seu direito de cidadania, mas, na prática, o seu poder de influenciar políticas, decisões relevantes ou mesmo de poder económico e político, acaba por ser limitado. Na escala de participação para o exercício do poder, o cidadão fica geralmente entre o nível de auscultação *ad hoc* e informal, informação sem mútuos compromissos, por vezes manipulação ou terapia apenas, mas muito pouco um nível de parceria efectiva, responsabilizadora e poder cidadão efectivo (Francisco e Matter, 2004).

A apreciação destes resultados, tanto pelo GAN como pelos membros do Seminário Nacional de 4-6 de Dezembro de 2007, é que os indicadores permitem identificar as áreas onde é necessário concentrar maior atenção no futuro. Em particular, o GAN considera que o reconhecimento das fraquezas identificadas é um passo importante para a tomada de consciência dos constrangimentos e dificuldades que as OSC enfrentam.

Os dados reunidos neste relatório permitem também dissipar algumas percepções erróneas sobre a situação das OSC, nomeadamente a sua distribuição geográfica no país e o tipo de organização predominante na Sociedade Civil. Contrariamente à ideia prevalecente, a grande maioria das OSC localizam-se nos distritos e comunidades locais, e não nos principais centros urbanos.

Isto significa que a maioria das OSC não dispõe de visibilidade nos círculos de comunicação ampla, nas redes influentes e com capacidade de acesso às fontes de recursos financeiros, às melhores tecnologias e meios de comunicação massiva. Esta situação constitui um grande desafio para três tipos de entidades:

Primeiro, as OSC com representatividade nacional, particularmente as fundações mais capacitadas, podem usar os resultados deste estudo para agir no sentido de melhorar a estrutura da Sociedade Civil, ampliando redes e formas de colaboração com as OSC de base, tanto distritais como de comunidade.

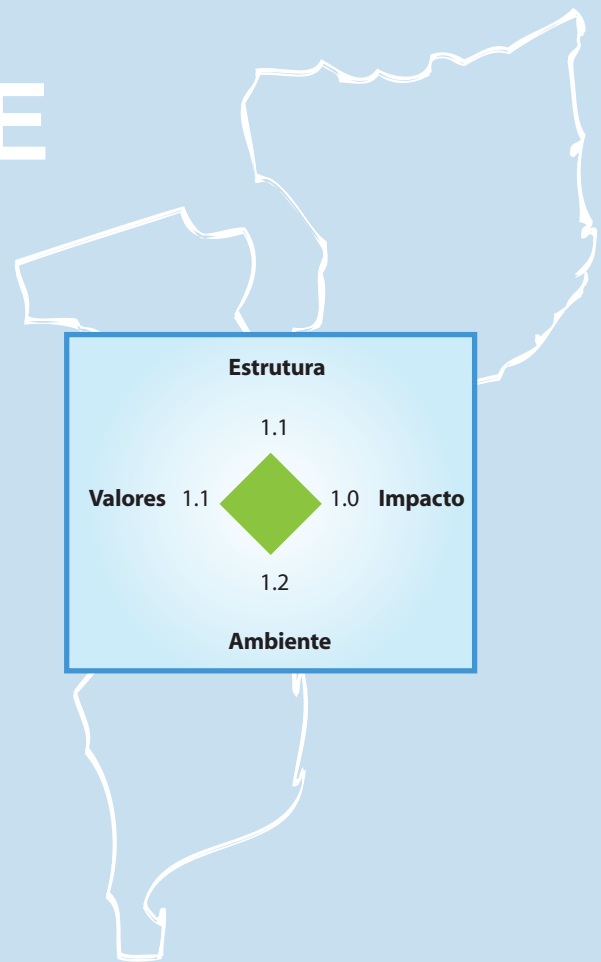
Em segundo lugar, as agências internacionais e os doadores interessados em apoiar o desenvolvimento da Sociedade Civil moçambicana devem procurar formas de ampliar o seu apoio para além da minoria das organizações que até aqui têm beneficiado do seu apoio.

De acordo com os dados fornecidos pelo levantamento do INE, em 2003 o orçamento de receitas das OSC formais rondava os 300 milhões de dólares americanos. Pelo menos 70% deste valor são constituídos por transferências financeiras do estrangeiro, enquanto 25% são constituídos por transferências do sector privado e familiar/individual. Por isso, os financiadores estrangeiros deparam-se com o desafio de procurar formas de aceder a um leque mais amplo de OSC em Moçambique, com vista a contribuírem para o desenvolvimento duma Sociedade Civil moçambicana forte. Como fazê-lo? A resposta a esta questão não constituiu o foco da

análise aqui realizada, mas tal assunto poderá constituir objecto de reflexão posterior. Por exemplo, dado que o sector privado tem sido a segunda fonte mais importante de apoio financeiro às OSC, talvez se justifique uma maior articulação entre estas duas grandes fontes de apoio financeiro à Sociedade Civil, a fonte estrangeira e o sector privado nacional.

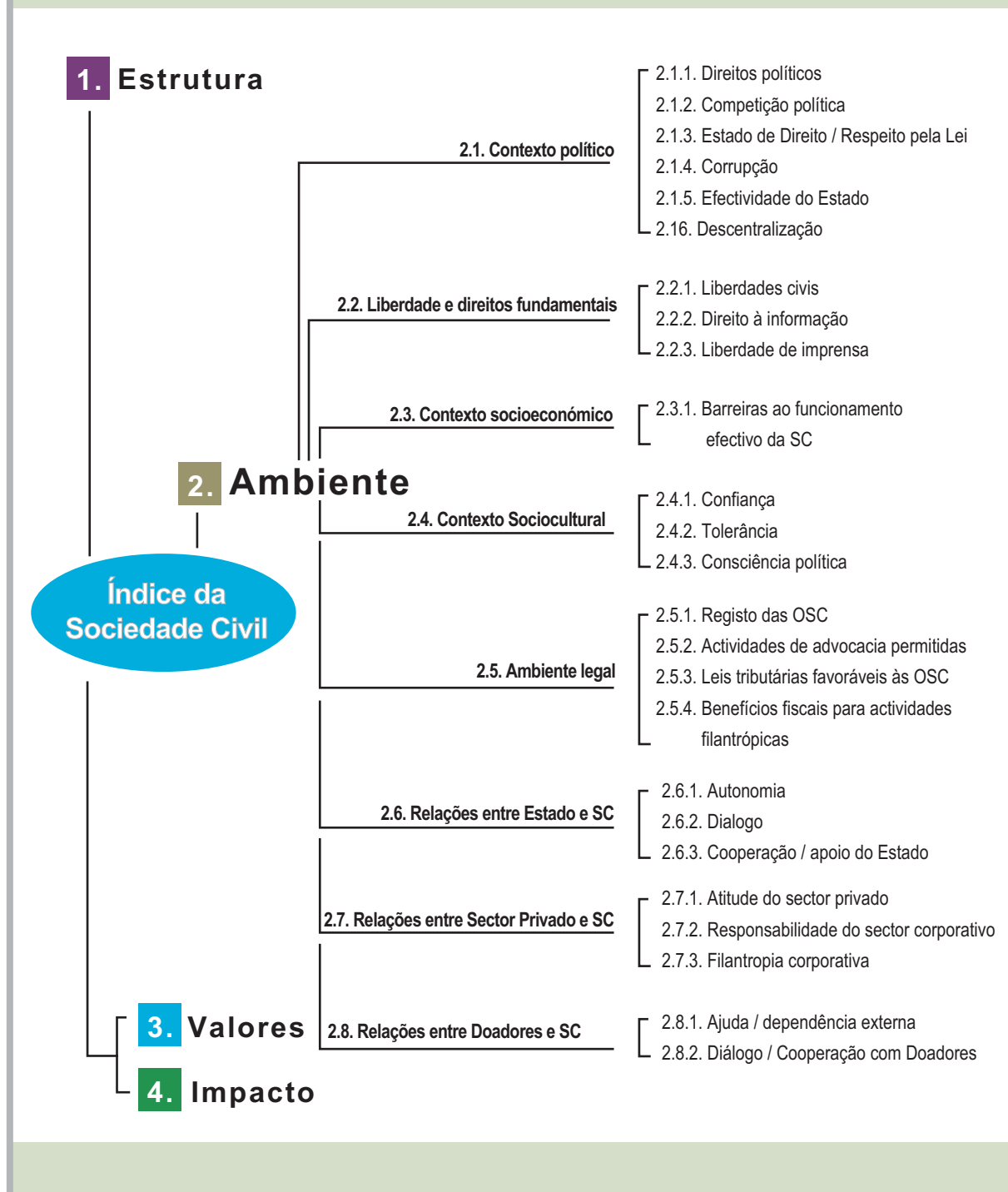
Finalmente, a outra entidade que não pode ser descurada na consideração do reforço à Sociedade Civil moçambicana, é o Estado e em particular o Governo. Neste caso, o apoio que as OSC podem receber do Governo não é propriamente financeiro, mas sim funcional e facilitador das acções e iniciativas dos membros da Sociedade Civil.

3.2 AMBIENTE



AMBIENTE

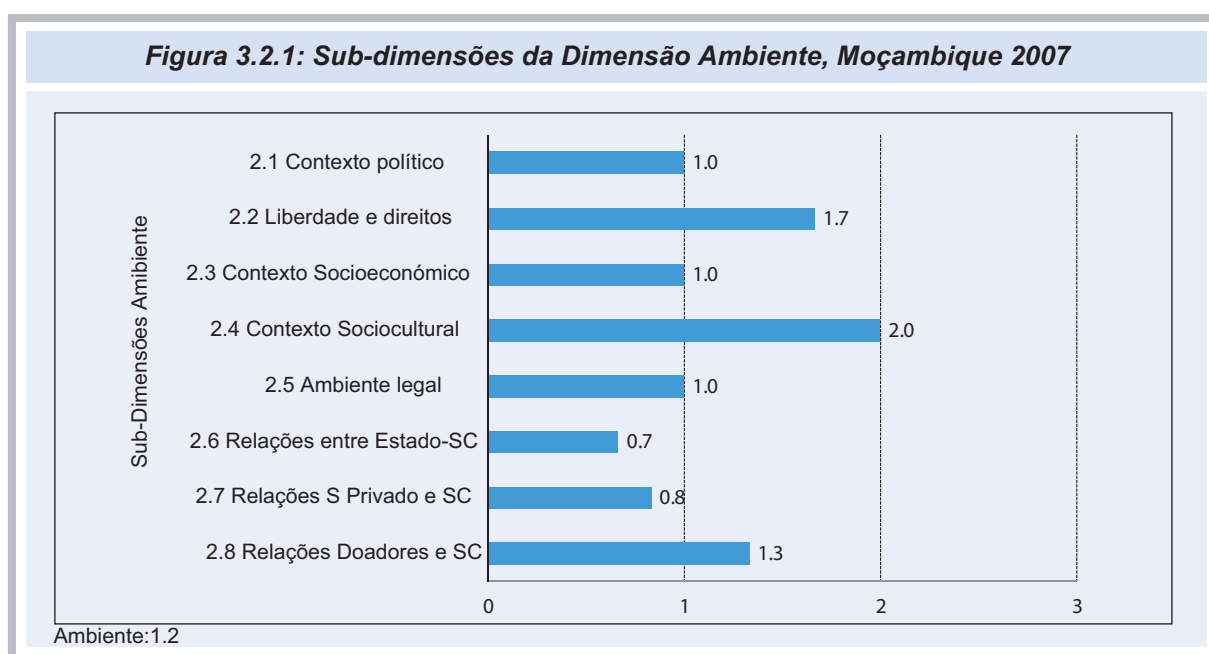
Figura 3.2: Sub-dimensões e Indicadores do Ambiente no ISC



3.2. AMBIENTE

Analisando o Ambiente político, social, económico, cultural e legal, bem como as atitudes e comportamentos dos actores do sector público e do sector privado para com a Sociedade Civil moçambicana, a pesquisa do ISC revela a melhor pontuação entre as quatro dimensões, mas uma melhoria mínima e evidenciando desafios enormes.

Como se pode notar na Figura 3.2.1, a pontuação média obtida na avaliação da dimensão Ambiente é **1,2**. Os obstáculos mais visíveis a uma situação satisfatória são as relações da Sociedade Civil tanto com o Estado como com o sector privado.



3.2.1. Contexto Político

Esta sub-dimensão examina a situação política em Moçambique e o seu impacto na Sociedade Civil moçambicana. A pontuação atribuída é **de 1,0 pontos**, ou seja, uma classificação bem abaixo da média entre 0 e 3 pontos. A Tabela 3.2.1. sintetiza os pontos de cada indicador.

TABELA 3.2.1: Indicadores de avaliação do Contexto Político

Ref. #	Indicadores	Pontuação
2.1.1	Direitos políticos	1
2.1.2	Competição política	2
2.1.3	Estado de Direito	1
2.1.4	Corrupção	0
2.1.5	Efectividade do Estado	1
2.1.6	Descentralização	1

3.2.1.1 Direitos Políticos

Desde 1990, a Constituição da República de Moçambique tem proporcionado um quadro jurídico e institucional favorável a mudanças políticas fundamentais, incluindo a introdução do sistema multi-partidário, de políticas neoliberais e a liberdade de expressão e associação. Isto representa um certo empoderamento dos cidadãos e maior oportunidade para a intervenção na tomada de decisões e exigência de *accountability*¹³ em relação aos governantes.

Presentemente, os cidadãos têm o direito de eleger o Presidente da República e 33 Presidentes de Municípios, através do sufrágio universal. Contudo, existem vozes de apreensão quanto ao estado actual do ambiente político relativamente à Sociedade Civil. Francisco & Matter chamam a atenção para o facto de o cidadão exercer poder directo de voto sobre menos de 5% dos órgãos (Presidente da República e Presidentes de Municípios), enquanto os restantes 95% das oportunidades de exercício de voto são delegadas aos partidos, aos presidentes que nomeiam os governantes do executivo e outros órgãos administrativos.

No relatório *Freedom in the World 2007* (Freedom House, <http://www.freedomhouse.org>), Moçambique foi considerado um país parcialmente livre, obtendo 3 pontos no item dos Direitos Humanos e 4 na Liberdade Civil.¹⁴ Considera-se que os cidadãos gozam de direitos políticos moderados e de oportunidades parciais de participação política. No entanto, o referido relatório chama a atenção para os níveis de corrupção, violência e abusos dos direitos humanos (<http://www.freedomhouse.org/uploads/ccr/country-7236-8.pdf>).

¹³ Francisco e Matter (2007) notam que este conceito não tem uma tradução directa para português gerando em muitas instâncias incompreensões do seu verdadeiro significado.

¹⁴ Numa escala descendente de 1 a 7 pontos, onde 1 representa a melhor pontuação possível.

3.2.1.2. Competição Política

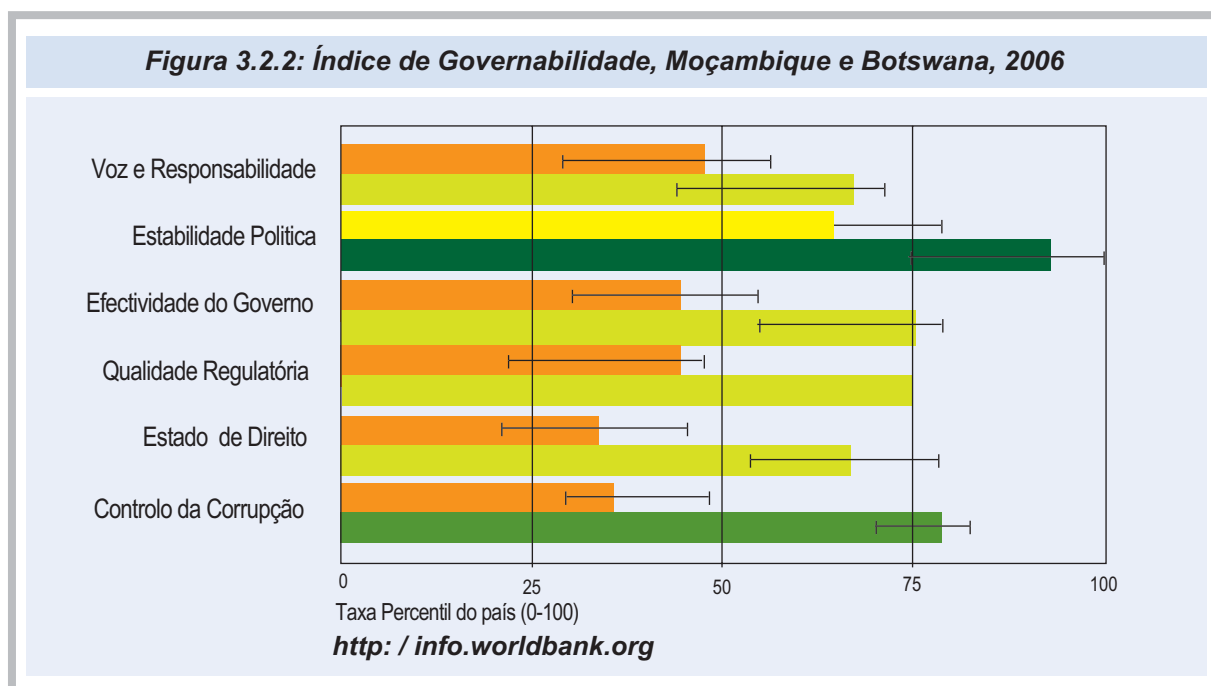
Quanto à competição política, os indicadores procuram avaliar a qualidade da concorrência política, em termos de vigência dum sistema democrático, diversidade do espectro ideológico, nível de institucionalização e credibilidade pública dos partidos, e nível de práticas de políticas clientistas.

Em princípio, a lei vigente em Moçambique permite a criação dum sistema multipartidário. Aquando da realização da 3ª eleição geral multi-partidária, em Dezembro de 2004, concorreram 25 partidos aos assentos do parlamento e 8 candidatos presidenciais (Hanlon & Nuvunga, 2004).

Contudo, fora do período eleitoral o papel dos partidos políticos é pouco sentido. Na prática, predomina um bipartidarismo, com o partido Frelimo no poder e o partido RENAMO como principal partido da oposição.

Com excepção de alguns municípios, Moçambique nunca antes passou pela experiência de alternância partidária. Mas talvez mais preocupante ainda é o grande desafio da abstenção crescente e generalizada. A abstenção está-se a tornar o grande desafio e teste para os partidos políticos, independentemente de estarem no poder ou na oposição. Ao longo dos anos, a abstenção tem-se agravado, tendo atingido, em 2004, valores próximos dos 70%, ou mesmo superiores em algumas regiões do país. Recentemente, o processo de recenseamento eleitoral foi também marcado pelo espectro do absentismo, ao ponto de forçar os partidos políticos maioritários a entrarem em acordo para adiarem as primeiras eleições provinciais.

Quanto ao clientismo político, várias fontes, tanto académicas como jornalísticas, relatam evidências de favoritismos associadas à filiação partidária, sobretudo com o partido no poder (CEP, 2001, 2003; Afrobarómetro, 2003, 2005).



3.2.1.3. Estado de Direito

Ao longo dos anos passados, várias fontes de investigação revelaram fraca confiança com a forma como as leis são geridas. Em 2001, um inquérito nacional de opinião pública chamava atenção para o desconhecimento em relação a alguns órgãos ou instituições do Estado, como o Tribunal Supremo e os sindicatos. Falava ainda da desconfiança em relação ao sistema político porque os direitos do cidadão ainda não são adequadamente respeitados (CEP, 2001).

A Polícia aparece em diversas pesquisas como a entidade que menos confiança inspira no cidadão. Foi o caso da pesquisa do CEP de 2001. Na altura a maior confiança ia para o Presidente da República, a CNE e as organizações religiosas (CEP, 2001). Mais recentemente, o estudo da UTRESP, de 2005, sobre governação e corrupção, também apontou a falta de confiança na polícia e órgãos de justiça.

Com respeito ao “cumprimento da lei”, os resultados do Índice de Governabilidade 2006 (Banco Mundial, 2007) mostram que o desempenho alcançado por Moçambique rondou os 34%, contra 67%, por exemplo, do Botswana (Figura 3.2.2).¹⁵

3.2.1.4. Corrupção

Quanto à corrupção, os estudos disponíveis indicam que o nível de percepção pública é de que a corrupção é bastante elevada, podendo mesmo ameaçar a sobrevivência das bases para uma sociedade democrática (USAID, 2005; UTRESP, 2005).

Voltando ao gráfico sobre o índice de governabilidade do Banco Mundial (2007), enquanto o controlo sobre a corrupção em Moçambique é estimada em 35%, no Botswana atinge os 78%. Várias outras fontes internacionais, desde a Transparência Internacional, até ao recentemente criado Ibrahim Index, também apresentam Moçambique com indicadores bem abaixo dos 50%, em termos de respeito pela lei, transparência e controlo da corrupção.

É verdade que existem vários outros países muito piores do que Moçambique. Mas enquanto os piores exemplos não devem servir de motivo para se ser complacente com a má qualidade, já a distância dos padrões moçambicanos em relação aos países africanos melhor classificados, deve ser motivo de preocupação e reflexão.

3.2.1.5. Efectividade do Estado

Este indicador considera o funcionamento da burocracia estatal. Foi pontuado com 1 ponto, o que indica que a capacidade da burocracia estatal é extremamente limitada. Esta pontuação baseia-se em fontes nacionais e internacionais.

Segundo o Afrobarometro (2003) apenas um quarto da população moçambicana acredita que os representantes eleitos estão preocupados em solucionar os problemas do povo (24%) ou em escutar as suas opiniões (26%). Contudo 58% dos moçambicanos acredita na capacidade

¹⁵ O estudo do índice de governabilidade avalia os graus de acordo ou desacordo sobre aspectos de conducta como os seguintes: desobediência da lei em geral; evasão fiscal; violação do trânsito, suborno a um polícia e roubo de propriedade privada.

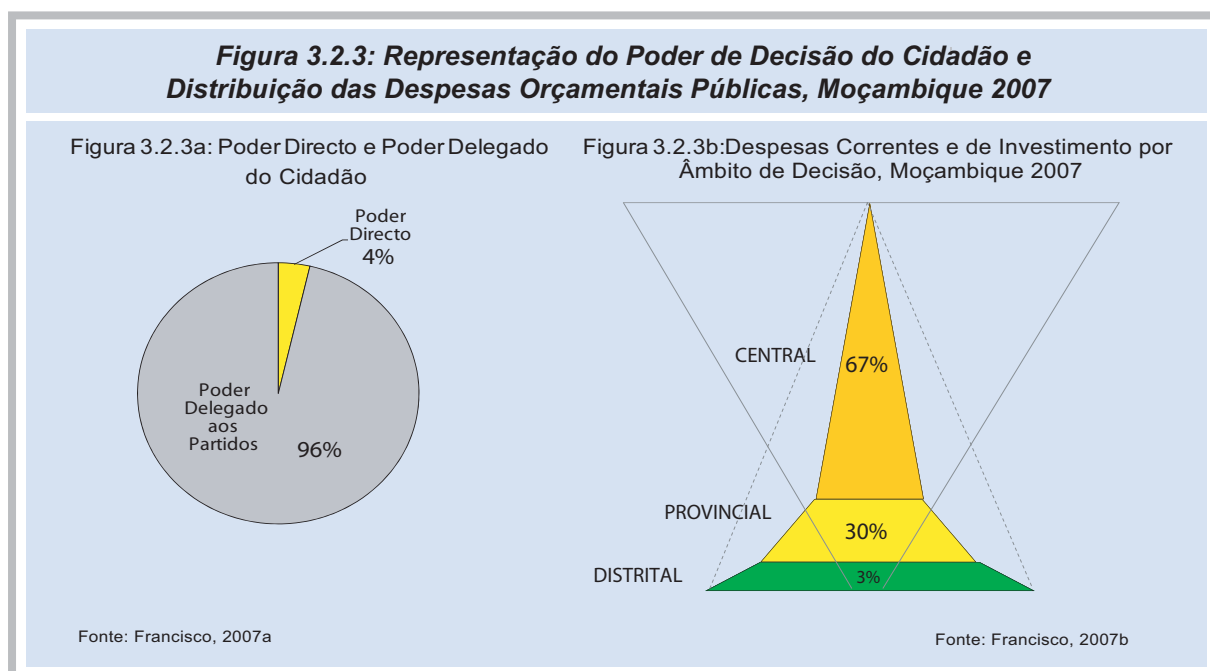
do Estado em resolver os problemas gerais do povo. Os moçambicanos discriminam entre os níveis de satisfação no desempenho do Governo em diferentes áreas. Os desempenhos positivos estão situados dentro das áreas da educação (66%), melhoria do sistema de saúde (58%) e na resolução de conflitos (52%). Existe uma relativa satisfação em relação aos esforços de combate ao SIDA (45%).

Contudo, os moçambicanos são mais críticos em relação ao desempenho económico. Menos de um quarto da população entrevistada acredita que o Governo se tem esforçado para a criação de empregos (23%), o controlo de preços (22%) ou a redução das desigualdades sociais (20%). Recorde-se, ainda, com referência à Figura 3.2.2, que a efectividade do Governo de Moçambique é classificada em 44%, contra 74% de efectividade do Governo do Botswana.

3.2.1.6. Descentralização

Quanto à descentralização, o desafio tem duas dimensões: uma relacionada com o poder de decisão do cidadão e a outra relacionada com o acesso aos recursos públicos. Em ambos os casos o nível de descentralização é débil e embrionário. Fala-se muito de descentralização e participação do cidadão, mas na prática os mecanismos de acesso efectivo são fracos. Esta observação é claramente ilustrada pelos dois gráficos incluídos na Figura 3.2.3.

O primeiro gráfico evidencia a proporção do poder directo do cidadão comparativamente ao poder delegado aos partidos políticos. Por poder directo entende-se o conjunto de órgãos do Estado e do poder legislativo em que o cidadão tem poder de voto directo. Por exemplo, os



moçambicanos votam directamente no Presidente da República e nos dirigentes de um terço dos distritos de Moçambique (33 presidentes municipais).

Em contrapartida, na maioria dos casos o cidadão delega o seu poder político a representantes de partidos políticos, como os deputados, ou a outras entidades colectivas e individuais que se encarregam de nomear os governantes e executores da administração pública.

Quanto ao acesso do cidadão aos recursos financeiros públicos, o segundo gráfico mostra que a percentagem sub-nacional dos gastos orçamentais públicos é muito pequena. Menos de 35% do Orçamento de Estado de 2007 foi disponibilizado para âmbitos descentralizados: para as províncias, distritos e autarquias.

Recentemente, o Governo passou a atribuir uma percentagem para o âmbito distrital, os chamados “7 milhões de Meticais”. Porém, este valor representa apenas cerca de um por cento do Orçamento Geral, para além de que a sua descentralização saiu do nível da província e não do orçamento central.

3.2.2. Direitos e Liberdades Básicas

Esta sub-dimensão examinou até que ponto os direitos civis estão assegurados na lei e na prática. Atribuiu-se a este indicador **1,7 pontos**. Isto deve ser interpretado como significando que, apesar dos direitos e liberdades básicas estarem garantidos na lei, existem casos isolados ou ocasionais de violações das liberdades civis. A Tabela 3.2.2 sintetiza os pontos dos respectivos indicadores.

TABELA 3.2.2: Indicadores de avaliação dos Direitos e Liberdades Básicas		
Ref. #	Indicadores	Pontuação
3.2.1	Liberdades Civis	1
3.2.2	Direito à Informação	2
3.2.3	Liberdade de Imprensa	2

Fonte: ILE2007, WB2007, Freedom House 2007, Transparência Internacional, 2007

3.2.2.1. Liberdades Civis

A Constituição da República de Moçambique estabelece o direito à liberdade de associação para todos os cidadãos, desde que não tenham fins militares ou paramilitares, que não promovam a violência, o racismo ou a xenofobia.

A possibilidade de pedir contas às autoridades, bem como outros direitos orientados para a igualdade de oportunidades também estão contemplados constitucionalmente, ainda que a sua aplicação seja muito limitada na prática.

3.2.2.2. Direito à Informação

Em princípio, o direito à informação está garantido por lei. Contudo, as condições socioeconómicas não permitem o acesso de todos os cidadãos às fontes: rádio, jornais, televisão. As razões prendem-se principalmente com a falta de poder de aquisição de fontes de informação, bem como com o analfabetismo e o desconhecimento da língua oficial moçambicana (Afrobarometro, 2005).

O Afrobarometro de 2003 afirma que 79% da população entrevistada no seu inquérito tem acesso à informação através da rádio, enquanto apenas 26% tem acesso à informação através da televisão e outros 24%, pelo menos ocasionalmente, têm acesso por via dos jornais (Afrobarometro, 2003).

3.2.2.3. Liberdade de Imprensa

Em relação à liberdade de imprensa e dos *media*, a Lei 18/91, o artigo 48 da Constituição e 50 do Estatuto do Conselho Superior da Comunicação Social, estabelecem o direito à independência dos média no seu exercício do direito à informação, liberdade de imprensa, direitos de difusão e de resposta.

Segundo algumas fontes, a protecção é limitada e limitativa, quando comparada com os padrões internacionais, como por exemplo, a *European Court of Human Rights (Mozambique Global Integrity Country Report, 2006)*. Apesar disso, considerando o relativo elevado nível de liberdade de imprensa, este indicador foi pontuado com 2, no pressuposto de que as violações da liberdade de imprensa são mais isoladas do que propriamente sistemáticas ou frequentes.

3.2.3. Contexto Socio-económico

Esta sub-dimensão analisa a situação socioeconómica. A Tabela 3.2.3 indica que foi classificada com 1 ponto, o que implica que as condições sociais e económicas limitam significativamente o funcionamento efectivo da Sociedade Civil.

Tabela 3.2.3: Indicadores de avaliação do contexto socioeconómico

Ref. #	Indicadores	Pontuação
2.3.	Contexto socioeconómico	1.0

Com o objectivo de operacionalizar e facilitar a avaliação do contexto socioeconómico, a CIVICUS propõe observar a presença ou ausência de oito condições que podem ter impacto significativo no funcionamento da Sociedade Civil, a saber: 1) pobreza generalizada; 2) guerras civis recentes; 3) conflitos étnicos ou religiosos; 4) crise económica grave; 5) crise social grave; 6) desigualdade socioeconómica grave; 7) analfabetismo adulto generalizado e 8) falta de infra-estruturas em tecnologias da informação e comunicação. A pontuação deste indicador realiza-se, então, tendo em conta o número de condições observadas e a sua gravidade.

De forma resumida, vale a pena mencionar alguma informação pertinente sobre cada aspecto:

Pobreza generalizada (mais de 40% da população vive com \$2 por dia): Esta condição aplica-se a Moçambique, o qual continua classificado entre a dúzia de países mais pobres do mundo - situa-se na 168 posição numa lista de 177 países (UNDP, 2006), e o país menos desenvolvido da África Austral. O estudo mais recente sobre a pobreza absoluta revelou uma diminuição dos níveis de pobreza de 67% em 1997 para 53% em 2003, mas cerca de 74% dos moçambicanos continua a viver com menos de \$2 por dia.

Guerra civil (conflitos armados nos últimos cinco anos): Esta condição não se aplica a Moçambique, pois a guerra civil terminou em 1992.

Graves conflitos étnicos e/ou religiosos: Esta condição não se aplica ao País.

Crise económica grave (por ex. Dívida externa maior que o PIB): Esta condição aplica-se parcialmente. A dívida externa representa \$US 65 por moçambicano e 45% do PIB de Moçambique. Nestes termos, a condição não se aplicaria. Mas foi sublinhada a preocupação com as evidências que a dívida externa tende a aumentar ciclicamente, sendo controlada mais por via do perdão do que por uma crescente independência económica. Além disso, com o aumento do fluxo migratório para as zonas urbanas, que não é acompanhado por crescimento proporcional de fontes de emprego, aumenta a tensão social e económica em centros urbanos como a Cidade de Maputo. Também a este nível, a crise económica grave parece latente, mas mostra tendência para se tornar mais grave.

Crise social grave (nos últimos dois anos): Apesar da estabilidade social relativa, os elevados níveis de pobreza, as situações de agravamento da desnutrição, ou de insegurança alimentar em certas partes do país, o impacto de epidemias várias, como o HIV/SIDA, no seu conjunto podem ser considerados como evidências de crise social grave.

Desigualdades socioeconómicas graves (coeficiente de Gini > 0.4): No último estudo sobre a pobreza, realizado pelo INE em 2003, a estimativa do coeficiente de Gini já ultrapassava 0,4. Recentemente, o UNDP (2007) estima o Coeficiente de Gini em 0,573.

Analfabetismo generalizado (mais de 40%): A estimativa do INE e do UNDP é 52,8% de analfabetismo.

Falta de infra-estruturas-Tecnologias de Informação (i.e. menos de 5 servidores de Internet por 10.000 habitantes): Esta condição aplica-se a Moçambique, o qual em 2007 possui menos de 200 mil pessoas com acesso à Internet, o que corresponde a menos de um utilizador por cada 100 habitantes (<http://www.internetworldstats.com>).

3.2.4. Contexto Sociocultural

Esta sub-dimensão examina em que medida as normas socioculturais são favoráveis ou não para a Sociedade Civil, propondo-se uma pontuação de **2 pontos** para exprimir um contexto moderadamente propício para o desenvolvimento da Sociedade Civil. A Tabela 3.2.4 sintetiza os pontos dos indicadores respectivos.

TABELA 3.2.4: Indicadores de avaliação do contexto socio-cultural

Ref. #	Indicadores	Pontuação
2.4.1	Confiança	2
2.4.2	Tolerância	2
2.4.3	Dignidade e Honestidade Pública	2

3.2.4.1. Confiança

Em Moçambique o nível de confiança pública é baixo. O inquérito do CEP (2003) indicava que a confiança aumenta com o conhecimento entre as pessoas. Num primeiro contacto entre duas pessoas desconhecidas, cerca de 75% admitiu acreditar pouco ou nada no que dizem as pessoas desconhecidas. As mulheres confiam menos do que os homens e os urbanos menos do que os rurais. Após algum conhecimento com a pessoa o nível de confiança aumenta para 51,4%.

No INC07, cerca de 58% dos inquiridos declararam, a respeito de confiar ou não nas pessoas “que todo o cuidado é pouco”, enquanto 40% consideram ser pacífico confiar-se na generalidade das pessoas.

3.2.4.2. Tolerância

Apesar da história difícil de Moçambique, em termos de relacionamento com imigrantes e estrangeiros, sobretudo de raças minoritárias, as evidências quotidianas sugerem existir um sentido de grande tolerância e aceitação da diversidade cultural.

Todavia, acontecem episódios de intolerância em relação a alguns grupos minoritários como os homossexuais ou marginais. Neste último caso, em certas zonas, como a Cidade de Maputo, os exemplos de reacção violenta aumentam, em relação às pessoas que praticam homicídios e furtos. Mas isto parece acontecer mais em reacção à inoperância das autoridade de protecção pública, do que propriamente por intolerância popular.

Entretanto, como indica a Tabela 3.2.5, existem algumas situações problemáticas. Os preconceitos em relação a homossexuais são particularmente acentuados, seguidos das pessoas com SIDA. Em face desta informação, propõe-se uma pontuação de 2 para a situação da tolerância em Moçambique.

Tabela 3.2.5: Indicador sobre Percepção de Tolerância, 2007 (em %)

	Sim	Não	Não sei
Não gostaria de ter como vizinhos			
pessoas da raça diferente	9	87	4
Pessoas de uma religião diferente	6	90	3
Trabalhadores imigrantes estrangeiros	11	83	6
Pessoas infectadas pelo SIDA	22	72	7
Homossexuais	41	39	20
Outros	12	35	53

3.2.4.3. Dignidade e Honestidade Pública

Os dados disponíveis indicam existir uma percepção que os órgãos de justiça têm o dever de fazer com que a população obedeça à lei. Dos entrevistados, 85% acreditam que podem ser punidos se cometerem crimes graves, 78% acredita que devem ser punidos, caso não paguem as taxas devidas pelo cidadão, e 66% declararam que poderiam ser punidos caso obtivessem serviços municipais sem pagar as contas (Afrobarometer, 2003).

Também no INC07, se registou uma indicação de níveis “moderados” de dignidade e honestidade pública. Isto é testemunhado pelas respostas reunidas na Tabela 3.2.6. Contudo, a partir da experiência quotidiana, existe a percepção de que as declarações de honestidade nem sempre são consistentes com as atitudes.

Tabela 3.2.6: Níveis de Desonestidade Pública para Várias Formas de Conduta, 2007

Considero justificado	Sempre	Algumas Vezes	Nunca	Não sei
Reclamar benefícios ao governo, aos quais não tenho direito	8	10	75	6
Evitar pagar o transporte público	5	8	82	5
Mentir sobre os impostos se tiver oportunidade	5	5	84	9

As pessoas manifestam preocupação com os níveis de furto na via pública, os assaltos de diversa gravidade e outras manifestações públicas impróprias. Os elevados níveis de falta de confiança na eficácia das autoridades de segurança e da justiça, justifica que este assunto mereça uma investigação mais detalhada.

3.2.5. Ambiente Legal

Esta sub-dimensão examina em que medida o ambiente legal pode ser considerado animador ou não para a Sociedade Civil em Moçambique. Foi qualificada com **1,0** ponto, o que implica um ambiente legal bem abaixo da média entre o valor mínimo e o valor máximo. A tabela 3.2.7 sintetiza os pontos dos indicadores.

Tabela 3.2.7: Indicadores de avaliação do Ambiente Legal

Ref. #	Indicadores	Pontuação
1.2.1	Registo de OSC	1
1.2.2	Actividades de <i>Lobby</i>	1
1.2.3	Leis Tributárias Favoráveis às OSC	1
1.2.3	Benefícios Tributários para Filantropia	1

3.2.5.1. Registo das OSC

Em Moçambique as OSC, na terminologia do CINSFLU2006, são predominantemente classificadas como associações. Isto tem a ver com o quadro legal. Em anos recentes, por iniciativas várias, têm-se expandido as oportunidades legais de constituição formal de OSC. O INE, no CINSFLU 2006, para além das associações identificou outras formas institucionais, nomeadamente: fundações, ONGs nacionais, ONGs estrangeiras e outras, como por exemplo cooperativas.

Apesar do presente estudo do ISC ter tomado como ponto de referência as categorias do INE, considerou-se que tal classificação deixa de lado formas organizacionais, mais ou menos informais, que possuem uma funcionalidade importante no quotidiano da sociedade moçambicana. Na pesquisa, procurou-se captar informação sobre as formas organizacionais comunitárias, que não assumem visibilidade, porque à partida nem os investigadores nem os inquiridos lhe reconhecem nível organizacional suficiente.

O INOSC07 captou dos inquiridos a percepção que o processo de registo não é muito útil e, muito menos, simples. De facto, do ponto de vista do conhecimento do tecido real da sociedade moçambicana, parece recomendável que se analise bem a utilidade efectiva do actual sistema de registo. Pode ser que, para certos efeitos, como seja o sistema nacional de contas do INE, o actual sistema seja adequado. Mas será que tal sistema capta a dinâmica informal, mas regular, prevalecente e efectiva, existente na sociedade?

Convém referir, a partir da literatura, que certos analistas consideram que os factores por detrás da criação das OSC, tanto em forma de associações e mais concretamente de ONGs, estão ligados a um certo número de factores internos e externos, que favorecem a emergência de ONGs (Kanji et al., s.d.). Internamente, tais factores incluem o assumir de tarefas de acção social e de desenvolvimento por grupos ou movimentos religiosos, a busca de emprego alternativo pelos profissionais e a vontade dos partidos e dos políticos de atraírem recursos e de os dirigirem para as suas bases eleitorais. Externamente, o factor mais directo decorre de um maior apoio das agências de desenvolvimento às ONGs.

Nesta perspectiva, atribuiu-se a este indicador a pontuação de 1, com a recomendação de que se investigue de forma mais detalhada e aprofundada, todo o sistema e categorização das OSC e respectivas formas de reconhecimento legal.

3.2.5.2. Actividades de Advocacia e *lobby*

Em princípio, o ambiente jurídico é favorável para o envolvimento em acções de advocacia e *lobby* das OSC. O Censo do INE constatou que 25% das ISFLs operam na área da lei, advocacia e política, constituindo o segundo maior grupo de associações, depois das associações religiosas, representando 53% das associações.

Todavia, nas Consultas aos Interessados Directos os participantes manifestaram que o grau de liberdade para a advocacia pode ser visível na cidade capital do País, mas nas províncias, e sobretudo nos distritos, as oportunidades de advocacia são muito mais limitadas. Não é uma limitação formal e legal, são mais limitações e formas de coacção social e psicológica, que chegam a gerar sentimentos de inibição, medo de represálias, e desconforto emocional.

A explicação disto tem sido relacionada com a grande competição política entre os dois maiores partidos no país, a Frelimo e a Renamo, parte da qual remonta às disputas históricas, ao conflito armado e também a formas actuais de intolerância ideológica e política.

Assim, mais do que impedimentos legais e administrativos, durante a pesquisa constataram-se limitações de ordem social, falta de normação clara, abrangente e suficientemente transparente. Por isso, a proposta de pontuação é de 1.

3.2.5.3. Leis Tributárias Favoráveis às OSC

Duma forma geral, não existem leis tributárias explicitamente favoráveis às OSC. Todavia, por não serem entidades com fins lucrativos, as OSC em princípio estão isentas do pagamento do Imposto de Valor Acrescentado (IVA) e de outros encargos fiscais.

Mas o assunto necessita de melhor estudo, porque existiram já situações paradoxais que indicam que o sistema tributário, na prática, não é tão benevolente como pode parecer. Aquando das grandes cheias de 2000, existiram casos em que organizações internacionais, que apresentaram ajudas, confrontaram-se com encargos fiscais que as levaram a suspender os apoios.

Além disso, como a evasão fiscal é um fenómeno generalizado, torna-se difícil distinguir os incentivos dos constrangimentos relacionados com o sistema tributário. Por isso, a pontuação proposta é de 1 ponto.

3.2.5.4. Benefícios Fiscais para a Filantropia

Desconhece-se a existência de benefícios fiscais para acções filantrópicas, se bem que todo o mecanismo de doações, por via não orçamental, muitas vezes deverá beneficiar de isenções. Na verdade, as evidências disponíveis têm gerado reacções divergentes. Certos analistas consideram que certas isenções, proporcionadas a empresas produtivas estrangeiras são injustificadas, enquanto outras entidades, que deveriam beneficiar de apoio a tal nível, são penalizadas.

Isto acontece com entidades de beneficência religiosa, que declaram não possuírem qualquer benefício fiscal nas suas actividades. Nas consultas aos interessados directos, em várias ocasiões participantes mencionaram que muito poucas OSC beneficiam de isenções fiscais.

Atendendo à situação confusa sobre este assunto, mas também à grande evasão fiscal ainda prevalecente, propôs-se 1 ponto, significando que na prática os benefícios fiscais estão disponíveis para pelo menos um número limitado de propósitos ou tipos de organizações.

3.2.6. Relações da Sociedade Civil com o Estado

Esta sub-dimensão descreve o tipo de relações entre a Sociedade Civil e o Estado; foi avaliada com **0,7** pontos, o que implica um nível de cooperação e diálogo bem abaixo da média entre o mínimo e máximo da pontuação. A Tabela 3.2.8 sintetiza a pontuação dos respectivos indicadores.

Ref. #	Indicadores	Pontuação
2.6.1	Autonomia	1
2.6.2	Diálogo	1
2.6.3	Cooperação e Apoio	0

3.2.6.1. Autonomia

Este indicador avalia a autonomia da Sociedade Civil, relativamente ao Estado, em termos da forma como este actor facilita ou não o desenvolvimento da Sociedade Civil. É sabido que historicamente o processo de desenvolvimento da Sociedade Civil nem sempre foi facilitado.

Observa-se uma “tutelagem conveniente” sobre a Sociedade Civil, por parte do Estado e do Governo. Os partidos com assento no Parlamento usam ou marginalizam as OSC, conforme as suas conveniências. Isto tem sido visível relativamente ao processo eleitoral, em que o espaço das OSC tem sido objecto de controvérsia e disputa fortemente politizada e partidarizada.

No INOSC 2007 a resposta prevalecte dos inquiridos é de que algumas vezes o Estado, através das suas instituições, interfere de forma imprópria nas actividades da Sociedade Civil.

3.2.6.2. Diálogo

Quanto ao diálogo, a maioria dos inquiridos consideram-no moderado. Porém, nem sempre o diálogo constitui uma oportunidade de empoderamento da Sociedade Civil. Segundo certos estudos, a capacidade e as acções das OSC, em certas áreas fulcrais para a estabilidade e mobilização de recursos pelo Estado, têm merecido interesse do Governo, porque lhe permitem legitimar, perante os doadores, os apoios que destes obtêm, mas que nem sempre depois revertem para o benefício directo da sociedade (Negrão, 2003; Hodges e Tibana, 2005; Francisco & Matter, 2007).

Francisco e Matter (2007) discutem explicitamente a questão das formas de participação, do diálogo reduzido a consultas que nem sempre produzem resultados. Por vezes funcionam como manipulação, outras como terapia psicológica e, outras ainda, com mero processo de consulta e informação, sem resultados concretos.

3.2.6.3. Cooperação e Apoio

Este indicador analisa a que nível se encontra o apoio em recursos pelo Estado às OSC, em forma de fundos e outros serviços ou programas que as beneficiem. A pontuação proposta é (1), reflectindo um apoio limitado, tanto em termos de montante e recursos orçamentados anualmente pelo Governo para as OSC, como em relação à abrangência e diversidade de organizações realmente beneficiadas.

3.2.7. Relações da Sociedade Civil com o Sector Privado

Esta sub-dimensão descreve o tipo de relações entre a Sociedade Civil e o sector privado; foi avaliada com **0,8** pontos, significando que as relações a este nível encontram-se bem abaixo da média da pontuação. Não se pode daqui concluir que as relações entre a Sociedade Civil e o sector privado sejam de hostilidade, mas pelo menos de indiferença e fraca interacção. A Tabela 3.2.9 sintetiza a pontuação dos respectivos indicadores.

Ref. #	Indicadores	Pontuação
2.7.1	Atitude do Sector Privado	1
2.7.2	Responsabilidade Social Empresarial	0.5
2.7.3	Filantropia Empresarial	0

3.2.7.1. Atitude do Sector Privado

Pouco se tem escrito sobre este assunto, se bem que a opinião de empresários convidados a comentar sobre as OSC é de que, estas poderiam desempenhar um papel muito mais activo em prol da qualidade da vida das comunidades, mas que, em geral, elas sofrem de grandes limitações de funcionamento e acção.

Por seu turno, no INOSC07 a maioria dos inquiridos (35%) considera que a atitude do sector privado relativamente à Sociedade Civil em geral é principalmente indiferente. Uma boa parte dos participantes dos encontros provinciais com os grupos de interesse, tem a percepção de que esta atitude é recíproca, ou melhor a Sociedade Civil de um modo geral também não percebe e explora possíveis parcerias com o sector privado.

Esta constatação corrobora alguns estudos que levantam e discutem a questão das dificuldades em se encontrar uma plataforma de aliança, ou parceria útil, entre a Sociedade Civil, o Governo e o Sector Privado, por forma a serem mais efectivos, por exemplo nas acções de combate à pobreza (Francisco, 2005; Fumo, s.d.; Francisco e Matter, 2007).

Baseado nesta informação, este indicador foi pontuado em 1.

3.2.7.2. Responsabilidade Social Empresarial

Este indicador ajuíza sobre as noções e posições das principais empresas quanto à sua responsabilidade social. A responsabilidade social empresarial (RSE), que pode ser definida no seu sentido mais lato, como o cometimento das empresas de tomarem em consideração as consequências sociais e ambientais resultantes das suas actividades, evoluiu na última década como resultado da consciencialização das empresas ao nível mundial da importância de operarem de forma responsável sob ponto de vista ético, social e ambiental.

Neste âmbito, foi feito um levantamento de informação que se concentrou em fornecer subsídios a este indicador e ao indicador a seguir: em que medida é que noções de Responsabilidade Social Empresarial estão desenvolvidas no país? Quão estreito/largo é o número de OSC que recebem apoios do sector privado?

Este levantamento baseou-se em fontes secundárias de informação, que inclui para além de estudos e artigos relacionados com Responsabilidade Social Empresarial em Moçambique, relatórios de 2005 e 2006, sobre 8 das 10 maiores empresas em Moçambique¹⁶. Estas empresas foram seleccionadas com base na edição de 2006, do relatório publicado anualmente pela KPMG sobre a 100 maiores empresas em Moçambique.

A literatura específica sobre RSE em Moçambique é escassa e não publicada. Esta, entretanto, sugere que o entendimento do ambiente empresarial só pode ser percebido, em função do histórico do país (Mondlane 2007; Fumo 2003). O legado do colonialismo, da planificação centralizada da economia pós independência em 1975, da economia de mercado, desde finais

¹⁶ As empresas são: Sasol, BP, Cervejas De Moçambique (CDM), Telecomunicações De Moçambique (TDM), Mcel, Eletricidade De Moçambique (EDM), PETROMOC, CMC. Não foram disponibilizados, e assim não estão incluídos na análise, os relatórios de 2 empresas que fazem parte do grupo das 10 maiores empresas do país em 2006.

dos 80s, e a legislação vigente influenciaram como o sector empresarial funciona hoje em Moçambique e também as tendências de investimento social pelas empresas, onde a maior parte é feita por empresas internacionais/estrangeiras, depois por empresas públicas e, em menor escala, por empresas privadas nacionais.

A importância dada à RSE e ao envolvimento pelo sector empresarial, tem evoluído nos últimos anos. Se, há 6-7 anos atrás, este conceito era quase desconhecido por muitas empresas, e a maior parte destas viam a sua responsabilidade cumprida com o pagamento dos impostos (Afrisurvey relatório Preliminar 2001), nos últimos anos cresce o interesse e a divulgação de acções de investimento social realizado pelas empresas. A título de exemplo: a) são largamente publicitados nos média os investimentos sociais feitos pelas empresas em Moçambique, b) são realizados seminários sobre o assunto promovidos por OSC e empresas privadas, c) foi recentemente estabelecido um jornal electrónico mensal específico para o assunto, d) a empresa de consultoria Ernest & Young, incorporou no seu esforço de premiar as maiores empresas de Moçambique, um prémio para o melhor desempenho no investimento social, e) realizam-se, ainda que em fase embrionária, formações específicas organizadas para empresas.

Todos os relatórios anuais das 8 empresas, das 10 maiores em 2006, trazem informação sobre os investimentos sociais feitos por estas ligados ao conceito de responsabilidade social, umas vezes incorporado no relatório geral e outras em relatórios específicos de sustentabilidade. Algumas empresas, maioritariamente internacionais¹⁷, apresentam um conceito mais abrangente de responsabilidade social, desde aspectos éticos, aspectos ligados ao público interno, parceiros e fornecedores, clientes, comunidades afectadas pelo seu trabalho, governo e sociedade e até aspectos ligados ao meio ambiente. Todos estes compilam um relatório à parte sobre este assunto. As restantes empresas traduzem, nos seus relatórios, a responsabilidade social como sendo um investimento social feito por elas.

Vontade e acções de Responsabilidade Social Empresarial em Moçambique vêm crescendo com o tempo. Para as empresas hoje, o envolvimento em acções de desenvolvimento social é vista como marca de prestígio. Entretanto, o RSE é exercido por uma pequena fracção de empresas, maioritariamente estrangeiras e de grande dimensão. Persiste, nestas intervenções, uma perspectiva filantrópica e clientelista¹⁸, orientada para uma abordagem instrumental pós-lucro¹⁹. A pouca informação, e inexistência ou falta de clareza de mecanismos que facilitam e promovem a RSE e pouca pressão social exercida são alguns factores que contribuem para esta situação.

¹⁷ São exemplos, a SASOL, a BP e a MCELL (esta última Moçambicana).

¹⁸ Machado e Lage (2002), destacam duas perspectivas principais em como as empresas desenvolvem os seus projectos em parcerias com a comunidade a partir de vários pontos de interesse: 1) **Clientelista**: onde o apoio fornecido pela empresa torna a comunidade dependente, criando assim um ciclo vicioso que impede a emancipação da comunidade. 2) **Emancipatório**: onde o apoio fornecido pela empresa promove autonomia e emancipação da comunidade. Esse modelo produz maior eficácia na medida em que aposta na independência das comunidades.

¹⁹ Em termos de abordagem justificativa de incorporação de responsabilidade social pelas empresas, Ashley (2003) destaca duas principais formas: uma "**abordagem instrumental pós-lucro**" que é entendida como uma actividade que resulta na criação de vantagens competitivas por meio do investimento na reputação da empresa e outra "**abordagem normativa pré-lucro**" que é entendida como uma atitude empresarial sustentada em valores de ética, transparência e responsabilidade, resultando em compromissos de carácter ambiental, social e político.

Em 1994, impulsionado por vários actores, incluindo OSC, o Governo de Moçambique passou, a Lei do Mecenato, que permite a redução de taxas às empresas que doam dinheiro para actividades de desenvolvimento social e cultural. Contudo, esta lei nunca foi largamente usada para esses propósitos pela falta de clareza nos regulamentos e mecanismos da sua aplicação. Pelo que apenas um número insignificante de empresas está a usar, neste momento, este benefício.

Com base nesta informação do INOSC07, este indicador foi pontuado em 0,5, reflectindo ainda um fraco ambiente e consciência de responsabilidade social empresarial.

3.2.7.3. Filantropia Empresarial

Até recentemente o tema da filantropia empresarial era praticamente alheio às considerações e preocupações das empresas com fins lucrativos. Mas, actualmente, surgem cada vez mais empresas a pretender assumir uma atitude social pró-activa na vida quotidiana.

A pouca literatura existente mostra que as actividades ligadas ao investimento social realizado são maioritariamente nas áreas de educação, saúde, água e saneamento, alimentos, habitação e tecnologias de informação, e são, na maioria, concentradas nas áreas onde estas empresas operam. As iniciativas nessas áreas incluem principalmente a provisão de infra-estruturas e ajuda em momentos de ocorrência de desastres naturais. Acções de “emancipação” das comunidades são ainda embrionárias.

Os investimentos sociais feitos, são maioritariamente em apoio e/ou complementaridade às do governo e feitos de forma directa. No INOSC07 os inquiridos têm a percepção que a filantropia corporativa em Moçambique é ainda insignificante. O envolvimento com Organizações da Sociedade Civil é ainda pequeno. O sector privado ainda não é uma fonte principal de financiamento das OCS. Há, entretanto, algumas parcerias emergentes entre algumas empresas, normalmente de grande dimensão, e organizações da Sociedade Civil também de grande dimensão, para realização de actividades de âmbito social. Admitindo que um número de OSC, ainda que limitado, recebe fundos do sector privado, este indicador foi pontuado em 1.

3.2.8. Relações da Sociedade Civil com Doadores

Esta sub-dimensão não figurava no modelo inicialmente proposto pela CIVICUS, mas a equipa nacional considerou necessário contemplar e reconhecer a relação entre a Sociedade Civil e os doadores. Nela descreve-se o tipo de relações entre a Sociedade Civil e os doadores, tendo sido atribuída a pontuação média de **1,3** ponto, significando que as relações são geralmente fracas, provavelmente porque grande parte do apoio dos doadores se concentra no Estado. A Tabela 3.2.10 sintetiza a pontuação dos respectivos indicadores.

Tabela 3.2.10: Indicadores de avaliação das relações com o Doadores

Ref. #	Indicadores	Pontuação
2.8.1	Ajuda/Dependência Externa da S.C.	0.5
2.8.2	Diálogo com Doadores	2.0
2.8.3	Cooperação/Apoio dos Doadores à S.C.	1.5

3.2.8.1. Ajuda/Dependência Externa

Este indicador avalia a autonomia da Sociedade Civil em relação à dependência da ajuda externa. O censo do INE revela que, em 2003, as transferências externas recebidas dos países estrangeiros foram equivalentes a mais de 70% do total das receitas das instituições sem fins lucrativos.

Acontece, porém, como também já se referiu relativamente aos resultados do censo do INE, que as receitas estão altamente concentradas numa minoria de organizações. Isto significa que uma minoria das OSC dependem fortemente dos fundos externos, enquanto uma grande maioria não tem qualquer acesso a fundos externos.

Neste contexto, a pontuação aprovada pelo GAN foi de 0,5, que sublinha que a dependência de recursos externos é grande, por parte dos que beneficiam directamente da ajuda, mas que a ajuda é insignificante para a grande maioria das OSC.

3.2.8.2. Diálogo da SC com os Doadores

O diálogo directo entre a Sociedade Civil e os doadores é ainda limitado. Importa referir que, neste caso, utiliza-se o termo “doador”, por causa das evidências de que praticamente não existe uma relação efectiva de parceria entre as OSC e organizações externas.

A relação é mais de doação, da parte externa para o beneficiário, tanto na forma de recursos como de assistência. Em reconhecimento do ambiente positivo de diálogo o GAN considerou razoável atribuir o valor de 2, ou seja, moderado/ alto.

3.2.8.3. Cooperação dos Doadores com a SC

A relação efectiva de parceria acontece entre o Governo e seus parceiros internacionais, mas tal praticamente não acontece com a Sociedade Civil, pelas razões explicadas por autores como Francisco & Matter (2007). Tanto porque os doadores consideram mais conveniente concentrar o apoio no Estado, como porque as OSC não dispõem de mecanismos de relacionamento e cooperação efectiva, o certo é que o nível de cooperação externa da Sociedade Civil é ainda limitado.

Porém, parece existir uma vontade mútua de melhorar as formas de colaboração directa, o que leva a que se proponha a pontuação para este indicador de 1,5 pontos.

3.2.9. Conclusão sobre o Ambiente

A análise dos factores políticos, sociais, económicos, culturais e legais, bem como as atitudes e comportamentos das entidades públicas e privadas perante a Sociedade Civil, conduz à conclusão que a dimensão Ambiente apresenta-se próxima das restantes três dimensões mas ligeiramente melhor.

O ambiente geral em que a Sociedade Civil moçambicana está a desenvolver-se melhorou substancialmente nas duas décadas passadas, mas ainda precisa de melhorar muito. O GAN concluiu, e o Seminário Nacional de discussão dos resultados enfatizou, que o ambiente geral não é abertamente hostil, mas também não é confortavelmente simpático e favorável.

A generalidade da Sociedade Civil não participa activamente na vida política. Quanto à competição política, o grupo que aprofundou o debate sobre a dimensão Ambiente concluiu que a competição política é agressiva e antidemocrática.

Sobre o Estado de direito e a lei, o GAN e o Seminário Nacional concluiu que existe um elevado índice de incumprimento das leis, um elevado desconhecimento das leis principais, níveis de corrupção generalizados, uma burocracia pouco eficiente e eficaz, fraca descentralização, e limitações diversas no exercício das liberdades individuais.

O ambiente legal, nomeadamente a burocracia para registo das OSC é excessiva e pouco eficiente. As actividades de advocacia são permitidas formalmente mas na prática existem problemas, que variam segundo cada região.

Não existem evidências de intolerância violenta e explícita, mas em relação a certos grupos a atitude é não tolerante. As pessoas têm um comportamento intolerante particularmente em relação à convivência com pessoas homossexuais ou pessoas com HIV.

Porém, é necessário reconhecer que as instituições públicas e privadas são ainda muito subdesenvolvidas, rudimentares e altamente centradas em torno de um poder político bipolarizado e sem mecanismos de representatividade efectiva da cidadania.

As reformas políticas são ainda muito centralizadas e a falta duma massa crítica ampla reduz o leque de escolhas e impacto efectivo do cidadão no exercício do poder político, o qual continua a agir mais em conformidade com a sua dependência em relação às entidades internacionais do que de uma parceria efectiva com a própria Sociedade Civil.

A falta duma cultura de eficiência, de uma administração pública descentralizada, de uma execução orçamental transparente e participativa, de instituições privadas fortes e eficazes, entre outros factores, restringem a eficácia da acção dos actores sociais.

O presente estudo mostra que a relação entre a Sociedade Civil e o Estado é frágil, em termos de mecanismos de responsabilização mútua e monitoria transparente e eficaz. O tipo de interacção entre a Sociedade Civil e o Estado é superficial e informal. Na verdade, a generalidade da sociedade moçambicana recorre à informalidade, tanto como forma de contornar a regulação

estatal como porque as instituições públicas, muitas vezes, são incapazes de proporcionar os serviços básicos necessários.

A Sociedade Civil praticamente não recebe financiamento público, e grande parte do que recebe surge por insistência dos doadores e parceiros internacionais do Estado. Mas não existem regras claras e transparentes relativamente às modalidades do apoio do Estado às OSC. No final, as ligações são estabelecidas de forma *ad hoc*, em moldes informais e sem clareza de critérios explícitos e transparentes. A inexistência de mecanismos claros, simples mas operativos, entre as OSC e a Administração Pública e o Governo, converte o relacionamento em informal, sem compromissos mútuos de vinculação e mútua responsabilização.

Esta situação merece ser confrontada e repensada, com o objectivo de se procurar estabelecer práticas e experiências de parceria efectiva entre os actores nacionais dinâmicos da sociedade moçambicana, nomeadamente entre as OSC e os organismos do sector público e do Governo.

Os resultados do projecto do ISC sugerem que a atitude do sector privado relativamente à Sociedade Civil em geral é principalmente indiferente. Todavia, uma boa parte dos participantes dos encontros provinciais com os grupos de interesse, defendeu que a indiferença é recíproca, no sentido de que as próprias OSC, de um modo geral, também não procuram explorar devidamente o potencial de parcerias com o sector privado.

A responsabilidade social empresarial, que pode ser definida, no seu sentido mais lato, como o empenho das empresas em cuidarem das consequências sociais e ambientais das suas actividades, evoluiu na última década como resultado da consciencialização das empresas, ao nível mundial, da importância de operarem de forma responsável sob o ponto de vista ético, social e ambiental.

A vontade e as acções de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) vêm crescendo com o tempo em Moçambique. Mas para muitas empresas, presentemente, o envolvimento em acções de desenvolvimento social, tornou-se uma marca de prestígio. Por enquanto, tal responsabilidade é exercida por uma pequena fracção de empresas, maioritariamente estrangeiras e de grande dimensão. Na prática, persistem nestas intervenções, uma perspectiva filantrópica e clientelista, orientadas para uma abordagem instrumental pós-lucro.

Quanto à filantropia empresarial, até recentemente era um tema desconhecido e praticamente alheio às considerações e preocupações das empresas com fins lucrativos. Mas actualmente, surgem cada vez mais empresas a pretender assumir uma atitude social pró-activa na vida quotidiana. Os investimentos sociais feitos, são maioritariamente em apoio e/ou complementaridade com os do Governo e feitos de forma directa.

No presente estudo os inquiridos têm a percepção que a filantropia corporativa em Moçambique é ainda insignificante, enquanto o envolvimento com as OSC é considerado ainda pequeno. O sector privado ainda não é uma fonte principal de financiamento das OCS, se bem que a nível nacional é o principal sector, muito mais importante do que o sector público. Existem, entretanto, algumas parcerias emergentes entre algumas empresas, normalmente de grande dimensão,

e Organizações da Sociedade Civil, também de grande dimensão, para realização de actividades de âmbito social.

Finalmente, quanto ao diálogo entre a Sociedade Civil e os doadores e organizações internacionais, o estudo reconhece que existe um diálogo razoável. Mas várias são as evidências de que os doadores depositam pouca confiança na capacidade da grande maioria das OSC. Além disso, poucas OSC beneficiam de apoio directo dos doadores.

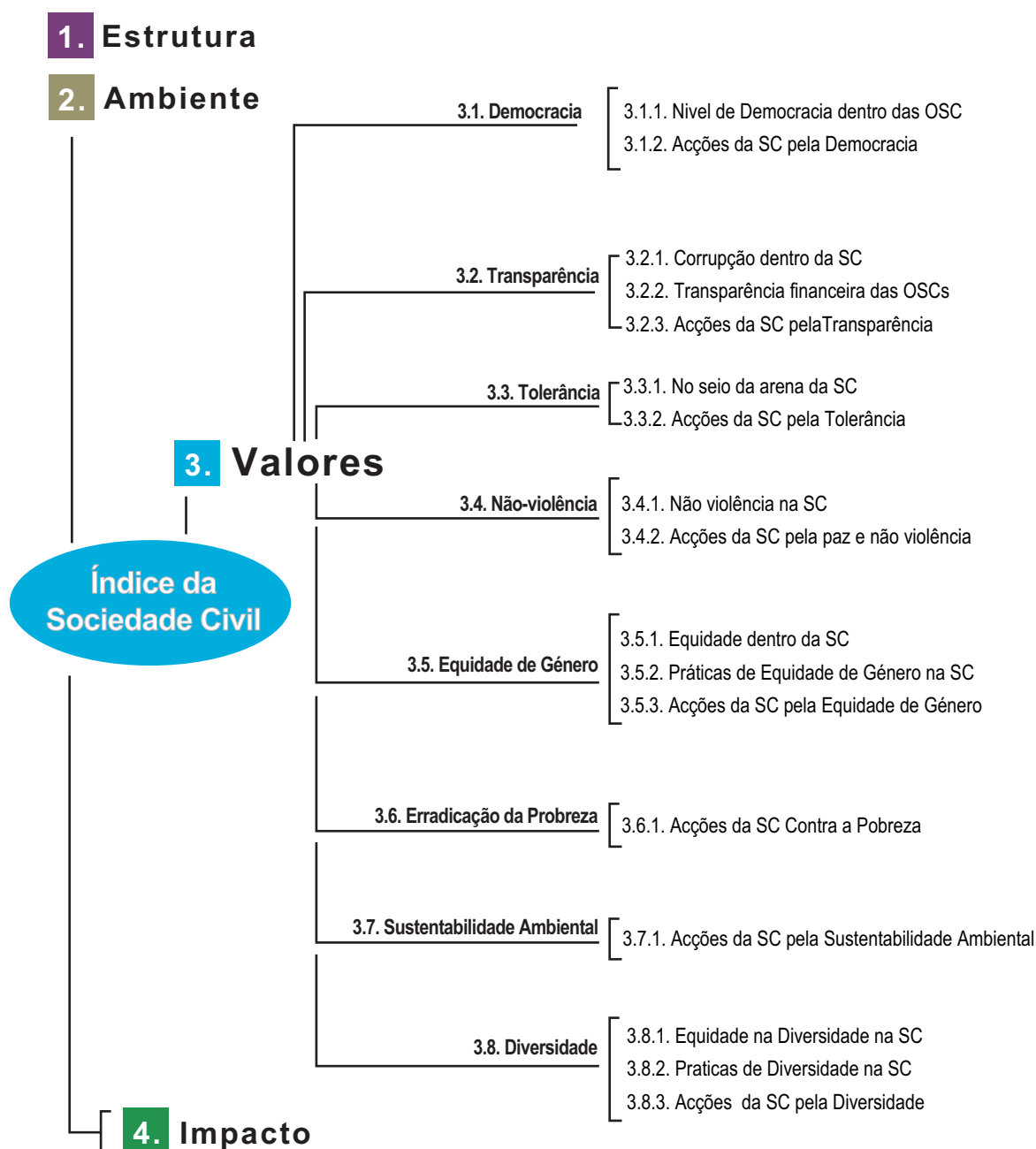
A fraca capacidade organizacional e de liderança da maioria das OSC gera descrédito junto dos doadores, que acabam por considerar mais útil ou conveniente centrarem o seu apoio nas entidades públicas e governamentais. Em muitos aspectos, o relacionamento entre as OSC e os doadores continua pouco efectivo, por culpa não só da debilidade das OSC. Como os doadores detêm a posse praticamente absoluta dos recursos (financeiros e técnicos) necessários, na prática isto confere-lhes um enorme poder de negociação. Muitas vezes as doações e ajudas prometidas não são concretizadas com a eficácia e a eficiência esperadas e prometidas. Isto também contribuiu negativamente para a reputação das OSC perante os membros e as comunidades com quem trabalham e perante quem assumem compromissos.

3.3 VALORES



VALORES

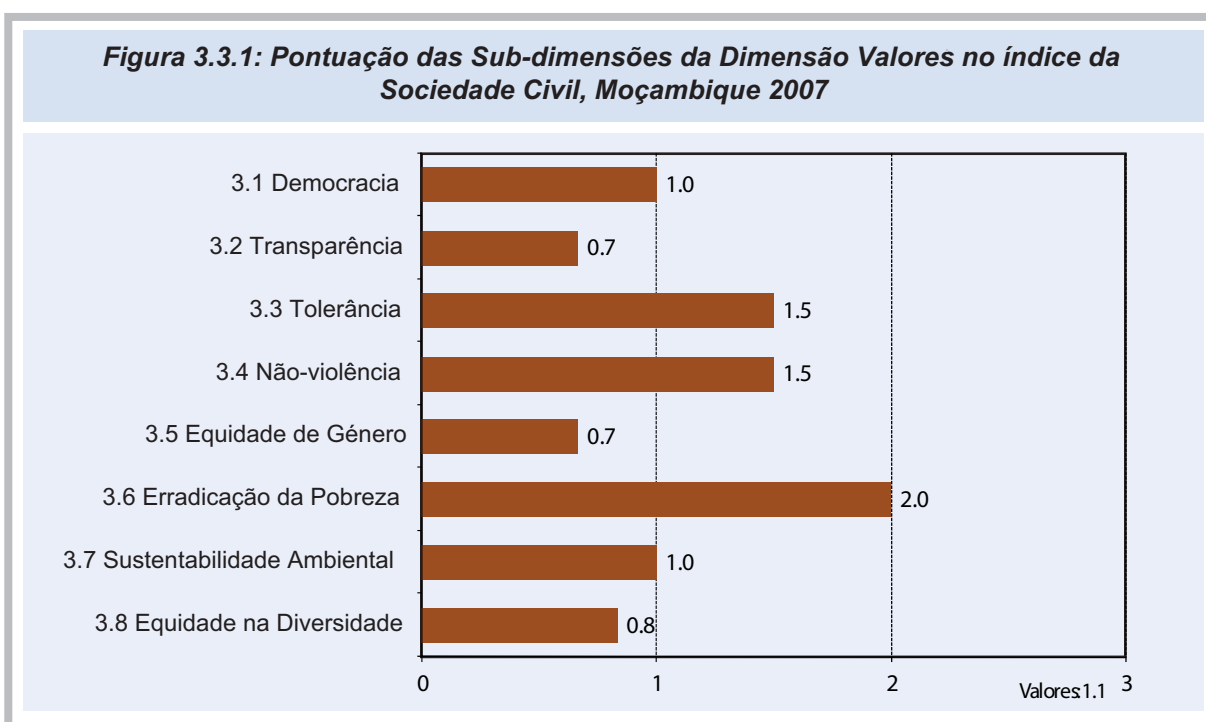
Figura 3.3: Sub-dimensões e Indicadores dos Valores no ISC



3.3. VALORES

Em geral, a pontuação para os Valores indica que a Sociedade Civil em Moçambique tem investido pouco na promoção e prática de valores, exceptuando ao nível da erradicação da pobreza, que apresenta um valor bem acima da pontuação média (2 pontos). As sub-dimensões sobre tolerância e não-violência, também apresentam um nível médio ou satisfatório.

Em contrapartida, as variáveis sobre a transparência, equidade de género e equidade na diversidade apresentam valores baixo de 1 ponto, o que significa bastante baixo. Também os indicadores sobre democracia e sustentabilidade ambiental apresentam-se baixos, ambos com 1 ponto



3.3.1. Democracia

Esta sub-dimensão examina em que medida os actores da Sociedade Civil moçambicana praticam e promovem a democracia. A CIVICUS propõe avaliar o grau de democracia no seio das OSC através da consideração dos métodos de selecção dos dirigentes e do grau de influência dos membros no processo de tomada de decisões.

Tabela 3.3.1: Indicadores de avaliação da Democracia

Ref. #	Indicadores	Pontuação
3.1.1	Práticas democráticas no seio das OSC	1.0
3.1.2	Acções da SC para promover a democracia	1.0

3.3.1.1. Práticas Democráticas no Seio das OSC

A CIVICUS propõe-se avaliar o grau de democracia no seio das OSC pelo exame dos métodos de selecção de dirigentes e grau de influência dos membros no processo de tomada de decisões.

Relativamente aos métodos de selecção de dirigentes, a partir dos dados do INOSC07, pode-se estabelecer que 72% das organizações seleccionam os seus dirigentes através de eleições pelos membros, enquanto 21% são por designação directiva e 6% por auto-eleição.

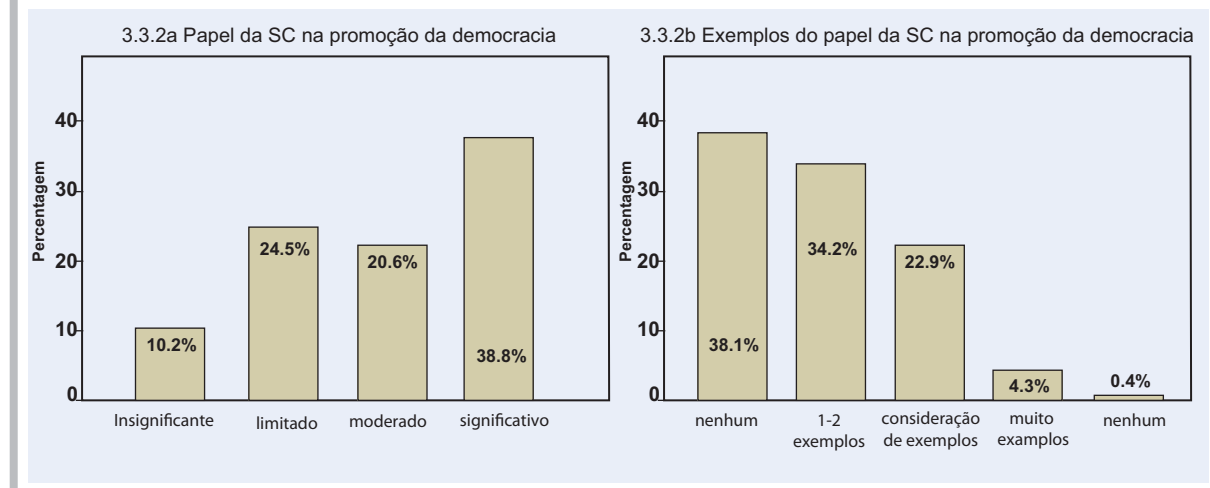
Quanto à influência dos sócios ou membros ordinários na tomada de decisões, cerca de 63% das organizações consultadas consideram que é substancial, enquanto 28% classificou-a de moderada.

Esta evidência de uma certa democracia interna necessita de ser melhor qualificada. No INOSC07 existem outras indicações de fragilidade da democracia interna. Por exemplo, mais de oitenta por cento das OSC inquiridas revelaram que não possuem um código colectivo de conduta, ou outra forma de auto-regulação.

3.3.1.2. Acções da SC para Promover a Democracia

A maioria das OSC inquiridas (38%), relativamente a exemplos de campanhas, acções ou programas dedicados à promoção da democracia, no ano passado, responderam não recordarem nenhum exemplo concreto; 34% recordavam um ou dois exemplos, 23% recordaram vários exemplos, e apenas 4% muitos exemplos.

Figura 3.3.2: Papel da SC e Exemplos de Promoção da Democracia, Moçambique 2007



Em certa medida, esta percepção contradiz a resposta das OSC inquiridas, quando lhes foi perguntado como avaliam o actual papel da Sociedade Civil na promoção da democracia na sociedade moçambicana. Cerca de 39% responderam que as OSC têm um papel significativo, 27% um papel moderado, 25% limitado e 10% insignificante.

A impossibilidade do assunto poder ser aprofundado de forma satisfatória, no âmbito do Inquérito aos Interessados Directos, deixa em aberto algumas dúvidas sobre esta questão da participação. É sabido, a partir de estudos específicos, que o grau de satisfação ou insatisfação com o tipo de participação e acções pela democracia é um assunto obscuro. Muito depende dos pressupostos, das expectativas individuais e padrões de referência (Francisco & Matter, 2007; Oya, 2005; Afrobarometro, 2003, 2005).

3.3.2. Transparência

Esta sub-dimensão analisa o nível em que os actores da Sociedade Civil Moçambicana praticam e promovem a transparência, tendo obtido a pontuação de 0,7 pontos. A Tabela 3.3.2 resume a pontuação referente a cada indicador.

Tabela 3.3.2: Indicadores de avaliação da Transparência

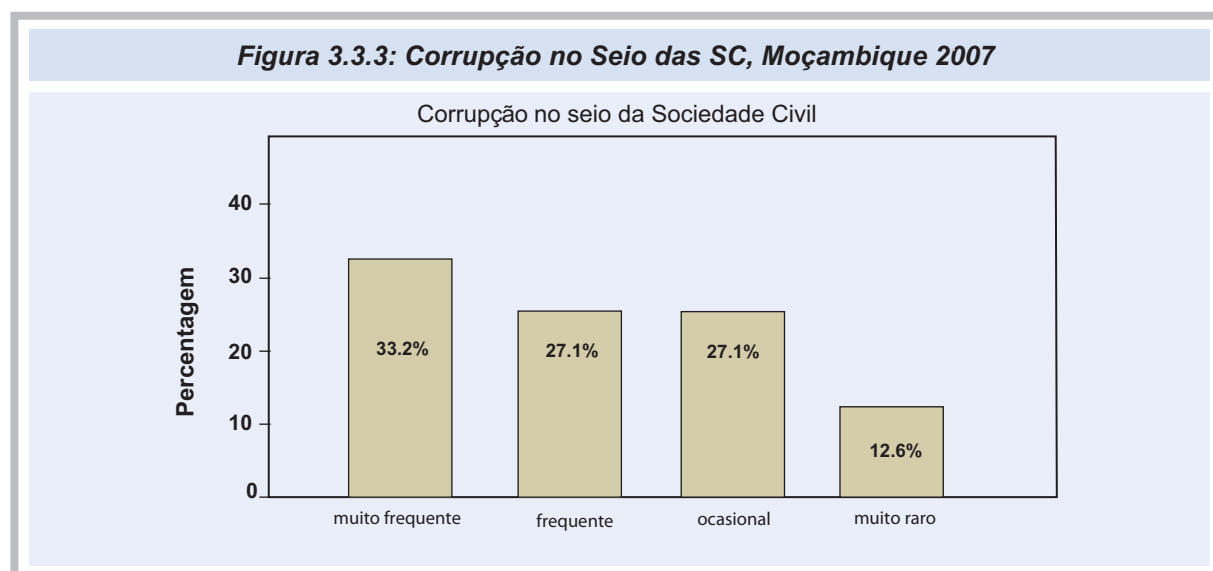
Ref. #	Indicadores	Pontuação
3.2.1	Corrupção dentro da Sociedade Civil	1.0
3.2.2	Transparência financeira das OSC	0.5
3.2.3	Acções da SC para promover a transparência	0.5

3.3.2.1. Corrupção no seio da Sociedade Civil

Não é fácil avaliar-se o nível de transparência da Sociedade Civil em termos gerais, visto existir uma grande diversidade de organizações compreendidas na definição de Sociedade Civil aqui utilizada.

No entanto, a maioria das OSC inquiridas consideram que a corrupção no seio das OSC é muito frequente (33%), ou frequente (27%), enquanto 27% considera-a ocasional e 13% considera-a bastante rara.²⁰

No GAN, vários participantes destacaram o sentimento de que a corrupção se converteu em cultura. Aliás, um dos temas dominantes na imprensa escrita, sobretudo a imprensa independente, tem sido aquilo que um editorial do Semanário Magazine intitulou de “Cultura de roubar tudo!” (29.08.2007, p. 7).

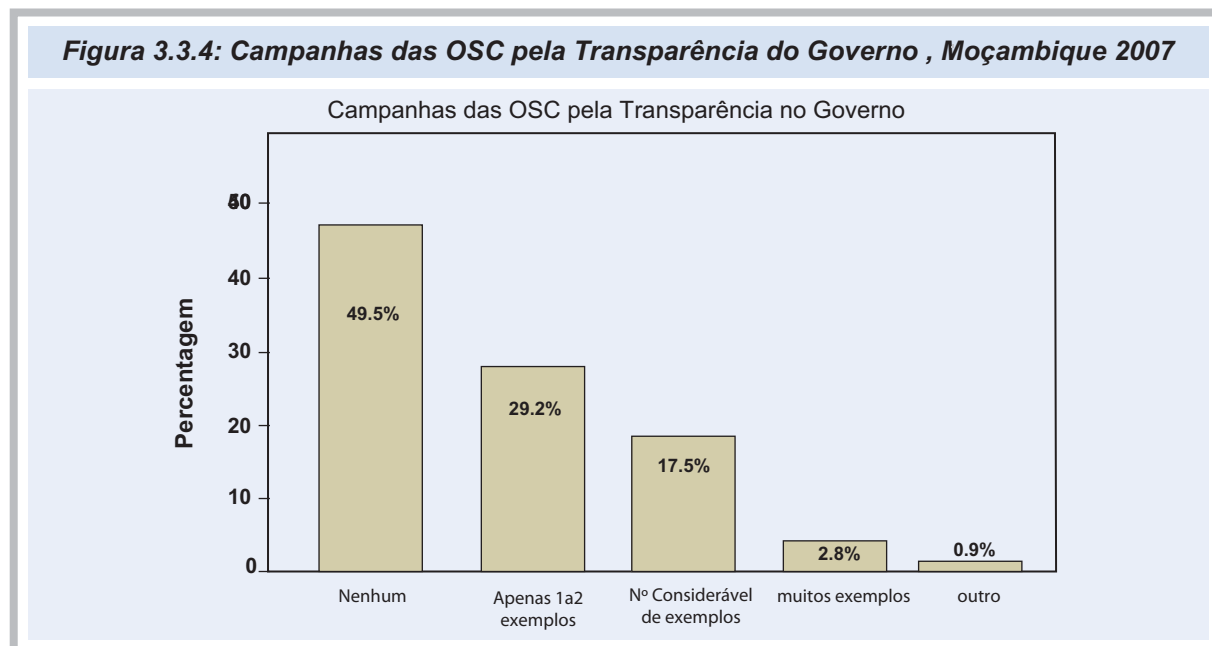


3.3.2.2. Transparência Financeira das OSC

Através deste indicador procura-se avaliar a percentagem de OSC que publicam o seu estado financeiro. Um terço das organizações declarou disponibilizar publicamente as suas contas financeiras. Isto significa que pelo menos dois terços não realizam qualquer esforço por cumprir com práticas de transparência financeira pública.

²⁰ É preciso reconhecer que a percepção sobre uma corrupção generalizada é, de facto, uma percepção mais de opinião pública, do que propriamente na base de factos e evidências concretas. Também não se aprofundou a questão se a corrupção no seio da Sociedade Civil é entendida pelo cidadão da mesma maneira que tem sido vista relativamente ao sector público. É provável que não, visto a questão da corrupção no sector público envolver geralmente a gestão da “coisa pública”, o que merece um tratamento específico. No entanto, é preciso reconhecer que o indicador sobre corrupção neste estudo sobre o ISC carece de clareza e precisão.

Figura 3.3.4: Campanhas das OSC pela Transparência do Governo , Moçambique 2007

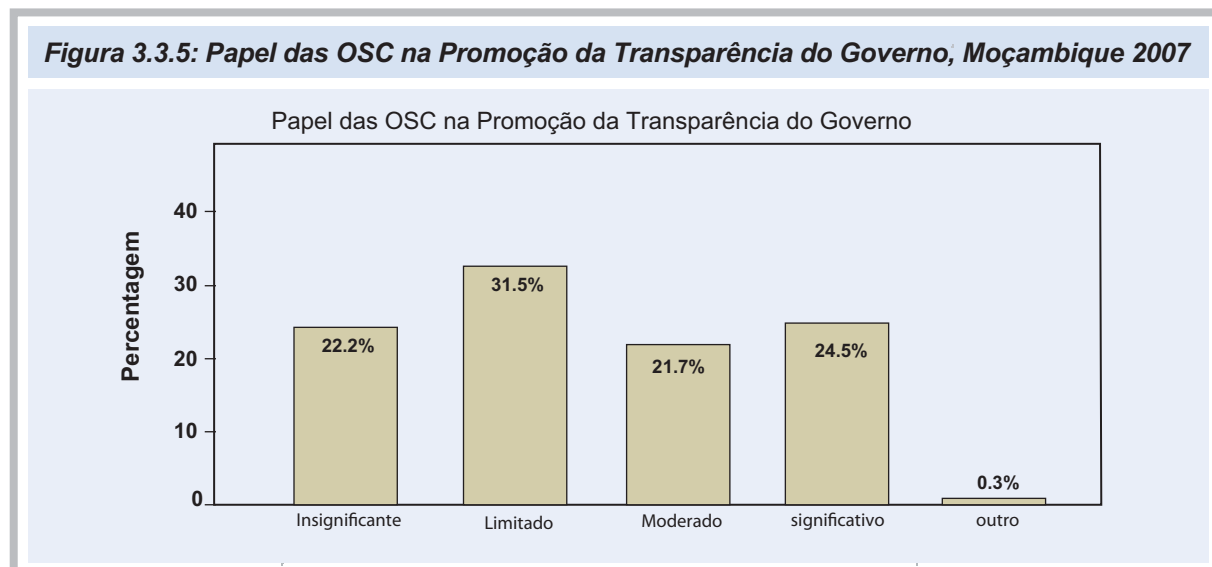


3.3.2.3. Acções da SC para Promover a Transparência estatal e empresarial

A partir do INOSC07 podemos extrair dados reveladores sobre a percepção das OSC quanto ao esforço da Sociedade Civil pela promoção da transparência no sector público, nomeadamente no Governo.

Cerca de 50% dos inquiridos não se lembrava de qualquer exemplo de campanhas públicas, acções ou programas dedicados à promoção da transparência no Governo, organizadas pela Sociedade Civil, durante o ano anterior.

Figura 3.3.5: Papel das OSC na Promoção da Transparência do Governo, Moçambique 2007



Quanto à avaliação do actual papel da Sociedade Civil, na promoção da transparência, as opiniões dividem-se entre 22% afirmando que é insignificante, contra 25% que é significativa, 32% declarando que é limitado, contra 22% que é moderado. Em geral, a opinião prevalecente (cerca de um terço) é que as campanhas pela transparência são insignificantes.

A questão da transparência é ainda mais irrelevante em relação às empresas privadas. Mais de setenta por cento dos inquiridos não se recordavam de qualquer exemplo de campanhas e programas visando a transparência empresarial, e também a maioria (36%) considera insignificante o papel da sociedade civil na promoção da transparência empresarial.

3.3.3. Tolerância

Esta sub-dimensão examina o grau de tolerância praticada pelos actores e organizações da Sociedade Civil moçambicana e em que medida se engajam na promoção da tolerância. A Tabela 3.3.3 resume a pontuação respectiva para cada indicador.

Ref. #	Indicadores	Pontuação
3.3.1	Tolerância dentro do espaço da SC	2.0
3.3.2	Acções da SC para promover a tolerância	1.0

3.3.3.1. Tolerância no Seio da Sociedade Civil

Cerca de 47% dos inquiridos consideram o papel das forças intolerantes (racistas, discriminatórias ou outro tipo de intolerância) da Sociedade Civil insignificante.. Contudo, a proporção de pessoas que consideram que existem muitos exemplos de intolerância (21%), ou vários tipos (11%), ou ainda um ou dois exemplos (21%), totaliza mais de metade (53%), o que não é de negligenciar.

Cerca de 34% dos inquiridos considera que as forças intolerantes estão completamente isoladas e são fortemente denunciadas no seio da Sociedade Civil, ou ainda que são actores marginalizados na Sociedade Civil (19%). Mas existe um número significativo de pessoas que consideram que tais forças são dominantes (26%) ou são actores importantes (21%).

Figura 3.3.6: Importância de Forças Intolerantes na Sociedade Civil, Moçambique 2007

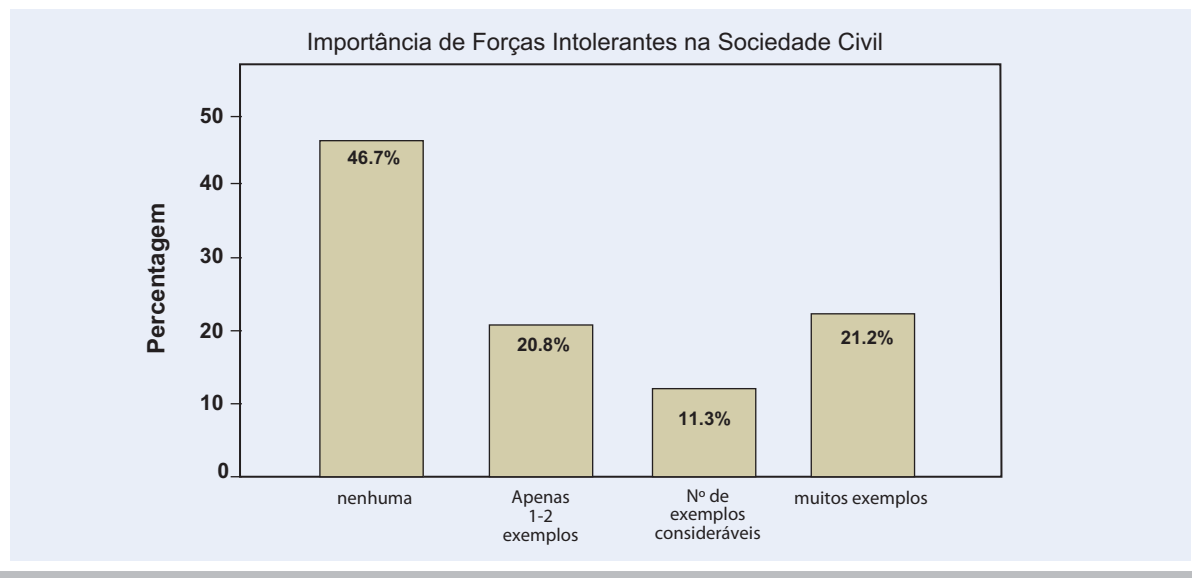
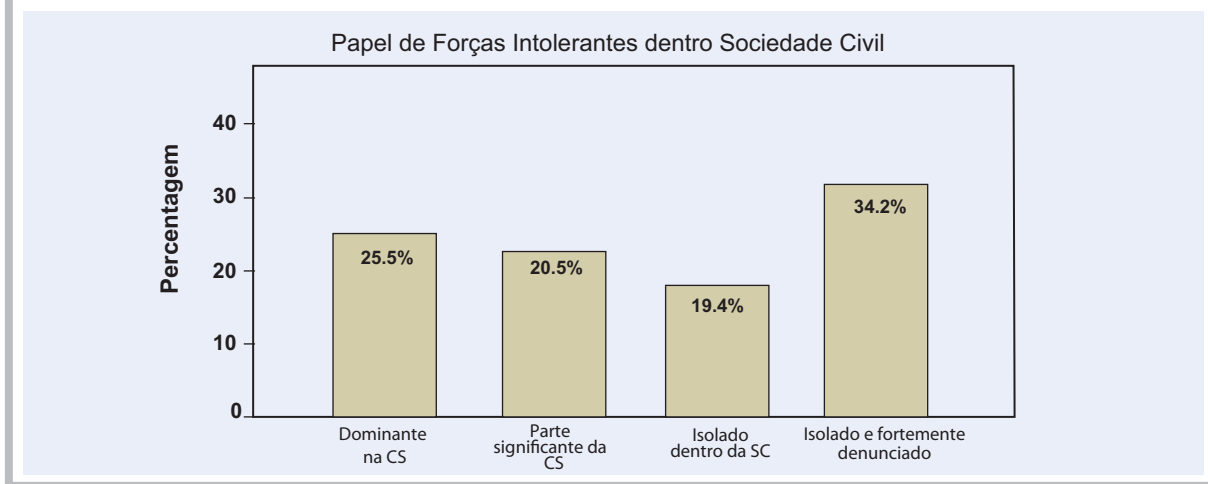


Figura 3.3.7: Papel das Forças Intolerantes na Sociedade Civil, Moçambique 2007



3.3.3.2. Acções da SC para Promover a Tolerância

Quanto às acções em prol da tolerância, cerca de 63% dos inquiridos não foram capazes de recordar qualquer exemplo de campanhas, acções ou programas concretos, no ano anterior. Porém, na avaliação mais subjectiva sobre o actual papel da Sociedade Civil na promoção da tolerância ao nível da sociedade, os inquiridos reconheceram-lhe maior acção do que a questão anterior sugere. Todavia, o cruzamento múltiplo das duas questões claramente sugere uma percepção de fraco papel de acção das OSC no âmbito da tolerância.

3.3.4. Não-violência

Esta sub-dimensão descreve a prática e acções de promoção da Não-violência por parte dos actores da Sociedade Civil moçambicana. A Tabela 3.3.4 resume a pontuação dos respectivos indicadores.

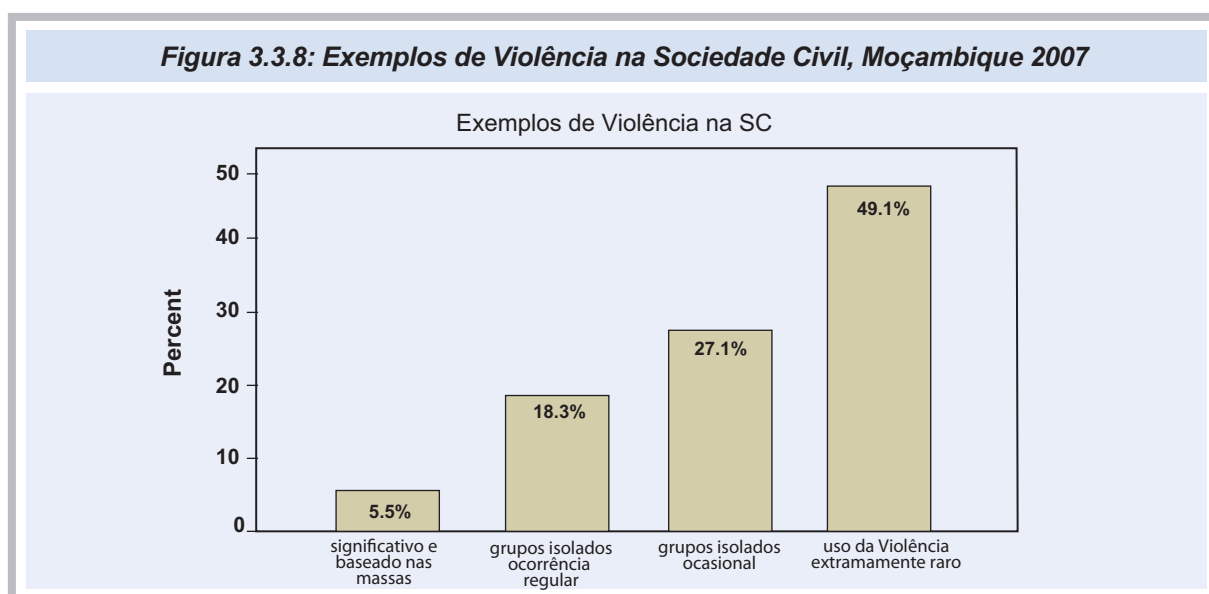
Tabela 3.3.4: Indicadores de avaliação da Não-violência

Ref. #	Indicadores	Pontuação
3.4.1	Não-violência dentro da SC	2.0
3.4.2	Acções da SC para promover a Não-violência e a Paz	1.0

3.3.4.1. Não-violência no Seio da SC

Em que medida o uso de meios violentos, incluindo o dano à propriedade e agressão pessoal, é frequente no seio da Sociedade Civil?

A maioria das OSC que responderam ao inquérito declararam que o uso da violência por certos grupos é extremamente raro (49%), enquanto 27% dos inquiridos consideraram que a violência é usada em casos isolados e 18% considera a violência regularmente usada por grupos isolados.



3.3.4.2. Acções da SC para Promover a Não-violência e a Paz

Tudo indica que a violência, particularmente armada, como método para resolver problemas, tem deixado de ser um recurso frequente em Moçambique. Isto é um bom sinal, num país onde, até há uma década e meia atrás, passou por uma experiência trágica de 16 anos de recurso ou apoio à violência armada, por partidos ou cidadãos da Sociedade Civil (apoiados por certas forças militares de países vizinhos), como forma de contrapor uma ideologia ou políticas contrárias às que, de forma não menos arrogante e obstinada, eram impostas à sociedade moçambicana.

As OSC inquiridas dividem-se quanto à referência a exemplos concretos recentes de campanhas, acções ou programas da Sociedade Civil dedicadas à promoção da Não-violência e/ou solução pacífica. Um terço dos inquiridos declarou lembrar-se de um ou dois exemplos, 29% não se lembrava de nenhum e 27% declarou lembrar-se de vários exemplos.

Sobre o papel actual da Sociedade Civil na promoção da Não-violência e/ou busca de solução de conflitos a nível da sociedade, cerca de 46% das OSC inquiridas considerou que é importante, 20% moderado, 19% limitado e 15% insignificante.

Com base nesta informação pode-se concluir que um certo número de actividades da Sociedade Civil pode ser identificado nesta área. No entanto, tais actividades parece não estarem a lograr suficiente visibilidade ou então carecerem de base de apoio suficientemente ampla.

3.3.5. Equidade de Género

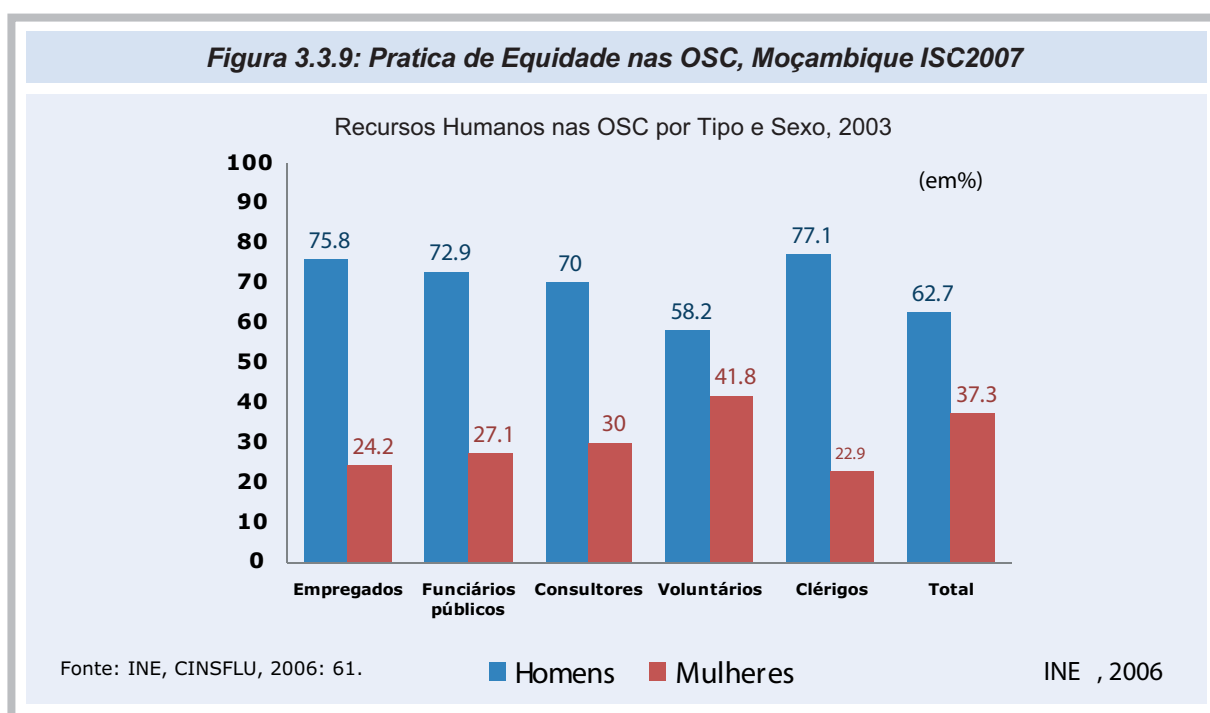
Esta sub-dimensão descreve a prática e o nível de acções de promoção da Equidade de Género na sociedade moçambicana, tendo sido classificada com 0,7 pontos. A Tabela 3.3.5 resume as pontuações dos respectivos indicadores.

Ref. #	Indicadores	Pontuação
3.3.1	Equidade de Género no seio das OSC	2.0
3.3.2	Práticas de Equidade de Género no seio das OSC	1.0
3.3.3	Acções da SC para promover a Equidade de Género	1.0

3.3.5.1. Equidade de Género

Um dos critérios de referência da CIVICUS para avaliar a Equidade de Género nas OSC é a proporção de mulheres assalariadas no conjunto de assalariados envolvidos nas OSC. A este nível, como mostra a Figura 3.3.9 o desequilíbrio de género nas OSC é substancial.

O censo do INE (2006: 61) às organizações com fins não lucrativos, constatou que 63% dos recursos humanos nas OSC são do sexo masculino. Esta quota altera-se consideravelmente entre os vários tipos de recursos humanos. Os homens são consideravelmente mais comuns entre trabalhadores remunerados (76%) e clérigos (77%) e relativamente menos entre voluntários (58%)

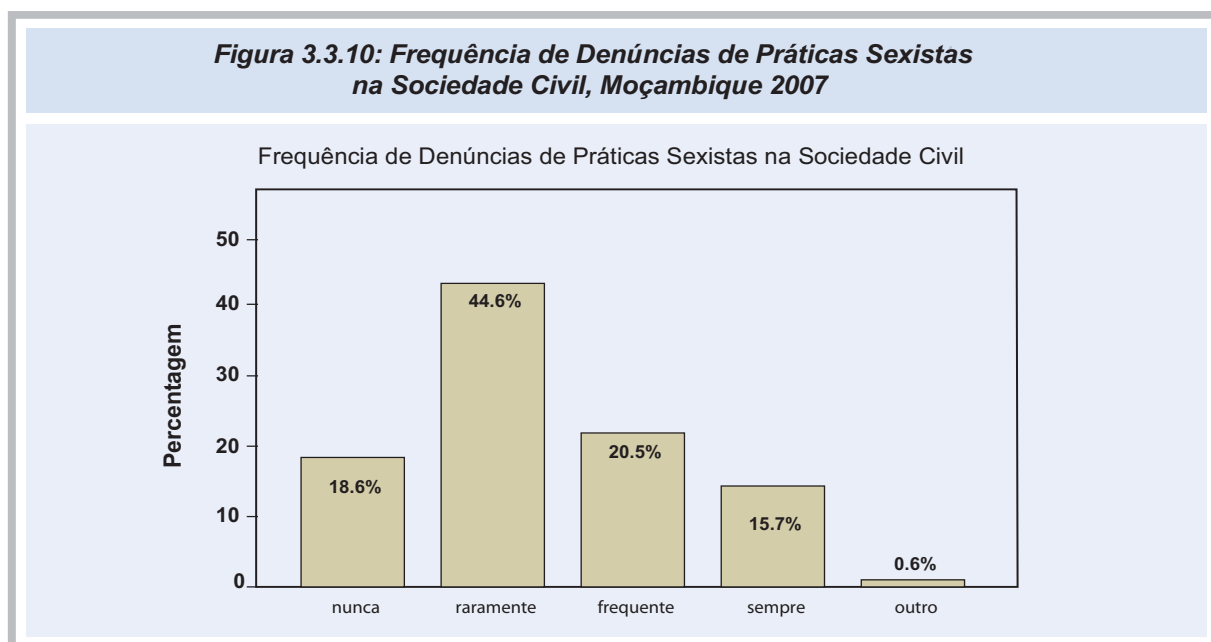


Estas estatísticas são corroboradas pelas percepções dos inquiridos no INOSC 2007. Basta referir que apenas um quarto dos inquiridos foram mulheres, contra quase 75% de homens.

3.3.5.2. Práticas de Equidade de Género no Seio da SC

De acordo com as respostas ao INOSC07, mais de 65% das organizações não possui qualquer política escrita em relação à igualdade de oportunidade e/ou equidade de salário ou trabalho entre homens e mulheres. Portanto, apenas um terço das organizações parece possuir uma política sobre a Equidade de Género interna relativamente às oportunidades de trabalho. Como mostra a figura seguinte, as evidências de denúncias de práticas sexistas na Sociedade Civil também não são nada pronunciadas.

Figura 3.3.10: Frequência de Denúncias de Práticas Sexistas na Sociedade Civil, Moçambique 2007



3.3.5.3. Acções da SC para Promover a Equidade de Género

Cerca de 26% dos inquiridos não se lembrava de nenhum exemplo de campanhas públicas, acções ou programas da sociedade dedicados à promoção da Equidade de Género, no último ano. Mais de 50% das OSC avaliam de forma positiva o actual papel da Sociedade Civil na promoção da Equidade de Género na sociedade no geral.

3.3.6. Erradicação da Pobreza

Esta sub-dimensão descreve o nível de acção dos actores e OSC moçambicanas em termos de promoção da redução da pobreza, sendo pontuada com 2 pontos, representando um nível moderado. A Tabela 3.3.6 apresenta a pontuação do único indicador contemplado.

Tabela 3.3.6: Indicadores de avaliação da redução da pobreza

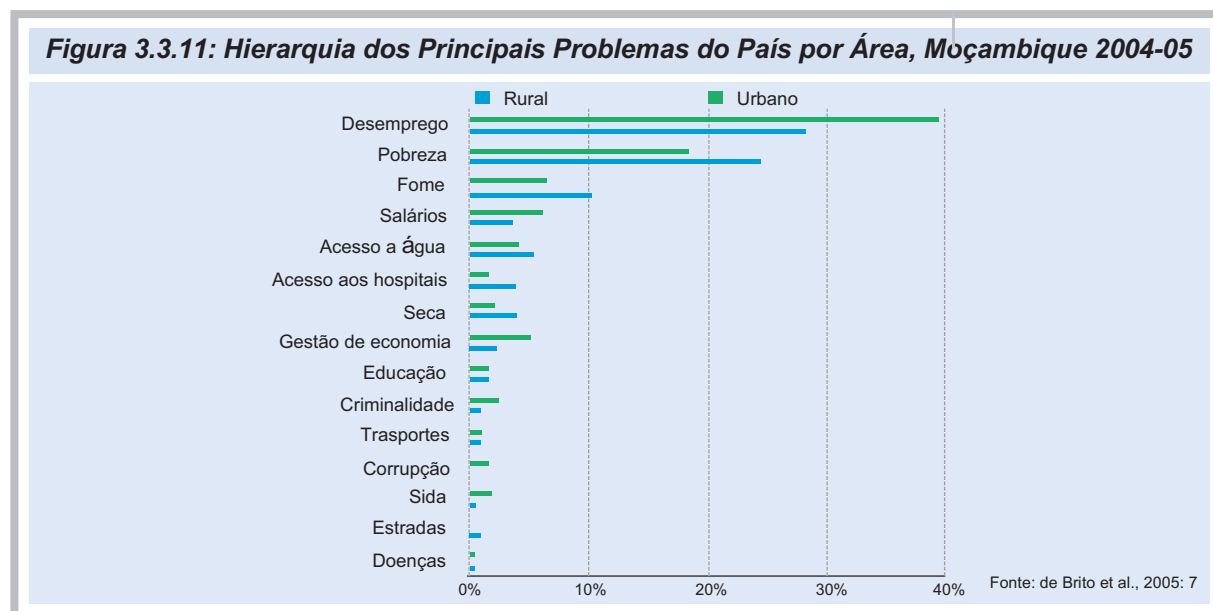
Ref. #	Indicadores	Pontuação
3.6.1	Acções da SC para a Erradicação da Pobreza	2.0

3.3.6.1. Acções da SC para Promover a Erradicação da Pobreza

O interesse pela redução da pobreza é um dos principais factores de acção das OSC moçambicanas, num sentido amplo de melhoria de condições de vida, advocacia e melhoria do bem-estar.

Quase 60% dos entrevistados no IOSOC2007 podiam recordar um, dois ou vários exemplos de campanhas públicas, acções ou programas da Sociedade Civil dedicadas à Erradicação da

Pobreza, no decurso do último ano. Porém, convém notar que 18% dos entrevistados consideraram que a Sociedade Civil desenvolve uma acção “significativa” na redução da pobreza, enquanto uma proporção ligeiramente superior (22%) considerou que nenhuma acção visível pode ser exemplificada.



Esta relativa insatisfação talvez se explique por causa da enorme carência que a sociedade moçambicana enfrenta. O cidadão comum tem uma ideia clara da hierarquia dos seus principais problemas. Os principais problemas giram em torno de questões económicas, como o desemprego, a pobreza, a fome, os salários e o acesso à água (ver Figura 3.3.11).

Por isso, mesmo que as OSC tenham tentado, ou gostassem de fazer mais para superar as carências quotidianas, não admira que o sentimento de que não se faz o suficiente continue presente.

Em face desta apreciação sobre o indicador em análise, pode optar-se pela pontuação 1, não tanto porque a motivação em combater a pobreza seja ínfima, como sugere a metodologia da CIVICUS, mas mais por causa da sua eficácia relativamente limitada.

3.3.7. Sustentabilidade Ambiental

Esta sub-dimensão analisa a actuação dos actores da Sociedade Civil moçambicana relativamente à sustentabilidade ambiental, tendo sido avaliada com 1 ponto, significando que apenas algumas acções são realizadas neste âmbito das OSC. A Tabela 3.3.7 apresenta a pontuação do único indicador contemplado.

Tabela 3.3.7: Indicadores de avaliação da Sustentabilidade Ambiental

Ref. #	Indicadores	Pontuação
3.7.1	Acções da SC para a Sustentabilidade Ambiental	1.0

3.3.7.1. Acções da SC para Promover a Sustentabilidade Ambiental

Em Moçambique existem algumas organizações e activistas ambientalistas que promovem a preservação e Sustentabilidade Ambiental. Em certos momentos, tais organizações expressam publicamente preocupações sobre a gestão dos recursos naturais, como aconteceu recentemente com a polémica sobre o abate descontrolado das florestas.

A apreciação dos entrevistados no INSC07 sobre a acção ambiental das OSC é genericamente positiva, com mais de 70% dos inquiridos a declararem recordarem “só um ou dois exemplos” (42%) e “vários exemplos” (30%) de acções dedicadas à protecção do meio ambiente. De igual modo, a avaliação do papel actual “importante” da Sociedade Civil na protecção do meio ambiente também é pronunciada (42%), contra 15% declarando que é insignificante.

Em face desta apreciação sobre o indicador ambiental, à semelhança do indicador sobre a pobreza, neste caso, a opção pela 1, tem mais a ver com a eficácia, relativamente limitada, do que propriamente a motivação por de trás das acções ambientalistas.

3.3.8. Equidade na Diversidade

A equipa técnica considerou útil adicionar uma sub-dimensão nova, não prevista no modelo inicial da CIVICUS²¹, que descreve o grau de acção e promoção da Equidade na Diversidade na sociedade moçambicana, semelhante ao tipo de equidade considerada e desejada entre homens e mulheres.

Neste caso, a questão da equidade na diversidade inclui aspectos sobre questões étnicas, regionais, raciais e preferências culturais ou morais. A pontuação média foi 0,8 pontos. A Tabela 3.3.8 resume a pontuação dos indicadores respectivos.

Tabela 3.3.8: Indicadores de avaliação da Diversidade

Ref. #	Indicadores	Pontuação
3.7.1	Equidade na diversidade (étnica, regional, racial, religiosa)	1.5
3.7.1	Práticas de Equidade na Diversidade nas OSC	1.0
3.7.1	Acções da SC para promover a Equidade na Diversidade	0.0

²¹ Igual opção foi seguida pela equipa do relatório da Holanda (2006).

3.3.8.1. Equidade na Diversidade na SC

A questão da diversidade pode referir-se a inúmeros aspectos, tais como grupos minoritários, tais como grupos étnicos, raciais, homossexuais, religiosos, entre outros. No quotidiano social surgem várias manifestações e referências de distinção do “Outro”, umas mais inofensivas do que outras, mas todas elas exprimindo atitudes específicas perante a diferença.

Por exemplo, existe o termo “xingondo”, aludindo ao estranho, o outro. Como refere Mia Couto, ao comentar o livro de Daniel da Costa (2003) intitulado “Xingondo”, Moçambique é uma nação que resulta de sucessivas mestiçagens culturais e de dinâmicas de trocas que fazem que o “xingondo” de hoje se incorpore e se torne algo que, amanhã, passa a integrar a nossa moçambicanidade.²²

Se Moçambique é ou não, “Um país onde xingondos somos todos nós” (Couto, 2003), o tempo dirá. De imediato, tanto nos inquéritos à Sociedade Civil como nos debates realizados, no âmbito da presente pesquisa, emerge a percepção que certas minorias encontram-se ausentes ou amplamente marginalizadas da consideração das OSC.

3.3.8.2. Práticas de Diversidade no Seio da SC

A partir da consideração das fontes disponíveis e debates realizados, a equipa de pesquisa estima que apenas uma minoria das OSC possui algum tipo de política explícita clara sobre a problemática da Equidade na Diversidade.

3.3.8.3. Acções da SC para Promover a Diversidade

A equipa de pesquisa considera que um pequeno número de acções, de ordem cultural e social, é orientado para a promoção da Equidade na Diversidade a nível da sociedade, um assunto que deverá merecer melhor atenção em futuras oportunidades de reflexão .

3.3.9. Conclusão sobre os Valores

Em geral, a pontuação de 1,1 pontos, obtida neste estudo, sugere que a Sociedade Civil moçambicana não pratica nem promove de forma efectiva valores positivos e de elevada qualidade. A maior fraqueza identificada entre as oito sub-dimensões incide nas questões de Transparência, Equidade de Género e Equidade na Diversidade.

No Seminário Nacional o grupo que se debruçou sobre a dimensão Valores da sociedade moçambicana procurou fazer o levantamento das causas da fraca Democracia, destacando as seguintes: i) manipulação dos partidos políticos, sobretudo em períodos pré-eleitorais, 2) fraca coordenação entre os actores sociais; 3) pobreza generalizada; 4) não realização regular das Assembleias ou outros encontros deliberativos.

²² Costa, Daniel da . 2003. *Xingondo: Crónicas*. Maputo: Sociedade Editorial Ndjira, Lda.

Entre as razões da fraca Transparência destacam-se as seguintes: 1) falta de cultura de prestação de contas; 2) fraca comunicação; e 3) fraco domínio/conhecimento dos estatutos e legislação em geral. O baixo nível de Transparência identificado nas OSC é particularmente importante, pois a noção de Transparência associa-se fortemente às normas e valores na sociedade.

O desenvolvimento organizacional das OSC, segundo critérios de transparência real, pode contribuir para o estabelecimento de valores sólidos e dinâmicos. De uma maneira geral, a promoção de valores resistentes à corrupção, irresponsabilização e falta de prestação de contas não é praticada de forma sistemática e abrangente

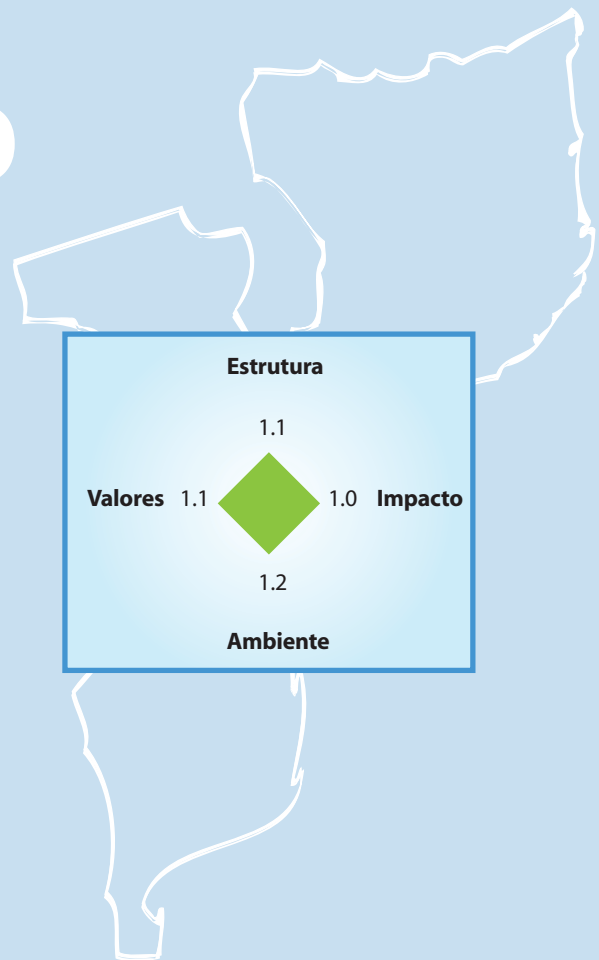
As expressões de fraca Tolerância na sociedade moçambicana, ou mesmo algumas expressões de violência, parecem dever-se à falta de confiança entre as autoridades públicas ou lideranças de organizações, por um lado, e os cidadãos ou a massa associativa. Também acontecem conflitos de interesses e de personalidades.

Apesar das extensivas declarações de empenho no combate à pobreza, a dúvida que persiste é se as OSC, e outros actores da sociedade, estão realmente a criar bases institucionais para uma redução sustentável da pobreza. Até aqui o envolvimento das OSC nas estratégias de combate à pobreza absoluta é principalmente como observadores, auscultados e aliados de circunstância, com foi o caso da campanha pelo perdão da dívida. Todavia, não é realista concluir, a partir de tal participação, que as OSC sejam parceiros reais do Governo e dos aliados e doadores internacionais. Como defenderam Francisco & Matter (2007), a parceria, no sentido real deste conceito, só existe entre o Governo e os doadores ou outros actores internacionais.

Tanto o GAN como o Seminário Nacional consideraram que as oito sub-dimensões que integram a dimensão Valores precisam de atenção prioritária da parte das OSC moçambicanas. Prevalece um forte sentimento de que os cidadãos estão a realizar acções múltiplas de redução da pobreza. De facto, esta sub-dimensão é a melhor qualificada, tendo sido a única entre as outras sub-dimensões com pontuação 2, ou seja, moderada alta.

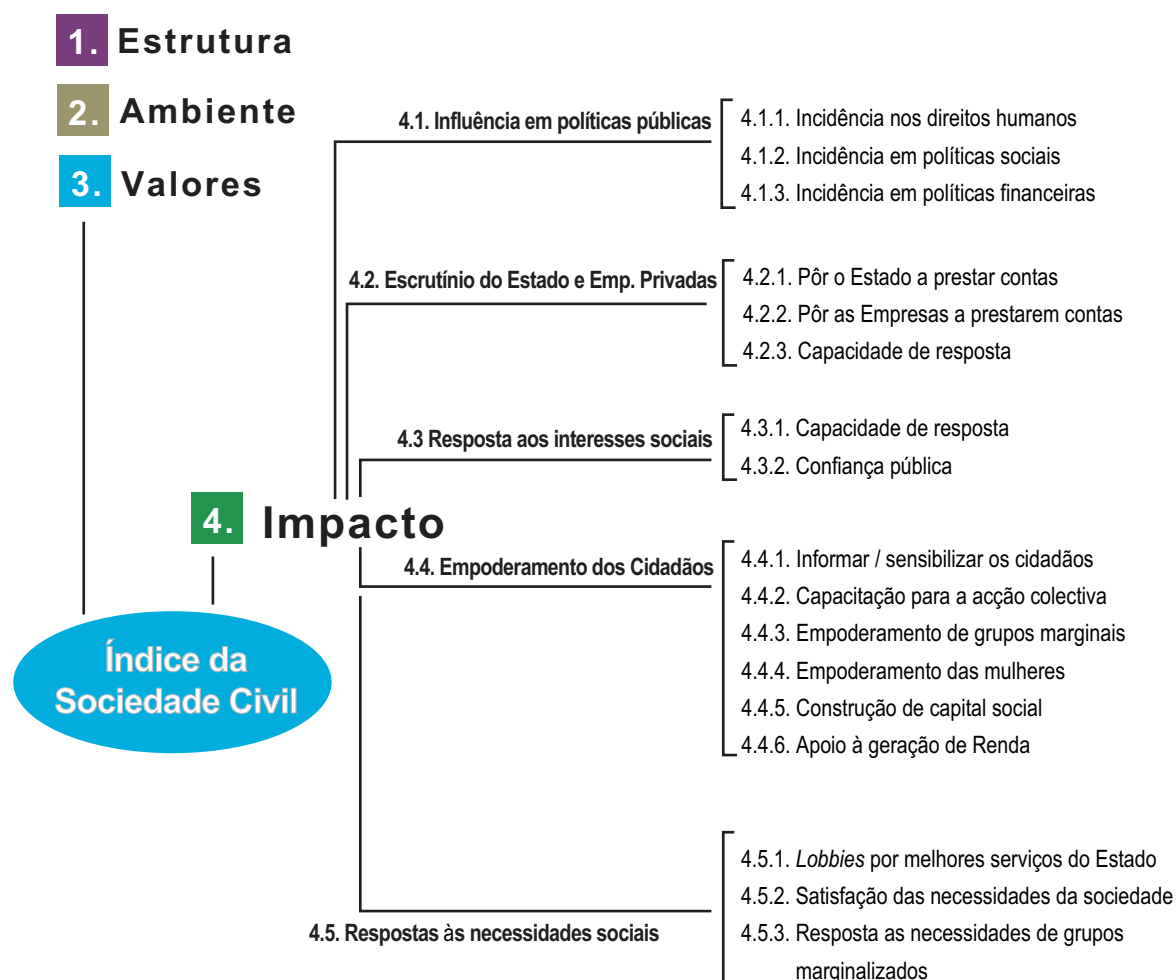
Não existe ideia clara, nem foi devidamente estudada neste projecto, a perspectiva de sustentabilidade a longo prazo dos esforços de redução da pobreza. Porém, a partir da leitura dos dados e informações qualitativas, parece razoável concluir que qualquer melhoria da estrutura e do ambiente em que as OSC existem, necessita de ser acompanhada de progressos reais na melhoria dos valores de Democracia realmente participativa, Transparência, Tolerância, Não-violência, implementação de acções eficientes e eficazes de Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiente, bem como reforço da Equidade tanto de Género como da Diversidade étnica, cultural e social.

3.4 IMPACTO



IMPACTO

Figura 3.4: Sub-dimensões e Indicadores do Impacto no ISC

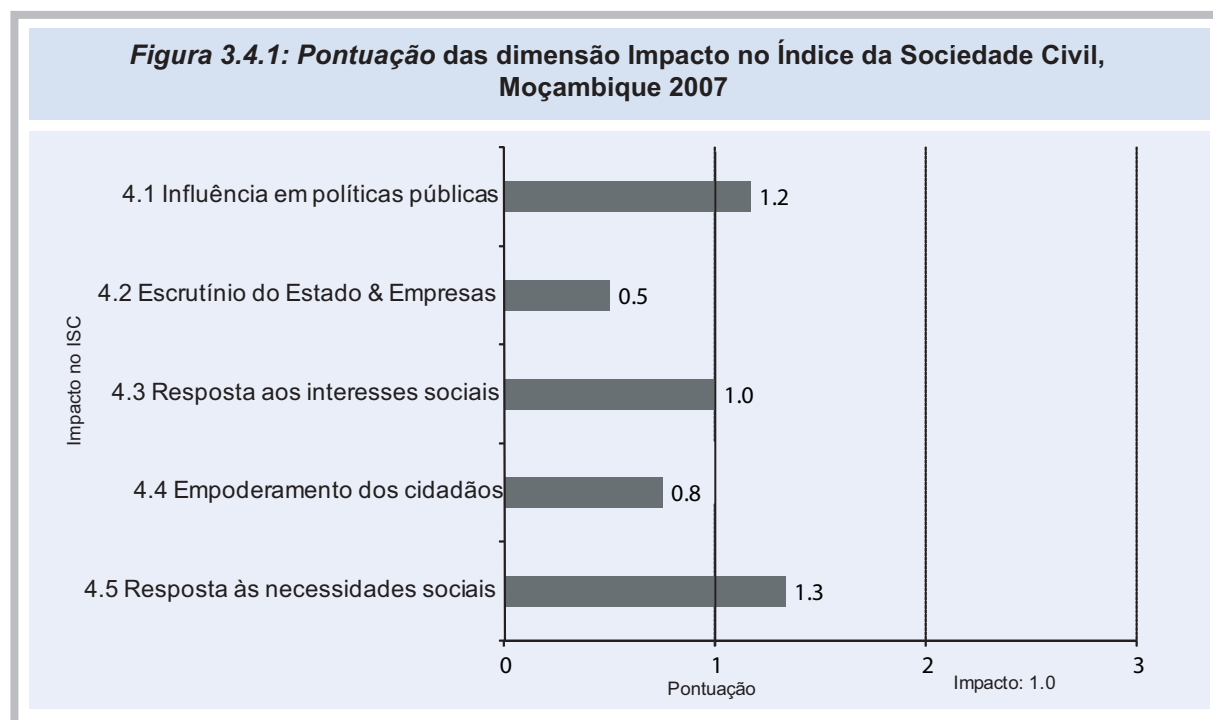


3.4. IMPACTO

Esta secção descreve e analisa o grau de efectividade da Sociedade Civil em termos de influência e Impacto efectivo sobre diversas áreas. A classificação obtida na dimensão Impacto é 1 ponto. Isto corresponde ao limite entre fraco e moderado, na função de controlo do cidadão (accountability) do Estado e das empresas privadas.

A Figura 3.4.1 detalha a pontuação das cinco sub-dimensões e 16 indicadores da dimensão Impacto.

Em consequência da fraca Estrutura, do Ambiente limitado e dos baixos Valores, a Sociedade Civil moçambicana inevitavelmente apresenta um Impacto limitado na governação e na generalidade das questões fundamentais do desenvolvimento de Moçambique.



3.4.1. Influência em Políticas Públicas

Esta sub-dimensão descreve o grau de actividade e êxito conseguido pela Sociedade Civil, em termos de influência efectiva sobre as políticas públicas; foi classificada com 1,2 pontos, o que corresponde a um nível de influência baixo.

Para avaliar as evidências sobre a incidência e eficácia da sociedade civil nas áreas propostas, considera-se as respostas aos inquéritos e estudos de casos encontrados na literatura secundária, que reúnem evidências sobre o impacto alcançado por certas iniciativas ou intervenções da Sociedade Civil. A Tabela 3.4.1 sintetiza a pontuação dos indicadores respectivos.

Tabela 3.4.1: Indicadores de avaliação da influência nas políticas públicas

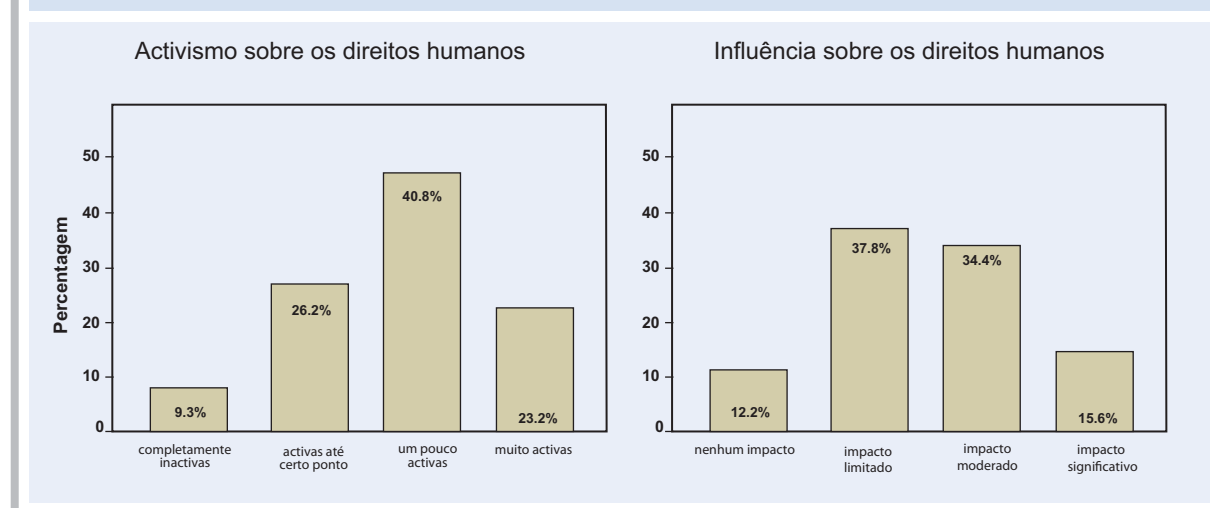
Ref. #	Indicadores	Pontuação
4.1.1	Incidência em Direitos Humanos	1.0
4.1.2	Incidência em Políticas Sociais	2.0
4.1.3	Incidência em Políticas Financeiras	0.5

A incidência da Sociedade Civil sobre as principais políticas públicas tem constituído motivo de crescente preocupação, pelo menos em algumas das OSC e alguns analistas independentes. Mas o INOSC 2007 revela que o dinamismo e percepção de sucesso da eficácia da acção das OSC dependem das áreas de acção.

3.4.1.1. Incidência em Direitos Humanos

A maioria dos entrevistados no INOSC07 considera que a Sociedade Civil tem sido moderadamente activa relativamente aos direitos humanos (41%), ou pouco activa (26%). Cerca de 23% considera o nível de influência muito activa e apenas 10% a considera inactiva.

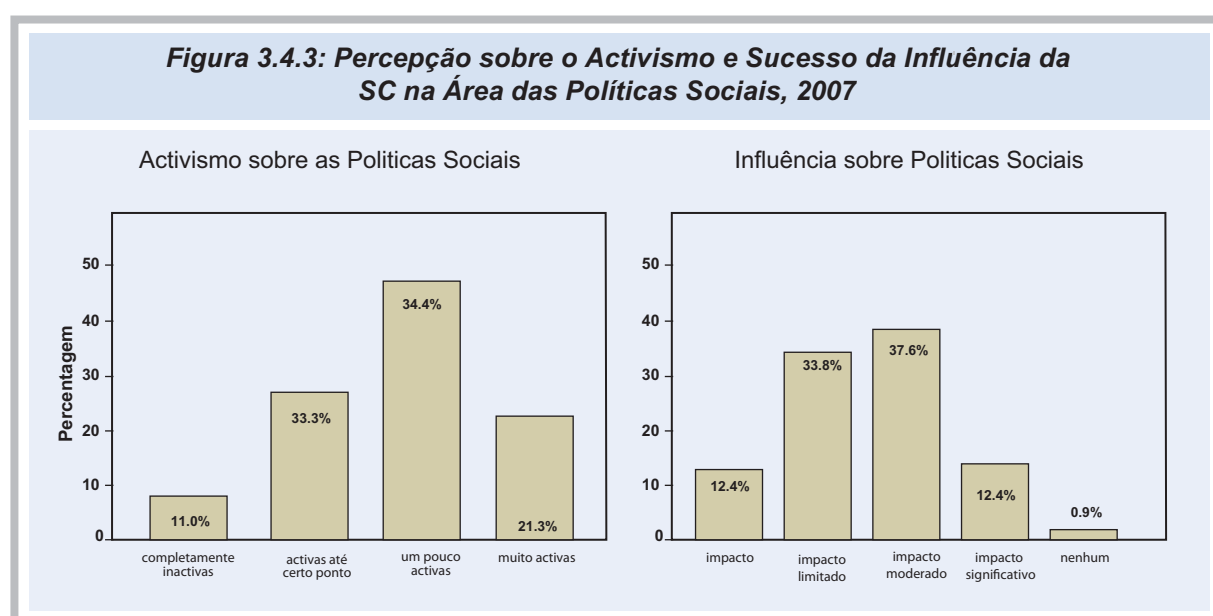
Quanto à influência da Sociedade Civil na área dos Direitos Humanos, como ilustra o gráfico, 38% consideram que tem um sucesso fraco, 34% satisfatório, 16% elevado e 12% sem qualquer impacto.

Figura 3.4.2: Percepção sobre o Activismo e Sucesso da Influência da SC na Área dos Direitos Humanos, Moçambique 2007

3.4.1.2. Incidência em Políticas Sociais Públicas

Cerca de dois terços dos entrevistados no INOSC07 consideram que a Sociedade Civil tem sido pouco ou moderadamente activa na área das políticas sociais, enquanto 21% considera muito activa e 11% inactiva.

Quanto à influência da Sociedade Civil na área das políticas sociais, a percepção da maioria dos inquiridos oscila entre “pouco sucesso” (37%) e “sucesso” satisfatório (38%). Tanto o grande sucesso como o insucesso surgem com igual percentagem, cada uma com 12%.

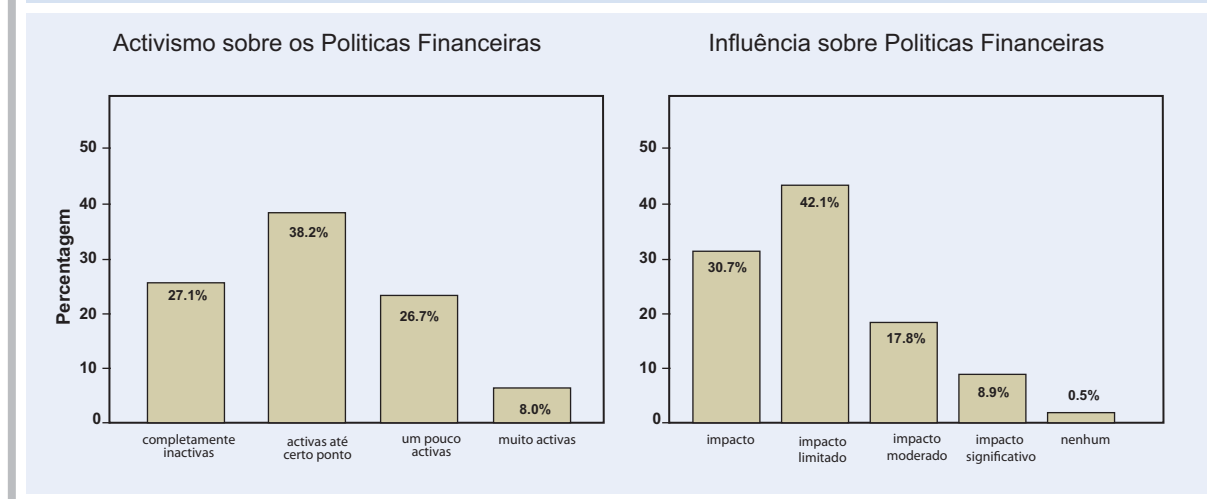


3.4.1.3. Incidência em Políticas Financeiras Públicas

Na área das políticas financeiras é que se manifesta maior insatisfação, tanto com o activismo das OSC como com o grau de sucesso da influência na tomada de decisões nas políticas públicas financeiras. Cerca de 38% dos entrevistados consideraram que a Sociedade Civil tem sido pouco activa, 27% moderadamente activa. Apenas 8% reconhecem um grande activismo, contra 27% que consideram as OSC inactivas.

Quanto à influência da Sociedade Civil na área das políticas financeiras, a maioria dos inquiridos consideram-na fraca, seguido de “sem sucesso” (31%), 18% impacto moderado, e menos de 10% impacto significativo.

Figura 3.4.4: Percepção sobre o Activismo e o Sucesso da Influência da SC na Área das Políticas Financeiras, 2007



3.4.2. Escrutínio e Prestação de Contas pelo Estado e Empresas

Esta sub-dimensão analisa o grau de actividade e êxito da Sociedade Civil em exigir a prestação de contas ao Estado e empresas privadas; foi avaliada com **0,5** pontos, o que indica uma limitada capacidade para realizar tais objectivos. A Tabela 3.4.2 sintetiza a pontuação dos indicadores respectivos.

Tabela 3.4.2: Indicadores de avaliação do escrutínio e prestação de contas

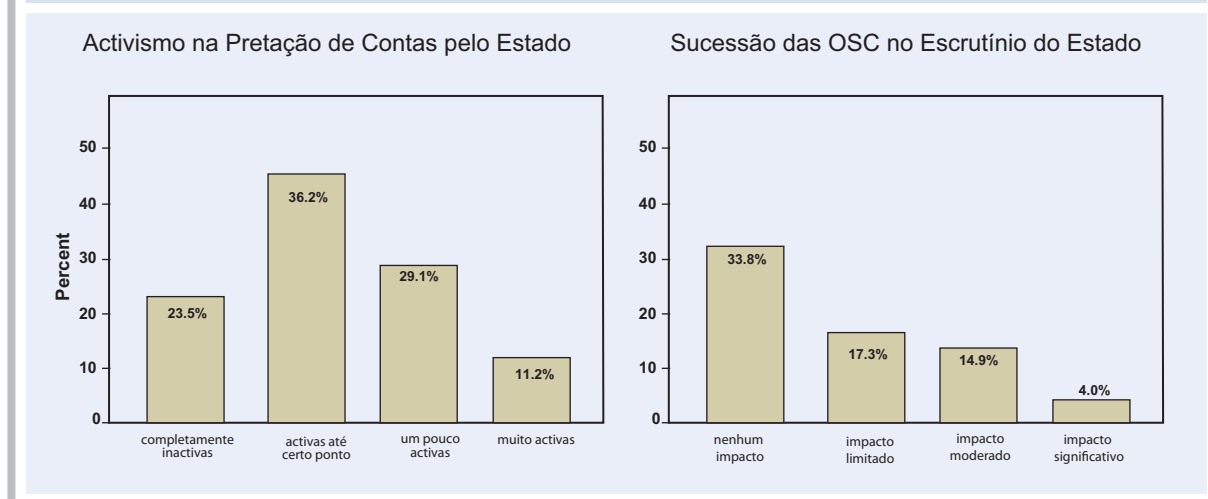
Ref. #	Indicadores	Pontuação
4.2.1	Levar o Estado a prestar contas	1.0
4.2.2	Levar as Empresas privadas a prestar contas	2.0

3.4.2.1. Levar o Estado a Prestar Contas

O controlo dos gastos públicos tem merecido nenhum (24%) ou pouco (36%) activismo da parte da Sociedade Civil. Existem vozes isoladas, tanto de OSC como de analistas, ou alguns órgãos independentes da imprensa. Mas a contar pela percepção da maioria das OSC que responderam ao INOSC07, as acções não têm qualquer sucesso (34%) ou têm tido um sucesso limitado (47%).

No GAN foi salientado que o facto de o Estado tratar as OSC como sua extensão, ou auxiliar, conduz a uma dependência psicológica, que não ajuda a monitoria efectiva e pedido de prestação de contas aos membros da Administração Pública e do Governo.

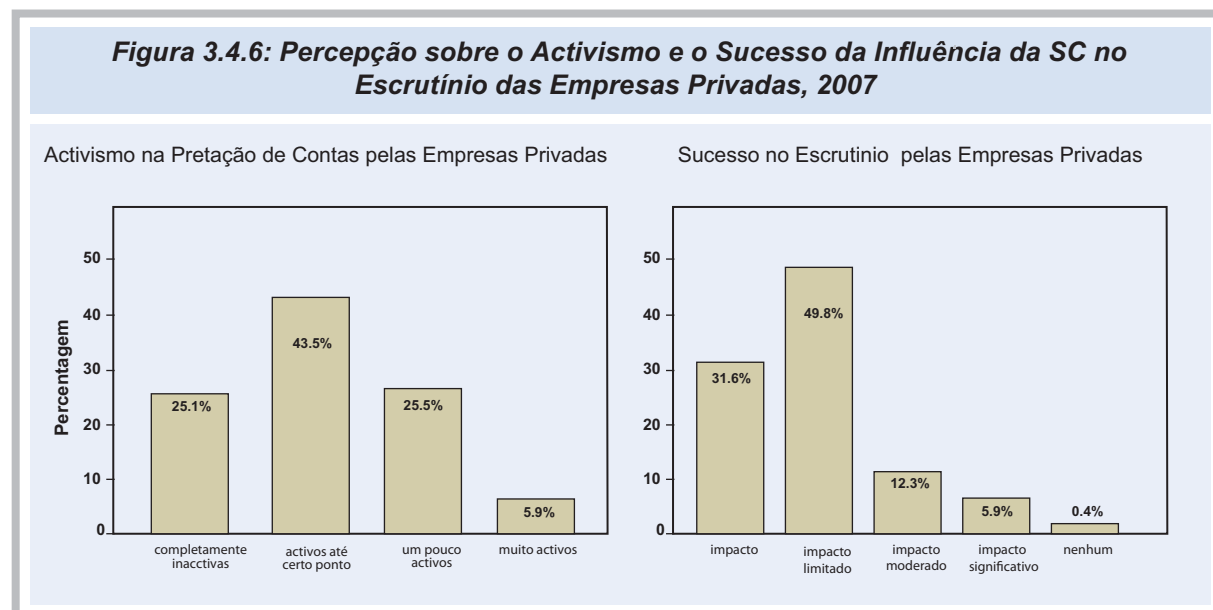
Figura 3.4.5: Percepção sobre o Activismo e o Sucesso da Influência Escrutínio do Estado, 2007



3.4.2.2. Levar as Empresas a Prestarem Contas

Idêntica percepção à anterior vai também para a prestação de contas pelas empresas privadas. O escrutínio sobre as empresas tem merecido nenhum (25%) ou pouco (44%) activismo da parte da Sociedade Civil. Existe alguma acção, mas a percepção das OSC sobre o fraco sucesso da influência da Sociedade Civil é bem ilustrada no gráfico seguinte, em que 32% dos inquiridos consideram não haver qualquer sucesso, 50% um impacto limitado, 12% satisfatório e apenas 6% bom impacto.

Neste caso, a consciência das OSC quanto à monitoria e pedido de prestação de contas às empresas, ainda é mais fraca do que em relação ao Estado. Se há medo de pedir contas, por receio de represália, em relação às empresas privadas, muitas vezes o pedido de contas não reforça a maior disciplina, o apoio à produtividade empresarial e o reforço da qualidade dos produtos. Não existe um equilíbrio entre o que se exige às empresas, para que contribuam para a economia, e o apoio que a elas é prestado, para que aumentem a produção. Exemplo disto são os roubos generalizados a todos os níveis (cabos eléctricos, cobre, material das empresas, etc.). As OSC pouco interesse revelam por este tipo de assuntos, relacionados com a qualidade, moral e funcionamento da sociedade em geral.



3.4.3. Resposta aos Interesses Sociais

Esta sub-dimensão analisa o grau de resposta da Sociedade Civil aos Interesses Sociais; foi avaliada com 1 ponto, o que indica uma capacidade bastante abaixo da média de pontuação, e por isso, de resposta satisfatória à demanda emergente na sociedade. A Tabela 3.4.3 sintetiza a pontuação dos indicadores respectivos.

Tabela 3.4.3: Indicadores de avaliação da resposta aos Interesses Sociais

Ref. #	Indicadores	Pontuação
4.3.1	Resposta	1.0
4.3.2	Confiança Pública	1.0

3.4.3.1. Capacidade de Resposta

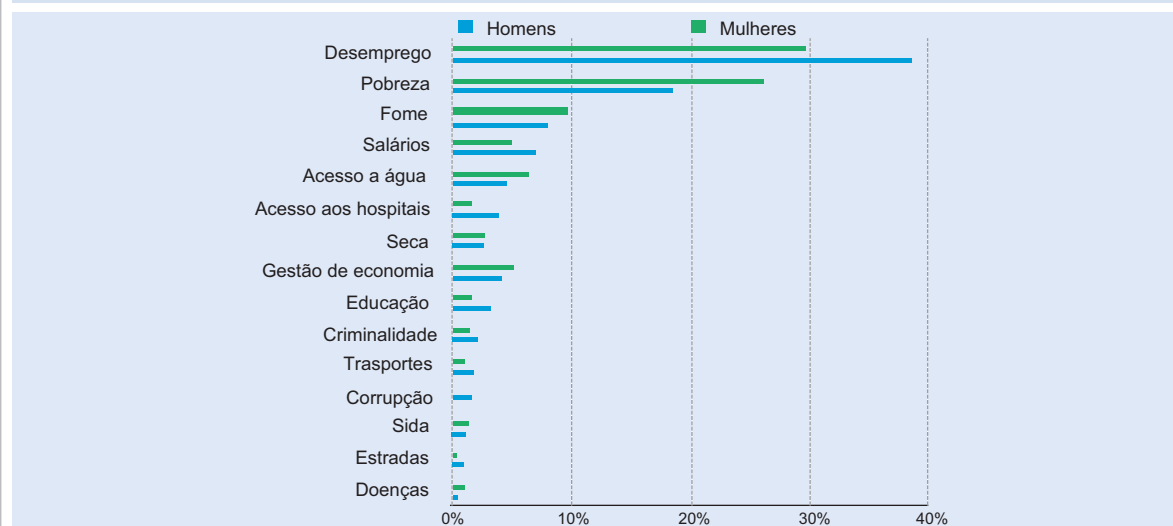
Este indicador mede a eficácia de resposta dos actores da Sociedade Civil aos problemas sociais que a população considera prioritários. Inquéritos como o de Luís de Brito et al. (2005) revelam que a população tem um sentido de prioridades bem estabelecido.

O desemprego, a pobreza, a fome e os salários são preocupações, de longe, muito mais prioritárias do que muitas das questões que preenchem a atenção dos discursos públicos, como seja a corrupção, a SIDA e as infra-estruturas.

Como ilustra a figura 3.4.7, estas prioridades são tanto para as mulheres como para os homens.

Em que medida está este sentido de prioridade reflectido nas percepções dos inquiridos das OSC sobre a capacidade de resposta?

Figura 3.4.7: Hierarquia dos Principais Problemas do País por Sexo, Moçambique 2004-05



Cerca de 57% dos inquiridos declararam não se lembrar de exemplos da Sociedade Civil fazer *lobbies* junto ao Governo para dele conseguir prestação de serviços públicos à população.

Nos casos de acções, 62% dos inquiridos consideraram as acções de *lobby* junto do Governo como “sem sucesso” (7%) ou com algum sucesso (55%), contra 25% de “bem-sucedidas” e 13% “muito bem-sucedidas”.

3.4.3.2. Confiança Pública

A Confiança Pública nas instituições e nos dirigentes políticos expressa, por exemplo, no voto eleitoral, tem diminuído de eleição para eleição, entre 1994 e 2004.

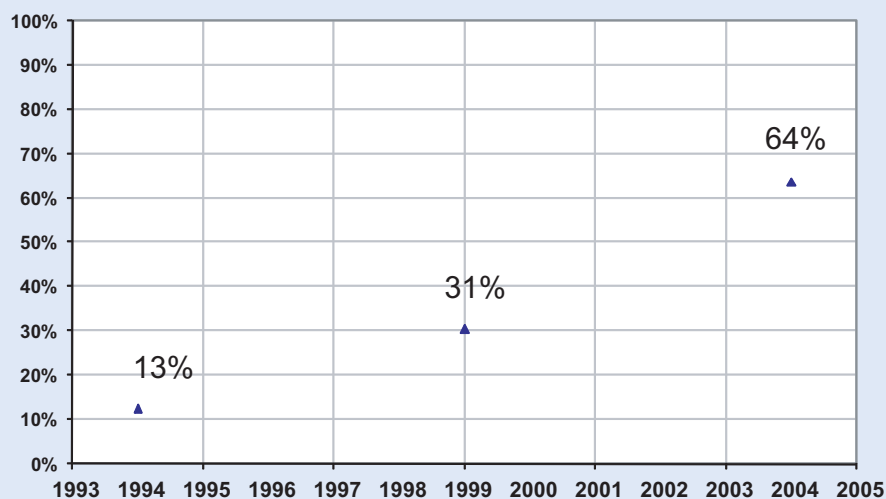
O recente processo de recenseamento eleitoral não apresenta indicações de melhoria do entusiasmo e confiança do cidadão comum nos órgãos eleitorais.

A predominância da informalidade na sociedade, pode ser vista como uma expressão da dificuldade do Estado em integrar o cidadão comum nos mecanismos formais, através de serviços e formas de enquadramento úteis.

O estudo da UTRESP sobre governação e corrupção também reúne evidências concretas sobre entidades específicas que merecem fraca confiança, incluindo o sistema de justiça e a polícia.

No GAN alguns membros manifestaram a preocupação pelos exemplos de rigidez, crescente confusão entre o Estado e o Partido no Poder, comentários sobre formas de intimidação e recurso a pressão psicológica, para o recenseamento eleitoral, ou nos distritos, para certas acções partidárias.

Figura 3.4.8: Evolução da Abstenção Eleitoral como Proxy da Confiança Política, Moçambique 2004



Fonte: de Brito, 2006

Fonte: de Brito et al., 2005: 7

3.4.4. Empoderamento dos Cidadãos

Esta sub-dimensão analisa a capacidade da Sociedade Civil em fortalecer a capacidade dos cidadãos; foi avaliada com **0,8** pontos, o que indica uma fraca capacidade de empoderamento. A Tabela 3.4.4 sintetiza a pontuação dos indicadores respectivos.

Tabela 3.4.4: Indicadores de avaliação do Empoderamento dos Cidadãos

Ref. #	Indicadores	Pontuação
4.4.1	Informação e Educação do Cidadão	0.5
4.4.4	Criação de Capacidades para a Acção Colectiva	1.0
4.4.4	Empoderamento dos Grupos Marginais	0.0
4.4.4	Empoderamento das Mulheres	1.0
4.5.4	Construção de Capital Social	1.0
4.6.4	Apoio à geração de Receitas	1.0

3.4.4.1. Informação e Educação ao Cidadão

Os entrevistados no INOSC07 percebem as OSC como activas (43%) na promoção de informação e educação ao cidadão, e reconhecem um sucesso satisfatório (39%) ou mesmo bom (23%). Porém, os membros do GAN sustentaram que era preciso analisar com sentido mais crítico a qualidade da informação e educação ao cidadão.

Argumentou-se que as actividades educativas são limitadas, com fraco impacto e critérios de boa qualidade. Informação contínua sobre cidadania praticamente não existe. Pelo menos uma informação substantiva e útil para o cidadão. De forma esporádica, e sobretudo em períodos de campanha eleitoral, existe um maior esforço dos organismos, mas tal esforço peca por ser mais dirigido pelo interesse específico dos políticos do que, propriamente, por existir uma preocupação genuína em responder às preocupações da população.

Com base nestes considerandos críticos, o GAN optou por atribuir a classificação de 0,5 pontos. Isto corresponde, como sugere a matriz da pontuação base, a uma situação em que as consequências das actividades da Sociedade Civil nesta área ou não se fazem sentir, ou são minimamente sentidas.

3.4.4.2. Criação de Capacidades Para Acção Colectiva

O activismo da Sociedade Civil em desenvolver a capacidade das comunidades locais também foi visto pelos entrevistados no INOSC07 como satisfatório (38%), bom (26%) e limitado (31%). A percepção sobre o sucesso desta acção também é positiva (42%), se bem que o fraco sucesso ou mesmo insucesso totalizou 35%.

À semelhança do indicador anterior, se bem que atribuindo uma classificação superior (1 ponto) o GAN considerou que o activismo das OSC para capacitação das comunidades locais pode parecer positivo, mas, na prática, tem sido pouco efectivo e de impacto mínimo.

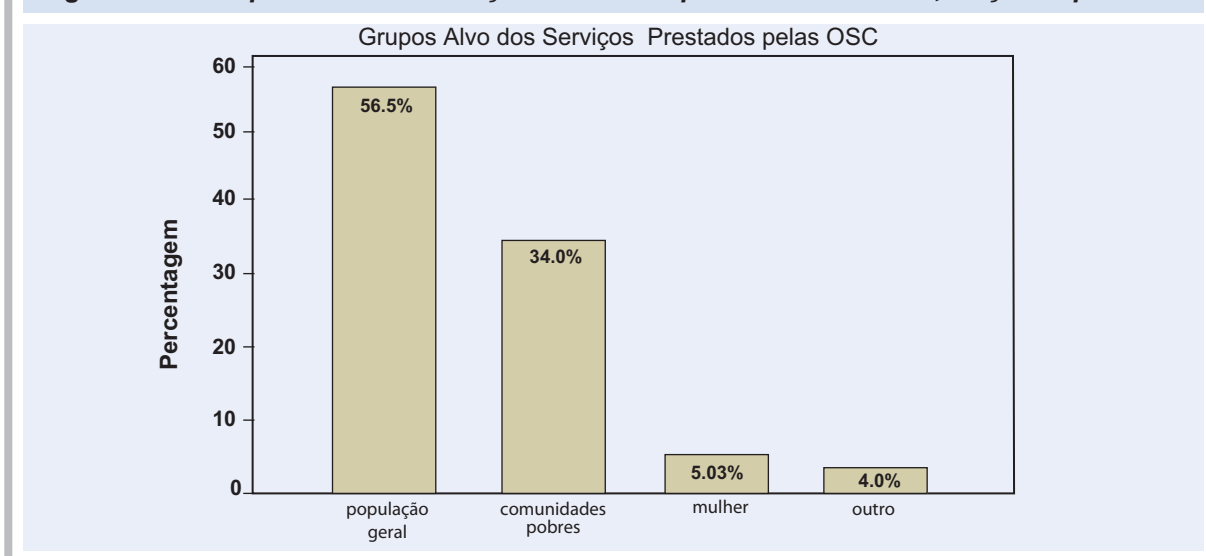
Como exemplo, sublinhou o facto de as OSC não terem sabido aproveitar a oportunidade política do recenseamento eleitoral para fazer campanha, ou mesmo *lobby*, com vista a assegurar que o cartão de eleitor servisse para algo mais do que simplesmente o voto durante as eleições. Um esforço tão oneroso, como foi a atribuição de cartões eleitorais, nunca foi feito para um cartão como o Bilhete de Identidade que, em termos práticos e de reforço da cidadania, pode ser muito mais útil para o cidadão. Infelizmente, as OSC não souberam aproveitar tal oportunidade para procurar criar um instrumento de capacitação das acções colectivas e de benefício do cidadão.²³

²³ Curiosamente, o grupo de teatro Gungu, na peça que tem vindo a exhibir em Maputo, intitulada "A demissão do sô ministro", possui uma passagem em que os personagens comentam criticamente precisamente a discrepância entre a atenção e o dispendio de dinheiro no cartão de eleitor, comparativamente à enorme desorganização e falta de consideração dada ao BI do cidadão.

3.4.4.3. Empoderamento de Grupos Marginalizados

A maioria (57%) dos inquiridos disse lembrar pelo menos um exemplo específico da Sociedade Civil providenciar serviços à população em geral. Mas tal não acontece em relação a grupos marginais específicos, sobretudo minoritários, que continuam com fraca visibilidade nas prioridades das OSC. Apesar dos inquiridos terem reconhecido um sucesso satisfatório nos serviços prestados, o GAN atribuiu 0,5 pontos neste indicador, por causa da fraca realização de Empoderamento de grupos marginais e desfavorecidos na sociedade moçambicana.

Figura 3.4.9: Grupos Alvo dos Serviços Prestados pela Sociedade Civil, Moçambique 2007



3.4.4.4. Empoderamento das Mulheres

Este indicador procura avaliar em que medida a Sociedade Civil tem sido capaz de potenciar as mulheres, em termos de autonomia e capacidade de materialização e controlo sobre as suas escolhas.

Os inquiridos consideram que as mulheres são cada vez mais activas, de maneiras formais e sobretudo informais, mas, como revelaram os dados apresentados acima, o desequilíbrio de género no acesso às OSC é grande. Em alguns encontros foram dados exemplos de inúmeros casos em que a viuvez as coloca em situação de grande fragilidade, em vez de protecção, por parte da família do marido falecido.

Os mecanismos para a Sociedade Civil monitorar e influenciar o cumprimento das inúmeras resoluções e programas destinados a empoderar a mulher são mínimos. As mulheres continuam a ser as que menos oportunidades de emprego encontram.

3.4.4.5 Construção do Capital Social

Este indicador destina-se a observar em que medida a Sociedade Civil contribui para o aumento dos níveis da confiança mútua. Os dados disponíveis continuam escassos, tanto na literatura

qualitativa como estatística. O GAN atribuiu a classificação de 1 ponto. Esta pontuação corresponde ao critério da matriz da CIVICUS, quando se considera que a Sociedade Civil ainda não contribui com eficácia para a edificação do Capital Social da sociedade moçambicana.

3.4.4.6. Apoio à Geração de Rendas

Este indicador mede o dinamismo da Sociedade Civil em criar e apoiar a geração de emprego e oportunidades de geração de rendas, especialmente para os jovens e as mulheres.

A partir do censo do INE e das evidências reunidas nesta pesquisa, constata-se que a capacidade efectiva das OSC de promover acções geradoras de rendas é mínima. Na verdade, grande parte das OSC concentram-se em serviços não produtivos, em imitação aos organismos do Estado ou em resposta a prioridades dos doadores e organizações internacionais, geralmente mais viradas para o sector de assistência social e serviços não produtivos.

Por isso, o GAN decidiu atribuir a classificação de 1 que, segundo a matriz de classificação, corresponde à situação em que a actividade da Sociedade Civil é muito limitada nesta área e não existe um impacto visível.

3.4.5. Resposta às Necessidades Sociais

Esta sub-dimensão examina o grau de actividade e êxito da Sociedade Civil em encontrar respostas para as necessidades urgentes da população; foi avaliada com 1,3 pontos, o que corresponde a uma fraca capacidade de resposta. A Tabela 3.4.5 sintetiza a pontuação dos indicadores respectivos.

Ref. #	Indicadores	Pontuação
4.1.1	<i>Lobby</i> para a provisão de serviços pelo Estado	2.0
4.1.2	Resposta Directa às Necessidades Sociais	2.0
4.1.3	Resposta às Necessidades dos Grupos Marginais	0.0

3.4.5.1. *Lobby* para a Provisão de Serviços pelo Estado

Em Moçambique ainda prevalece uma forte cultura estatizante e centralizadora que, directa ou indirectamente, dificulta a participação e iniciativa activa da população, na resolução das necessidades sociais emergentes.

A opção por políticas liberais, para fomento da economia de mercado, tem sido usada como subterfúgio e justificação para o Estado se desresponsabilizar de muitas das funções sociais

que lhe compete executar, manter ou até reforçar. Frequentemente, as opções pela privatização de serviços públicos são também usadas como desculpa para o não envolvimento do Estado.

Vários membros do GAN sublinharam que, na prática, a privatização de serviços do Estado apenas resulta na transferência do poder de monopólio do Estado para um ou outro privado. Apesar disto, o GAN também reconheceu o esforço do Estado em procurar formas efectivas de garantir a estabilidade, tanto política como também financeira. Neste caso, os esforços do Governo de conseguir a estabilidade orçamental, criando uma boa articulação com os parceiros internacionais, mereceu o reconhecimento explícito do GAN. E precisamente por causa deste esforço positivo, o GAN decidiu elevar a classificação inicial de 1 para 2 pontos.

3.4.5.2. Resposta Directa às Necessidades Sociais

As evidências disponíveis neste relatório indicam que as necessidades mais urgentes giram em torno da falta de fontes de rendimento e condições de vida dos moçambicanos. Porém, como já foi observado em pontos anteriores, o GAN voltou a sublinhar que o facto de grande parte das OSC não lidarem com a promoção do emprego, torna a sua relevância questionável.

Além disso, o GAN considerou indispensável que as OSC desempenhem um papel mais activo e envidem esforços para conseguir que a Administração Pública melhore o seu desempenho e serviço ao cidadão. De novo, o exemplo já referido acima, sobre a pertinência das OSC fazerem *lobby* junto dos partidos com assento parlamentar, relativamente a um cartão de eleitor mais útil ao cidadão, que pudesse ser usado para múltiplos fins e não unicamente para actos eleitorais, voltou a ser mencionado a este nível.

Entretanto, o GAN também reconheceu que, no passado, em alguns momentos as OSC conseguiram algum impacto na comunidade internacional, particularmente em relação ao perdão da dívida. Já a sua monitoria da utilização dos recursos poupados, segundo certos analistas, parece menos efectiva (Hodges e Tibana, 2005; Tribunal Administrativo, 2005, 2006, 2007). Por estas razões, de algum modo contraditórias, mas não consistentes, o GAN atribuiu a classificação de 2 pontos; ou seja, a Sociedade Civil está nesta área, mas o impacto é limitado, pontual ou esporádico.

3.4.5.3. Resposta às Necessidades dos Grupos Marginalizados

Este indicador procura avaliar em que medida as OSC são mais ou menos eficazes na prestação de serviços a grupos marginalizados, comparativamente ao Estado. De imediato, não parece razoável comparar o nível de eficácia das OSC com o Estado, visto as OSC estarem longe de dispor dos recursos que o Estado possui e mobiliza, tanto da sociedade em si como do exterior. Na verdade, pode-se mesmo dizer que a Sociedade Civil confia ao Estado recursos (impostos directos e indirectos) para que o Estado proporcione assistência aos grupos marginais e mais vulneráveis.

Porém, a efectividade não depende apenas dos recursos disponíveis. A opção por critérios de excelência, de disciplina e empenho, constituem indicadores de efectividade que não dependem apenas de recursos materiais e financeiros. E sobre isto, as evidências disponíveis sugerem

que as OSC são menos efectivas do que o Estado, justificando por isso, a atribuição da classificação de zero.

3.4.6. Conclusão sobre o Impacto

Como se sublinha no início desta secção, a consequência da fraca Estrutura, do Ambiente limitado e dos baixos Valores, a Sociedade Civil moçambicana inevitavelmente origina um Impacto limitado na governação e na generalidade das questões fundamentais do desenvolvimento de Moçambique.

Os obstáculos principais a uma acção mais eficiente e eficaz por parte das OSC são observados nas sub-dimensões sobre o escrutínio do Estado e das Empresas, no fraco empoderamento do cidadão, e na fraca capacidade de advocacia e *lobby* dos membros das OSC.

Como a confiança pública é fraca, as OSC acabam por dispor dum papel extremamente limitado na promoção do crescimento do capital social ao nível da base, tanto comunitário como distrital. Na prática, as OSC fornecem um fraco contributo para a promoção do capital social da população moçambicana.

Apesar da similaridade entre as pontuações das quatro dimensões, convém sublinhar o facto da dimensão Impacto apresentar o menor nível. Se assim não fosse é que seria estranho e suspeito. Directa ou indirectamente, o Impacto da S.C depende da situação das restantes dimensões.

Nas décadas passadas, a Sociedade Civil em Moçambique transpôs várias fases até conquistar o espaço que detém no presente momento. Sobre o grau de sucesso no esforço de influência e impacto real, as fontes secundárias divergem, na ênfase e na qualificação do sucesso.

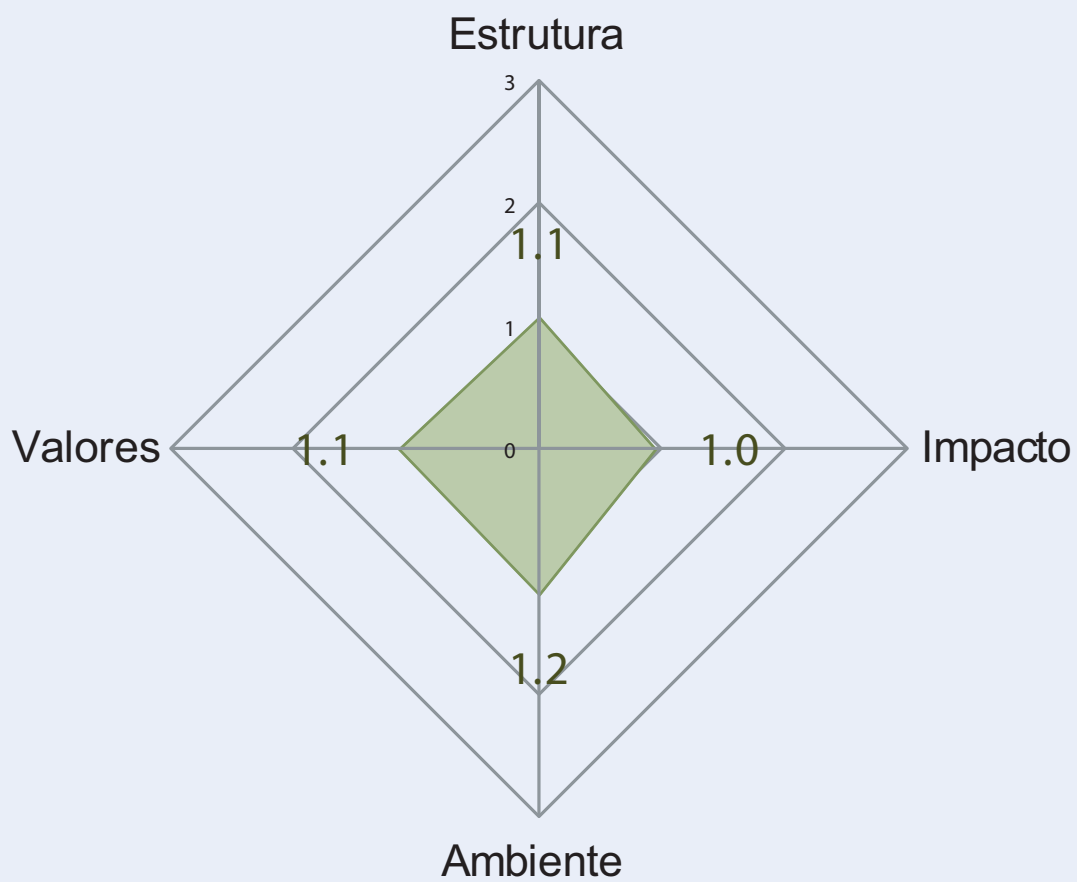
Alguns analistas, como por exemplo Negrão (2003), defendem que a influência das OSC nas políticas públicas é significativa, na medida em que representantes da sociedade passaram a ser chamados a participar em eventos como a eleição do Presidente do CNE, ou em fóruns como o Observatório da Pobreza, ou em campanhas de interesse nacional (exemplo da luta pelo perdão da dívida).

Porém, outros autores defendem que a participação ou envolvimento das OSC é insuficiente, por vezes por mera conveniência e para legitimar políticas circunstanciais, não envolvendo um verdadeiro empoderamento da Sociedade Civil. Segundo este ultimo argumento, o espaço cedido à Sociedade Civil precisa de dar lugar a formas de parceria efectivas, ao empoderamento real da sociedade, e à transferência da prestação de contas do Estado aos doadores para a sociedade, através dum Parlamento pró-activo, eficiente, eficaz e competente (Francisco & Matter, 2007; Hodges & Tibana, 2005; Macamo, 2006; Mosse, 2007).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



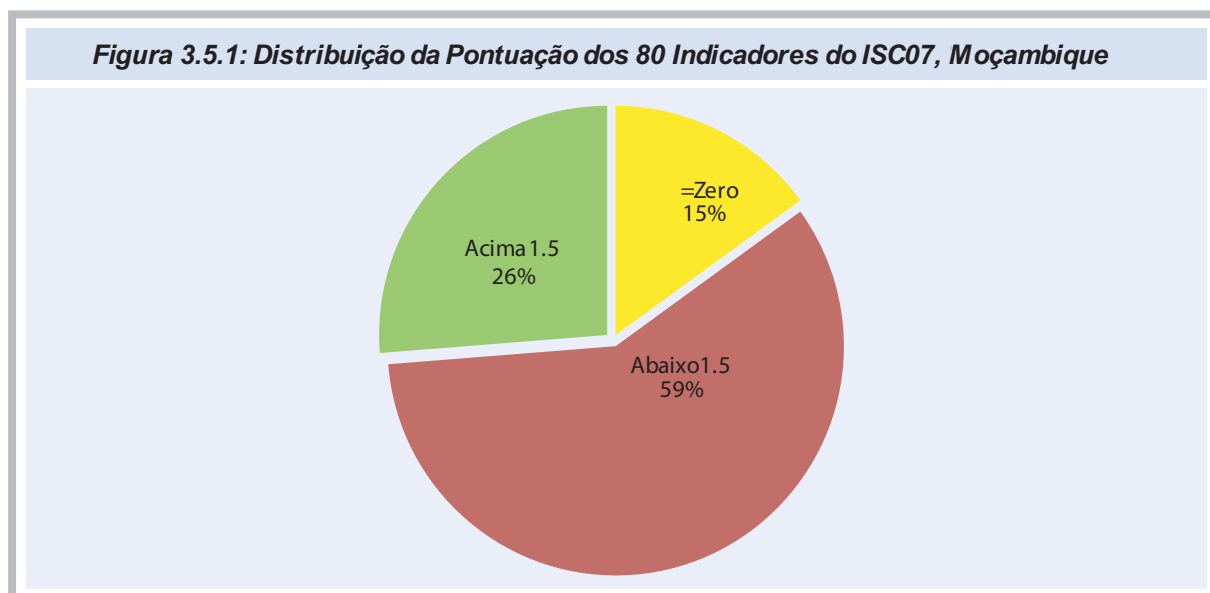
Figura 3.5: Índice da Sociedade Civil Moçambicana 2007



4.1. DEMÉRITOS E MÉRITOS NO ISC 2007 EM MOÇAMBIQUE

4.1.1. CONCLUSÕES GERAIS

Com base na análise extensiva implementada e na conjugação dos múltiplos resultados reunidos, o Projecto ISC 2007 em Moçambique concluiu que a Sociedade Civil moçambicana é globalmente fraca, nas suas quatro dimensões: Estrutura, Ambiente, Valores e Impacto. Como mostra a Figura 5.3, a pontuação do ISC ronda em torno do valor 1; em termos qualitativos, isto representa um valor bastante abaixo do valor médio, na escala de classificação de 0 a 3 pontos.



Esta classificação resulta da média aritmética das pontuações atribuídas a 80 indicadores, organizados em 27 sub-dimensões, e finalmente sintetizadas nas quatro dimensões de Estrutura (1.1 pontos), Valores (1.1 pontos), Ambiente (1.2 pontos) e Impacto (1.0 pontos).

A Figura 3.5.1 fornece uma dimensão mais detalhada da fraqueza da Sociedade Civil, ao mostrar que 15% dos 80 indicadores foram classificados com zero pontos, 59% entre zero e 1.5 pontos, e 26% com pontos igual ou acima de 1.5. Ou seja, cerca de 74% das variáveis estão abaixo da média, enquanto somente 26% obtiveram uma classificação igual ou superior à média.

Convém sublinhar, mais uma vez, que estas pontuações devem ser tomadas como referência indicativa do estado das áreas consideradas, e não valores rígidos. Nem sempre foi fácil atribuir os pontos. A equipa técnica está consciente do elevado grau de subjectividade de muitas das variáveis. Mas o esforço e oportunidade de classificação numérica tornam-se úteis para um processo de avaliação exacta, rigorosa, clara e útil para a elaboração de futuros planos de acção para a melhoria do estado da Sociedade Civil moçambicana.

4.1.2. Principais Méritos no ISC2007

De acordo com o Anexo 4, onde pode ser observada a classificação detalhada atribuída aos 80 indicadores, 21 áreas apresentam-se classificadas com pontuação igual ou superior à média de 1.5 pontos.

Na dimensão Estrutura do ISC cinco áreas apresentam-se como as mais fortes, ou com melhor mérito: doações e voluntariado, distribuição geográfica das OSC, eficácia dos órgãos de direcção das federações ou redes das OSC e comunicação e o nível de comunicação entre as OSC.

Na dimensão relativa ao Ambiente da Sociedade Civil, o nível de competição política, o direito à informação, a liberdade de imprensa, a tolerância, consciência pública e diálogo com os doadores receberam a classificação de 2 pontos. A dimensão dos Valores recebeu classificação acima da média em quatro áreas: tolerância no seio da sociedade civil, não-violência na sociedade civil, acções contra a pobreza e a equidade na diversidade dentro da sociedade civil.

Sobre o Impacto, as variáveis com pontos acima da média, foram as áreas de incidência nas políticas sociais, *lobbies* por melhores serviços do Estado, e satisfação das necessidades da sociedade. Existem outras variáveis que podem ser apreciadas na matriz do Anexo 4, também com nível satisfatório, classificadas em torno da média entre zero e três pontos.

4.1.3. Principais Deméritos no ISC2007

O Anexo 4 detalha também a pontuação das áreas débeis, ou mesmo muito fracas. Das 21 variáveis ao nível da Estrutura, cinco receberam pontuação de zero: 1.1.3) percentagem de pessoas pertencentes às OSC; 1.2.3) percentagem de pessoas pertencente a mais do que uma OSC; 1.4.1) percentagem de OSC em federações ou redes; 1.4.4) nível de infra-estruturas de apoio à Sociedade Civil; 1.4.5) proporção de OSC com ligações internacionais.

Relativamente ao Ambiente, duas das 26 variáveis foram classificadas com zero, significando muito graves: 2.1.4) nível de corrupção no sector público; 2.6.3) qual o nível de apoio em recursos do Estado à Sociedade Civil. Quanto aos Valores, duas de 17 variáveis, foram classificadas com zero: 3.5.2) prática efectiva de equidade de género a nível da Sociedade Civil; 3.8.3) acções na Sociedade Civil de promoção da diversidade. Sobre o Impacto, duas de 16 receberam a classificação zero: 4.2.2) capacidade das OSC de colocar as empresas a prestar contas; 4.5.3) resposta efectiva às necessidades imediatas dos grupos marginais.

Obviamente, algumas destas classificações podem não ser imediatamente entendidas, enquanto não se ler a explicação que justificou a pontuação. Algumas parecem contra-intuitivas e surpreendentes. Será preciso consultar as explicações e tomar em consideração a matriz de critérios da metodologia usada. Quanto a outras áreas, que tiveram uma pontuação superior a zero mas inferior à média, o Anexo 4.

Com vista a usar-se a avaliação do ISC para gerar orientações e acções futuras, de 4 a 6 de Dezembro de 2007 realizou-se um Seminário Nacional que contou com a participação de quase duas centenas de participantes. Adicionalmente, em Janeiro e Fevereiro a equipa técnica

realizou ainda alguns encontros técnicos de análise sobre os resultados do estudo e identificação de recomendações principais.

4.2. RECOMENDAÇÕES

Em conformidade com toda a análise, sintetizada nas pontuações atribuídas aos 80 indicadores, seguidamente apresentam-se as implicações e recomendações para fins práticos e de acção.

4.2.1 Recomendações Gerais

As recomendações gerais do estudo ISC trazidas através das discussões dos grupos durante o Seminário Nacional podem ser sumarizadas em cinco principais pontos:

1. Os representantes da Sociedade Civil moçambicana, presentes no Seminário, reconheceram a necessidade de se estabelecer um código de conduta para a Sociedade Civil, que permita promover a Democracia e a Transparência das suas acções;
2. Recomendou-se a consolidação dos espaços e mecanismos já criados para coordenação e financiamento das intervenções das OSC a todos os níveis da sociedade;
3. Recomendou-se o aumento das capacidades técnicas das OSC e de conhecimento para melhor fazer uso das políticas e leis, e dos espaços já providenciados pelo Estado, sector privado e comunidade internacional e melhorar as suas acções com as comunidades;
4. Recomendou-se o aumento do conhecimento das OSC, promovendo a investigação continua que possa influenciar e melhor informar as suas acções, baseando-se em evidências;
5. Recomendou-se que se realize o estudo Índice da Sociedade Civil de forma periódica.

4.2.2 Recomendações Específicas Por Dimensão

Os participantes no Seminário concordaram que, pela exiguidade de tempo durante o Seminário, recomendações concretas deveriam ser feitas *a posteriori*, pelo grupo técnico e outros interessados. Assim, a Equipa de Coordenação do ISC e os facilitadores do Seminário, reuniram-se para esboçar recomendações relevantes e mais oportunas.

Estas recomendações foram organizadas pelas dimensões do estudo para permitir visualizar como melhor aumentar o índice para cada uma delas. O conjunto de recomendações permite contribuir para o aumento da participação e envolvimento da Sociedade Civil nos processos de mudança social e económica do país.

4.2.2.1. Recomendações para a Dimensão Estrutura

A Estrutura da Sociedade Civil mediou o envolvimento do cidadão nos assuntos sociais e políticos do país, e também a forma de organização das OSC. Dado que a pontuação final foi de 1,1 pontos, ou seja uma Estrutura relativamente fraca, recomenda-se o seguinte:

- As Organizações da Sociedade Civil, devem procurar encorajar e desafiar o cidadão a exercer mais a sua cidadania, envolvendo-se nos assuntos sociais e políticos, como por exemplo apoiando as comunidades em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade, exercendo os seus direitos constitucionais e humanos, mas também cumprindo com os seus deveres cívicos;
- As organizações de grande escala, tanto em termos de capacidade financeira e humana como pela sua abrangência geográfica, deveriam procurar formas de proporcionar fundos, recursos e assistências às menos capacitadas. Isto poderá ser feito de duas formas complementares: i) *estabelecendo um mecanismo de coordenação para capacitação em áreas específicas que melhorem as suas intervenções sociais e políticas;* ii) *utilizando o mesmo mecanismo para a coordenação da desconcentração de fundos, de recursos humanos e de conhecimento pelas organizações.*
- Os fóruns e redes das Organizações da Sociedade Civil já estabelecidos devem procurar implementar as suas missões, de coordenação de acções, partilha activa e efectiva de informação relevante para intervenção, e também de espaço de revisão de pares dentro da Sociedade Civil;
- As Organizações da Sociedade Civil devem tornar-se cada vez mais políticas (no sentido de se envolverem na promoção da participação política do cidadão), e simultaneamente menos “partidarizadas” (evitando exporem-se à manipulação política pelos partidos políticos);
- A desmistificação e simplificação dos regulamentos de aquisição e gestão de fundos por parte das organizações que gerem grandes subvenções, em relação às organizações subvencionadas. Melhorar o sistema e regulamento para doação às organizações de pequena escala, utilizando a experiência de doações do microcrédito;
- É urgente a especialização tanto das organizações de grande escala programática como geográfica, em assuntos específicos de modo a maximizar a utilização de recursos humanos e financeiros, mas principalmente para garantir que as intervenções sejam eficientes e efectivas;

4.2.2.2. Recomendações para a Dimensão Ambiente

A dimensão em que a Sociedade Civil e os seus membros actuam mediou o Ambiente político, social, económico, cultural e legal, bem como as atitudes e comportamentos. A pontuação desta dimensão foi 1,2 pontos, mostrando uma Sociedade Civil que se encontra num Ambiente relativamente fraco, mas com perspectiva de se tornar moderado. Assim, recomenda-se o seguinte:

- Aumentar a capacidade da Sociedade Civil de influenciar no cumprimento dos grandes acordos internacionais e leis nacionais que protegem os Direitos Humanos e Cívicos do cidadão, que garantam o estabelecimento e manutenção de um ambiente favorável para o exercício da cidadania. O grande desafio é que a Sociedade Civil encontre o equilíbrio entre a influência das organizações viradas para o desenvolvimento e as que estão viradas para assuntos de direitos. Foi identificado em outros países Africanos que, por exemplo, as organizações viradas para o desenvolvimento social e a prestação de serviços têm maior influência e apoio do que as organizações viradas para a promoção dos Direitos Humanos e Democracia;
- À luz de outros esforços feitos pela Sociedade Civil (e.g. Lei das Fundações, a Lei da Família, dentre outras) a sociedade tem o poder e a capacidade de propor uma legislação para reger a legalização das organizações sem fins lucrativos em Moçambique. Não só o processo é extremamente burocrático (moroso e caro) mas também classifica todas as organizações sem fins lucrativos da mesma forma, comprometendo a diversidade das Organizações da Sociedade Civil;
- Diminuir gradualmente a dependência nas organizações internacionais para financiamento e capacitação. Reconhecendo que as organizações internacionais que doam fundos à Sociedade Civil tendem a mudar as suas prioridades programáticas em detrimento das prioridades das comunidades com quem a Sociedade Civil nacional trabalha, é urgente i) desafiar a alocação condicional dos fundos à Sociedade Civil, ii) diversificar cada vez mais as fontes de financiamento, fazendo máximo uso da crescente classe empresarial em Moçambique;
- À luz da diversificação de fundos, mas também da criação de maior responsabilização das empresas pelos efeitos positivos e negativos das suas acções nas zonas onde se localizam, recomenda-se que a Sociedade Civil se envolva activamente: i) na exacção da responsabilidade social empresarial e a desafiar as políticas do Estado em relação à isenção de impostos e à alocação de espaços às grandes empresas; ii) fazer uso da lei do Mecenato para encorajar a filantropia responsável do sector privado.

4.2.2.3. Recomendações para a Dimensão Valores

A dimensão Valores pretendia medir os Valores praticados e promovidos pela Sociedade Civil moçambicana e encontrou uma pontuação de 1,1 pontos. Mais uma vez esta pontuação demonstra uma situação fraca, o que justifica as seguintes recomendações:

- O estabelecimento de um código de ética e padrões de qualidade para a actuação e intervenção das Organizações da Sociedade Civil. A falta de transparência e democracia por parte de algumas lideranças e organizações da sociedade anula o seu esforço de conquista de legitimidade, por parte dos seus constituintes, do Estado e dos parceiros financiadores;

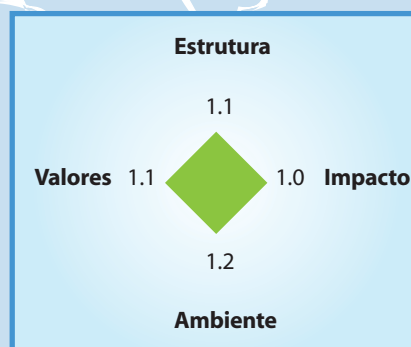
- Um envolvimento consciente e entendido das Organizações da Sociedade Civil no processo de desenho, implementação e avaliação do Orçamento Geral do Estado a todos os níveis. A Sociedade Civil reconhece que a principal forma de exigência de prestação de contas por parte do Estado é através da execução financeira do Estado.
- De modo a promover a Democracia em Moçambique, é necessário que a Sociedade Civil desafie a forma actual de constituição do Estado. Embora seja uma mudança gradual, é importante que o modo como os parlamentares e os membros do governo são nomeados seja feita de uma forma democrática, onde o cidadão tem o poder de escolher o indivíduo que melhor o poderá representar no parlamento.

4.2.2.4. Recomendações para a Dimensão Impacto

A dimensão Impacto mediu até que ponto a Sociedade Civil é influente nas decisões políticas e do sector privado e que efeitos estará a ter nas comunidades com quem se propõe trabalhar. De acordo com a avaliação, esta dimensão do ISC foi a que recebeu menor pontuação, reflectindo uma fraca acção, e também a fraqueza da Estrutura, do Ambiente e dos Valores. Assim, propôs-se como forma de mudar a actual situação:

- De um modo geral a Sociedade Civil deverá fazer-se presente nos processos de identificação de assuntos que merecem a mudança ou elaboração de políticas sociais, de Direitos Humanos e financeiras.
- De forma específica a Sociedade Civil deverá utilizar os espaços providenciados por si, e pelo Estado não só para questionar como também para propor melhoramentos na implementação de políticas e prestação de serviços sociais por parte do Estado;
- Propor formas eficazes de tornar o acesso aos serviços sociais, jurídicos e económicos do Estado mais eficientes e eficazes, como por exemplo tornando o *cartão do eleitor* o documento de identificação para todos os serviços, pela rapidez com que é produzido;
- Para aumentar o seu impacto, a Sociedade Civil deverá: i) clarificar o seu papel como agente de mudança que não substitui em nenhum momento o Estado; ii) melhorar os seus padrões de provisão de serviços às comunidades, respeitando sempre os Direitos Humanos das pessoas com que trabalham.

BIBLIOGRAFIA



Bibliografia

- ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders, “Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período de 1974 a 1992,” Maputo: Cegraf, 1994.
- ADAM, Yussuf & COIMBRA, Humberto, “Messias modernos procuram novos Lázarus: ONGs em Moçambique – que parcerias para eliminar a pobreza?” In David Sogge, *Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*, Amsterdão: GdM, 1997.
- ALCOLETE, Jequessene. Manuel. “Influência das ONGs na Coabitação entre os Órgãos de Poder Local: O Município da vila de Milange, 1988-2002”, (Trabalho de fim de curso). Maputo UEM/UFICS, 2003.
- ARNSTEIN, Sherry. 1969. “A Ladder of Citizen Participation”, Originally published as Arnstein, Sherry. “A Ladder of Citizen Participation,” JAIP, Vol. 35, Nº 4, July 1969, pp. 216-22. <http://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.pdf>.
- ASHLEY, P. A. “Ética e responsabilidade social nos negócios”. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.
- AZEEM, Vitus & CHAMBAL, António. “Movimento de Educação Para Todos”. Maputo, 2006.
- BELLUCCI, Stefano. Governance, Civil Society and NGOs in Mozambique, Discussion paper nº 56, UNESCO, 2002.
- BOBBIO, Norberto, “O conceito de sociedade civil”, Rio de Janeiro: Graal, 1994. 77p. *Disponível na ex UFICS, Reg. 1198 e 3586*.
- CABAÇO, J.L. “A longa estrada da democracia moçambicana”. In: MAZULA, B. (ed.). Moçambique: Eleições Democracia e Desenvolvimento, Maputo, Elo Gráfica, 1995.
- CASIMIRO, Isabel Maria Alçada Padez Cortesão, “Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique,” Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999. 340p. (Tese de Mestrado). *Disponível no CEA, Cota: Ts-131*.
- CECCONI, Elida et al. 2006. *La Sociedad Civil por dentro: Tiempo de crisis, tiempo de oportunidades. Índice de Sociedad Civil Civicus Argentina (2004-2005)*. – Buenos Aires, 2006. Grupo de Análisis y Desarrollo Institucional y Social – GADIS e CIVICUS: World Alliance for Citizen Participation. Buenos Aires: GADIS, [www,civicus.org](http://www.civicus.org).
- CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS/INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2004). *Relatório de Moçambique*. Projecto da UN-ECA sobre governação. Maputo: CEEI/ISRI (não publicado).
- CENTRO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (CEP)/UEM. Inquérito Nacional de Opinião Pública. Maputo. 2003.
- CENTRO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (CEP)/UEM. Inquérito Nacional de Opinião Pública. Maputo, 2001.
- CHILUNDO, Arlindo, “Os primórdios do movimento associativo em Moçambique” In *Arquivo N. 21*, Maputo: AHM, 1997.

- CHIPENEMBE, Maria Judite Mário, “Participação comunitária em contexto de pobreza extrema, 1994-1999: a Associação dos Camponeses 25 de Setembro de Mulima (distrito de Chemba),” Maputo: UEM, 2001. (Tese de licenciatura). *Disponível no CEA, Cota: Ts-210.*
- CHIVALE, Elias Arnaldo, “O papel das ONGs internacionais na promoção da educação: o caso Save the Children – USA no distrito de Bilene Macie (Gaza), 1994-2003”, Maputo: UEM/Depart. História, 2005 (tese de licenciatura). *Disponível na FLCS, Reg HT-147.*
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, Maputo: Imprensa Nacional, 2004.
- COSTY, Alexander, “From civil War to Civil Society?: Aid, NGOs and Hegemonic Construction in Mozambique,” Toronto: University of Toronto/UMI Dissertation Services, 2000. 272p. (Tese de doutoramento). *Disponível no CEA, Cota: Ts-197.*
- CUINICA, Paulo Isaac A. M. & NHAMONEQUE, Jacinto Luís, “Moçambique; o despertar,” Maputo: CCM, 1994. 23p. *Disponível no CEA, Cota: 24/WV.*
- DECRETO nº. 11/2005. Aprova o regulamento da lei dos órgãos locais do Estado. In *Boletim da República*. Número 23 (I série), de 10 de Julho de 2005.
- EGERO, Bertil, “Moçambique: os dez primeiros anos de construção de democracia”, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992. 272p. *Disponível na ex UFICS, Reg.2120.*
- EISA. “Contribuição das Organizações da Sociedade Civil para o Processo de Revisão da Legislação Eleitoral”. Maputo, 2006”.
- EYS, Tinie Van, “Solidariedade com os pobres ou comércio no mercado do desenvolvimento? As organizações não governamentais em Moçambique, In *Lusotopie*, 2002/1.
- FARIA, Fernanda e Oscar Marleyn. 2001. PRECOD report Promoting the Involvement of Civil Society Actors in the Programming of EU-aid to Mozambique, Missing Report, Freiburg, May 2001, not published.
- FRANCISCO, A. & MATTER, K. Poverty Observatory in Mozambique. Swiss Development Cooperation and World Bank. Maputo. 2007.
- FRANCISCO, A., Aliança e Parceria no Combate à Pobreza em Moçambique: Cidadãos como Parceiros do Governo? Apresentação na Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), 12 de Abril 2007, Não-publicado, 2007a.
- FRANCISCO, A., Índice de Avaliação do Orçamento Provincial de Inhambane 2007, Orçamento Provincial de Inhambane, Consultoria Financiada pela Cooperação Irlandesa, Setembro 2007, não-publicada, 2007b.
- FRANCISCO, A. e M. PAULO, Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique, Maputo: Cruzeiro do Sul. Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, 2006.
- FUMO, C. Corporate Social Responsibility in Southern Africa- The case study on Mozambique. S.D. não publicado.

- G20, RAP. *Relatório Anual da Pobreza*, Maputo Minerva Central, 2005.
- GLOBAL INTEGRITY, Mozambique COUNTRY REPORT 2006, <http://www.globalintegrity.org/reports/2006/Mozambique/index.cfm>.
- HANLON & NUUVUNGA (ed). Mozambican political process bulletin. AWEPA, the European parliamentarians for Africa. 2004
- HANLON, Joseph, "Mozambique: Who Calls the Shots" London: James Currey, 1991.
- HANLON, Joseph, "O dono de Moçambique é o FMI" In David Sogge (ed.) *Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*, Amsterdão: GdM, 1997.
- HARSCH, Ernest, "L'ONU se mobilize pour la paix: Mozambique emerge des décombres de la guerre", In *Afrique relance Document d'Information, N.8, (Maio 1993)*. 20p. Disponível no CEA, Cota: 24/ZL.
- HEDGES, David, (Coord.) "História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961, Vol.II", Maputo: Imprensa Universitária, 1999.
- HELGESSION, Alf, "Church, State and People: a Historical Study with Special Emphasis on Methodist Church In Inhambane Region," Upssala, 1994. 442p. Disponível no CEA, Cota: C-55.
- HEINRICH, Volkhart Finn. 2004. *Assessing and Strengthening Civil Society Worldwide, A Project description of the CIVICUS Civil Society Index: A participatory needs assessment & action-planning tool for Civil Society*. Civicus Civil Society Index Paper Series, Vol. 2, Issue 1, www.civicus.org.
- HOFFMAN, Andrea & HERZ, Mônica, "O conceito de sociedade civil face ao dilema de globalização", Rio de Janeiro: [sd].
- HOUTART, François. "Société Civile: Lieu des Luttes Sociales" In *Cahiers Trimestriels*, Paris, 2003.
- INE, "As instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultado do Primeiro Censo Nacional (2004-2005)", Maputo: 2006.
- INE, Ministério da Saúde ORC/MACRO DHS. Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2003. Maputo 2005.
- JACBSON, Ruth, "Conceptualizing Women's Citizenship in Southern Africa: Locating Women's Organizations in Mozambique, South Africa and Zambia within an original Politico-Juridical Framework," Bradford: University of Bradford, 1996. (Tese de doutoramento). Disponível no CEA, Cota: Ts-120.
- JOSÉ, Alexandrino (dir.) "Organizações Não Governamentais Nacionais," Maputo: CEA, 1996. XIII, 79p. (Colecção Nosso Chão 7) Disponível na ex UFICS Reg. 741 e 742
- KAARHUS, Randi & REBELO, Pamela. CSOs and SWAPs. The role of Civil Society Organizations in the health sector in Mozambique. Noragric Report No. 16, 2003.
- KANJI, Nazneen et. al. Promoção dos Direitos Relativos à Terra em África: que diferenças fazem as ONGs? Russel Press; Nottingham. 2002.

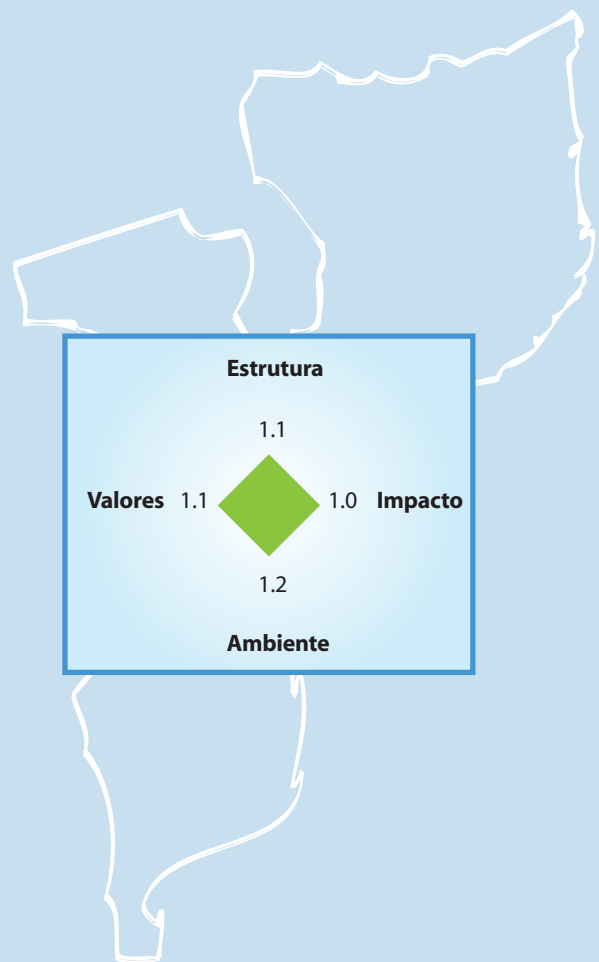
- KULIPOSSA, Fidelx Pius, “Sociedade civil, ONGs e boa governação no processo de reformas das relações Estado Sociedade em Moçambique: um quadro teórico, conceptual e empírico para debate,” Maputo: Ministério de Administração Estatal, 1997. 45p. *Disponível no CEA, Cota: 131/J.*
- LEI nº. 2/97. Cria o quadro jurídico legal para a implementação das autarquias locais. In *Boletim da República*. Número 7 (I série), de 18 de Fevereiro de 1997.
- LEI nº. 4/94 Estabelece os princípios básicos que permitem estender a acção das pessoas jurídicas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, que desenvolvem actividades, ou, financeira e materialmente as apoiem no campo das artes, letras, ciência cultura e acção social. In *Boletim da República*. Número 37 (I série), de 13 de Setembro de 1994.
- LEI nº. 7/91. Estabelece o quadro jurídico para a formação e actividades dos partidos políticos. In *Boletim da República*. Número 4 (I série), de 29 de Janeiro de 1991.
- LEI nº. 8/2003. Regula o funcionamento dos órgãos locais do Estado. In *Boletim da República*. Número 20 (I série), de 19 de Maio de 2003.
- LEI nº. 8/91. Regula o direito à livre associação. In *Boletim da República*. Número 29 (I série) de 18 de Julho de 1991.
- LEI nº. 10/2007, de 05 de Junho Estabelece o quadro jurídico para a eleição do Presidente da República e para a eleição dos Deputados da Assembleia República.
- LEI nº 20/97. Regula a gestão ambiental. In *Boletim da República*. Número 40 (3º SUPLEMENTO), de 7 de Outubro de 1997.
- LEI nº. 18/91. Define os princípios que regem a actividade da imprensa e estabelece os direitos e deveres dos seus funcionários. In *Boletim da República*. Número 32 (3º SUPLEMNTO), de 10 de Agosto de 1991.
- LINK-Forum de ONGs, Primeira Reunião da Sociedade, Maputo, 2003.
- MACHADO, L. C. S., Lage Allene C. “Responsabilidade social: uma estratégia de desenvolvimento social o caso da CVRD In: encontro anual da ANPAD – ENANPAD, 26, 2002. Anais electrónicos, salvador”, 2002.
- MATSINHE, Cristiano, “Tabula rasa: dinâmica da resposta moçambicana ao HIV-SIDA,” Maputo: Texto Editora, 2005.
- MAZULA, Brazão & MBILANA, Guilherme. “O Papel das Organizações da Sociedade na Prevenção, Gestão e Transformação de Conflitos: A Experiência de Moçambique”. Comunicação apresentada na conferência sobre prevenção, gestão e transformação de conflitos eleitorais na região da SADC. Angola, 27 de Novembro de 2003.
- MEQUE, Manuel Luís, “O papel das ONGs no desenvolvimento comunitário na província de Tete, 1994 à actualidade: estudo do caso: impacto sócio-cultural do TchumaTchato no distrito de Magoé/2002” Maputo: UEM/FLCS, 2002, (tese de licenciatura). *Disponível na FLCS, Reg: HT-121.*
- METIER- Consultoria e Desenvolvimento. Perfil de descentralização em Moçambique. INN- Site Num 4. Maputo. Available [online] http://www.metier.co.mz/b/Insite4_perfil_de_descentr.pdf.

- MILIVOJEVIC, Zdenka. 2006. Civil Society in Serbia: Suppressed during the 1990s – gaining legitimacy and recognition after 2000. Civicus Civil Society Index report for Serbia. Research & Analytical Centre ARGUMENT in collaboration with The Center for the Development of the Non-profit Sector (CDNPS). Belgrade: AUGUMENT, www.civicus.org.
- MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS; UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE, INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISAS POLÍTICAS ALIMENTARES, “Pobreza e bem estar em Moçambique: primeira avaliação nacional (1996-97)”, Maputo: Ministério do Plano e Finanças; Universidade Eduardo Mondlane, Instituto Internacional de Pesquisas Políticas Alimentares, 1998, XVIII, 437p. *Disponível na ex UFICS, Reg.3017/8.*
- MONTEIRO, Ana Piedade & JOSÉ, Alexandrino (ed.), “ONGs: faces e contrafaces na identidade civil Moçambicana”, Maputo: CEA, 1995 (Colecção Nosso Chão). XXIII, 99p. *Disponível na ex-UFICS, Reg. 754/5.*
- MOSSE, Marcelo. “A Participação da Sociedade Civil na Formulação de Políticas Públicas: O Grupo Moçambicano da Dívida e o PARPA” (Tese de Licenciatura). Maputo, UEM/UFICS, 2002.
- NAMISI, Harriet, 2006. CIVIL SOCIETY IN UGANDA: AT THE CROSSROADS? CIVICUS CIVIL SOCIETY INDEX REPORT FOR UGANDA, DENIVA, JUNE 2006, www.civicus.org.
- NEGRÃO, José, “A Propósito das Relações entre as ONGs do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana,”: Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003.
- NEGRÃO, José, “Repensando as modas do desenvolvimento rural,” In David Sogge (ed.) *Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*, Amsterdão: GdM, 1997. p.123.
- NEVES, Olga Maria Lopes Serão Iglésias, “Em defesa da causa africana: intervenção do Grémio Africano na sociedade de Lourenço Marques, 1908-1938,” Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989. 322p. (Tese de mestrado). *Disponível no CEA, Cota: Ts-211.*
- NEWITT, Malyn, “História de Moçambique”, Mira-Sintra: Europa América, 1997.
- OLIVEIRA, Miguel Darcy de & TANDON, Rajesh (Coord.) *Cidadãos: construindo a sociedade civil planetária*, Washington: CIVICUS, 1995. 407p. *Disponível na ex UFICS, Reg.487.*
- PEDRO, Hermínio, Germano, “Impacto das acções das ONGs no processo de desenvolvimento comunitário-análise da participação da questão comunitária: o caso do projecto “OVOTA” da Visão Mundial, Maputo: UEM/UFICS, 2003 (tese de licenciatura).
- PÉLISIER, René, “Naissance du Mozambique,” Orgeval: Pélissier, 1984.
- PEQUENINO, Benjamim. “Sociedade Civil em Moçambique: voz do povo ou negócios através de projectos?” Comunicação apresentada em Bielefeld, Alemanha, 2006.
- PEQUENINO, Fernando, “Impact of World Vision in Gurue in Namacurra District, Zambézia Province – Moçambique”, Natal: University of Natal, 2003, (tese de mestrado).
- PEREIRA, J. C. G., Inês Raimundo, Annie Chikwanha, Alda Saute, and Robert Matters. *Democracy in Mozambique: The public’s view*. 2003

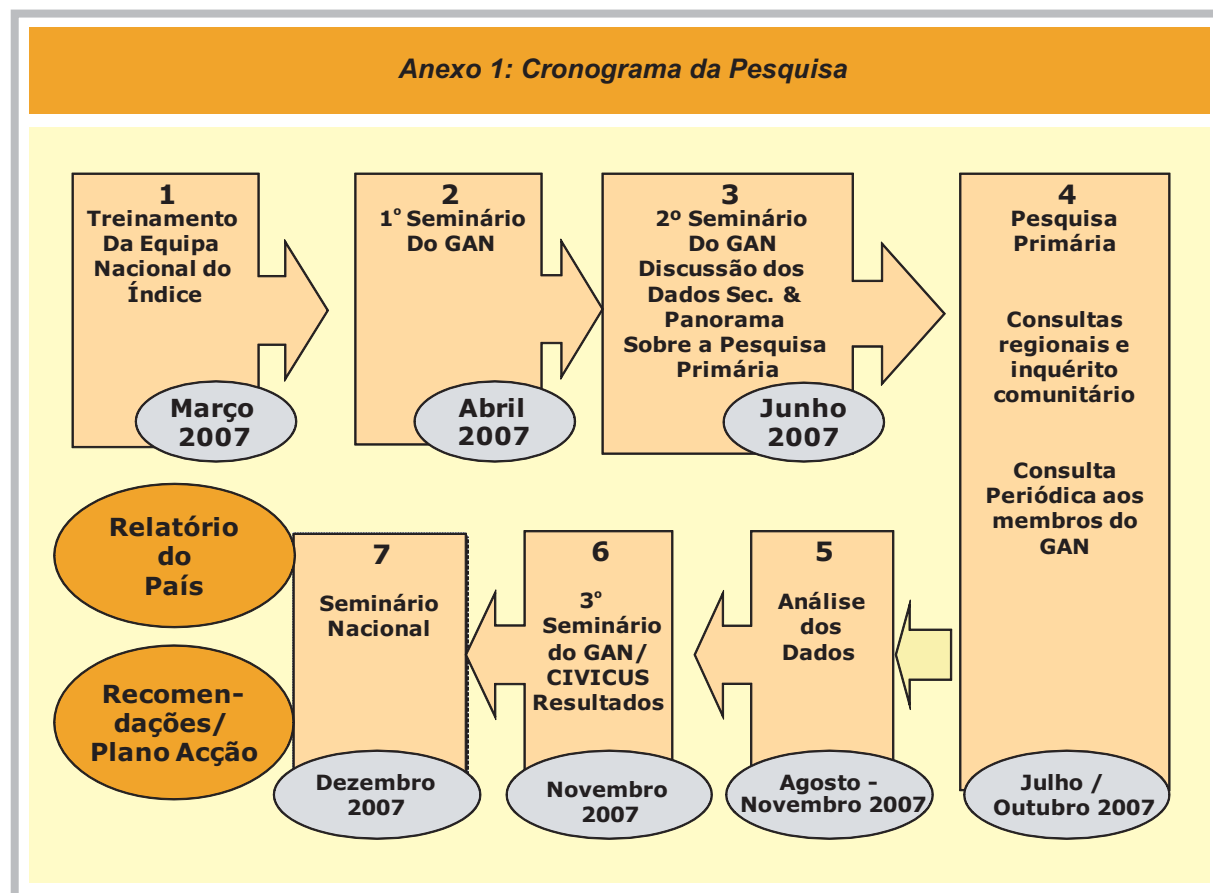
- PEREIRA, J. C.G., Domingos de Rosário, Sandra Manuel, Carlos Shenga and Eliana Namburete. Summary of results: Afrobarometer- Summary of results round 3 afrobarometer survey in Mozambique. 2005
- PEREIRA, J.C.G., Yul Derek Davids, and Robert Matters. "Mozambicans views of democracy and political reform: A comparative perspective". 2002
- PNUD, "Análise da situação da mulher: projecto Próarea – província de Tete – Moçambique", Maputo: PNUD, 2000. 56p. *Disponível na ex UFICS, Reg.3040.*
- PNUD, "Relatório de desenvolvimento humano," Lisboa: Terranova, 1998. XII, 228p. *Disponível na ex UFICS, Reg. Reg. 2123/5.*
- PNUD, "Relatório Nacional de desenvolvimento humano (de) Moçambique, 1998: paz e crescimento económico: oportunidades para o desenvolvimento humano," Maputo: PNUD, 1998. 91p. *Disponível na ex UFICS, Reg.1958 e 2313/17.*
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007. New York 2007.
- PNUD. Relatório Nacional de Desenvolvimento de Moçambique, 2001. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Maputo, 2002.
- PNUD. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2005. Maputo 2006.
- REBELO, Pamela; THUE, Nanna et al. "A Study for the future Norwegian Support to Civil Society in Mozambique". Maputo, 2002.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta II, 2006-2009. Maputo, 2006.
- RITA-FERREIRA, A. "Promoção social," in *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, N. 71. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964.
- ROCCA, Roberto Morozzo, "Moçambique: da guerra à paz: uma história de uma mediação insólita," Maputo: Livraria Universitária, 1998. 261p. *Disponível na ex UFICS, Reg. 2367/8.*
- ROLLETA, Paola, "As notas do professor Marcelo" In jornal SAVANA, 27.04.2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa & SILVA, Teresa Cruz e (org.). *Moçambique e Reivenção da Emancipação Social*. Maputo, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa & TRINDADE, João Carlos (org.). *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto Afrontamentos, 2003.
- SAÚTE, Alda Romão, "The African Mission Encounter and Education in Mozambique: the Anglican Mission of Santo Agostinho: Maciene, 1927/8-1974," Ann Arbor: University of Minnesota/UMI Dissertation Services, 2000. 232p. (Tese de doutoramento). *Disponível no CEA, Cota: Ts-204.*
- SELIGMAN, Adam B. "The Idea of Civil Society", Princeton University Press, 1992. XII, 241p. *Disponível na ex UFICS, Reg.1754.*

- SENGULANE, Dinis & GONÇALVES, Jaime Pedro, "The Demands of God's Faithfulness: a Case Study of Peace Making in Mozambique", In *Peace Making and democratization in Africa* [sl;sd], pp.192-210. *Disponível no CEA, Cota: 140/K*.
- SERRA, Carlos. (coord) *Boletim Informativo n°1 do Projecto Sociedade Civil Precarizada em Moçambique*, CEA, Maputo.
- SILVA, Teresa Maria da Cruz e, "Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930-1974): the Case of Swiss Mission," Bradford: University of Bradford, 1996. (Tese de doutoramento).
- SOGGE, David (ed.). *Moçambique: Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Amsterdam, GdM, 1997. Solidários por um Moçambique melhor: carta pastoral dos bispos de Moçambique," Maputo: EdiBosco, 1994. 32p. *Disponível no CEA*.
- SOIRI, L. *Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à pobreza*. 1999.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de. "As Notas do Professor Marcelo" *Savana* (Maputo), 27 de Abril de 2007.
- TESTER, Keith, "Civil society", London: Routledge, 1992. 187p. *Disponível na ex UFICS, Reg.1991*.
- THOMASHAUSEN, André E. A. M., "The Involvement of the United Nations in the Mozambican peace Process in Terms of the Rome protocols," paper delivered at the Seminar *The Involvement of the United Nations in the Mozambican Peace Process*, Maputo: ISRI, 26-27 Jun. 1992. *Disponível no CEA, Cota: 24/F*.
- TOOLKIT – CIVICUS Civil Society Index 2003/2005.
- TOURAINÉ, Alain, *O que é Democracia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- USAID. *Corruption assessment*. 2005.
- VARELA, César Manuel Dadá, "Impacto das ONGs internacionais na promoção do desenvolvimento agrícola, 1995-2003. UEM/UFICS, 2003 (tese de licenciatura).
- VIEIRA, Sérgio. "Sobre a Sociedade Civil" *Domingo*, (Maputo), 8 de Abril de 2007.
- VILANCULO, Carlos A. Uanicela, "ONGs e o seu papel na promoção de segurança alimentar: o caso da parceria Intermol-Oxfam e Apoj em Marracuene, (2002-2003)", Maputo: UFICS, 2003 (tese de licenciatura). *Disponível na ex UFICS, Reg. 56ª*.
- WORLD COUNCIL OF CHURCHES, "Statement by the Ecumenical Delegation Monitoring Elections in Mozambique," Maputo: Nov. 1994. 4p. *Disponível no CEA*.

ANEXOS



Anexo 1: Cronograma da Pesquisa



Anexo 2: Amostra dos Inquéritos Nacionais: Ao cidadão e às OSC

Inquérito às Organizações da Sociedade Civil (OSC), Setembro 2007

Domínio	Instituições sem Fins Lucrativos na Base	Proporção na Base (%)	Amostra de Inst. Sem Fins Lucrat	Amostra de OSC Informais (rede de inter-ajudas)	Amostra de Respondentes em OSC	BASE DE DADOS	Diferença relativa à Meta	
							11=(8-6)	%
1	2	3	4	5	6	8		
Niassa	129	2.48	42	6	48	40	-8	83%
CDelgado	131	2.52	42	6	48	42	-6	88%
Nampula	975	18.75	50	8	58	50	-8	86%
Zambézia	235	4.52	44	7	51	51	0	100%
Tete	176	3.39	42	6	48	24	-24	50%
Manica	172	3.31	42	6	48	36	-12	75%
Sofala	273	5.25	50	8	58	53	-5	91%
Inhambane	711	13.68	42	6	48	35	-13	73%
Gaza	799	15.37	42	6	48	41	-7	85%
Map. Prov	490	9.42	48	8	56	78	22	139%
Map. Cidade	1,108	21.31	52	8	60	27	-33	45%
Moçambique	5,199	100.0	496	75	571	477	-94	84%

Inquerito Nacional ao Cidadão sobre o ISC em Moçambique, 2007

Quadro de Alocação, Distribuição e Implementação da Amostra de Agr. Familiares

Domínio	Censo 97		Na amostra			Realizados	
	Agregados Familiares	Pessoas elegíveis	Agr. Famil	Taxa de AF na AE	Áreas seleccionadas	Nº	%
Niassa	189,925	336	336	14	24	343	102%
CDelgado	336,497	364	364	14	26	367	101%
Nampula	794,431	392	392	14	28	391	100%
Zambézia	726,298	392	392	14	28	395	101%
Tete	268,010	364	364	14	26	363	100%
Manica	202,203	336	336	14	24	331	99%
Sofala	275,792	364	364	14	26	345	95%
Inhambane	259,444	364	364	14	26	349	96%
Gaza	228,297	364	364	14	26	364	100%
Map. Prov	174,887	392	392	14	28	376	96%
Map. Cidade	178,802	392	392	14	28	391	100%
Moçambique	3,634,586	4,060	4060	----	290	4015	98.9%

Amostra probabilística

Amostra trietápica

Amostra estratificada

Intervalo de Confiança

95%

Precisão

0,000-0,040

Efeito de desenho

0,800-1,900

Domínios: Nacional, Nac. Urbano, Nac. Rural, Provincial

Anexo 3: Categorização das OSC, por Grupos e Subgrupos

Comparação dos Grupos e Sub-Grupos da Classificação Internacional de Instituições sem Fins Lucrativos (ICNPO) e da CIVICUS

Categorias do Censo do INE		Categorias da CIVICUS
1 Cultura e recreação	101 Cultura e artes	15. OSC de cultura e artes
	102 Desportos	16. OSC sociais, recreação e clubes desportivos
	103 Outra recreação e clubes sociais	4.OSC de serviço de educação
2 Educação e Pesquisa	04 Educação primária e secundária	6. Meios de comunicação sem fins lucrativos
	05 Educação superior	5. OSC activas na educação e pesquisa
	06 Outra educação	4.OSC de serviço -educação
3 Saúde	07 Pesquisa	
	08 Hospitais e reabilitação	
4 Serviços Sociais	09 Centros de apoio	20. Movimentos sociais (sem terra, movimentos pela paz, etc.)
	10 Saúde mental e intervenção de crises	
5 Ambiente	11 Outros serviços de saúde	
	12 Serviços sociais	
6 Desenvolvimento e Habitação	13 Emergência e alívio	
	14 Apoio e manutenção de rendimento	
7 Lei, Advocacia e Políticas	15 Ambiente	14. Organizações ambientais
	16 Protecção animal	3. OSC para advocacia
8 Intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado	17 Desenvolvimento económico, social e comunitário	11. Organizações/associações comunitárias
	18 Habitação	9. Associações de grupos marginalizados (e.g. sem tecto, sem terra, migrantes e refugiados)
9 Cooperação Internacional	19 Emprego e formação	12. OSC de interesses económicos (cooperativas, caixas de crédito, associações de ajuda mútua)
	20 Organizações cívicas e de advocacia	3. OSC para advocacia
10 Religião	21 Direito e serviços legais	
	22 Organizações políticas	18. Partidos políticos
11 Associações comerciais e profissionais, uniões	23 Fundações doadoras (Grand-making fundations)	17. Fundações filantrópicas e organizações para obtenção de fundos
	24 Outros intermediários filantrópicos	19. Redes e federações da SC e organizações de apoio
12 Associações comerciais e profissionais, uniões	25 Actividades internacionais	1. Organizações religiosas (baseadas na fé religiosa)
	26 Congregações religiosas e associações	
13 Associações comerciais e profissionais, uniões	27 Associações comerciais	10. Organizaciones profesionales e corporativas
	28 Associações profissionais	2. Sindicatos
14 Associações comerciais e profissionais, uniões	29 Uniões dos trabalhadores	7. Organizações de mulheres
		8. Associações juvenis e estudiantis
		13. Organizaciones étnicas, tradicionales e indígenas
		21. Outras

Fontes: INE, 2006; CIVICUS, Tolkit-2004

Anexo 4: Matriz de Pontuação dos Indicadores do ISC

Anexo 4: Estimativa do Índice da Sociedade Civil Moçambicana (ISC 2007)

	MOZISC 2007	MOZISC 2007	MOZISC 2007	MOZISC 2007	MOZISC 2007	MOZISC 2007	TOTAL
Estrutura	1.1	1.2	Valores	1.1	Impacto	1.0	
1.1 Amplitude participação cidadão	1.2	2.1 Contexto político	1.0	3.1 Democracia	1.0	4.1 Influência em políticas públicas	1.2
1.1.1 Acções apatridárias (%)	1.0	2.1.1 Como são os direitos políticos	1.0	3.1.1 Nível de democracia dentro das OSC	1.0	4.1.1 Incidência nos direitos humanos	1.0
1.1.2 Doações para caridade (%)	2.0	2.1.2 Nível de competição política	2.0	3.1.2 Acções da SC pela democracia	1.0	4.1.2 Incidência nas políticas sociais	2.0
1.1.3 Membro de uma OSC (%)	0.0	2.1.3 Estado de Direito/Respeito pela Lei	1.0	3.2 Transparência	0.7	4.1.3 Incidência nas políticas financeiras	0.5
1.1.4 Voluntariado (%)	2.0	2.1.4 Nível de corrupção	0.0	3.2.1 Corrupção dentro da SC	1.0	4.2 Escrutínio do Estado & Empresas	0.5
1.1.5 Acção comunitária colectiva (%)	1.0	2.1.5 Qual a Eficácia do Estado	1.0	3.2.2 Transparência financeira das OSCs	0.5	4.2.1 Pôr o Estado a prestar contas	1.0
1.2 Profundidade participação cidadão	1.2	2.1.6 Nível de descentralização	1.0	3.2.3 Acções da SC pela transparência	0.5	4.2.2 Pôr as empresas a prestarem contas	0.0
1.2.1 Ofertas para caridade	1.0	2.2 Liberdade & direitos	1.7	3.3 Tolerância	1.5	4.3 Resposta aos interesses sociais	1.0
1.2.2 Voluntariado (nº horas)	2.5	2.2.1 Nível de liberdades civis	1.0	3.3.1 No seio da arena da SC	2.0	4.3.1 Capacidade de resposta	1.0
1.2.3 Membro/adessão a/de uma OSC (%)	0.0	2.2.2 Nível do direito à informação	2.0	3.3.2 Acções da SC pela tolerância	1.0	4.3.2 Confiança pública	1.0
1.3 Diversidade de participantes na SC	1.3	2.2.3 Nível de liberdade de imprensa	2.0	3.4 Não-violência	1.5	4.4 Empoderamento dos cidadãos	0.8
1.3.1 Participação de Membro de OSC	1.0	2.3 Contexto Socioeconómico	1.0	3.4.1 Não-violência na SC	2.0	4.4.1 Informar/sensibilizar os cidadãos	0.5
1.3.2 Liderança das OSC	1.0	2.3.1 Barreira ao funcionamento efectivo da SC	1.0	3.4.2 Acções de SC pela paz e não-violência	1.0	4.4.2 Capacitação para acção colectiva	1.0
1.3.3 Nível de distribuição das OSCs	2.0	2.4 Contexto Sociocultural	2.0	3.5 Equidade de Género	0.7	4.4.3 Empoderamento de grupos marginais	0.0
1.4 Nível de organização	0.6	2.4.1 Confiança dentro da sociedade	2.0	3.5.1 Equidade dentro da SC?	1.0	4.4.4 Empoderamento das mulheres	1.0
1.4.1 Pertença a uma federação/rede de OSC	0.0	2.4.2 Tolerância dentro da sociedade	2.0	3.5.2 Práticas de equidade de género na SC	0.0	4.4.5 Construção de capital social	1.0
1.4.2 Eficácia dos órgãos da federação de OSC	2.0	2.4.3 Consciência pública na sociedade	2.0	3.5.3 Acções da SC pela equidade de género	1.0	4.4.6 Apoio à sobrevivência	1.0
1.4.3 Auto-regulação entre as OSC	1.0	2.5 Ambiente legal	1.0	3.6 Erradicação da Pobreza	2.0	4.5 Resposta às necessidades sociais	1.3
1.4.4 Infra-estruturas de apoio à SC	0.0	2.5.1 facilidade de registo das OSCs	1.0	3.6.1 Acções da SC contra a pobreza	2.0	4.5.1 Lobbies por melhores serviços do Estado	2.0
1.4.5 Contactos internacionais da SC	0.0	2.5.2 Actividades de advocacia permitidas	1.0	3.7 Sustentabilidade Ambiental	1.0	4.5.2 Satisfação das necessidades da sociedade	2.0
1.5 Inter-relações dentro das OSC	1.5	2.5.3 Leis tributárias favoráveis às OSC?	1.0	3.7.1 Acções da SC pela sustentabilidade ambiental	1.0	4.5.3 Resposta imediata às necessidades de grupos marginalizados	0.0
1.5.1 Comunicação entre OSC	2.0	2.5.4 Benefícios fiscais para actividades filantrópicas	1.0	3.8 Equidade na Diversidade	0.8		
1.5.2 Cooperação entre OSC	1.0	2.6 Relações entre Estado-SC	0.7	3.8.1 Equidade na diversidade dentro da SC	1.5		
1.6 Recursos	0.7	2.6.1 Autonomia da SC	1.0	3.8.2 Práticas de diversidade na SC	1.0		
1.6.1 Nível de recursos financeiros	0.5	2.6.2 Diálogo com a SC	1.0	3.8.3 Acções da SC pela diversidade	0.0		
1.6.2 Nível de recursos humanos	0.5	2.6.3 Cooperação/Apoio do Estado à SC	0.0				
1.6.3 Recursos tecnológicos e infra-estruturas	1.0	2.7 Relações S Privado & SC	0.8				
		2.7.1 Atitude do Sector Privado para a SC	1.0				
		2.7.2 Responsabilidade social corporativa	0.5				
		2.7.3 Filantropia corporativa do SP	1.0				
		2.8 Relações Doadores&SC	1.3				
		2.8.1 Ajuda/Dependência externa	0.5				
		2.8.1 Diálogo com doadores	2.0				
		2.8.2 Cooperação/Apoio dos Doadores à SC	1.5				
Sub-dimensões	6		8				5
Indicadores	21		26				16
							27
							80





Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC)
Av. 25 de Setembro Edifício Times Square
Bloco 2, 2º andar C.P. - 4206
Telefone: 258 21 355 300 | Fax: +258 21 355 355
email: fdc@fdc.org.mz | www.fdc.org.mz